

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

PROF. DR. – JOSÉ MESSIAS BASTOS

GEOGRAFIA ECONÔMICA E SOCIAL

GCN – 7101

1ª FASE - MATUTINO

FLORIANÓPOLIS, 2020

PLANO DE CURSO

GCN 7101 – GEOGRAFIA ECONOMICA E SOCIAL

PCC – 18h/a

NÚMERO DE HORAS-AULA: 72 horas-aula

PRÉ-REQUISITO: não há

EQUIVALENTE: HST 5221

EMENTA

Conhecimento do pensamento contemporâneo em economia política utilizado nos estudos de Geografia Econômica e Social.

PROFESSOR RESPONSÁVEL:		José Messias Bastos
Turmas	Curso	Horário
2020-1	Geografia (matutino)	8:20 – 11:50h (segunda-feira)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- a) Geografia e marxismo
- b) Divisão Social do Trabalho; Divisão Internacional do Trabalho
- c) Tecnologias Radicais; Ciclos de Acumulação e Organização do Espaço
- d) Formação Sócioespacial do Brasil e Regiões

METODOLOGIA

Aulas Expositivas e Dialogadas, seminários, observação, anotações.

TÉCNICAS UTILIZADAS

Quadro Negro, retroprojektor, debates

ATIVIDADES EXTRA-CLASSE

Leitura de textos e livros;

Trabalhos de campo (Turismo, eventos e hotelaria em Santa Catarina)

AVALIAÇÃO

Uma prova, Monografia, relatórios de trabalho de campo, participação e interesse.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MÓDULO I -

a) Geografia e Marxismo

- 1) – Gênese e bases filosóficas
- 2) – As convergências metodológicas e teóricas
- 3) - As Escolas de Geografia, os paradigmas de formação social e geossistemas; e os conflitos ideológicos.

Textos de Discussão:

- MAMIGONIAN, Armen. Gênese e objeto da Geografia: Passado e Presente. In: **Geosul**, n.28, v. 14, Florianópolis: Ed. UFSC, 1999.
- CHOLLEY, André. Observações sobre alguns pontos de vista Geográficos. In: **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, n.179 (1ª parte, p.139-145), n.180 (2ª parte, p.267-276), 1964, p.139-145 e 267-276.
- MAMIGONIAN, Armen. A Geografia e a formação social como teoria e como método. In: SOUZA, M. A (org.). **O mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- PEREIRA, Raquel Maria Fontes do. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna**. 4ª Ed. Florianópolis: UFSC, 2009.
- SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.54, 1977, p.81-99.

Leitura Complementar:

- MAMIGONIAN, Armen. Debate: Geografia e Realidade. In: **Território Livre**, São Paulo, n.2, UPEGE, 1979, p.12-16.
- BERDOULAY, Vicente. **A escola francesa de geografia: uma abordagem contextual**. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- MONBEIG, Pierre. **Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1957.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **Geossistemas: a história de uma procura**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001, p.82.
- MAMIGONIAN, Armen. Tendências atuais da Geografia. In: **Geosul**, n.28, v. 14, Florianópolis: Ed. UFSC, 1999.
- MAMIGONIAN, Armen. A Escola Francesa de Geografia e o Papel de A. Cholley. **Cadernos Geográficos**. v.6. Florianópolis: Imprensa Universitária, UFSC/CFH/GCN, 2003.
- SANTOS, Milton. Geografia, marxismo e subdesenvolvimento. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v.19, n.1, 2015, p.166-172.
- BASTOS, José Messias; RAMOS, João V. M. Geografia e Marxismo – A escola de Ignácio Rangel. In: **VII Seminário Internacional - Teoria Política do Socialismo - Revolução Russa: 100 anos que abalaram o mundo; A Transição como Atualidade Histórica**; 2017, Marília. GT 707, 2017.
- RUELLAN, Francis. O Trabalho de Campo nas Pesquisas Originais de Geografia Regional. In: **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n.4, 1956, p.65-74.

MÓDULO II –

b) Divisão Social do Trabalho; Divisão Internacional do Trabalho

- 1) – As vias do desenvolvimento Econômico: os casos da Inglaterra, França, EUA e Japão
- 2) – Economia mundo-europeia
- 3) – Desenvolvimento Desigual e Combinado
- 4) – Livre – Mercado x Protecionismo: as correntes do pensamento econômico
- 5) – Concentração e centralização do Capital

Textos de Discussão:

- Capítulo XXIV** - (O segredo da acumulação primitiva)- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. 2ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2017.
- Capítulo XXV** - (Teoria da Colonização)- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. 2ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DOBB, M. **Do Feudalismo para o capitalismo**. In: A Transição do Feudalismo para o Capitalismo. (org.) SWEEZY, Paul et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- TROTSKY, Leon. **Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia**. In: História da Revolução Russa. São Paulo: Ed. Sundermann, 2007.

Leitura Complementar:

- MAMIGONIAN, A. Tecnologia e desenvolvimento desigual no centro do sistema capitalista. **Revista de Ciências Humanas**, v. 1, n. 1, 1982.
- OLIVEIRA, A. P. de. Formação de uma economia regional no Leste Asiático. **Cadernos Geográficos**, n. 13, 2006.
- OKABE, Hiroji. Algumas reflexões sobre a formação do capitalismo japonês. In: **Argumento**: revista mensal de cultura, n. 3, ano 1, p. 51-65, 1974.

- DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara S.A., 1987.
- FAST, Howard. **Caminho da liberdade**, Editora Record, 1972.
- TOMASI, Giuseppe. **O Leopardo**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- HOLLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. Livre Comércio versus Protecionismo: uma antiga controvérsia e suas novas feições. In: **Estudos Econômicos**. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 28, n. 1, 1998, p. 33-75.
- NEVES, Léo de Almeida. A política brasileira e o Projeto Nacional. In: **Geografia Econômica, Anais de Geografia Econômica e Social: Brasil Questões Nacionais e Regionais**. Grupo de Pesquisa/CNPq Formação Sócio Espacial: Mundo, Brasil, Regiões. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: Impressão no Departamento de Geociências, abril de 2009, n.3, p.365-389.
- **O LEOPARDO**. Direção: Luchino Visconti. Produção: Goffredo Lombardo. Intérpretes: Burt Lancaster; Claudia Cardinale; Alain Delon e outros. Roteiro: Suso Cecchi d'Amico; Massimo Franciosa; Luchino Visconti; Pasquale Festa Campanile; e Enrico Medioli. Música: Nino Rota. DVD (185min), widescreen, color. Produzido por Versátil Home Vídeo. Baseado na obra “O Leopardo” de Giuseppe Tomasi di Lampedusa

MÓDULO III –

c) Tecnologias Radicais; Ciclos de Acumulação e Organização do Espaço

- 1) – Imperialismo Industrial e Financeiro
- 2) – Destruição Criadora
- 3) – Os ganhos financeiros virtuais e o prolongamento da estagnação econômica mundial

Textos de Discussão:

- LÊNIN, V.L. **O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo: Edições Mandacaru, 1990.
- MAMIGONIAN, Armen. TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NO CENTRO DO SISTEMA CAPITALISTA. In: **Revista de Ciências Humanas**, v.1, n.2, UFSC, Florianópolis, 1982.
- MAMIGONIAN, Armen. Os ciclos longos e as relações centro-periferia capitalistas. In: Teorias sobre a Industrialização Brasileira. **Cadernos Geográficos**, n.2. Florianópolis: UFSC, 2000.
- MAMIGONIAN, Armen. Kondratieff, ciclos médios e organização do espaço. **Geosul**, v.14, n.28, p152-157, jul./dez, Florianópolis, 1999b. p.152-157.
- MAMIGONIAN, Armen. Padrões Tecnológicos mundiais: o caso brasileiro. **Geosul**, v.14, n.28, p152-157, jul./dez, Florianópolis, 1999b. p.158-165.
- RANGEL, Ignácio M. O Brasil e a Revolução Científico-Técnica. In: **Ciclo, Tecnologia e Crescimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. P.138-145.

Leitura Complementar:

- SCHUMPETER, Joseph. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Trad. Possas, M.L. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Trad. Paulo, S.G. de. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.
- SCHUMPETER, Joseph. **O Fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico**. In a teoria desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1985.
- KONDRATIEV, Nicolai. **As ondas longas da Conjuntura: Com Seis Curvas**. Tradução Felipe Castilho de Lacerda. São Paulo: Com-Arte, PPGHE-USP, 2018.
- MAMIGONIAN, Armen. **PERIFERIA CAPITALISTA: METRÓPOLES E EQUIPAMENTOS COLETIVOS**. Simpósio A metrópole e a Crise. São Paulo, fevereiro de 1985.

MÓDULO IV –

d) Formação Sócioespacial do Brasil e Regiões

- 1) – Dualidades Brasileiras: rupturas e continuidades nos pactos políticos do Poder Nacional
- 2) – Substituição de Importações; fortalecimento da economia natural e a espacialização
- 3) – Projeto Nacional de Desenvolvimento: industrialização; urbanização e a questão agrária

- 4) – Os ciclos médios; a construção do edifício industrial e o Brasil como potencia regional
- 5) - O Centro Dinâmico Nacional e a Divisão Regional do Trabalho
- 6) - Imperialismo norte-americano; neoliberalismo e a destruição da indústria brasileira

Textos de Discussão:

- MAMIGONIAN, Armen. O mundo no final do século XX e início do século XXI. In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.100, (Edição Comemorativa), 2018, p.173-205.
- RANGEL, Ignacio M. História da dualidade brasileira. In: **Revista de Economia Política**, v.10, nº 4, 1981.
- RANGEL, Ignacio M. **Economia: milagre e anti-milagre**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
-

Leitura Complementar:

- MAMIGONIAN, Armen. O processo de industrialização em São Paulo. In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.50, 1976, p.83-102.
- MAMIGONIAN, A. Notas sobre o processo de industrialização no Brasil. In: **Boletim do Departamento de Geografia**, Presidente Prudente, n. 2, 1969, p. 55-63.
- MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre a geografia urbana brasileira. In: SANTOS, Milton (Org.) **Novos rumos para a geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1988, p.203-208.
- MAMIGONIAN, Armen. O Nordeste e o Sudeste na divisão regional do Brasil. In: **Geografia Econômica - Anais de Geografia Econômica e Social**. UFSC. Florianópolis: Impressão no Departamento de Geociências, Abril de 2009.
- MAMIGONIAN, Armen. Imperialismo, universidade e pensamento crítico. In: **Revista Intellector**, n.1, v.1, Pelotas – RS, Cenegri, 2004.
- MAMIGONIAN, Armen. Capitalismo e Socialismo em fins do século XX. In: **Ciência Geográfica**, Bauru- São Paulo, v. 7, n. 18, 2001, p. 04-09.
- MAMIGONIAN, Armen. Marxismo e globalização: as origens da internacionalização mundial. In: SOUZA, A. J. et al. (Org.). **Milton Santos: cidadania e globalização**. Bauru, SP: AGB/Saraiva, 2000.
- RANGEL, Ignacio M. A Questão Agrária e o Ciclo Longo. In: **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, [1986] 2005, v.2, p. 129-140.
- RANGEL, Ignacio M. Dualidade Básica da Economia Brasileira. In: RANGEL, I. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, [1957] 2005, v. 1, p. 285-338.
- BASTOS, J. M. Rangel e a Geografia: algumas considerações. In: **Ignácio Rangel: Decifrador do Brasil** / Felipe Macedo de Holanda, Jhonatan Uelson Pereira Souza de Almada, Ricardo Zimbrão Affonso de Paula (Organizadores). São Luís: Edufma, 2014.
- MAMIGONIAN, Armen. O Desenvolvimento do Brasil Segundo o “Perigoso” Rangel: **Entrevista**. 2019. Disponível em: <<http://revistaursula.com.br/blog/2019/07/03/o-desenvolvimento-do-brasil-segundo-o-perigoso-rangel/#>>. Acesso em: 03 jul. 2019.
- MAMIGONIAN, Armen. Ignácio Rangel e seus interlocutores. In: **Ignácio Rangel: Decifrador do Brasil** / Felipe Macedo de Holanda, Jhonatan Uelson Pereira Souza de Almada, Ricardo Zimbrão Affonso de Paula (Organizadores). São Luís: Edufma, 2014.
- MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre as raízes e originalidade do pensamento de Ignácio Rangel. In: In: **O pensamento de Ignácio Rangel**, (Org.) MAMIGONIAN, A e REGO, J. M. São Paulo: Ed.34, 1997.
- MAMIGONIAN, Armen. Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel. **Geosul**, n.3, 1º sem., Florianópolis: Ed. UFSC, 1987, p.63-71.
- RANGEL, Ignácio M. Características e perspectivas da integração das economias regionais. **Revista do BNDE**, 1968.
- RANGEL, Ignacio M. “Vamos sair da crise”: um debate com Ignácio Rangel e Luiz Carlos Bresser Pereira. **Geosul**, v.14, n.28, p.201-225, jul./dez. de 1999, p.201-225.

PLANO DE CURSO	2
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	2
 MODULO I – GEOGRAFIA E MARXISMO	 7
Gênese e objeto da geografia: passado e presente	7
Observações sobre alguns pontos de vista geográficos	10
A geografia e “A formação social como teoria e como método”	18
A possibilidade de articulação sociedade/ natureza no marxismo	25
Sociedade e Espaço: A Formação social como Teoria e como Método	28
 MODULO II – DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO, DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO	 38
Cap. XXIV: A chamada acumulação primitiva	38
Cap. XXV: A moderna teoria da colonização	52
Do feudalismo para o capitalismo	60
Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia	64
 MODULO III – TECNOLOGIAS RADICAIS: CICLOS DE ACUMULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO	 73
A Concentração da Produção e os Monopólios	73
Tecnologia e desenvolvimento desigual no centro do sistema capitalista	84
Os ciclos longos e as relações centro-periferia capitalistas	92
Kondratieff, Ciclos Médios e Organização do Espaço	95
Padrões tecnológicos mundiais: o caso brasileiro	98
O Brasil e a Revolução Técnico-Científica	102
 MODULO IV – FORMAÇÃO SÓCIOESPACIAL DO BRASIL E REGIÕES	 109
O mundo no final do século XX e início do século XXI	109
A História da Dualidade Brasileira	133
Economia: milagre e anti-milagre	159
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 210

MODULO I – GEOGRAFIA E MARXISMO

TEXTO I

Geosul, nº28

Gênese e objeto da geografia: passado e presente¹

A. MAMIGONIAN

A geografia responde, como outros conhecimentos, à necessidade de descrição e explicação do mundo: da natureza que nos envolve e cujas leis de funcionamento nos interessam, bem como da sociedade, cujas leis, mais complexas e mutáveis, igualmente fazem parte do interesse dos homens. Assim, os conhecimentos geográficos aparecem timidamente desde os tempos primitivos da humanidade (as tábuas de navegação dos polinésios, conforme o exemplo de De Martonne). Continuaram e se sofisticaram com as primeiras civilizações da China, Mesopotâmia, Grécia, etc. Mas foi entre os gregos que alcançou as primeiras conotações de ciência.

Coincidentemente foi nos séculos V e IV a.C. que ela alcançou entre os gregos os primeiros sinais de maturidade, com Heródoto e Tucídides pais ao mesmo tempo da geografia e da história. Igualmente nesta época a cultura grega alcançou o máximo de sua maturidade na Filosofia (Sócrates), no teatro (Sófocles), entre outras áreas de conhecimento. Provavelmente geografia, história, filosofia, teatro, etc, amadurecidos na mesma conjuntura, responderam a perguntas, indagações e dúvidas que diziam respeito às mudanças radicais sofridas pela civilização grega. Demóstenes lembra que antigamente se falava da vitória dos atenienses e Maratona ou em Salamina, enquanto que depois era a tal ou qual general que cbia o mérito de ter vencido o inimigo; a demissão política do povo ateniense, no dizer de C.Moisés (As instituições gregas) foi acompanhada de sua predileção pelos chefes militares gloriosos, que a divindade indicava através da vitória.

Tratou-se de uma prolongada e conflituosa substituição do modo de produção antigo (Marx), isto é, da pequena produção mercantil sólida, baseada na separação de camponeses e artesãos livres e prósperos, por uma paulatina diferenciação social que conduziu ao empobrecimento de parte dos camponeses, com resistências na defesa da reconstituição de um certo igualitarismo (reforma de Sólon, entre outros), e a emersão de uma aristocracia rural, que se baseava crescentemente no trabalho escravo. Assim sendo, a primitiva vitalidade dos tempos homéricos foi sendo substituída por um crescente prestígio da guerra e desprezo pelos ofícios artesanais, que chamou atenção de Heródoto, ao comparar gregos e egípcios.

A passagem conflituosa do igualitarismo ligado à comunidade primitiva e posteriormente à pequena produção mercantil, base material da democracia grega a um sistema crescentemente escravista e desigual

¹ Trabalho apresentado no I Simpósio Internacional de História da Ciência, Piracicaba, USP-UNICAMP, outubro de 1991.

está na raiz da mudança da sociedade grega. A altura dos séculos V e IV a.C., a intelectualidade se pergunta o que havia mudado e por que os gregos daquela época não eram mais os gregos de antigamente. Para tentar responder a estas dúvidas surgem várias tentativas: 1) a história procurou o caminho no esforço de decifração do passado; nas instituições primitivas, nos acontecimentos bélicos, que haviam ocorrido; 2) a geografia realizou seu esforço de cotejar os gregos daquela conjuntura com os chamados, bárbaros, tendo Heródoto muitas vezes realizado nos seus escritos comparações elucidativas e participado ativamente de viagens ao mundo exterior conhecido de então; 3) a filosofia de Sócrates, diante dos primeiros problemas psicológicos nas relações sociais e individuais alienadas, procura o caminho do “conheça-te a ti mesmo”; 4) o teatro, como por exemplo, na Antígona (Sófocles), coloca as questões das leis antigas e novas que dilaceravam o destino e a felicidade humana.

Nota-se que tanto geografia, história, filosofia e teatro tendiam a ter visões globais, abrangentes, que procuravam descrever e explicar a realidade, sem estabelecer limites rígidos para o seu pensar. O objeto da geografia, desde os seus inícios gregos até hoje, tem girado em torno de uma visão holística que abarque o natural e o social, mesmo que suas leis não sejam estritamente as mesmas e suas relações sejam mutáveis e de difícil apreensão.

A geografia, além da gênese grega, teve uma segunda gênese, entre os alemães do início do século XIX. Ao longo dos séculos XVI-XVIII várias ciências foram se setorializando em relação ao conjunto dos conhecimentos humanos, como a política (Maquiavel), a economia (Smith), etc, mas a geografia que começa a ser repensada por Kant e Hegel é, como a grega, globalizadora, continuando a abranger campos que foram se setorializando (águas, clima, solo, economia, etc) anteriormente. Seu mérito, como o da história, foi de se manter um cruzamento de conhecimentos que se iam especializando aceleradamente. Por isto mesmo o conhecimento geográfico do delta do Tonquim foi tão importante estrategicamente para americanos e vietnamitas.

Assim sendo, as contribuições gregas como as germânicas (Humboldt e Ritter) e as posteriores contribuições da escola geográfica francesa (La Blache), continuam de viva utilidade hoje em dia, a medida que a geografia encontra mais intensamente o marxismo após a derrota americana no Vietnã. Tanto geografia como marxismo tem a tendência à postura holística, hoje cada vez mais indispensável às tentativas de decifrar a complexidade do mundo. Cabe aos geógrafos de hoje retomar a tradição que a “École des Annales” (L.Febvre e M. Bloch) herdou de Vidal de La Blache e que tanto vitalizou a história; isto é a procura incessante da interdisciplinaridade, que na década de 40 aparecia nitidamente em L.Febvre (Géographie Linguistique), G.Le Brás (La géographie religieuse), F.Braudel (Une géographie de l’individu biologique?), H. Baulig (M.Bloch, géographie), etc. Mas enquanto a ótica da interdisciplinaridade dos geógrafos, devido a composição social de suas lideranças, acabou aprisionada pela rigidez da busca das permanências, o caráter transitório dos acontecimentos, questionando a própria noção de região, pois esta dependia, na verdade, do problema e da época que se tinha em mente, como assinalou já em 1913 M.Bloch: “por que devemos esperar que o jurista interessado no feudalismo, o economista que está estudando a

evolução da propriedade no interior do país nos tempos modernos, e o filólogo que trabalha os dialetos populares tenham todos que respeitar fronteiras precisamente idênticas?” (P.Burke: A escola dos Annales: 1929-1989).

E não se tratava de uma interdisciplinaridade fria, mas ativa. M.Bloch julgava necessário que o historiador regional combinasse as habilidades de um arqueólogo, de um paleógrafo, de um historiador das leis e assim por diante.

Além da interdisciplinaridade, havia da parte da geografia e posteriormente da história a preocupação pela totalidade, pela realização de estudos globais, que distinguissem vários níveis da “construção” estudada, desde os alicerces e do porão até o sótão, o que significava um primeiro nível de forte participação dos fenômenos naturais na via humana (de mudanças lentas), um outro nível de atuação das estruturas econômico-sociais e um nível mais elevado dos acontecimentos políticos e eventos em geral. Mas aqui novamente uma diferença importante: enquanto na geografia a preocupação por causalidade frequentemente se prendeu à rigidez do esquema possibilismo-determinismo nas relações homem-meio, entre os historiadores, muitas vezes até espontaneamente ou por influências marxistas, foi-se percebendo a existência de múltiplas determinações, desde aquelas naturais até as econômico-sociais, políticas, culturais, etc, como aparece em F.Braudel, por exemplo.

A renovação por que passa a geografia atualmente requer uma radicalização teórica, no sentido de recuperar a interdisciplinaridade e a visão de totalidade propiciadas pelos paradigmas de formação sócio-espacial e de geo-sistema. Isto quer dizer que quem faz geografia humana deve assumir funções não somente de geógrafo estrito-senso, mas de historiador, economista, sociólogo, etc.

TEXTO II

Boletim Geográfico, nº179

Observações sobre alguns pontos de vista geográficos

A. CHOLLEY

Perturbam-se geralmente os jovens-estudantes quando lhes é solicitado precisar o sentido de certas expressões geográficas, modos de atividade, gêneros de vida, região, etc... A adaptação às condições naturais, a geografia, ciência da paisagem, a geografia é uma síntese, são referências que não os deixam senão na incerteza. Tais expressões, muitas vezes, são repetidas por hábito, automaticamente, sem se cuidar de que muitas dentre elas perderam seu sentido ou, hoje estão ultrapassadas, tendo-se enriquecido ou modificado sensivelmente o seu conteúdo. Pareceu-nos, em vista disso, que seria conveniente tecer a esse respeito, algumas considerações, confrontando o sentido tradicional das expressões do vocabulário geográfico com aquilo que estimamos ser a realidade geográfica.

A realidade geográfica

O domínio das ciências físicas ou naturais é fácil de delimitar; não há hesitação. O mesmo não acontece, à primeira vista, pelo menos, no que diz respeito ao domínio da geografia. Ainda não foi esquecido o tempo em que as considerações geográficas figuravam sempre a reboque das outras disciplinas. Falava-se da geografia biológica quando era encarada a repartição das formas de vida em uma certa extensão, de geografia agrícola quando se considerava a área de ocorrência de uma cultura ou de um tipo de criação, etc... A geografia não passava, então de uma atitude do espírito em fase de objetos do conhecimento cujo estudo estava afeito às ciências objetivas ou históricas.

Contudo, existe realmente uma realidade geográfica, um domínio geográfico, que pode ser definido e delimitado.

Quando procuramos reduzir a realidade geográfica a seus elementos mais simples, chegamos à noção de combinação de complexo, expresso, essencialmente, por fenômenos de convergência. Certamente, não de dizer: é complexa a estrutura de toda realidade; os fenômenos estudados pela mineralogia, pela meteorologia, pela física, por qualquer ciência da natureza oferecem, todos, esse caráter de combinações ou complexos. Qual será, pois, a originalidade da geografia? Preliminarmente, podemos dizer que as combinações estudadas por essas ciências têm estrutura menos complexa que aquelas de que cuida a geografia. Além do mais, a atitude dessas ciências é muito diversa; elas se esforçam em decompor as combinações em seus elementos mais simples, para depois, considerá-los separadamente, enquanto a geografia, por sua vez, toma a própria combinação como objeto de seu estudo, procura determinar os caracteres dessa combinação e as razões da convergência dos elementos que a compõem a repartição ou a

frequência dessa mesma combinação na superfície do globo. A consideração dos elementos que entram na combinação e nas modificações de estrutura que daí resultam não é senão relativa.

Ainda há diferenças mais bem definidas. Pelo momento, fixemo-nos em duas distinções principais, deixando para nos aprofundarmos mais na questão depois de havermos precisado a estrutura e as modalidades dessas combinações.

As combinações que são objeto da geografia oferecem uma localização especial, é a primeira diferença a assinalar. O plano no qual elas se manifestam se confunde com aquele em que entram em contato os grandes elementos constitutivos do globo terrestre, a terra, as águas, a atmosfera: nós o designamos como superfície do globo. E é precisamente porque esse plano de contato existe, que tais combinações se produzem, provocando nos elementos atmosféricos, hidrológicos ou terrestres, modificações de estrutura de incontestável originalidade. Daí o forte interesse apresentado, ao mesmo tempo, por esse plano particular e pelas combinações de que ele é o local onde se manifestam.

É conhecido o fato de como o vento que sopra na superfície do globo é diferente do vento teórico ou daquele que, através de aparelhos, pode ser observado nas camadas superiores da atmosfera. Este vento se modifica, carregando-se de umidade no contato com o oceano e sua temperatura se eleva ou se refresca; escalando uma escarpa do relevo continental ele se resfria, provoca precipitações e, uma vez transposta a linha de cumeada, ao descer a encosta oposta, ele se aquece, alcançando a planície sob um céu luminoso, e uma temperatura tépida. Essas modificações sofridas pelo vento no contato da superfície provocam verdadeiro enriquecimento de suas manifestações e, de fenômeno puramente atmosférico, ele se torna o elemento de uma combinação geográfica realizada no plano em que a atmosfera se põe em contato com a superfície do oceano e as irregularidades do relevo terrestre.

Há, ainda, outra maneira de desvendar o caráter geográfico de uma combinação: é verificar se ela contribui para criar, no próprio local em que se produz, um meio particular que sirva de quadro às manifestações da vida, particularmente àquelas que exprimem as atividades dos grupos humanos.

Devemos, pois, eliminar do domínio geográfico todas as combinações, todas as convergências de caráter acidental, pois a ideia de meio implica em uma noção de estabilidade, de duração ou de renovação periódica. Sem dúvida, no momento presente estão se processando múltiplas mudanças de valores nos elementos climáticos que nossos instrumentos podem perceber. Mas é somente quando essas mudanças marcam no Quaternário a alternância de períodos glaciares e interglaciares — que se realiza, verdadeiramente, um meio, ao qual se devem adaptar a vida animal ou vegetal e ao qual se devem acomodar, as sociedades humanas para organizar seu gênero de vida. Da mesma maneira, uma manifestação da atividade microbiana que tenha um caráter excepcional ou irregular pode conduzir a graves consequências, provocar verdadeiras catástrofes, mas não criará, verdadeiramente, um meio, a não ser que assuma um caráter estável ou periódico.

É o mesmo ponto de vista que, no domínio das criações humanas nos leva a dizer que a sucessão dos governos nos países da Europa no século XIX não teve, do ponto de vista geográfico, ressonância

comparável à que assinalou a série de manifestações suscitadas pelo liberalismo econômico, pois este criou uma atmosfera nova, um novo meio ao qual se adaptaram as várias combinações elaboradas nos diversos domínios da atividade humana.

Nada nos impede de pensar que certas combinações podem em dado momento, penetrar no domínio geográfico, assumir um caráter geográfico, enquanto que em outras ocasiões elas perderão esse caráter, por não serem mais capazes de realizar um meio relativamente estável. Do mesmo modo, as combinações que só interessam a um indivíduo ou a uma categoria social não podem ter valor para a geografia. É preciso que elas interfiram com a totalidade de um grupo humano, seja qual for; o seu valor numérico ou a sua extensão: tribo, grupo étnico, estado, etc... As combinações de caráter geográfico respondem, assim, a medidas bem determinadas, com relação ao espaço e ao tempo: é este duplo caráter que garante sua originalidade.

Importa, agora, mostrar o que é realmente uma combinação.

As combinações podem ser divididas em três grandes categorias: as que resultam, unicamente, da convergência de fatores físicos; aquelas, já mais complexas, que são, a um tempo, de ordem física e de ordem biológica; as mais complicadas e por isso mesmo, mais interessantes, que resultam da interferência conjunta dos elementos físicos; dos elementos biológicos e dos elementos humanos.

São estas últimas que estudaremos de início. Elas se realizam, sempre, por ocasião do exercício de uma das atividades necessárias à vida dos grupos humanos: atividade agrícola, de criação industrial, etc... É, justamente, ao provocar essas convergências de elementos físicos, biológicos e humanos, que o grupo humano consegue resolver os duros e numerosos problemas que lhe são expostos pela vida. Já mostramos anteriormente, a propósito do sistema loreno (Annales de Géographie, 1946) qual era a estrutura de uma combinação agrícola; a porção do território que constitui o terroir, sobre o qual se exerce essa atividade agrícola, representa, na combinação, o elemento físico (solo e clima), o conjunto das plantas cultivadas, sendo condicionado pelos fatores biológicos. Tudo o mais procede, diretamente, da atividade do homem: primeiro, a aldeia, com o grupo humano que abriga, caracterizado este pelo seu valor numérico, sua estrutura social e seu nível de vida; em seguida o sistema de que se assinala pela organização do terroir (estrutura agrária), pela escolha das culturas e de sua rotação, pelo processo de cultivo enfim, que põe em utilização toda uma técnica (sistema de atrelar, máquinas, mão-de-obra, etc.). Percebemos, pois, dessa maneira uma convergência de fatores físicos, biológicos e humanos, provocada pelo homem para obter as colheitas necessárias à sua sobrevivência.

Podem-se citar exemplos que poriam em evidência as mesmas categorias de fatores e cujas diferenças resultariam de seus traços próprios ou de sua dosagem. O sistema da velha policultura mediterrânea com seu processo de cultivo rudimentar: (arado e pequenos animais de tiro), a parte importante ocupada pela criação, a preponderância das culturas cerealíferas, revela uma combinação menos aperfeiçoada; isto é, mais próxima das condições físicas e biológicas. É uma combinação de outra ordem aquela que foi realizada no século XIX nos "países novos", para o abastecimento em trigo de uma Europa

em vias de industrialização e de urbanização: cultura extensiva e mecanizada por causa da insuficiência de mão-de-obra, fraqueza dos grupos humanos, terroirs uniformes, afolhamentos pouco complicados ou inexistentes, estrutura social pouco diferenciada, etc.

As diversas formas de criação que podemos identificar na superfície do globo, no espaço como no tempo, correspondem, elas também, à combinação do mesmo gênero. Uma das combinações mais elementares que possamos reconhecer, isto é, onde os fatores físicos e biológicos pesam muito mais do que os fatores humanos, é aquela dos índios norte-americanos ao tempo da conquista pelos europeus, igualmente a dos antigos lapões, que, em pequenos grupos, não faziam mais que acompanhar o rebanho em seus deslocamentos. O nomadismo se apresenta como uma combinação mais aperfeiçoada, na qual encontramos, sempre, os elementos biológicos (rebanhos e pastagens) e os elementos físicos (clima da estepe e vastas extensões a percorrer), mas a parte dos fatores humanos já assumiu certa importância: assiste-se a uma verdadeira organização do terroir para garantir os deslocamentos e a estrutura social do grupo humano já é mais aperfeiçoada. Vê-se, mesmo, aparecer uma organização política que regula as trocas, suscita o aparecimento de cidades, pode estender-se a vastos domínios e servir de base a uma verdadeira civilização. Por sua vez, a fórmula de associação agricultura-criação, tão característica da agricultura europeia, exprime uma combinação infinitamente mais rica em fatores humanos e, conseqüentemente, mais flexível e variável. É sabido que ela não se estabelece sobre as mesmas bases, em regiões de prados permanentes ou de capineiras abundantes, em regiões de openfield, onde a terra de cultura se confunde com a terra de criação pela intervenção do pousio, enfim, em regiões de bocage, onde ao contrário, o campo e os pastos são inteiramente dissociados. Foi talvez no século XIX que as combinações dos sistemas pecuários mais se diversificaram: elas trazem a marca das condições que presidiram a seu nascimento criados pelo liberalismo econômico. O abastecimento da Europa, por outro lado, acarretou a procura de outras pastagens novas para a produção de carne, leite, manteiga, lã, etc... Assistiu-se ao desenvolvimento, na Austrália, na Argentina, na América do Norte, na África do Sul, de uma nova forma de pecuária a que nos acostumamos a chamar de pecuária dos países novos. É uma forma extensiva, em relação com as grandes áreas de terras não trabalhadas e pouco habitadas, mas é também um tipo de pecuária especializada e comercializada, pois as trocas que origina estão na dependência estreita do comércio internacional e dos meios de transporte aperfeiçoados. Ao mesmo tempo que tal sistema se desenvolvia nos países novos, onde provocava uma forma de organização da terra e desencadeava um povoamento mais importante, assistiu-se, na Europa, ao nascimento de uma nova combinação de caráter intensivo e especializado e na qual a parte dos fatores humanos se tornou mais e mais preponderante.

Cada uma dessas combinações provocou certo tipo de povoamento do solo, criou uma estrutura social mais ou menos diferenciada, determinou uma forma de organização da terra, fez, mesmo surgir focos regionais por um gênero de vida bem característico.

Contudo, são as combinações suscitadas pela atividade industrial que, evidentemente, melhor atestam a parte preponderante, por vezes exclusiva pelos fatores humanos, às custas, mesmo, dos fatores

físicos ou biológicos. A indústria química é exemplo o mais significativo desse tipo de combinação. É desnecessário alinhar outros exemplos.

As combinações que exprimem, para nós, a realidade geográfica não corresponde a uma simples construção do espírito. Nós as percebemos em plena evolução, e podemos, mesmo, assistir a seu nascimento e seu desaparecimento, o que nos leva, evidentemente, a melhor conhecer sua estrutura e seu dinamismo. O aparecimento de formas novas de criação no mundo, no decorrer do século XIX (a criação extensiva na Europa, a pecuária extensiva dos "países novos"), já é, a esse respeito, uma indicação preciosa, mas o exemplo mais significativo talvez nos seja oferecido pela ocupação de valorização da pradaria canadense no final da mesma centúria. É sabido que foi um fato político a vontade de consolidar a confederação nascente que levou o governo a provocar o povoamento dessas terras destinadas a servir de traço de união entre o Canadá de leste e a Colúmbia Britânica. Certamente, o problema não era de fácil solução, em face dos rigores de um clima de invernos muito longos e muito acentuados, com verões muito curtos e, com frequência excessivamente secos. Nessas planícies estepárias varridas por violentas tempestades, as únicas combinações até então realizadas tinham sido, unicamente, combinações pecuárias, aquelas que melhor se adaptavam às exigências físicas e às condições biológicas e que se acomodavam a um povoamento extremamente rarefeito e mal fixado, combinações totalmente elementares, aliás, uma vez que o homem nelas não desempenhava senão um papel quase passivo, como vimos anteriormente.

A agricultura, era, evidentemente, a forma de atividade capaz de aí implantar maior densidade de povoamento. A solução adotada revela, claramente, o mecanismo de uma combinação em vias de organização. O ponto central, sem dúvida, era encontrar uma cultura adaptada às condições climáticas, problema biológico. Após diversas tentativas e longas pesquisas, a solução foi encontrada obtendo-se por meio de hibridação (partindo de um trigo hindu e de outro da Galícia) uma espécie nova de trigo que resistiria a um tempo à seca e ao frio. A combinação estaria em condições de se realizar quando, depois de haver dividido as terras em lotes, que deveriam caber a cada família de colono (estrutura agrária), a "Canadian Pacific Railway" promoveu uma grande corrente imigratória que tinha sua origem na Europa. Desde então as colheitas se sucederam; viu-se erguerem-se celeiros e elevadores; as cidades surgiram e com elas as trocas. Uma sociedade nova se fundava, muito diferente das sociedades puramente camponesas da Europa Ocidental, parente próxima, ao contrário daquela que, em condições análogas, se havia constituído nos Estados Unidos, quando da fase pioneira do povoamento das grandes planícies centrais. A combinação canadense, implantada toda ela em fins do século XIX, produziu, pois, os efeitos de ordem econômica (criação de riquezas), social, pode-se dizer, mesmo, regional e política que dela se poderia esperar.

Em seguida às crises do trigo que se sucederam depois da Primeira Grande Guerra, sem dúvida, também, em vista das modificações provocadas pela urbanização da pradaria e pelo desenvolvimento da atividade industrial e para remediar o povoamento insuficiente ou os inconvenientes de uma estrutura social por demais elementar, foram introduzidas transformações que provocaram a substituição da combinação

inicial por outra: um sistema de policultura se desenvolveu, mais denso, que permitiu o amortecimento do efeito das crises agrícolas e condicionou um povoamento e uma estrutura social mais estratificada e mais capaz de alcançar equilíbrio.

As combinações, portanto, nascem, evoluem, morrem. Vemo-las conquistar o espaço: a combinação lorena, por exemplo, estendeu-se durante séculos à maior parte dos campos da metade setentrional da França, pois ela é encontrada até nas regiões do Oeste e no Périgord. Vemos as combinações se aperfeiçoarem, alcançarem pleno desenvolvimento, isto é, realizarem o máximo de povoamento compatível com sua eficácia. Aperfeiçoa-se a estrutura social, eleva-se mais ou menos o nível de vida e criam-se bens de consumo e de trocas. Depois, o sistema dá sinais de fraqueza, as crises se multiplicam, o movimento demográfico se amortece, as modificações no equilíbrio social aparecem e, finalmente, a combinação se desloca, cedendo lugar por substituição, a uma nova combinação.

A todo esse encadeamento assistimos no fim do século XIX, no que diz respeito ao sistema loreno citado anteriormente. Sem dúvida, a partida da mão-de-obra atraída pelos ofícios urbanos provocando a desorganização da estrutura social, base fundamental da combinação, deu-lhe o golpe mortal. Pequenos proprietários que permaneceram nas aldeias foram forçados a modificar seus processos de cultura (compra de máquinas para substituir a mão-de-obra deficiente), o que lhes ocasionou importantes despesas. E foi, em grande parte, para cobri-las que começaram a criar pastagens fechadas, de arame farpado, o que iria provocar o reagrupamento das terras e, ao mesmo tempo, abriria uma larga brecha no velho sistema de estrutura agrária favorecendo a orientação da economia no sentido das especulações em torno da pecuária (engorda, fabricação de manteiga e queijos). Vemos, hoje, os resultados dessa substituição que criou uma classe de médios proprietários, mais remediados, ao lado daqueles que permaneceram pequenos proprietários, ou de rendeiros ou simples assalariados; a demografia, que se havia debilitado, sensivelmente, reanimou-se e o nível de vida também se elevou. Todos esses índices nos demonstram como a combinação se modificou: adaptação, sem dúvida, tardia às condições econômicas novas do século XIX.

Evolução análoga foi estudada por M. Smotkine no vale do Cèze e nas Cevenas, onde a persistência longa demais do velho sistema de exploração produziu, pelo fim do século XIX, verdadeira catástrofe demográfica. Essa hemorragia demográfica correspondia, em suma, à eliminação do excedente populacional que o sistema secular de cultura não conseguia mais sustentar e de que não podia mais satisfazer às aspirações. Assistiu-se depois, a organização de uma nova combinação baseada sobre especialização (criação e exploração da floresta nos altos vales, horticultura e fruticulturas, viticultura nas regiões em que os vales se alargam e se abrem para as planícies). Explorações novas, reagrupando as terras, começaram a substituir os povoados em ruínas. Uma estrutura social mais diversificada se constituiu, então, em torno da classe dos proprietários médios, nitidamente em expansão.

O exercício da atividade industrial nos revelaria, igualmente, combinações organizadas pelo homem, com auxílio de elementos tomados ao meio físico (matérias-primas de origem mineral) ou ao meio biológico (matérias-primas, de origem vegetal ou animal), e respondendo à fabricação da maquinaria necessária à sua

ação. Contudo, é fácil perceber que a estrutura dessas combinações não é da mesma ordem que a daquelas que dizem respeito à atividade agrícola. Nesta, a parte dos elementos tomados ao domínio físico ou biológico conserva largamente a primazia. É somente naquelas combinações as mais evoluídas que a parte do homem assume, nitidamente, a preponderância (sistemas de cultivo intensivos e especializados). Nas combinações industriais ao contrário, os elementos propriamente humanos como organização do trabalho, técnica, mão-de-obra, assumem rapidamente primeiro lugar. Neste ponto de vista, duas diferenças capitais separam as combinações industriais das combinações agrícolas. Por seu dinamismo, as primeiras são susceptíveis de criar a riqueza de uma maneira maciça, geradora de poder, donde seu interesse político. Enfim, elas são independentes da tirania de um terroir contínuo, pois a fabricação não precisa ser estabelecida no local de produção da matéria-prima, nem tampouco, no do consumo dos produtos. Além da necessidade que se impõe, então, de organizar a ligação necessária entre os elementos de uma mesma combinação, depreende-se que a repartição dos limites de atividade responderá mais diretamente às condições de mão-de-obra e da técnica (transportes, organização dos mercados), que à influência das condições materiais.

As combinações físicas são muito mais simples. Com efeito, não exprimem senão convergências elementares, interessando dois ou três fatores somente. Os grandes conjuntos morfológicos que designamos de maciços antigos, bacias sedimentares, relevo de cuevas, etc. foram mesmo considerados até o presente como a expressão da erosão (e se trata aqui, somente, da erosão das águas correntes) sobre um canevas dado pela estrutura. Na verdade, nós temos verificado, mais e mais; que a morfologia estrutural não basta para, sozinha, explicar as formas do modelado. A parte central da bacia de Paris (*Annales de Géographie*, 1943), com vertentes fossilizadas sob detritos, seus vales muitas vezes dissimétricos não se explica sem que se faça somar à influência estrutural uma morfologia climática, respondendo a sistemas de erosão postos em ação sob a influência de climas subtropicais áridos ou semiáridos do Terciário, alternadamente temperados ou subárticos (solifluxões do quaternário) e que atuaram, cada um a seu modo sobre a base estrutural.

É sobretudo nos climas tropicais ou subpolares que essa morfologia climática se manifesta em toda sua força. A zona média de clima temperado oceânico ou continental (na Europa pelo menos) oferece, evidentemente, o espetáculo de uma morfologia que reflete mais a estrutura que as condições climáticas. Pode-se atribuir esse fato à influência do sistema de erosão pelo escoamento concentrado. Mas a razão última talvez seja encontrada nas oscilações climáticas, que tão frequentemente têm afetado essa zona intermediária, desde, pelo menos, a metade do Terciário, em consequência das modalidades diversas realizadas pelo sistema de trocas entre o ar polar e o ar tropical. Desse modo, uma morfologia climática não se pôde aí exprimir plenamente, nem realizar o equilíbrio ao qual corresponde a velha noção de peneplano. O contrário sucederia, com frequência nas regiões tropicais úmidas e talvez, ao que parece, nas regiões subárticas.

Pode-se ir mais longe na análise das combinações geográficas. A consideração de certos conjuntos morfológicos acaba de nos mostrar uma superposição possível de combinações: umas, de ordem elementar,

com predomínio do fator estrutural, outras, mais complexas, fazendo intervir todo um grupo de fatores de erosão, dependendo principalmente do clima. O domínio da atividade humana exprime superposições de complexos mais variados ainda, verdadeiros sistemas de combinações. É o espetáculo que nos oferecem, particularmente, os países da Europa Ocidental, onde o gênero de vida não resulta de combinações simples, que exprimem um único modo de atividade (agricultura ou criação), mas atividades múltiplas se traduzindo por combinações mais ou menos mistas, isto é, a um tempo agrícolas e industriais, ou bem decorrente das atividades de trocas. Tais complexos provocam, evidentemente, densidades mais fortes, constituem tipos de habitat mais complicados (cidades, vilas, subúrbios), estruturas sociais, enfim, muito estratificadas e hierarquizadas. Exemplos talvez mais sugestivos podem ser encontrados no leste dos Estados Unidos, nos países do Extremo Oriente. Esses agregados de combinações estão, certamente, em relação com os grandes focos de densidade — que eles provocam, aliás — mas não seriam eles determinados, em primeiro lugar, seja por condições físicas ou naturais favoráveis, seja por condições de ordem política particularmente eficazes? Existem, sem dúvida, na superfície da terra, regiões mais favoráveis que outras às convergências físico-biológico-humanas, lugares de eleição dessas combinações. São regiões particularmente bem-dotadas de recursos ou convenientemente colocadas para a expansão das trocas. Ao contrário, nas estepes ou nos desertos, regiões que nós chamamos de "regiões de repulsão", as condições não favorecem a renovação rápida das combinações e podem, mesmo, oferecer muito pouca escolha.

Contudo, a variedade das combinações, seu florescimento, sua sucessão mais ou menos rápida podem não estar unicamente em relação com as condições naturais. As condições políticas, étnicas, econômicas desempenham, neste particular, um papel não desprezível, que pode, de certo modo, corrigir as possibilidades ofertadas pela natureza. A Europa, Central e Ocidental, oferece a esse respeito, um exemplo interessante. A partilha de um território, já dividido naturalmente em um grande número de estados, pequenos, mas bem organizados, contribuiu para esse enriquecimento e a essa complexidade de combinações que constitui certamente o traço mais característico desta parte da terra. Pelo menos, por falta de espaço obrigou a atividade dos grupos humanos a se organizar, por assim dizer, em profundidade, criando uma espécie de superestrutura de atividades totalmente artificial (o caso da Bélgica nesse particular, é sintomático), realizando um povoamento denso, acumulando reservas de capitais, aperfeiçoando a técnica, meios com os quais a Europa pôde empreender no século XIX a organização de todo o mundo em seu proveito. Esses complexos são, assim, suscetíveis de engendrar o poder. São também responsáveis pela gênese e o florescimento magnífico da vida regional que nessa parte da Europa se observa há muito tempo.

Uma evolução análoga está ocorrendo na parte ocidental dos Estados Unidos. Poder-se-ia, igualmente, mostrar que existem, não somente lugares onde ocorrem combinações mais ou menos complexas, mas, também, épocas mais ou menos favoráveis que outras a seu florescimento, no curso da história de um povo ou de uma civilização.

TEXTO III

O mundo do cidadão, um cidadão do mundo

A geografia e “A formação social como teoria e como método”

ARMEN MAMIGONIAN

O mais importante texto teórico de M. Santos é, segundo meu ponto de vista, “Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método”, publicado em 1997 no Boletim Paulista de Geografia nº 1, vol. 9, do mesmo ano e em outras revistas.

Curiosamente este texto fundamental não recebeu a atenção devida, como se percebe na sua ausência em “The best of Antipode 1968 – 1983” (?), na pequena repercussão nos dois maiores centros de pesquisa geográficos brasileiros (USP e UFRJ), na sua ausência da bibliografia de algumas disciplinas de metodologia de Geografia na própria USP, no livro Geografias Pós – Modernas de Soja, etc. No entanto, este trabalho constitui o marco fundamental da renovação marxista da geografia humana atual.

O artigo tem o mérito de reafirmar o caráter global e de totalidade da visão geográfica, que existe desde os gregos (Heródoto), passando pelos alemães, fundadores da moderna geografia (século XIX), e que está em debate na segunda metade do século XX nas discussões sobre geossistema e formação social, os dois paradigmas da nossa ciência, apesar da grande confusão teórica reinante.

1

A geografia moderna (Humboldt e Ritter) e o marxismo (Marx e Engels) nasceram ao mesmo tempo, na primeira metade do século XIX, na Alemanha e ambos herdeiros da filosofia clássica alemã (Kant e Hegel), com a diferença de que a geografia fez parte da ala direita desta matriz intelectual, enquanto o marxismo fez parte da ala esquerda. Por isto a geografia alemã possuía uma perspectiva dialética (e não positivista, como disse A.C. Moraes, entre outros) e uma visão globalizadora e de totalidade da natureza e da sociedade, de maneira semelhante ao marxismo.

Deve-se notar que a geografia nasceu após a vitória do capitalismo sobre o feudalismo na Europa Ocidental, mas não ainda na Alemanha, e depois do aparecimento da ciência política e da economia. A questão do poder e da razão de Estado, retomadas pela geografia no século XIX (desembocando na geopolítica), foram colocadas pela primeira vez nos tempos modernos por Maquiavel, no início do século XVI, quando a unificação político-territorial era questão premente para a continuidade do capitalismo nascente nas cidades-Estado italianas. Nota-se que o fracasso da unificação política na Itália foi uma das razões do fracasso do capitalismo nas suas cidades – Estados, mas a ciência política estava lançada e desempenhou o seu papel em outros países. A burguesia inglesa, vitoriosa politicamente (Revolução

Puritana), passou a “fabricar fabricantes” (Marx) e a teorizar a maneira de se expandir mais rapidamente, o que deu origem à ciência econômica, na segunda metade do século XVIII, com as análises de A. Smith sobre a divisão social e internacional do trabalho, como mecanismos centrais de acumulação.

As lutas sociais do século XIX, sob o capitalismo ascendente e o feudalismo decadente, permitiram descobrir a existência das classes sociais, tanto para vê-las como motores da história (Marx), como problemáticas para ordem estabelecida (A. Comte), originando a sociologia. Mas à medida que as contradições sociais tornaram-se mais agudas e não se superaram na Europa Ocidental, os bloqueios sociais à realização individual conduziram ao nascimento da psicologia (Freud), na primeira metade do século XX. Já se tratava da ciência da patologia da sociedade capitalista.

Geografia e marxismo, como já se disse, nasceram de raízes comuns, mas o marxismo se preocupou basicamente com a crítica ao capitalismo, com a alienação do trabalhador, com a luta de classes, sendo herdeiro não somente da filosofia clássica alemã, mas também do socialismo francês e da economia política inglesa, mais internacional nas suas origens do que a geografia, uma ciência sobretudo alemã.

Assim como a filosofia clássica alemã foi uma resposta ao atraso político, social e econômico da Alemanha, igualmente foi a geografia para a unificação política (completada em 1871) e à aceleração do desenvolvimento nacional, tendo uma visão de totalidade da natureza e dos homens, derivada do iluminismo e apoiada numa classe de senhores feudais, que liderou aquele processo. A geografia nasceu, assim, no interior de uma formação social que combinava atraso e avanço, isto é, um feudalismo que se transformava, de cima para baixo, em capitalismo precocemente financeiro e militarizado, mais dinâmico do que os já existentes na Europa.

2

A. von. Humboldt (1769 – 1859), originário da nobreza prussiana, admirava, como Marx, o poeta H. Heine, e na tradição dos grandes intelectuais do século XIX, herdeiros do iluminismo, acreditava na força do conhecimento, como Balzac (“o mundo me pertence porque eu o compreendo”). Humboldt costumava a dizer “amo o que compreendo, o que abarco em sua totalidade”. Sua formação lhe permitia ver, segundo suas palavras, a natureza “como um todo movido e animado por forças internas” e afirmava que “o descobrimento da verdade é inconcebível sem a divergência de opiniões” (K.R. Biermann: Alexander von Humboldt, Fce, México).

A maneira de Kant, Humboldt procurou abranger a geografia física e a geografia humana como estudos inter-relacionados, mas distintos. Como grande naturalista, com estudos de mineralogia e botânica na Universidade de Gotingen e na academia de minas de Friburgo, traçou as primeiras isotermas à escala mundial, elaborou os primeiros perfis topográficos (Andes, México, Espanha) que correlacionavam e comparavam os vários fenômenos naturais, e estabelecia permanentemente comparações no mundo natural, o que levou Engels (Dialética da natureza) a apontá-lo expressamente como um dos responsáveis pelo

enfoque comparativo, que abria brechas na visão conservadora da natureza. Estudou também ciências financeiras, econômicas e administrativas na Universidade de Frankfurt no Oder, completando-os na Academia Comercial de J. G. Bush, em Hamburgo, estudos que ele ironizava como “a arte de dominar o mundo, que só se compreende quando se tem conhecimento de tudo” e que lhe permitiu escrever dois livros fundamentais de geografia humana do México e de Cuba, os chamados “Ensaaios políticos”.

Enquanto Marx e Engels em 1845 redigiam “A ideologia alemã” (manuscrito), que lançava as teses fundamentais do materialismo histórico, Humboldt publicava o primeiro volume de *Cosmos* (o quinto e último em 1862, póstumo), acompanhava o rei da Prússia a Copenhague e realizava sua última excursão geológica (Eifel), depois de ter realizado anteriormente excursões científicas à América, Europa e Ásia.

Sua obra continua, até hoje, sendo reeditada e mantém uma visão de totalidade e de captação da realidade natural e da sociedade que curiosamente se aproxima das ideias de geossistemas e de formação social, que poucos geógrafos atuais conseguem ter.

3

No início do século XX a filosofia clássica alemã, a geografia e o marxismo continuavam muito importantes na vida intelectual alemã. H. Braverman (*Trabalho e capital monopolista*, cap. 7) apontou a geografia alemã como uma das responsáveis principais pela participação ativa da Alemanha na segunda revolução industrial (final séc. XIX e início XX), a primeira revolução técnico-científico. Por outro lado, a influência marxista em intelectuais como Schmoller, Sombart e Weber demonstra a extensão de sua presença, sem falar da social-democracia e de políticos marxistas do nível intelectual de Kautsky e Luxemburgo.

A geografia, pelo lado da geopolítica (Ratzel e Haushofer), também vivia momentos de grande prestígio na direita alemã, pois naquela época, como havia acontecido ao longo de todo século XIX, a questão nacional era um dos grandes problemas políticos do país. Aliás, dada a sua importância, a geografia alemã foi exportada para os EUA, França e outros países. Em vista do caráter expansionista americano, as ideias geopolíticas alemãs tiveram grande aceitação lá, enquanto na França a aliança da burguesia com os pequenos camponeses deu origem a uma geografia regional (*pays*), dos gêneros de vida, com ênfase na permanência das relações homem – natureza e pouco nas mudanças.

Bismarck, patrono da industrialização alemã, havia conseguido diminuir a importância da questão social, criando precocemente a previdência social e tomando outras medidas de contenção do socialismo. A questão nacional, após a Primeira Guerra Mundial, quando o mundo foi partilhado violentamente, aparecia para a Alemanha de três maneiras: 1) seu território estava cercado por dez nações no coração da Europa, quase todas inimigas e frequentemente abrigando minorias problemáticas, de origem germânica (alsacianos, etc.), 2) existiam numerosas populações de origem alemã no além-mar (EUA, Brasil, Chile. etc.), que durante a primeira guerra haviam sofrido perseguições e mesmo expropriações e 3) o comércio exterior,

sustentáculo econômico da população alemã, era administrado com tarifas protecionistas para a agricultura sobretudo, mas com agressividade nas exportações industriais. A importância da questão nacional para o bem-estar dos alemães acabou arrastando a social-democracia alemã (Kautsky) a reboque do capitalismo (“nós, alemães, contra o mundo”) e provocando o gradativo enfraquecimento do marxismo alemão. A derrota da Alemanha na primeira guerra, por outro lado, deu margem a tentativas de aproximações da geografia com o marxismo na década de 20 (Wittfogel, Chrystaller, etc.), mas de curta duração.

No início do século XX o marxismo estava migrando da Europa Ocidental para a Europa Oriental (Rússia, etc.) e logo depois para a Ásia semicolonial e a América Latina, lugares onde para o povo a questão social e a questão nacional se somavam, ao invés de se excluírem.

4

A Europa oriental, Ásia e América Latina viviam, na condição de periferia semifeudal do centro do sistema capitalista, duas questões potencialmente explosivas e sempre conflitivas nos fins do século XIX, quando as ideias marxistas começaram a chegar nestas regiões do mundo: os conflitos com as potências ocidentais dominantes (EUA, Inglaterra, França, etc) e os conflitos agrários e industriais.

Enquanto na Europa ocidental o marxismo ia declinando em geral, mas se “expandindo” nas universidades, abandonando gradativamente a última tese sobre Feuerbach (“os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras: o que importa é transformá-lo”), na periferia uma parte da intelectualidade ia se esquerdizando, como J. Marti, J. C. Masiátegui, M. Bonfim, O. Brandão, etc na América Latina e Mão-Tse-Tung, Teng-Siao-Ping, Ho-Chi-Min, Giap, etc, na Ásia, mostrando-se capazes de unir as questões sociais e as nacionais.

No Brasil, a expansão do marxismo na década de 30, na esteira da Revolução de Outubro e da Revolução de 30, deu origem a uma geração de intelectuais brilhantes, como Caio Prado Jr., Carlos Marighella, Graciliano Ramos, Ignácio Rangel, entre outros. Não é por acaso que uma das primeiras aproximações frutíferas entre geografia e marxismo, à escala mundial, foi realizada por Caio Prado Jr., na revista Geografia – AGB (década de 30), o que estimulou, na mesma direção, geógrafos com Manoel Correia de Andrade, Orlando Valverde e Pedro Geiger, na década de 50.

M. Santos fez parte do movimento acima referido, mas talvez mais ainda do movimento de aproximação geografia-marxismo do pós-guerra da França, do qual sofreu nítida influência, R. Guglielmo (La Nouvelle Critique, nº 68, 1955) e J. Suret Canale (Espaces-Temps, nºs 18-19-20, 1981) prestaram bons depoimentos sobre este movimento de aproximação e suas dificuldades. M. Santos introduziu-se nesta experiência por intermédio de J. Tricart (L’habitat urbain, etc), de quem herdou as ideias de espaço como combinação de formas, funções, estruturas e processo. Enquanto na França a aproximação perdeu força em decorrência da expansão do capitalismo nos anos 50 e 60, M. Santos, levado à direção do planejamento estadual na Bahia e tendo sido o geógrafo mais atingido pelo regime militar, acabou forçado a aprofundar

sua postura independente no exílio, durante o périplo doloroso, mas frutífero pelas universidades estrangeiras.

Deve-se notar que esta postura teve raízes sócio regionais, pois Salvador e o Recôncavo baiano, desde as revoltas escravas e a decadência do latifúndio açucareiro no século XIX, foram dos raros lugares onde ocorre ascensão social dos negros no Brasil (Thales de Azevedo, Waibel, etc), que frequentemente se tornaram pequenos produtores independentes, como foi o caso dos seus antepassados, conforme depoimento prestado a Geosul, nº 7, 1989, transmitindo dignidade e energia aos filhos e descendentes.

Por outro lado, tendo se formado em Direito, numa escola de alto nível, M.Santos foi treinado na prática intelectual do chamado contraditório jurídico, que exige o cotejo de posições distintas sobre um mesmo tema. Por outro lado, descobriu que alguns professores, membros da nobreza de toga baiana, criticavam o acesso aos empregos públicos por partes dos formandos, mas tratavam de facilitar o mesmo acesso aos seus parentes num típico exemplo do “faça o que eu digo, não faça o que eu faço”, tão comum entre os poderosos, na guerra ideológica e de interesses. Sentiu este problema do jogo de interesses entre centro e periferia nas universidades estrangeiras onde trabalhou e que se repete à escala mundial, quando recentemente, durante o governo Reagan (década de 80), foram concedidos privilégios às empresas em dificuldades (Chrysler, etc.), alavancamento da economia pela corrida armamentista; isto é, participação ativa do Estado na vida econômica americana, com a contrapartida de impor à periferia latino-americana a ausência do Estado nos negócios, com o máximo de liberdade ao “mercado”.

Assim sendo, M. Santos, educado na prática das qualidades de honradez, fidelidade e respeito à verdade, protegido de Simões Filho, um dos poderosos e brilhantes senhores feudais baianos, soube manter fidelidade às qualidades e origens sociais e raciais, exercendo na prisão e no exílio a liberdade de pensamento, que muitos abandonaram em “liberdade”. A expansão agressiva da chamada geografia teórica, sobretudo nos EUA, querendo impor uma visão de mundo reacionária e especializada (geografia como ciência da organização do espaço), combinada com a reação mundial à guerra do Vietnã, levou M. Santos a participar ativamente da última reaproximação entre geografia e marxismo (final dos anos 60 e início dos anos 70) culminando no seu texto “Sociedade e espaço: a formação social como método”, onde pela primeira vez se disse claramente que formação social e geografia humana são praticamente coincidentes.

5

M. Santos percebeu que formação social e geografia humana não coincidem completamente, não pelas teorias que embasam aquela categoria marxista e esta área do conhecimento acadêmico e mais pela prática indispensável de localização da geografia, nem sempre usada nos estudos de formação social, daí ter proposto a categoria formação sócio-espacial. Como disse Humboldt: “de que serve toda descrição das

particularidades do reino natural e dos homens, se não é possível determinar o ponto da terra a qual pertence esta ou aquela particularidade” (K. R. Biermann, p. 129). Mas na verdade, qualquer estudo rigoroso de formação social deve cuidar de localizações e espacializações, como se pode ver, por exemplo, em Lênin (Desenvolvimento do capitalismo na Rússia), Trotsky (Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia, in História da revolução russa), Gramsci (Questão meridional), I. Rangel (História da dualidade brasileira), etc.

Destas observações resulta ser estranha a insistência de certos geógrafos (Y. Lacoste, E. Soja, entre outros) em cobrar a ausência de espaço ou de geografia nos trabalhos marxistas. Apenas para exemplificar, além das referências acima indicadas, em Hegel como em Marx as civilizações nasceram em ambientes naturais particulares; isto é, nas planícies férteis das regiões temperadas do hemisfério norte (Hegel: A conexão da natureza ou os fundamentos geográficos da história universal; Marx: Trabalho necessário e trabalho excedente), assim como ambos viram o oceano Pacífico como futuro centro mundial. Os exemplos podem ser multiplicados, pelo interesse diretamente geográfico, dos estudos de Marx sobre renda da terra, desenvolvimento desigual, sistema colonial, etc. Esta insistência estranha e empobrecida não resultaria de uma visão acadêmica e compartimentada dos conhecimentos em geral e da geografia em particular?

Diante da proposta de Formação social como paradigma da geografia humana (M. Santos, 1977), teria sido desejável uma discussão rica, que abrangesse pontos de convergência e de divergência, mas isto não aconteceu, o que não foi de todo surpreendente, pois tanto o capitalismo, objeto de análise da categoria proposta, como a intelectualidade, executores das pesquisas, têm outras necessidades. Os intelectuais estão cada vez mais presos à necessidade de “originalidade”, em consequência de um individualismo cada vez mais doentio, enquanto o capitalismo pode se interessar por uma visão abrangente que possa desvendar os crescentes problemas ambientais (geossistemas), mas não por uma visão abrangente que analise as sociedades humanas e seus problemas (formação social) e assim sendo estimular disciplinas cada vez mais especializadas. Daí decorre a crescente tendência de separação entre geografia física e humana e a transformação da geografia humana num estudo do espaço ou do homem-habitante, como queria Le Lannou nos anos 50. Deve-se assinalar que nos EUA geografia física e humana estão completamente separadas no mundo acadêmica.

É interessante observar a convergência de preocupações e estudos que desembocaram na emersão do paradigma geossistemas na geografia física. O geógrafo canadense Dansereau pode ser considerado um dos pais dos estudos ecológicos modernos (década de 50), assim como na URSS a escola soviética de geógrafos (V. Sotchava, 1960) propôs a categoria geossistemas como integração das especializações (geomorfologia, climatologia, botânica, etc.), mas também procurou entrosamento com os fatos sociais que interferem no mundo natural. Igualmente G. Bertrand (1968) na França, com precursores do porte de Dresch e Tricart, enveredou pelo mesmo caminho, o que aconteceu quase simultaneamente no Brasil com Aziz Ab’Saber, J.J. Bigarella e C. A. Figueiredo Monteiro, que tem escrito vários textos sobre este processo intelectual (Os geossistemas como elemento de integração na síntese geográfica e fator de promoção interdisciplinar na compreensão do ambiente, UFSC, 1995).

Por isto, quando alguns (R. Moreira e outros), propõe a inversão da relação geografia física/humana, visto que na geografia tradicional os fenômenos humanos eram subordinados à base natural e nesta inversão proposta o natural é reduzido à recursos econômicos (matérias-primas, etc.), a geografia física, armada do paradigma geossistemas, continua suas pesquisas tão indiferente quanto os árabes no ditado “enquanto os cães ladram, a caravana passa” e realiza mais progressos do que a geografia humana, pois existem, por interferência humana, a chuva ácida ou os buracos na camada de ozônio, as massas de ar continuam se deslocando, os vulcões não precisam pedir autorização dos governos da Nova Zelândia ou da Colômbia e nem os terremotos aos poderosos governos dos EUA ou do Japão, etc. Afinal, está na hora de se perceber, com humildade, que existem leis naturais e leis sociais, tanto umas como outras, independentemente da vontade dos indivíduos.

6

A geografia humana brasileira já avançou muito em comparação ao que se faz no centro do sistema capitalista, graças às contradições sociais gritantes da nossa realidade, às questões democráticas decorrentes da falta de cidadania para milhões, à questão nacional agravada pelo neoliberalismo imposto recentemente pelo imperialismo americano (Collor, FHC, etc.). Avançou também pela contribuição de M. Santos e outros que perceberam a importância do Paradigma formação social. Mas os próximos avanços dependem do grau de comprometimento dos geógrafos que se pretendem marxistas (pois muitos já abandonavam o marxismo como um navio que estava afundando) com os problemas nacionais, sociais e democráticos que estamos vivendo e da nossa capacidade de aprofundar a discussão do paradigma formação social e aplicá-lo às pesquisas (M. Graciana E. D. Vieira: Formação social brasileira e geografia: reflexões sobre um debate interrompido, UFSC). Perdemos o nosso precioso tempo dando excessiva atenção a uns tantos intelectuais estrangeiros, alguns simples propagandistas (Lipietz, Dolfuss entre outros), outros que empobrecem a categoria formação social (Castells, Soja, Kurz entre outros) e alguns ainda que nunca ouviram falar dela (Benko entre outros).

Aprofundar significa levar a sério os grandes intelectuais da humanidade como Sócrates, Platão, Hegel, mas sobretudo Marx, Lênin e Gramsci, não esquecendo intelectuais menores como Weber, entre outros. Significa comparar a renda diferencial de distância e a chamada lei da Von Thünen, etc. significa estudar em que medida o paradigma formação social vale para todas as ciências sociais, nas suas diferentes especializações, mas também sua coincidência com a geografia humana na sua abrangência. Desta maneira nos aproximaremos, quem sabe, da possibilidade de alcançarmos uma história dos homens (formação social) e outra da natureza (Geossistemas), enunciados na Ideologia alemã.

TEXTO IV

Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna.

A possibilidade de articulação sociedade/ natureza no marxismo

RAQUEL MARIA FONTES DO AMARAL PEREIRA

Em linhas gerais, pode-se distinguir no marxismo uma preocupação com a totalidade e, por isso mesmo, ele expressa um método que viabiliza a união entre ciência e história. A solução para afastar a antinomia natureza/ sociedade pode ser alcançada através do materialismo histórico enquanto teoria que considera simultaneamente a relação do homem com a natureza e a relação do homem com o homem. O marxismo instaura uma nova relação entre o homem finito e o mundo sensível que evita cair, quer no monismo materialista, quer no monismo espiritualista. Ele coloca-se num plano decididamente humanista e historicista, em que tanto a historicidade da natureza quanto a naturalidade da história são contempladas.

Para Marx, a "natureza representa a realidade extra-humana, independente dos homens, mas ao mesmo tempo por eles mediada" (QUAINI, 1979, p. 44). Ele não toma a natureza como problema filosófico central de suas obras. A natureza o interessa enquanto terreno da história universal, enquanto criação do homem através do seu trabalho, como momento da práxis humana, como produção social. A história, para Marx, pode ser considerada em dois aspectos distintos: na história da natureza e na ciência dos homens. A natureza, no entanto, é vista como anterior ao homem, mas, por outro lado, ela tanto exterior como faz parte do próprio homem. A história natural é uma história que o homem não fez — como aliás já havia afirmado Vico no século XVIII — e, para a compreensão do que é o homem, deve-se partir da história que ele próprio fez ao se fazer, ou seja, distinguindo-se do natural. Porém, os dois aspectos não podem ser separados, pois, como diz Marx, "enquanto existiram homens, a história da natureza e a história humana se determinarão mutuamente"(MARX; ENGELS, 1984, p. 11). O homem se diferencia do animal tão logo começa a produzir seus meios de vida para a satisfação de suas necessidades. Este é o primeiro ato histórico que tem como pressuposto o homem com sua constituição física e a natureza com seus materiais. "Toda a historiografia tem que partir destas bases naturais e da sua modificação ao longo da História pela ação dos homens. (MARX; ENGELS, 1984, p. 15). Isto significa dizer que história é um processo de desnaturalização em que o homem, ao transformar a natureza, transforma-se, e que, independente do modo ou forma como os homens produzem seus meios de vida, existe e existirá sempre um intercâmbio entre o homem e a natureza. E nesse contexto que se situa a afirmação de que é pelo trabalho que o homem produz a sua existência. Nas sociedades mais primitivas (ou pré-capitalistas), onde a terra é objeto e meio universal de trabalho, há uma relação direta, há uma profunda identidade entre o homem e a natureza. O ritmo do trabalho da vida dos

homens repete o ritmo da própria natureza, pois as condições de existência mais primitivas fazem com que a mais-valia esteja intimamente ligada aos elementos naturais, como, por exemplo, a fertilidade do solo e as condições climáticas. Nas sociedades mais complexas, o vínculo será rompido e a obtenção da mais-valia não estará tão intimamente relacionada à seletividade das forças naturais. Nas sociedades capitalistas é visível a expropriação dos homens através da apropriação da natureza, mediante o uso da força de trabalho desses homens. O capital separa os homens da natureza e dirige a produção da existência alterando o ritmo do trabalho e o dos homens. O processo do trabalho que implica uma relação homem-meio, ao voltar-se obsessivamente para o lucro, através da produção de mercadorias de baixo custo, estabelece uma relação de predação com a natureza. Opera-se então a passagem da identidade entre homem e natureza para a contradição; da identificação passa-se à degradação ambiental, colocando-se em xeque a antiga postura contemplativa do homem em relação à natureza. Assim, a separação do homem do conjunto dos meios de produção tende a se aprofundar porque ele passa a ver a natureza como propriedade sua e como tal pode dispor dela como o desejar. Se, num primeiro momento do processo produtivo, o baixo grau de fertilidade do solo impede o homem de produzir, por exemplo, o trigo, num momento posterior o capital produz o solo e o trigo. E, nesse processo, assiste-se a uma desnaturalização constante, ou seja, as condições naturais vão perdendo seus elementos determinantes, pois o homem passa a criar uma "segunda natureza".

Portanto, no processo de desenvolvimento histórico, independente do modo como os homens produzem seus meios de vida, manifesta-se sempre um intercâmbio entre o homem e a natureza. A cada modo de produção corresponderá uma forma diferente de o homem se relacionar com a natureza, podendo agir mais ou menos intensamente sobre ela. Na fase mais desenvolvida do modo de produção capitalista, a natureza é dominada pela burguesia e colocada a serviço do processo produtivo².

O ponto de partida da história dos homens está nas relações sociais mediadas pela natureza. As relações dos homens entre si é que vão definir as relações dos homens com as coisas naturais e, ao mesmo tempo, são definidas por essas últimas — as relações dos homens com a natureza. No modo de produção capitalista, verifica-se uma subversão das relações que estão na base das sociedades anteriores. O trabalhador, ao chegar ao mercado para vender sua força de trabalho, além de revelar a enorme distância que o separa do homem primitivo, em que a força de trabalho aparece ainda em forma de instinto, está negando suas relações com a natureza, pois, no capitalismo, as relações de produção são ditadas, já não apenas pelo domínio do homem sobre a natureza, mas pelo domínio dos homens sobre os próprios homens. Há uma progressiva dissociação do homem em relação à natureza, que acaba por se realizar plenamente só na relação entre trabalho assalariado e capital.

Marx, como se vê, não considera apenas a separação do homem em relação à natureza e a história da gradativa ampliação do domínio humano sobre aquela. Ele também distingue as sociedades pré-capitalistas da sociedade capitalista, destacando que nas primeiras há uma relação menos dicotômica entre o humano e o

² A natureza, nesta fase, ao ser dominada, deixa de constituir problema para o capital, mas passa a ser problema para o próprio homem, ameaçando sua existência.

meio natural, enquanto na segunda, com o domínio do capital, o elemento social produzido historicamente se coloca de forma a afastar o homem da natureza.

Neste sentido, o pensamento de Marx, em seu rigoroso historicismo³, cria a possibilidade de reabertura de uma linha de pesquisa capaz de perceber que "o homem não vive em duas esferas diferentes, não habita por uma parte do seu ser, na história e pela outra na natureza. Como homem ele está junto e concomitantemente na natureza e na história" (KOSIK, 1976, p. 228).

O marxismo pode oferecer uma oportunidade efetiva de superação da dicotomia sociedade/ natureza no interior da geografia, na medida em que a separação entre o homem e as condições naturais de sua existência passa a ser vista como algo histórico e não meramente natural. Como ser histórico e, portanto, social, o homem humaniza a natureza, mas também não deixa de reconhecê-la como totalidade absoluta na qual ele próprio se inclui. Neste sentido, o conhecimento da natureza e o seu domínio são condicionados socialmente, porém a sua existência não é condicionada por nada, nem por ninguém. O conhecimento do Universo e das leis naturais que o regem significa sempre conhecimento do próprio homem e conhecimento da sua própria natureza. Assim, como a natureza não é autêntica natureza sem o homem - isto seria apenas mais uma construção humana -, da mesma forma o homem não é homem se não estiver compreendido na estrutura da natureza.

O homem existe na totalidade do mundo, mas a esta totalidade pertence também o homem com sua faculdade de reproduzir espiritualmente a totalidade do mundo (KOSIK, 1976, p. 229).

³ O historicismo, no sentido que Marx lhe dá, está presente em sua célebre afirmação de que o homem faz a história, mas não a faz como quer, mas sim em circunstâncias determinadas. Para elucidarmos o conceito de historicismo que aqui se usa é necessário salientar que há um historicismo que com a afirmação de historicidade acaba caindo num relativismo absoluto. Levando ao extremo, para ele, se tudo é histórico, feito na liberdade, nada acaba sendo histórico. Este historicismo afirma que o homem não faz a história, mas é a história que faz o homem.

TEXTO V

Boletim Paulista de Geografia, n.54

Sociedade e Espaço: A Formação social como Teoria e como Método

MILTON SANTOS

«O que não está em nenhum lugar não existe.»
Aristóteles, Física

O papel do espaço em relação à sociedade tem sido frequentemente minimizado pela Geografia. Esta disciplina considerava o espaço mais como teatro das ações humanas. Lucien Fèbvre (1932:37) salientava que o encaminhamento dos geógrafos parte em geral do solo e não da sociedade. Isso porque, como lembra R. E. Pahl (1965:81), a Geografia Social desenvolveu-se lentamente (*«since the idea that ‘geographer start from soil, not from society’ (Fèbvre, 1932:37) was until recently widely held by most geographers, and is indeed still held by some, it is easy to understand why Social Geography has been slow to develop»*).

Pode-se dizer que a Geografia se interessou mais pela forma das coisas do que pela sua formação. Seu domínio não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede de apreender a realidade se não se faz intervir a História. Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social.

Daí a categoria de Formação Econômica e Social parecer-nos a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço. Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso. A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta. Deveríamos até perguntar se é possível falar de Formação Econômica e Social sem incluir a categoria do espaço. Trata-se de fato de uma categoria de Formação Econômica, Social e Espacial mais do que de uma simples Formação Econômica e Social (F.E.S.), tal qual foi interpretada até hoje. Aceitá-la deveria permitir aceitar o erro da interpretação dualista das relações Homem-Natureza. Natureza e Espaço são sinônimos, desde que se considere a Natureza como uma natureza transformada, uma Segunda Natureza, como Marx a chamou.

Não é nosso propósito engrossar ainda mais o debate semântico sobre as F.E.S., porém sugerir uma nova dimensão que nos parece essencial e que uma alternativa no quadro desta nova corrente de pensamento do qual nos fala S. Barrios (1976:1), que propõe «uma concepção do espaço que ultrapasse as fronteiras do ecológico e abranja toda a problemática social».

1. A categoria de formação social

Foi lembrado que a categoria de F.E.S.⁴, apesar de sua importância para o estudo das sociedades e para o método marxista, não mereceu, durante um longo período, estudos e discussões que levassem a renovar e aperfeiçoar o conceito⁵. Ela teria ficado, segundo V Gerratama (1972-1973: 46-47), «numa zona de penumbra discreta, como uma expressão desprovida de significação especial». Sereni (1970, 1974:23) censura aos marxistas da 2ª Internacional o fato de não terem compreendido esta noção, exceção feita a Antonio Labriola e Franz Mehring. O longo reinado de Stalin no Kremlin, o centralismo democrático dos partidos comunistas ocidentais, a ascensão de Hitler ao poder e a guerra fira têm, juntos ou separadamente, concorrido contra toda renovação particularmente para esta categoria cujo desenvolvimento foi retardado⁶.

Só recentemente – há menos de vinte anos – retomou-se o debate. Vários autores consideram que devemos a Sereni a reabilitação da categoria⁷. Para Labica (1974:95), este esforço representaria uma verdadeira «higiene teórica», enquanto Glucksman (1974:56) põe em relevo a distinção, feita por Sereni, entre modo de produção e formação social, contrariamente ao marxismo da 2ª Internacional e de Plekhano, que ele critica por confundir os dois conceitos. Segundo Texier (1974: 79-80), Sereni nos ofereceu uma interpretação das F.E.S. que teria escapado ao próprio Lênin.

Para Sereni, esta categoria expressa a unidade e a totalidade das diversas esferas – econômica, social, política, cultural – da vida de uma sociedade, daí a unidade da continuidade e da descontinuidade de seu desenvolvimento histórico. Para ele (1974:19 e 24-25) – é preciso sempre pôr em relação os dados estruturais como uma produção determinada, o que explica que todo modelo de formação econômica e social é um modelo fundado sobre a totalidade estruturada (Sereni, 1974: 15). Aproxima-se nisto de Lucács (1970), para quem o estudo histórico das sociedades opõe à primazia do econômico e da totalidade.

⁴ A noção de F.E.S foi elaborada por Marx e Engels (Marx, 18 Brumaire, O Capital; Marx e Engels, L'Ideologie Allemande; Engels, On Social Relations in Rússia, AntiDühring). Lênin retoma o tema utilizando-o para fins científicos e políticos em *L'Impôt em espèces, Qui Sont les amis du peuple, et Le Développement du Capitalisme em Russie*. Não se pode esquecer igualmente os estudos de Plékhanov, *Nos désaccords, Chayanov, The Theory of Peasant Economy, Kautsky, La Question Agraire*.

⁵ A multiplicidade de definições de F.E.S. levou um dos seus teóricos, Ph. Herzog (1975:89), a renunciar a produzir uma definição a mais. Acrescenta ele que mais vale aprofundar a pesquisa histórica sobre o capitalismo para melhor compreender o conceito, em vez de aprisionar esse conceito em definições. As definições terminam por orientar ou desorientar os pesquisadores, sobretudo em períodos como o nosso, onde a crise geral dá um valor definitivo aos argumentos de autoridade. De fato, vivemos uma nova Idade Média, como Umberto Eco (1974), irônica mas sistematicamente, o demonstrou.

⁶ Sobretudo quando se admite, por meio de Bagaturia e de outros, que Marx não teve tempo de desenvolver a noção de maneira mais explícita e que a elaboração por Lênin dava conta de um período histórico já ultrapassado. Contudo, a Lênin e não a Marx, segundo Bagaturia, é que se deve a elevação da categoria de F.E.S. a um lugar central na doutrina do materialismo histórico. Mas Sereni (1971,1974), sem menosprezar a contribuição de Lênin, fez remontar a Marx a explicitação do conceito.

⁷ Apesar de outras publicações consagradas explícita ou implicitamente à questão, como os estudos de M. Dobb (1947), N. S. Dzunnosov (1960), E. Hobsbawn (1964), Losada (1964) e Luporini (1966), é o artigo de Emilio Sereni (1970) que reabriu o debate sobre a categoria de F.E.S. (publicado igualmente em 1971 na Crítica Marxista, com uma série de artigos sobre o mesmo tema, bem como em La Pensée nº 159, out. 1971, e em espanhol, publicações variadas, com uma parte ou totalidade dos artigos e às vezes acrescidos a outros estudos: em 1973 <La Categoría de Formación Económico y Social>, Ediciones Roca, México, El Concepto de Formación Económica-Social, Ediciones Siglo XXI, Cuadernos de Pasado y Presente nº 39, Cordova. Em 1974, a revista Economia y Ciencias Sociales (XIII, nº 1-4, 1971), da Universidad Central de Venezuela, publicou um número especial onde, aos artigos acima mencionados, foram acrescidas contribuições de Luporini, Cordova e Losada Aldana. O debate prosseguiu na Itália com numerosos artigos, entre os quais aqueles de V. Derrattama (1972, 1973), Plama (1973), G. Prestípino (1972), F. la Grassa (1972).

Não é à «sociedade em geral» que o conceito de F.E.S. se refere, mas a uma sociedade dada, como Lênin (1897) fez a respeito do capitalismo da Rússia. Y. Goblot assinala (junho, 1967:8) que «Marx pôde fundamentar o método científico em História precisamente porque soube isolar de início os raciocínios ‘histórico-filosóficos’ sobre a ‘sociedade em geral’ e se propôs a ar somente uma análise científica de uma sociedade e de um progresso». Para Lênin, seu estudo deveria cobrir de maneira «concreta» «todas as formas do antagonismo econômico na Rússia» e «traçar um quadro de conjunto da nossa realidade como um sistema determinado de relações de produção».

O conceito de F.E.S., disse V. Gerratama (1973:46), «é supérfluo para quem se ocupa da sociedade em geral». Isso é verdade se visualizam aspectos essencialmente gerais, típicos de países com o mesmo estágio de desenvolvimento histórico, como se encontra entre Kelle e Kovalson (1973:41). Seu papel é justamente permitir «a determinação específica (para um modo de produção definido) das variações da existência histórica determinada» (Althusser, 1965:19_. Quando examinamos o problema da sociedade, escreveu Boukharine (1921, 1979: 235), «encontramos à nossa frente tipos históricos definidos de sociedades. Isso significa que não há uma ‘sociedade em geral’, mas que uma sociedade existe sempre sob um invólucro histórico determinado. Cada sociedade veste a roupa do seu tempo». Aí está a distinção entre F.E.S. e sistema social, podendo este segundo conceito ser aplicado a qualquer forma de sociedade.

O interesse dos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre sua evolução. O estudo genético permite reconhecer, a partir de sua filiação, as similaridades entre F.E.S.; mas isso não é suficiente. É preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da F.E.S., a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzindo numa de suas frações.

Nenhuma sociedade tem funções permanente, nem um nível de forças produtivas fixo, nenhuma é marcada por formas definitivas de propriedade, de relações sociais. «Etapas- no decorrer de um processo», como Libriola as definiu, as formações econômicas e sociais não podem ser compreendidas senão no quadro de um movimento totalizador, no qual todos os seus elementos são variáveis que interagem e evoluem juntas, submetidas à lei do todo. A sociedade evolui sistematicamente, como «um organismo social coerente cujas leis sistêmicas são as leis supremas, a medida-padrão para todas as outras regularidades mais específicas» (*a coherent social organism whose systemic laws (...) were the supreme laws, the standard measures for all the others, more specific regularities*) (V. Kusmin, 1974:72).

A noção de F.E.S. como etapas de um processo histórico, que preocupou Marx, é um dos elementos fundamentais de sua caracterização⁸. «O desenvolvimento da formação econômica da sociedade é assimilável à marcha da natureza e de sua história», dizia Marx no prefácio da primeira edição de O Capital, como para dar ao desenvolvimento histórico e às suas etapas o lugar central na interpretação das sociedades. Com isso, Marx queria evitar «o materialismo abstrato das ciências naturais», onde o desenvolvimento

⁸ Ler sobre esse assunto A. Roles, 1974-55; G. Prestípino, 1974-15; Ph. Hugon, 1974: 426-428.

histórico não é considerado (Jakobowsky, 1971:43) nas suas causas e consequências, mesmo se não fosse o caso de delimitar as formações sociais de maneira extremamente precisa. É todo o problema das transições⁹ e das crises que está assim colocado, como um problema maior do materialismo histórico e a prática política.

Aqui, a distinção entre modo de produção e formação social aparece como necessidade metodológica¹⁰. O modo de produção seria o «gênero» cujas formações sociais seriam as «espécies»¹¹; o modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização e somente a formação econômica e social seria a possibilidade realizada¹². Como disse comicamente Rudner (1973:45), «evidentemente, pretender que uma entidade tenha uma disposição para manifestar uma propriedade, ou que ela possa manifestá-la potencialmente, não é a mesma coisa que pretender que esta propriedade se manifeste efetivamente. Afinal, dizer que uma casa é combustível não é, evidentemente, a mesma coisa que dizer que ela está ardendo em chamas. Claro, pode acontecer que entidades que têm certas propriedades em potencial nunca cheguem a mostrá-las. Um torrão de açúcar, que nós afirmamos com certeza que é solúvel, pode não ser jamais dissolvido (e par que a firmação seja correta não é necessário que ela se realize); por exemplo, ele pode se evaporar por uma experiência atômica ou se consumir em cinzas» (Evidentemente, la pretensión de que alguna entidad tiene una disposición para manifestar, potencialmente puede manifestar, alguna propiedad, es diferente de la pretensión de que está manifestando dicha propiedad. Asi, decir que uma casa es combustible obviamente no es lo mismo que decir que está ardiendo. Claro está que puede ocurrir que entidades que pueden manifestar ciertas propiedades, nunca lleguen a exhibirlas. Un torrón de azúcar de que afirmamos con verdad que es soluble puede no disolverse nunca (y para que la afirmación sea ordenada, no es necesario que ella ocurra); en su lugar, puede evaporarse en una prueba atómica o arder transformándose en cenizas).

A noção de Formação Econômica e Social é indissociável do concreto representado por uma sociedade historicamente determinada. Defini-la é produzir uma definição sintética da natureza exata da diversidade e da natureza específica das relações econômicas e sociais que caracterizam uma sociedade numa época determinada (M. Godelier, 1971; 107; 1972:81). Esta exigência de concreticidade, sobre a qual insistiu Sereni (1974:44-45) não quer de modo algum dizer que se possa apreender elementos concretos

⁹ Ler a esse respeito Ch. Glucksmann, 1971: 55-56, para quem a noção de teoria F.E.S. no tempo de Lênin não é outra senão uma teoria de transição, e isso tanto em 1894-1898 como em 1917-1922.

¹⁰ Sereni considera como grave negligência dos marxistas da 2ª Internacional o fato de não fazerem distinção entre modo de produção e formação econômica e social.

¹¹ A formação social subdesenvolvida tem merecido bom número de estudos teóricos sobretudo na América Latina, notavelmente Maza Zavala, 1964; Salvador de la Plaza, 1970; H. Malavé Mata, 1972, 1974; H. Silva Michelena, 1973; A. Aguilar, 1971, 1972, 1973; Gloria G. Salazar, 1970. O estudo mais completo de nossos dias é o de Florestan Fernandes (1975). Outros estudos, como os de Ph. Rey (1971) e Hughes Bertrand (1975), são consagrados à África. Os estudos mais gerias são devidos a C. Paix (1972), S. Amin (1971, 1973); P. Salama (1972), Sunkel (1967); Ph. Rey (1973), James Petras (1973, 1975). A respeito do modo de produção colonial da América Latina, podem-se citar S. Bagu, 1949; M. Malavé Mata, 1972:73-108; Garavaglia, 1974. Para a África, B. Datto, 1975.

¹² <O conceito de modo de produção está ligado a um modelo explicativo, isto é, um conjunto de hipóteses nascidas da consideração de elementos comuns a uma série de sociedades que se consideram pertencentes a um mesmo tipo. Pelo contrário, o conceito de F.E.S. está sempre ligado a uma realidade concreta, suscetível de localização histórico temporal> (J.G. Garavaglia, 1974:7).

isolados como uma coisa em si própria (*thing in itself*). Uma F.E.S. é «um objeto real que existe independentemente de seu conhecimento, mas que não pode ser definido a não ser por seu conhecimento» (Althusser, 1965:205)¹³.

2. Formação sócio-econômica ou formação espacial?

Modo de produção, formação social, espaço – essas três categorias são interdependentes. Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são historicamente e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social.

A formação social compreenderia uma estrutura produtiva (P. L. Crosta, 1973) e uma estrutura técnica (G. La Grassa, 1972:93). Trata-se de uma estrutura técnico-produtiva expressa geograficamente por uma certa distribuição da atividade de produção. Se a noção de formação social, segundo G. La Franca (1973:103), deve «conter» o complexo das «diferentes formas técnicas e organizacionais do processo produtivo, que correspondem às diversas relações de produção existentes», ela não pode ser concebida sem referência à noção de espaço.

As diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. O «valor» de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam. Assim, a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional (Santos, 1974:8).

Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares.

A localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explica-se tanto pelas necessidades «externas», aquelas do modo de produção «puro», quanto pelas necessidades «internas», representadas essencialmente pela estrutura de todas as procuras e a estrutura das classes, isto é, a formação social propriamente dita o modo de produção expressa-se pela luta e por uma interação entre o novo, que domina, e o velho. O novo procura impor-se por toda parte, porém sem poder realizar isso completamente. O velho é o modo de produção anterior, mais ou menos penetrado pelas formas sociais e pelas técnicas que correspondem ao modo de produção «atual», em plena existência, um modo de produção puro: ele não se realiza completamente em parte alguma. Daí, igualmente, a história espacial ser seletiva (Santos, 1972). Antes do período tecnológico atual, vastos segmentos de espaço procuram estar ao domínio, direto ou indireto, do modo de produção dominante, ou foram apenas atingidos por feixes de determinações limitadas.

¹³ G. Pretípino (1972:78) sublinha o fato de que, em relação ao conceito de modo de produção, a deformação social é «ainda mais aderente ao concreto histórico».

As relações entre espaço e formação social são de outra ordem, pois elas se fazem num espaço particular e não num espaço geral, tal como para os modos de produção. Os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sócias escrevem-na no espaço.

Tomada individualmente, cada forma geográfica é representativa de um modo de produção ou de um de seus momentos. A história dos modos de produção é também, e sob este aspecto preciso, a história da sucessão das formas criadas a seu serviço. A história da formação social é aquela da superposição de formas criadas pela sucessão de modos de produção, da sua complexificação sobre seu «território espacial», para empregar, ainda que lhe dando um sentido novo, a expressão de Jean Bruhnes (1913). O modo de produção é, segundo A. Cordova (1974:118), «uma forma particular de organização do processo de produção destinada a agir sobre a natureza e obter os elementos necessários à satisfação das necessidades da sociedade». Esta sociedade e «sua» natureza, isto é, a porção da «natureza» da qual ela extrai sua produção, são indivisíveis e conjuntamente chamam-se «formação social».

Said Sha (1973) escreveu que a formação social é ao mesmo tempo uma totalidade concreta e uma totalidade abstrata. Seu ponto de vista deve reaproximar-se do de Ph. Herzog (1971:88-89), para quem modo de produção e formação social devem ser pensados teoricamente ao mesmo tempo. Para este último, «o modo de produção é a unidade, a formação econômica e social, a especificidade», mas, acrescenta ele, «não há movimento de unificação que ao mesmo tempo não reproduza sobre bases novas as especificidades», regra que evitaria julgar o modo de produção como uma essência, e a F.E.S. como um simples fenômeno¹⁴. Não seria, pois, merecida a crítica, endereçada a Sha por H. Michelena (1971:21), de não haver fugido completamente ao dualismo dos conceitos de modo de produção e de formação social. De fato, a formação social, totalidade abstrata, não se realiza na totalidade concreta senão por uma metamorfose onde o espaço representa o primeiro papel.

3. O papel das formas

Se abandonarmos o ponto de vista da sociedade em geral e abordarmos a questão sob o ângulo de determinações específicas que a tornam concreta, essas determinações específicas se tornariam uma mera potência, uma simples vocação. Elas tornam-se realidade pelo espaço e no tempo.

Na sua Geografia, Estrabão¹⁵ já aconselhava a levar em consideração os atributos de um lugar que são devidos à natureza, porque, pensava ele, «são permanentes, enquanto os atributos superpostos conhecem mudanças (*they are permanent, where ass the adventicus attributes undrergo chages*)»; de fato, podemos hoje corrigir: os dois são destinados a mudar. Mas também, acrescenta ele, está claro que é preciso levar em

¹⁴ Para Althusser (Lire lê Capital), <uma F.E.S. depende de um modo de produção determinado>; ela é uma <conjunção>, uma combinação concreta real dos modos de produção hierarquizados (citado por Glucksmann, Vem. 1974:55-56). Ele parte da distinção entre conceitos empíricos, que são determinações da existência dos objetos concretos. Mas M. Harnecker (1973:147) recusa a definição das F.E.S como <totalidades sociais abstratas>. Para ele, a F.E.S. encerra uma realidade concreta, <historicamente determinada>, estruturada a partir da forma com que se combinam as diferentes relações de produção que coexistem ao nível da estrutura econômica (cf. Poulantzas, 1968:13-14).

¹⁵ Citado por Ficher et alii, 1969:20-21.

conta os atributos não-naturais que são destinados a permanecer e que transformam o trabalho do homem em uma espécie de atributo natural de um lugar.

A realização prática de um dos momentos da produção supõe um local próprio, diferente para cada processo ou fração do processo; o local torna-se assim, a cada momento histórico, dotado de uma significação particular. A localização num dado sítio e num dado momento das frações da totalidade social depende tanto das necessidades concretas de realização da formação social quanto das características próprias do sítio. O uso produtivo de um segmento de espaço num momento é, em grande parte, função das condições existentes no momento t-l. De fato, o espaço não é uma simples tela de fundo inerte e neutro.

Cada combinação de formas espaciais e de técnicas correspondentes constitui o atributo produtivo de um espaço, sua virtualidade e sua limitação. A função da forma espacial depende da redistribuição, a cada momento histórico, sobre o espaço total da totalidade das funções que uma formação social é chamada a notadamente o espaço organizado, como o atual, ao presente, representado pela ação do modo de produção ou de um dos seus momentos.

O movimento do espaço, isto é, sua evolução, é ao mesmo tempo um efeito e uma condição do movimento de uma sociedade global. Se não podem criar formas novas ou renovar as antigas, as determinações sociais têm que se adaptar. São as formas que atribuem ao conteúdo novo provável, ainda abstrato, a possibilidade de tornar-se conteúdo novo e real.

O valor atual dos objetos geográficos no interior da F.E.S. não pode ser dado por seu valor próprio no que respeita à herança de um modo de produção ultrapassado, porém como forma-conteúdo. Esta é dada em última análise pelo modo de produção tal como ele se realiza na e pela formação social.

As modificações do papel das formas-conteúdo – ou simplesmente da função cedida à forma pelo conteúdo – são subordinadas, e até determinadas, pelo modo de produção tal como ele se realiza na e pela formação social. Assim, o movimento do espaço suprime de maneira prática, e não somente filosófica, toda possibilidade de oposição entre História e estrutura. Às defasagens da evolução das variáveis particulares opõe-se a simultaneidade de seu funcionamento no interior de um movimento global, que é o da sociedade. Daí a unidade dos processos sincrônicos e diacrônicos (Santos, 1974).

Esta unidade da continuidade e da descontinuidade do processo histórico da formação social (Sereni, 1974) é largamente evidenciada na formação espacial. A defasagem com a qual os modos de produção impõem seus diferentes vetores sobre os diversos segmentos de espaço é responsável pelas diferentes idades dos múltiplos elementos ou variáveis do espaço em questão. De resto, a assincronia está na base da evolução espacial, mas o fato de que variáveis agem sincronicamente, isto é, em ordem combinada no interior de uma verdadeira organização, assegura a continuidade do espaço.

De fato, a unidade da continuidade e da descontinuidade do processo histórico não pode ser realizada senão no espaço e pelo espaço. A evolução da formação social está condicionada pela organização do

espaço, isto é, pelos dados que dependem diretamente da formação social atual, mas também das F.E.S. permanentes¹⁶.

4. Espaço e totalidade

Mais do que uma expressão econômica da história, as F.E.S. são uma organização histórica (A. Labriola, 1902:29). Este conceito abarca «a totalidade da unidade da vida social».

Quando se fala de modo de produção, não se trata simplesmente de relações sociais que tomam uma forma material, mas também de seus aspectos imateriais, como o dado político ou ideológico. Todos eles têm uma influência determinante nas localizações e tornam-se assim um fator de produção, uma influência determinante nas localizações e tornam-se assim um fator de produção, uma força produtiva, com os mesmos direitos que qualquer outro fator.

O dado global, que é o conjunto de relações que caracterizam uma dada sociedade, tem um significado particular para cada lugar, mas este significado não pode ser apreendido senão ao nível da totalidade. De fato, a redistribuição dos papéis realizados a cada novo momento do modo de produção e da formação social depende da distribuição quantitativa e qualitativa das infra-estruturas e de outros atributos do espaço. O espaço construído e a distribuição da população, por exemplo, não têm um papel neutro na vida e na evolução das formações econômicas e sociais.

O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos¹⁷.

Os objetos geográficos aparecem nas localizações correspondentes aos objetivos da produção num dado momento e, em seguida, pelo fato de sua própria presença, influenciam lhes os momentos subsequentes da produção¹⁸.

¹⁶ <O enfoque espaço-temporal é particularmente útil ao estudo da realidade social das regiões subdesenvolvidas, pois é o único que permite apreender sua heterogeneidade estrutural e compreender a maneira como, em cada lugar, se articulam, segundo uma lógica funcional, variáveis ligadas a diferentes tempos históricos>. (S. Barrios, 1974:20). (El enfoque espacio-temporal es particularmente útil para el estudio de la realidad social en las áreas subdesarrollada, porque es el único que permite captar su heterogeneidad estructural y comprender la forma específica en la cual, en cada lugar, se articulan funcionalmente variables ligadas a diferentes tiempos históricos.)

¹⁷ O problema já tinha atraído a atenção de outros especialistas. Estudando a urbanização como uma fonte de contradições sociais, D. Harvey (1975:161) fez alusão ao compromisso a longo prazo representado pela criação do espaço construído (long term commitment which creating built environment entails), mas considera que o papel exercido por este dado, assim como pelas formas particulares que ele assume aqui e ali, é algo que exige ainda muitas pesquisas e análises.

¹⁸ <Somos assim levados a nos interrogar sobre a relação histórica entre o espaço e a sociedade global; como as normas do espaço e da ocupação efetiva do território responderam à sucessão e à transformação dos modos de produção, as quais foram no curso da história os mecanismos centralizadores da sociedade; mas precisamos também nos perguntar qual foi o papel do espaço no processo social>. (Paul Vieille, 1974:3). O espaço é, pois, sempre conjuntura histórica e forma social que recebe seu sentido dos processos sociais que expressam através dele. O espaço é suscetível de produzir, em contrapartida, efeitos específicos sobre os outros domínios da conjuntura social, pela forma particular de articulação das instâncias estruturais que se constituem>. (Castells, 1971, La Question Urbaine, Conclusion). <...o meio não é, realmente, uma variável independente nem um fator constante. É uma

Entretanto, esse papel do espaço passa frequentemente despercebido ou não é analisado em profundidade¹⁹. Deveríamos perguntar-nos, como Sartre (1960:202), a respeito da materialidade, por que «não se tentou absolutamente estudar esse tipo de ação passiva que exerce a materialidade como tal sobre os homens e sobre sua história, devolvendo-lhes uma práxis voltada sob a forma de uma contrafinalidade» (*counter-finality*).

O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem a atividade dos homens e comandam a prática social. A práxis, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado sócio-econômico, mas é também tributária dos imperativos espaciais.

Como disse Caillois (1964:58), o espaço impõe a cada coisa um conjunto particular de relações porque cada coisa ocupa um dado espaço (*space impose to each thing a particular set of relations because each thing occupy a given place*). Repetimos, com Sartre (1963): «Se a prática inerte rouba minha ação...ela impõe frequentemente uma contrafinalidade» (*the praticoinerte «steals» my action from me*). Quando se trata do espaço humano, a questão não é mais de prática inerte, mas de inércia dinâmica. A representação é também ação e as formas tangíveis participam do processo enquanto atrizes (I. Morgensten, 1960:65-66).

Voltemos ao que Marx escreveu na segunda parte de sua teoria a mais-valia: «Tudo o que é resultado da produção é, ao mesmo tempo, uma pré-condição da produção» (*everything which is the result of production is at the same time a prerequisite of production*) (cap. VIII, 5, 465).

Ou ainda, o que se encontra na terceira parte do mesmo livro: «Cada pré-condição da produção social é, ao mesmo tempo, seu resultado, e cada um de seus resultados aparece simultaneamente como sua pré-condição» (*every pré-condition of the social production is at the same time its result, and every one of result appears simultaneously as its precondition*) (Addenda, 5, XV, 919)²⁰.

variável que se transforma também sob a ação de um sistema econômico e social, mas em todo caso é um fator limitativo, um conjunto de sujeições.> (M. Godelier, 1974:32).

¹⁹ É-nos impossível estar a apr de todos os trabalhos consagrados às relações entre espaço e formação social publicados em diferentes línguas e países. É, pois arriscando-nos a cometer injustiça que damos essas referências. Entre os estudos empíricos de aplicação a uma realidade nacional da categoria de F.E.S. apreciamos particularmente o de Alejandro Rolman e L.A. Romero (1974), Sonia barrios (1976), Cendes (1971), todos consagrados à América Latina. Ler-se-á com igual interesse o livro de D. Slater (1975), especialmente a segunda parte, e também os artigos de J. Doherty (1974), sobre a Tanzânia, C. Paix (1975), sobre o Líbano, J. Suret-Canale (1969), sobre a Guiné. Dentre os estudos teóricos: Coraggio (1974), S. Barrios (1976/1977), P. L. Costa (1973), S.A. de Val (1974), J.L.Schwendmann (1975), B. Poche (1975), Santos (1975a, 1975b).

²⁰ <A realidade espacial é uma dimensão que está permanentemente ocupada em se reajustar sob a influência da realidade econômica e social, mas que ao mesmo tempo exerce sua influência da realidade econômica e social, mas que ao mesmo tempo exerce sua influência sobre ela mesma (A. Rufman, 1974:18) (le realidad espacial es una dimensión que se reajusta permanentemente a influjos de la realidad económico-social y al mismo tiempo impacta sobre esta). Um documento do Centro de Estudos de Desenvolvimento da Universidade Central da Venezuela portula que <a formação social de um país qualquer seria condicionada, a cada momento histórico, pela herança histórica, por fatores externos e por seu espaço físico> (la formación social de un país cualquiera estaria condicionada, para cada momento histórico, por factores externos y por su espacio físico) (Cendes, 1971, T. Ul; 23). De fato, como Paul Vieille (1974:32) escreveu recentemente, <o espaço é bem uma categoria constitutiva do modo de produção; geneticamente, o processo de criação do espaço e do modo de produção são inseparáveis. Este não pode ser compreendido se se faz abstração daquele...>. Agora que o funcionamento do capitalismo nas suas relações com o espaço começa a ser melhor conhecido, somos forçados a acreditar com Calabi e Indovina (1973:4) quando dizem que há, <da parte do capital um ‘uso’ do território que é diverso e submetido a modificações em relação às diversas fases do desenvolvimento do processo capitalista>.

Como pudemos esquecer por tanto tempo esta inseparabilidade das realidades e das noções de sociedade e de espaço inerentes à categoria da formação social? Só o atraso teórico conhecido por essas duas noções pode explicar que não se tenha procurado reuni-las num conceito único. Não se pode falar de uma lei separada da evolução das formações espaciais. De fato, é de formações sócio-espaciais que se trata²¹.

²¹ Nicole Marthieu (1974:89) utilizou a expressão <formação espacial> para identificar, parece, regiões homogêneas, segundo as formas de relações cidade-campo e a organização do espaço correspondente.

MODULO II – DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO, DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

TEXTO I

O Capital

Cap. XXIV: A chamada acumulação primitiva

KARL MARX

Já vimos como o capital produz a mais-valia e como a mais-valia produz um novo capital. Mas a acumulação do capital pressupõe a mais-valia, como esta pressupõe a produção capitalista, e esta, por sua vez, a concentração nas mãos dos produtores de mercadorias de massas consideráveis de capital ou força de trabalho. Todo esse movimento parece, assim, mover-se num círculo vicioso, de onde não podemos sair a não ser pressupondo, anteriormente à produção capitalista, uma acumulação primitiva que seria não o resultado, mas o ponto de partida do modo de produção capitalista.

Essa acumulação primitiva desempenha na Economia Política quase o mesmo papel que o pecado original na Teologia. Adão comeu a maçã, e o pecado caiu sobre todo o gênero humano. Explicam-nos a origem dessa acumulação através de um conto reportada a um passado longínquo. Certa vez, faz muito tempo, havia uma elite laboriosa, inteligente e, sobretudo, econômica, e, por outro lado, um bando de preguiçosos que esbanjavam o que tinham e o que não tinham em festas e farras. A lenda do pecado original nos conta, é verdade, que o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; mas a história do pecado original econômico nos ensina que alguns escaparam dessa pena. Mas pouco importa. Sempre terá sido que os primeiros acumularam as riquezas enquanto os outros, finalmente, para vender só tinham a própria pele. É desse pecado que data a pobreza da grande massa que, a despeito de todo o seu trabalho, continua a só possuir a si mesma para vender; e a riqueza, de alguns, que cresce sem cessar, ainda que há muito tempo eles já pararam de trabalhar. Na história real, a conquista, a servidão, o morticínio e a pilhagem — numa palavra: a força bruta — desempenham, como se sabe, o papel mais importante. Na doce Economia Política só se conhece o idílio. O direito e o trabalho foram sempre os únicos meios de enriquecimento, com exceção, naturalmente, do ano em curso. Na realidade, os métodos da acumulação primitiva nada têm de idílicos.

A relação capitalista supõe a separação entre os operários e a propriedade nas condições de realização de seu trabalho. Desde que a produção capitalista se torna independente, não se satisfaz em manter tal separação; ela a reproduz numa escala sempre maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser, assim, senão o processo que estabelece a dissociação entre o operário e seus meios de trabalho. A acumulação dita primitiva é, portanto, esse processo de dissociação entre o produtor e os meios de produção.

A estrutura econômica da sociedade capitalista origina-se da estrutura econômica da sociedade feudal. A dissolução desta última liberou os elementos constitutivos da primeira.

O operário não podia ter a livre disposição de sua pessoa senão depois de que deixou de estar preso à gleba como servo de outro. Para se tornar livre vendedor de força de trabalho e levar sua mercadoria onde quer que houvesse mercado para ela, precisava também se livrar da dominação das corporações, dos regulamentos sobre aprendizes e oficiais, de todas as prescrições que embaraçavam o trabalho. O movimento histórico que transforma os produtores em assalariados aparece, pois, de um lado, como sua libertação da servidão e da coação corporativa; é este o aspecto que os historiadores burgueses vêem. Mas, de outra parte, esses recém-emancipados só se tornam vendedores de si mesmos após terem sido despojados de todos os seus meios de produção e de todas as garantias de existência que lhes ofereciam as velhas instituições feudais. Essa história de sua expropriação se acha inscrita com letras de sangue e de fogo nos anais da humanidade.

Os capitalistas industriais - esses novos potentados - tinham que desalojar, além dos artesãos das corporações, os senhores feudais possuidores das fontes de riqueza. Desse ponto de vista, seu triunfo se apresenta como o fruto de uma luta vitoriosa contra a potência feudal e seus privilégios revoltantes, bem como contra as corporações e os entraves que colocavam ao livre desenvolvimento da produção e à livre exploração do homem pelo homem. Mas os cavaleiros da indústria só puderam desalojar os cavaleiros da espada explorando fatos dos quais estes últimos não eram em nada responsáveis. Eles se elevaram por meios tão vis quanto os que usaram os romanos emancipados que se tornaram senhores de seus velhos senhores.

O ponto de partida desse desenvolvimento que produz o assalariado como o capitalista foi a escravização do trabalhador; a evolução se deu com a transformação dessa escravização através da substituição da exploração feudal pela exploração capitalista. Não precisamos ir muito longe para compreender esse processo. Ainda que as primeiras manifestações da produção capitalista se deem já, aqui ou ali, nos séculos XIV e XV, em algumas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista só data, de fato, do século XVI. Por toda parte onde se instala o capitalismo, a servidão já tinha sido abolida há muito tempo, e a Idade Média, cujo fasto fora marcado pelas cidades soberanas, já estava empalidecendo.

Na história da acumulação primitiva são particularmente importantes as épocas em que grandes massas humanas são repentina e violentamente despojadas de seus meios de subsistência e jogadas ao mercado sob a forma de proletários privados de tudo. Todo o processo repousa sobre a expropriação do produtor rural, do camponês. Descreveremos tal processo na Inglaterra.

A servidão já tinha desaparecido, de fato, na Inglaterra, no fim do século XIV. A grande maioria se compunha então, e mais ainda no século XV²², de camponeses livres, que produziam autonomamente, quaisquer que fossem as aparências feudais escondendo sua propriedade real. Nos grandes domínios senhoriais o bailio de outrora, servo ele próprio, já tinha sido deslocado pelo arrendatário independente. Os trabalhadores assalariados da agricultura eram, em parte, lavradores que aproveitavam seu tempo livre para trabalhar para os grandes proprietários agrícolas, e em parte — esta pouco numerosa em termos relativos e absolutos — de assalariados propriamente ditos. Mas, na verdade, mesmo estes últimos eram também

²² Macaulay. *História da Inglaterra*, 10.ª ed.. Londres, 1954, vol. I. Págs. 333-334.

lavradores livres, já que, além de seus salários, recebiam morada e terra com quatro acres ou mais²³. Além disso, eles dividiam com os lavradores propriamente ditos a utilização dos bens comunais, onde pastavam o gado, retiravam a lenha, os combustíveis etc. Em todos os países da Europa, a produção feudal se caracterizava pela divisão do solo entre o maior número possível de indivíduos. O poder dos senhores feudais não repousava — e isso eles tinham em comum com todos os soberanos — no montante de suas rendas, e sim no número desses indivíduos, e isso dependia do número de lavradores que cultivavam por sua própria conta. Ainda que o solo inglês, depois da conquista dos normandos (1066), tenha sido repartido em enormes baronatos, dos quais às vezes um só englobava até 900 dos antigos domínios anglo-saxões, ele permaneceu semeado de pequenas explorações e com muito pouca dos grandes domínios senhoriais. Esta situação, acompanhada do notável impulso das cidades que distingue o século XV, engendrava a riqueza popular, mas excluía a riqueza capitalista.

É na última terça parte do século XV e nos 20 primeiros anos do XVI que vemos os primeiros sintomas da revolução que gerou os fundamentos do modo de produção capitalista. Massas de proletários completamente despossuídos foram jogadas no mercado de trabalho pelo licenciamento dos "séquitos" feudais que atravancam inutilmente os domínios e as mansões. Ainda que o poder real, produto ele mesmo da evolução burguesa, com medidas violentas precipitou a dispersão de tais séquitos a fim de apressar seu poder absoluto, ele não foi o único responsável. Os senhores feudais, que faziam absoluta oposição aos reis e ao parlamento, criaram um proletariado bem mais numeroso ao expulsar pela força bruta os camponeses das terras que estes possuíam com os mesmos títulos feudais que eles, ao se apropriarem dos bens comunais. A arrancada se deu primeiramente na Inglaterra com o impulso das manufaturas de lã e a consequente elevação do preço da lã. As grandes guerras feudais tinham devorado a velha nobreza feudal; a nova, filha de seu tempo, via no dinheiro o poder dos poderes. Sua divisa foi então: Transformação das terras cultivadas em pastagens. Harrison (em sua Descrição da Inglaterra) expõe como a expropriação dos pequenos cultivadores arruína o país. Arrasava-se e deixava-se cair em ruínas as habitações dos camponeses e as casas dos operários. "Quando se consultam os inventários de cada mansão senhorial, vê-se que inumeráveis casas e pequenas explorações desapareceram, que o campo alimenta bem menos gente, que muitas vilas estão em decadência; é verdade que Outras prosperam... E muito poderíamos dizer sobre as cidades e vilas destruídas para dar lugar a pastagens, só aí permanecendo a morada senhorial." As lamúrias dessas velhas crônicas são sempre exageradas, mas exprimem fielmente a impressão produzida sobre os contemporâneos pela revolução das condições de produção.

O legislador se deixou assustar por essa revolução. Em sua História de Henrique VII, Bacon escreve: "Por esta época (1439), lamentava-se mais e mais a transformação de terras cultivadas em pastagens, onde alguns poucos pastores cuidavam de tudo; e as fazendas arrendadas por um ano, ou por um tempo dado, ou por uma vida, foram transformadas em bens dominiais. Ora, a maior parte dos homens do campo vivia nessas fazendas. Daí resultou a decadência do povo, e das cidades, das igrejas, das dízimas... O rei e o

²³ 1 acre cerca de 4.000 metros quadrados.

Parlamento usaram de maravilhosa sabedoria para sanar esse abuso. Tomaram medidas contra tal usurpação dos bens comunais, que provocava o despovoamento, e contra a extensão das pastagens que a seguia de perto e produzia os mesmos efeitos. Um decreto de Henrique VII, de 1489, proibia a destruição de qualquer morada de lavrador que estivesse ligada a uma posse de pelo menos 20 acres de terra. Decreto de Henrique VIII reafirma tal proibição. Dizia, entre outras coisas: "Muitas terras arrendadas e grandes rebanhos, sobretudo de ovelhas, se acumulam nas mãos de alguns proprietários, daí a renda da terra ter aumentado, mas a agricultura está em decadência, as igrejas e casas destruídas, enormes massas populares deixadas na impossibilidade de sustentar suas famílias." A lei ordena, assim, a reconstrução das fazendas e fixa a proporção das terras cultivadas e das pastagens. Um decreto de 1533 se queixa de que certos proprietários possuam 24.000 ovelhas e ordena o limite de 2.000 (No seu livro *Utopia* — aparecido em 1516 — Thomas More fala do país bizarro onde "os carneiros comem os homens).

Mas as lamentações do povo e toda a série de leis publicadas desde Henrique VII, e isso durante 150 anos, contra a expropriação dos pequenos cultivadores, resultaram em nada.

No século XVI, a Reforma e o confisco colossal de bens eclesiásticos que a seguiu vieram dar um novo e terrível impulso à violenta expropriação das massas do povo. No momento da Reforma, a Igreja Católica era proprietária feudal de uma grande parte do solo inglês. A supressão dos conventos jogou os habitantes de suas terras entre o proletariado. Quanto aos bens eclesiásticos, foram na maior parte dados gratuitamente a ávidos protegidos do rei, ou então vendidos por preços irrisórios a especuladores, fazendeiros, burgueses, que reuniram suas explorações e expulsaram em massa os antigos rendeiros que lá viviam há gerações. E, sem dizer uma palavra, confiscou-se a parte que a lei garantia sobre os dízimos eclesiásticos aos lavradores jogados à miséria.

Nos últimos anos do século XVII, a classe dos camponeses independentes (a Yeomanry) era mais numerosa que a classe dos arrendatários. Ela tinha-se constituído na força principal de Cromwell, e no próprio testemunho de Macaulay ela tinha um aspecto bem favorável em contraste com os fidalgotes beberões e sujos e seus lacaios, os curas rurais, cuja função era encontrar maridos para as criadas engravidadas pelo senhor. Os assalariados rurais eram ainda nessa época co-proprietários dos bens comunais. Pelo ano de 1730, a classe dos camponeses independentes já desaparecera e, nos últimos anos do século XVIII, não existiam mais traços da propriedade comunal dos agricultores.

Após a restauração dos Stuarts (1660), os proprietários rurais realizaram legalmente uma usurpação, que se completou em seguida no continente sem outra forma de processo. Aboliram a constituição feudal, quer dizer, descarregaram sobre o Estado seus deveres tributários, "indenizando-o" através de impostos sobre os camponeses e o resto do povo, reivindicaram como propriedade privada, no sentido moderno do termo, bens sobre os quais eles só tinham direitos feudais, e, finalmente, outorgaram as leis sobre a residência que, com algumas variantes impostas pelas circunstâncias, foram para os lavradores ingleses o que os ucasses do tártaro Bóris Codunov (1597) tinham sido para os camponeses russos.

A "revolução gloriosa" levou ao poder, com Guilherme III de Orange, os capitalistas e nobres caçadores de lucros. Eles inauguraram a nova era exercendo o roubo em grande escala e nos domínios do Estado. As terras foram dadas ou vendidas a preços ínfimos ou mesmo anexadas às propriedades privadas por usurpação direta. Tudo isso se fez sem a menor preocupação com a legalidade. Os bens do Estado, apropriados pela fraude, e os bens eclesiásticos — ao menos os que não tinham desaparecido durante a revolução republicana — constituem a base dos grandes domínios atuais da oligarquia inglesa²⁴. Os capitalistas burgueses favoreceram a operação a fim de fazer do solo um artigo de comércio, estender o domínio da grande exploração agrícola, fazer afluir do campo um grande número de pobres proletarizados, etc. Por outro lado, a nova aristocracia fundiária era a aliada natural da nova aristocracia bancária, da alta finança recém-surgida e dos grandes proprietários de manufaturas apoiados nas tarifas protecionistas.

Enquanto os camponeses independentes eram substituídos por arrendatários sem condições, quer dizer, por colonos com contratos de um ano, uma gente servil e dependente das boas graças dos senhores de terra, o roubo sistemático das propriedades comunais se juntou ao roubo dos domínios do Estado, fazendo crescer essas fazendas, que no século XVIII eram chamadas "fazendas de capitalistas" ou "fazendas de comerciantes" e que "liberaram" a população agrícola em benefício da indústria.

No século XIX perdera-se até a lembrança dos vínculos que existiram outrora entre o cultivador e a propriedade comunal. Sem falar de tempos ulteriores, a população rural recebeu alguma vez um vintém de indenização pelos milhões e meio de acres dos bens comunais que lhes foram roubados entre 1801 e 1831 e entregues aos senhores de terra pelos senhores de terra, no meio das leis parlamentares?

A última grande operação na expropriação dos camponeses foi o que se chamou de "Clearing Estates", a limpeza das terras, e que consistia, na realidade, na expulsão de seus habitantes. Todos os métodos ingleses até aqui considerados encontraram seu coroamento nessa "limpeza". Mas a "limpeza das terras", no sentido real da palavra, iremos estudá-la nas montanhas da Escócia, terra predileta dos romancistas modernos.

Os celtas da Alta Escócia formavam clãs e cada qual possuía o solo em que estava estabelecido. O chefe do clã só era proprietário no título de todo esse solo, assim como a rainha da Inglaterra tem o título de proprietária de todo o território inglês. Quando o Governo inglês conseguiu acabar as guerras intestinas desses chefes e suas incursões nas planícies da Baixa Escócia, esses chefes não renunciaram ao banditismo; só o mudaram de forma. Por sua própria autoridade, transformaram o direito titular de propriedade em direito de propriedade privada. E como enfrentaram a resistência dos membros do clã, recorreram à violência para expulsá-los. No século XVIII proibiu-se aos escoceses expulsos de suas terras de emigrar, para empurrá-los, assim, forçosamente para Glasgow e outras cidades industriais. O melhor exemplo do método seguido no século XIX nos é dado pelas "limpezas" do ducado de Sutherland. Desde seu acesso ao poder, a duquesa, versada em Economia, resolveu aplicar medidas radicais e transformar em pastagens todo o condado, onde operações similares já tinham reduzido a população a 15.000 habitantes. De 1814 a 1820,

²⁴ Literalmente o governo de uns poucos. Designa em geral um pequeno número de famílias nobres muito ricas. J. B.

esses 15.000 Habitantes, constituindo cerca de 3.000 famílias, foram perseguidos e expulsos. Todas as suas aldeias foram destruídas por fogo ou picaretas, e todas as suas terras transformadas em pastagens. Os soldados britânicos foram encarregados de executar as ordens e lá tiveram que enfrentar os nativos. Uma velha morreu no incêndio de sua choupana, que ela se recusou a abandonar. Foi dessa maneira que a duquesa se apropriou de 794.000 acres, que pertenciam ao clã desde tempos imemoriais. Aos expulsos ela consignou cerca de 6.000 acres à beira-mar, quer dizer, dois acres por família. Incultos até então, esses 6.000 acres nada deram aos seus proprietários. A duquesa teve a bondade de arrendar o acre por 2 sh. e 6 p. em média aos membros do clã que, desde há séculos, tinham vertido seu sangue pela família dela. Todas as terras roubadas foram repartidas entre 29 grandes demarcações de pastos, cada uma com apenas uma família, a maior parte das vezes criados rurais ingleses. Em 1825, os 15.000 escoceses já tinham sido substituídos por 131.000 ovelhas. Os nativos postos de lado tentaram viver da pesca. Mas iriam pagar ainda mais caro por sua idolatria montanhesa e romântica por seus "chefes". O cheiro do peixe chegou até estes. Pressentiram aí uma fonte de renda e arrendaram essas terras aos grandes exploradores de pesca de Londres. E os escoceses foram expulsos uma vez mais.

Enfim uma parte das pastagens foi transformada em reserva de caça. Sabe-se que na Inglaterra há florestas propriamente ditas. A caça, nos parques dos senhores, é constituída pelo gado doméstico, gordo como os magistrados de Londres. A Escócia é, pois, o último refúgio da “nobre paixão”. “Nas montanhas”, escrevia Somers em 1848, “as florestas foram bastante estendidas. A transformação de suas terras em pastagens relegou os escoceses às terras inférteis. E eis que a caça começa a substituir as ovelhas e aumenta ainda mais a miséria das populações pobres. A caça²⁵ não pode viver com os homens lado a lado. Ou um ou outra tem que ceder seu lugar. Aumentem os campos de caça em número e extensão nos próximos 25 anos da mesma forma que nos últimos 25, e não se verá mais nenhum escocês em seu solo natal. Essa tendência entre os proprietários das “Thighlands” (as montanhas da Escócia) é em parte coisa da moda, ou da vaidade aristocrática dos aficionados da caça; mas é certo que os proprietários de terra não desdenham os lucros provenientes da venda da caça. Pois é evidente que um terreno montanhoso, disponível para a caça, produz bem mais do que se estivesse entregue às pastagens. O aficionado que procura lugar para caça paga até onde pode sua bolsa.... As “highlands” conheceram privações não menos cruéis que as infligidas à Inglaterra pela política dos reis normandos. Se se concedeu mais espaço à caça, isso se deu reduzindo o concedido aos homens... O povo perdeu sucessivamente todas as suas liberdades... E a opressão cresce dia a dia. Os proprietários consideram a expulsão dos camponeses como um princípio intangível, uma necessidade agrícola, e a operação continua sua marcha tranquila e regular como se se tratasse de desbravar as florestas virgens da América ou da Austrália.

O saque dos bens eclesiásticos, a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, o embargo às propriedades comunais, a transformação usurpadora — e efetuada sob um regime de terror — das

²⁵ Nessas pretendidas florestas não há árvores. Retiram-se as ovelhas, soltam-se os veados pelas montanhas nuas, e a isso se chama “floresta de caça”. Nem mesmo silvicultura há.

propriedades feudais e coletivas dos clãs em propriedades privadas modernas — eis os doces métodos da acumulação primitiva. Eles preparam o terreno para a agricultura capitalista, incorporam o solo e a terra ao capital e criam para a indústria das cidades a possibilidade de se procurar operários entre os proletários despojados de tudo.

Todos os homens assim privados de seus meios de vida não poderiam ser absorvidos pela manufatura nascente tão prontamente quanto ficavam disponíveis. De outra parte, bruscamente arrancados de seu gênero de vida habitual, não se podiam ajustar da noite para o dia à disciplina da nova situação. Muitos dentre eles se fizeram ladrões, bandidos, vagabundos, uns por tendência natural, outros — os mais numerosos — por força das circunstâncias. É por isso que, pelo fim do século XV e durante todo o XVI, houve em toda a Europa ocidental uma legislação sanguinária contra a vadiagem. Os avós dos operários atuais foram primeiramente punidos por se deixarem transformar em vagabundos e miseráveis. A legislação os tratou como criminosos voluntários, supondo que dependia unicamente de suas boas vontades continuar a trabalhar nas condições que não existiam mais.

Na época em que nasceu a produção capitalista, a burguesia, elevando-se, aos poucos, serviu-se da força do Estado para "regulamentar" os salários, prolongar a jornada de trabalho e manter o operário numa situação normal de dependência. Eis um elemento essencial da pretendida acumulação primitiva.

A classe dos assalariados, surgida na segunda metade do século XIV, não constituía então, nem mesmo no século seguinte, senão uma ínfima parcela do povo, fortemente protegida em sua situação pela classe dos camponeses independentes e a organização corporativa das cidades. Nas cidades e nos campos, operários e patrões se achavam muito ligados. O capital variável predominava consideravelmente sobre o capital constante. A procura de trabalho assalariado aumentou, pois, rapidamente com toda a acumulação de capital, enquanto a oferta de trabalho assalariado não a acompanhou senão muito lentamente.

Depois de ter considerado a criação violenta de um proletariado despojado, temos que colocar a seguinte questão: qual é a origem primeira dos capitalistas? A expropriação das populações rurais não criou diretamente senão grandes proprietários territoriais. Quanto gênese dos arrendatários, podemos de certa forma tocar com a mão porque a evolução se faz lentamente e prosseguiu por vários séculos. Os servos, eles próprios, e um certo número de pequenos proprietários livres tinham os mais diversos títulos de propriedade; também foram-se emancipando nas condições econômicas mais diversas. Na Inglaterra, a primeira espécie de arrendatário é o baillif, servo ele mesmo. Sua situação é análoga à do villicus romano, mas numa esfera mais restrita. Pela metade do século XIV, é substituído por um arrendatário, a quem o senhor da terra fornece as sementes, o gado e os instrumentos de trabalho. A situação desse arrendatário não difere muito da do camponês; apenas ele explora mais assalariados. Logo se tornou um “parceiro”. Ele fornecia uma parte do capital e o senhor da terra fornecia o resto. Os dois se dividiam os benefícios em proporções fixadas por contrato. Na Inglaterra, essa forma desapareceu rapidamente para dar lugar ao arrendatário propriamente dito, que se vale de seu próprio capital, empregando assalariados e remetendo ao senhor da terra, a título de renda, uma parte do sobreproduto, em dinheiro ou natura. Enquanto, durante o século XV, o lavrador

independente e o operário agrícola, que trabalha por conta própria ao mesmo tempo que trabalha como assalariado, se enriquecem por seu trabalho, a situação do arrendatário e seu campo de produção permanecem igualmente medíocres. A revolução agrícola realizada na última terça parte do século XV, com exceção dos últimos 20 anos, enriqueceu o arrendatário tão rapidamente como empobreceu a população rural. A usurpação das pastagens comunais lhe permitiu aumentar consideravelmente seu gado, e este lhe forneceu o adubo para o solo. No século XVI intervém um fator decisivo. Nessa época os contratos de renda eram de longa duração, ordinariamente 99 anos. A depreciação contínua dos metais preciosos, e consequentemente do dinheiro, deu frutos de ouro aos arrendatários. Produziu, deduzindo todos os outros fatores assinalados mais acima, um rebaixamento dos salários. Uma parte disso veio beneficiar o arrendatário. O crescimento contínuo dos preços do trigo, da lã, da carne, em suma, de todos os produtos agrícolas, aumentou o capital em dinheiro do arrendatário, sem esforço especial de sua parte, enquanto ele pagava sua renda no valor antigo do dinheiro. Ele enriquecia, pois, às custas de seus assalariados e do proprietário de suas terras. Não se deve espantar, assim, que no fim do século XVI havia na Inglaterra uma "classe de arrendatários capitalistas" ricos para a época.

A expropriação por golpes sempre renovados e a expulsão da população rural forneceram à indústria urbana massas contínuas de proletários estranhos à esfera corporativa. A rarefação da população rural independente e que explorava por conta própria não tinha apenas como correlato a condensação do proletariado industrial. Malgrado a diminuição numérica dos que a cultivavam, a terra produzia ainda mais: a revolução nas condições da propriedade fundiária se fazia acompanhar do aperfeiçoamento dos métodos de cultura, de uma cooperação mais extensiva, da concentração dos meios de produção, etc. e, mais, os assalariados agrícolas forneciam um trabalho mais e mais intenso, ainda que o campo de produção que eles trabalhavam por sua própria conta se retraía a cada dia que passava. Ao mesmo tempo que a população rural, também seus meios de subsistência se tornam disponíveis e transformam-se em elementos constitutivos do capital variável. O operário jogado à rua se vê obrigado a comprar o valor de seus meios de subsistência, sob a forma de um salário, que lhe será pago por seu novo patrão, o capitalista industrial. E isso também ocorreu com as matérias-primas da indústria fornecidas pela agricultura local como meios de subsistência: elas se tornaram um elemento do capital constante.

Suponhamos, por exemplo, que uma parte dos camponeses da Vestefália - que, no tempo de Frederico II, fiavam todos não a seda, mas o linho – tendo sido expropriada pela violência e expulsa de suas terras, o resto se tenha tornado jornaleiros dos grandes arrendatários. Suponhamos, ademais, a construção ao mesmo tempo das grandes fiadoras ou grandes tecelagens onde os expropriados encontram uma ocupação como assalariados: o linho não mudou de aspecto, nenhuma de suas fibras foi modificada, mas uma alma nova se apoderou dele. Ele forma agora parte do capital constante aos patrões manufactureiros. Outrora repartido entre uma multidão de pequenos produtores que o cultivavam eles próprios e o fiavam em pequenas quantidades com suas famílias, ele se encontra atualmente concentrado nas mãos de um capitalista, para quem outros fiam e tecem. O trabalho extraordinário gasto na fiação do linho se traduzia

antes em renda extra de inumeráveis famílias camponesas ou ainda, como no tempo de Frederico II, em impostos para o rei da Prússia. Ele se traduz hoje em lucros para um pequeno número de capitalistas. As rodas de fiar e os instrumentos de tecelagem, antes disseminados por todo o campo, são hoje reunidos em algumas grandes casernas de trabalho, da mesma forma que os operários e as matérias-primas. Em vez de servir como garantia de uma existência independente aos fiadores e tecelões, as rodas, os teares e as matérias-primas servem para comandar os operários e extorquir-lhes trabalho não-pago. Vendo as grandes manufaturas não se diz que, assim como as grandes fazendas, elas são um aglomerado de muitas pequenas oficinas e constituídas pela expropriação de um grande número de produtores independentes. Mas o observador lúcido não se deixa enganar.

A expropriação e a expulsão de uma parte da população rural tornam disponíveis os operários ao mesmo tempo que os meios de subsistência e de trabalho para o capital industrial: ela cria o mercado interno.

Antes, a família camponesa produzia e trabalhava os meios de subsistência e as matérias-primas que em seguida ela mesma consumia a maior parte. Essas matérias-primas e esses meios de subsistência se convertem agora em mercadorias; é o grande arrendatário que os vende, e são as manufaturas seu mercado. Os fios, o pano, as grossas fazendas de lã, quer dizer, as coisas cujas matérias-primas se achavam à disposição de toda família camponesa, que os fiava e tecia para o próprio uso, convertem-se em artigos de manufatura, aos quais o campo serve precisamente de mercado. É assim que a expropriação dos camponeses, antes estabelecidos por conta própria, e sua separação dos seus meios de produção são acompanhadas do aniquilamento da indústria suplementar do campo. E só o aniquilamento da indústria doméstica rural pode dar ao mercado interno de um país a extensão e a sólida coesão de que tem necessidade o modo de produção capitalista. Entretanto, o período manufatureiro propriamente dito não chega a realizar uma transformação radical. Foi preciso aparecer a grande indústria e a maquinaria para dar uma base permanente à agricultura capitalista, expropriar radicalmente a grande maioria dos camponeses, e completar o divórcio entre a agricultura e a indústria doméstica do campo, extirpando as raízes desta última, a fiação e a tecelagem. É ela também que conquista para o capital industrial todo o mercado interno.

A gênese do capitalista industrial não se fez progressivamente como a do arrendatário. Sem dúvida, muitos pequenos patrões corporativos, mais ainda pequenos artesãos independentes e mesmo assalariados, se transformaram no início em pequenos capitalistas e, depois, pela exploração crescente de trabalho assalariado e a acumulação correspondente, em capitalistas mesmo. Mas essa progressão excessivamente lenta não respondia de maneira alguma às necessidades comerciais do novo mercado mundial criado pelas grandes descobertas e invenções do século XV. Ora, a Idade Média tinha legado duas formas diferentes de capital: o capital usurário e o capital comercial.

O capital em dinheiro formado pela usura e pelo comércio foi duplamente estorvado na sua transformação em capital industrial: no campo pela constituição feudal, nas cidades pela organização corporativa. (Ainda em 1794 os pequenos fabricantes de panos de Leeds enviaram uma delegação ao

Parlamento a fim de reclamar uma lei que proibisse aos mercadores tornarem-se fabricantes.) Esses entraves desapareceram com a dissolução dos séquitos senhoriais, com a expropriação e expulsão parcial das populações rurais. A nova manufatura foi instalada nos portos marítimos de exportação, ou sobre os pontos em pleno campo situados fora do controle do velho sistema urbano e da organização corporativa. Na Inglaterra houve, assim, uma luta violenta entre as cidades de corporações e essas novas cidades industriais.

A descoberta das minas de ouro e de prata da América, o extermínio das populações indígenas, sua escravização ou seu enterramento nas minas, a conquista e o começo da pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África num vasto cercado onde se caçavam negros, tudo isso caracteriza a aurora da era da produção capitalista. Esses procedimentos idílicos são os fatores importantes da acumulação primitiva. Logo depois começa a guerra comercial das grandes nações europeias tendo a terra inteira como campo de batalha. Começa com a guerra dos Países Baixos contra a Espanha (1581), toma proporções gigantescas na guerra da Inglaterra contra os jacobinos franceses (1793), prolonga-se nas "guerras do ópio" contra a China (1840) etc.

Os diversos fatores da acumulação primitiva se repartem mais ou menos, pela ordem cronológica, pela Espanha, Portugal, França e Inglaterra. Na Inglaterra se reúne, pelo fim do século XVII, num sistema metódico compreendendo a colonização, o regime da dívida pública, a organização moderna das finanças e o protecionismo. Esses métodos repousam, em parte, na simples força bruta, como o sistema colonial, todos se apoiam na força do Estado, para ativar ao máximo a transformação do modo de produção feudal em modo de produção capitalista e abreviar as fases de transição. A violência é a parteira de toda velha sociedade gerando uma nova. E é ela própria uma potência econômica.

A propósito do sistema cristão da colonização, eis o que diz um homem que se fez um especialista do cristianismo, W. Howitt (*Colonização e Cristianismo*, Londres, 1833): "Os atos de barbárie e as vergonhosas atrocidades de que se tornaram culpadas as nações ditas cristãs, em todas as regiões e contra todos os povos que puderam subjugar, não têm nenhum paralelo em qualquer outra era da história universal nem em nenhuma outra raça, por mais selvagem, mais bárbara, mais impiedosa e mais desavergonhada que fosse". A história da colonização holandesa no século XVIII — era a Holanda o modelo da nação capitalista — “desenrola um quadro incomparável de traições, de corrupção, assassinatos e de ignomínia”.²⁶ Para se apoderar de Malaca, os holandeses corromperam o governador português, que lhes abriu as portas em 1641. Em seguida, correram à sua casa e o mataram para não lhe pagar a soma de 21.875 libras esterlinas, que fora o preço de sua traição. Por toda parte a devastação e o despovoamento seguiram seus passos. Em 1750, Banjuwangi, província de Java, contava mais de 80.000 habitantes. Em 1811 esse número caíra para 8.000.

A Companhia Inglesa das Índias Orientais obteve, como se sabe, não somente o poder político na Índia, mas ainda o monopólio exclusivo do comércio do chá, do comércio chinês em geral e do transporte de todas as mercadorias entre esses países e a Europa e vice-versa. Mas a cabotagem nas costas da Índia, a navegação entre as ilhas e o comércio interno, tornara-se monopólio dos altos funcionários da Companhia. O

²⁶ Thomas Stamford Raffles. antigo governador de Java, Java e SUas Possessões (em inglês), Londres, 1817.

monopólio do sal, do ópio, do betel, eram fontes inesgotáveis de riqueza. Os empregados fixavam eles mesmos os preços e escorchavam os infelizes hindus. O governador-geral tomava parte nesse comércio particular. Seus protegidos obtinham contratos tais que — mais poderosos que os alquimistas — obtinham o ouro a partir do nada. Grandes fortunas surgiam da noite para o dia como cogumelos, e a acumulação primitiva se operou sem que os interessados tivessem que adiantar um só xelim. As demandas judiciais contra Warren Hastings revelaram montes de exemplos do gênero. Eis um caso: Um certo Sullivan recebeu um contrato de ópio, no momento em que ia partir, encarregado de missão oficial, para uma região bem afastada dos distritos produtores do ópio. Cedeu seu contrato, por 40.000 libras esterlinas, a um certo Binn, que o revendeu no mesmo dia por 60.000 libras, e o comprador final aquele que executou o contrato — declarou que ele mesmo tinha obtido um lucro considerável. Segundo a apuração feita no Parlamento, a Companhia e seus empregados obtiveram, pelos hindus, de 1757 a 1766, graciosamente, 6 milhões de libras esterlinas. Em 1769-1770, os ingleses criaram uma situação de fome, açambarcando todo o arroz e não o vendendo senão por preços fabulosos.

O regime colonial gerou progressos enormes no comércio e na navegação. As "sociedades de monopólio" (Lutero) contribuíram fortemente para a concentração do capital. As manufaturas, que surgiam por toda parte, encontravam nas colônias seu mercado e uma acumulação intensificada pelo regime de monopólio. As riquezas reunidas fora da Europa pela pilhagem, a escravidão e o morticínio refluíam para a metrópole, onde se transformavam em capital. A Holanda, a primeira a praticar o sistema colonial em toda a sua extensão, achava-se em 1648 no apogeu do seu poderio comercial. Ela açambarcava "quase todo o tráfico das Índias Orientais, assim como as relações entre o Sudoeste e o Nordeste da Europa. Sua pesca, sua marinha, suas manufaturas, ultrapassavam as de todos os outros países. Os capitais da República eram, talvez, superiores aos do resto da Europa." Gülich esquece de acrescentar que em 1648 a massa do povo holandês era esfolada, empobrecida, oprimida pela força bruta.

Em nossos dias, a supremacia industrial leva consigo a supremacia comercial. No período manufatureiro propriamente dito é, ao contrário, a supremacia comercial que assegura a preponderância industrial. Daí o papel tão importante desempenhado então pelo sistema colonial. Ele era o "deus de fora" que se instalava no altar ao lado de velhos ídolos da Europa e que, um belo dia, os derrubaria a todas. A partir dessa data, a mais-valia se tornava o fim único da humanidade.

O sistema do crédito público, quer dizer, as dívidas do Estado, cujas origens encontramos, na Idade Média, em Gênova e Veneza, toma conta da Europa durante o período manufatureiro. O sistema colonial, com seu comércio marítimo e suas guerras comerciais, lhe serve de estímulo. Ele se instalou, assim, primeiramente na Holanda. A dívida pública, quer dizer, a alienação do Estado, seja despótico, constitucional ou republicano, dá o verdadeiro caráter à era capitalista. A única parte da pretendida riqueza nacional que entra realmente na posse coletiva dos povos modernos é a dívida pública.

A dívida pública torna-se um dos fatores mais poderosos da acumulação primitiva. Como por um lance de mágica, ela infunde uma potência reprodutora ao dinheiro improdutivo e o transforma em capital,

sem que ele tenha necessidade de se expor aos perigos e aos esforços que acompanham todos os investimentos industrial e mesmo usurário. Na realidade, os credores do Estado não entregam nada; a soma emprestada se transforma em títulos da dívida pública de fácil transferência e que continuam a funcionar em suas mãos como moeda sonante. Mas, deixando de lado os financistas que enriquecem improvisadamente servindo de intermediários entre o Governo e a nação; deixando mesmo de lado os arrematadores de impostos, os comerciantes, os fabricantes particulares, cujas bolsas sempre recolhem uma boa parcela de todo empréstimo do Estado, como um capital caído do céu; deixando tudo isso de lado, a dívida pública fez nascer e prosperar as sociedades por ações, o tráfico de títulos negociáveis de toda espécie, a agiotagem, em uma palavra, a bolsa e o sistema bancário moderno.

Desde sua origem, os grandes bancos enfarpelados de títulos nacionais não eram mais que sociedades de especuladores particulares, que se colocavam ao lado do Governo e, graças aos privilégios obtidos, estavam mesmo em condições de emprestar-lhe dinheiro. Por isso não se pode ter melhor índice da acumulação da dívida pública do que o oferecido pela elevação progressiva das ações desses bancos, cujo pleno desenvolvimento data da fundação do Banco da Inglaterra (1694). O Banco da Inglaterra começou emprestando dinheiro ao Governo à taxa de 8%. Ao mesmo tempo, foi autorizado pelo Parlamento a cunhar moeda do mesmo capital, emprestando-o ao público sob a forma de notas de banco. Com essas banknotes, ele podia descontar letras (quer dizer, comprá-las antes de seu vencimento), fazer empréstimos sobre mercadorias e comprar metais preciosos. Pouco depois, o Banco da Inglaterra se serviu dessa moeda fiduciária, fabricada por ele mesmo, para fazer adiantamentos ao Estado e pagar os títulos da dívida pública. Não lhe satisfazendo retomar com uma mão o que dava com a outra, ele se mantinha mesmo assim credor perpétuo da nação até a última moeda. Pouco a pouco, ele se tornou o receptáculo obrigatório de todos os tesouros metálicos do país e o centro de gravitação de todo o crédito comercial. No momento em que se terminava, na Inglaterra, de queimar bruxas, começava-se a agarrar falsificadores de notas bancárias. Os escritos da época, as obras de Bolingbroke em particular, nos indicam o efeito produzido nos contemporâneos pela aparição repentina de toda essa súcia de bancocratas, financistas, rentistas, corretores, agentes e jogadores de bolsa.

Com as dívidas públicas nasceu um sistema de crédito internacional que muitas vezes esconde, num ou noutro país, uma das fontes da acumulação primitiva. É assim que as infâmias do sistema de rapina praticadas em Veneza constituem uma das bases ocultas da riqueza capitalista da Holanda, a quem Veneza em decadência emprestou grossas sornas de dinheiro. As relações entre a Holanda e a Inglaterra são idênticas. Desde o começo do século XVIII, as manufaturas holandesas cessaram de ocupar o primeiro escalão, e o país perdeu sua preponderância comercial e industrial. De 1701 a 1776, a Holanda empresta capitais consideráveis, especialmente a seu principal concorrente, a Inglaterra. A situação é a mesma entre a Inglaterra e os Estados Unidos. Muitos capitais que se mostram hoje nos Estados Unidos sem indicação de origem não são senão capitalização do sangue das crianças levada a efeito nas fábricas inglesas.

Como a dívida pública se apoia na renda do Estado, que deve fazer face a todos os pagamentos a serem efetuados durante o ano, o sistema moderno de impostos torna-se o complemento necessário do sistema de empréstimos nacionais. Os empréstimos permitem ao Governo cobrir as despesas extraordinárias sem que o contribuinte se ressinta imediatamente; mas eles implicam em seguida uma elevação dos impostos. De outra parte, o acréscimo dos impostos, levado pela acumulação das dívidas contraídas sucessivamente, força o Governo, cada vez que se apresentam novas despesas extraordinárias, a fazer novos empréstimos. O sistema fiscal moderno, do qual os impostos sobre os objetos de primeira necessidade (e consequentemente seu encarecimento) constituem a chave, traz, pois, em si mesmo o germe de uma progressão automática. A elevação contínua dos impostos não é, portanto, um incidente, mas a norma geral. Na Holanda, onde esse sistema foi inaugurado primeiro lugar, o grande patriota de Witt (1625-1672) o celebrou em suas máximas como o melhor sistema para tornar o assalariado submisso, frugal, devotado... e para sobrecarregá-lo de trabalho. Mas a influência deletéria que ele exerce sobre a situação dos assalariados nos interessa aqui menos que a exportação violenta que acarreta ao camponês, ao artesão, numa palavra, a todos os elementos da pequena classe média. Todos estão de acordo nessa questão, inclusive os economistas burgueses. E sua ação expropriadora é ainda reforçada pelo sistema protecionista, que é parte integrante daquele.

O sistema protecionista foi um meio artificial de fabricar fabricantes, de expropriar operários independentes, de capitalizar os meios nacionais de produção e de subsistência, de abreviar pela força a transição do antigo ao moderno modo de produção. Os Estados europeus se disputaram o monopólio dessa invenção, e, desde que foram postos a serviço dos fazedores de lucros não extorquiram apenas seus próprios povos, seja indiretamente através das tarifas protecionistas, seja diretamente pelos subsídios à exportação. Nos países secundários colocados sob sua influência, destruíram por meios violentos toda indústria, como por exemplo a manufatura de lã aniquilada pelos ingleses na Irlanda. No continente europeu, Colbert deu o sinal para uma simplificação considerável desse procedimento. E do tesouro público que, nesses países, os industriais tiram, boa parte das vezes, seu capital primitivo.

O sistema colonial, a dívida pública, os impostos, o protecionismo, as guerras comerciais etc., esses rebentos do período manufatureiro propriamente dito, ganham um desenvolvimento extraordinário durante o primeiro período da grande indústria. Para festejar o nascimento dessa indústria, houve uma espécie de massacre de inocentes. Assim como a Marinha real, também as fábricas recrutam seu pessoal através da imprensa. Num livro aparecido em Londres em 1836, pode-se ler: "No Derbyshire, no Nottinghamshire e sobretudo no Lancashire, as máquinas recentemente inventadas foram empregadas nas grandes lúbricas construídas à margem dos rios capazes de fazer girar a roda hidráulica. E nesses lugares, longe das cidades, é preciso de imediato milhares de braços. No Lancashire principalmente, relativamente pouco povoado até essa data, e infértil, foi preciso toda uma população. O que se requisitava principalmente eram dedos pequenos e ágeis. Assim, se introduziu o costume de trazer aprendizes dos asilos paroquiais de Londres, Birmingham, etc. Milhares dessas pequenas criaturas abandonadas, de 7 a 13 ou 14 anos, foram assim

expedidas para o norte. O patrão (o ladrão de crianças) tinha o hábito de vestir e alimentar seus aprendizes e alojá-los numa casa especial perto da fábrica. Vigias não tiravam os olhos de cima deles durante o trabalho. Era do interesse desses capatazes de escravos esgotar ao extremo as crianças, já que seu pagamento era proporcional à soma de produtos que eles extorquiam delas. Em muitos distritos industriais, especialmente no Lancashire, as mais terríveis torturas foram impostas a essas criaturas inofensivas e abandonadas, entregues aos patrões das fábricas. Essas crianças foram esgotadas até a morte pelo excesso de trabalho, chicoteadas, presas, martirizadas com requintes de crueldade, frequentemente deixadas quase inteiramente a morrer de fome, sendo mantidas no trabalho a golpes de chicote. Em certos casos, foram levadas até o suicídio... Os belos e românticos vales do Derbyshire, do Nottinghamshire e do Lancashire, subtraídos aos olhos do público, se tornaram horríveis lugares solitários onde reinava a tortura... às vezes mesmo o assassinio! Os lucros dos fabricantes foram enormes. Seus apetites cresceram. Introduziram o trabalho noturno. Depois de esgotar uma equipe pelo trabalho diurno, tinham outra pronta para o trabalho noturno; a equipe do dia ocupava então as camas que a da noite acabava de deixar, e vice-versa. Quer a tradição popular que no Lancashire "as camas não se esfriem nunca". Em 1815, no Parlamento inglês: assinalou-se o caso de uma paróquia de Londres que estabeleceu um contrato com um fabricante do Lancashire pelo qual este se comprometia a receber, por cada 20 crianças sãs física e mentalmente, uma idiota. Eis aí o que custou realizar o processo de separação entre os operários e os meios de trabalho, para transformar de uma parte os meios sociais de produção e de subsistência em capital, de outra parte a massa popular em assalariados. Se o dinheiro, segundo Augier, "vem ao mundo com sua mancha natural de sangue sobre a face", o capital nasce gotejando sangue e lama dos pés à cabeça²⁷.

²⁷ "O capital foge do tumulto e da discussão e é tímido por natureza. É bem verdade, mas não totalmente. O capital tem horror à ausência ou pequena quantidade de ganhos, da mesma forma como a natureza tem horror ao vácuo. Com um ganho satisfatório, o capital se encoraja. Assegurem-lhe 10%, e ele irá onde for; com 20%, ele se anima; com 50%, ele se torna positivamente temerário; com 100%, passa por cima de todas as leis humanas; com 300%, não há crime a que ele não se arrisque, ainda sob a ameaça do patíbulo. Quando o tumulto e a discussão podem trazer lucros, ele os fomentará. A prova disso: o contrabando e a escravização dos negros." (T. J. Dunning, Trade Unions et greves, 1860, pág. 36,).

TEXTO II

O Capital

Cap. XXV: A moderna teoria da colonização²⁸

KARL MARX

A economia política confunde principalmente duas espécies muito diversas de propriedade privada, uma das quais assente no trabalho próprio do produtor, a outra na exploração de trabalho alheio. Esquece que a última forma não só o direto oposto da primeira, como também só cresce sobre o seu túmulo.

No Oeste da Europa, pátria da economia política, o processo da acumulação original está mais ou menos consumado. O regime capitalista ou submeteu aqui diretamente toda a produção nacional ou, onde as relações não estão ainda desenvolvidas, controla pelo menos indiretamente as camadas sociais, pertencentes ao envelhecido modo de produção, que, decadentes, continuam a existir a seu lado. O economista político aplica a este mundo já acabado do capital as representações do direito e da propriedade do mundo pré-capitalista, com um zelo tanto mais ansioso e uma unção tanto maior quanto mais ruidosamente os factos chocam com a sua ideologia.

De outro modo nas colónias. O regime capitalista tropeça aí, em toda a parte, com o obstáculo do produtor que, como possuidor das suas próprias condições de trabalho, se enriquece a si mesmo pelo seu trabalho em vez de enriquecer o capitalista. A contradição entre estes dois sistemas económicos diametralmente contrapostos aciona-se aqui praticamente na sua luta. Onde o capitalista tem atrás de si o poder da metrópole, procura afastar violentamente o modo de produção e apropriação assente no trabalho próprio. O mesmo interesse que, na metrópole, determina o sicofanta do capital, o economista político, a declarar teoricamente o modo de produção capitalista como sendo o seu próprio contrário, o mesmo interesse impele-o aqui «to make a clean breast of it»²⁹ e a proclamar bem alto a oposição dos dois modos de produção. Para esse fim mostra como o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho, cooperação, divisão do trabalho, aplicação em grande de maquinaria, etc., são impossíveis sem a expropriação dos operários e a correspondente transformação dos seus meios de produção em capital. No interesse da chamada riqueza nacional, procura meios artificiais para o fabrico da pobreza popular. A sua couraça apologética desmorona-se aqui peça a peça como estopim a esfarelar-se.

É grande mérito de E. G. Wakefield ter, não descoberto algo de novo acerca das colónias³⁰, mas descoberto nas colónias a verdade acerca das relações capitalistas na metrópole. Assim como o sistema

²⁸ Trata-se aqui de colónias reais, de solo virgem, que é colonizado por imigrantes livres. Os Estados Unidos continuam ainda a ser, economicamente falando, terra colonial da Europa. Além disso, cabem também aqui aquelas velhas plantações em que a abolição da escravatura revolucionou totalmente as relações.

²⁹ Em inglês no texto: «abrir o coração», dizer abertamente o que se pensa. (Nota da edição portuguesa.)

³⁰ Os poucos raios de luz de Wakefield acerca da essência das colónias tinham já sido eles próprios completamente antecipados por Mirabeau père (2*) o fisiocrata, e muito antes ainda por economistas ingleses. (2*) Em francês no texto: pai. (Nota da edição portuguesa.)

protecionista pretendia nas suas origens³¹ a fabricação de capitalistas na metrópole, assim a teoria da colonização de Wakefield, que a Inglaterra procurou durante certo tempo pôr em ação legislativamente, pretendia a fabricação de operários assalariados nas colónias. Ele chama a isso «systematic colonization» (colonização sistemática).

Primeiro Wakefield descobriu nas colónias que a propriedade de dinheiro, meios de vida, máquinas e outros meios de produção não cunham ainda um homem como capitalista, se falta o complemento, o operário assalariado, o outro homem que é coagido a vender-se a si próprio voluntariamente. Descobriu que o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas mediada por coisas³². O senhor Peel, lamenta-se ele, levou consigo de Inglaterra para Swan River, Nova Holanda³³, meios de vida e meios de produção num montante de 50 000 libras esterlinas. O senhor Peel era tão providente que levou, além disso, 3000³⁴ pessoas da classe trabalhadora, homens, mulheres e crianças. Uma vez chegado ao lugar de destino, «o senhor Peel ficou sem um criado para lhe fazer a cama ou lhe trazer água do rio»³⁵. Infeliz senhor Peel, que tudo previu, menos a exportação das relações de produção inglesas para Swan River!

Para o entendimento das descobertas que se seguem de Wakefield, duas observações prévias. Sabe-se: como propriedade do produtor imediato, os meios de produção e de vida não são capital nenhum. Só se tomam capital em condições em que sirvam simultaneamente de meios de exploração e de dominação do operário. Mas esta sua alma capitalista está tão intimamente casada, na cabeça do economista político, com a sua substância material que em todas as circunstâncias os batiza com o nome de capital, mesmo quando são precisamente o seu contrário. Assim com Wakefield. Mais: chama divisão igual do capital à fragmentação dos meios de produção como propriedade individual de muitos operários independentes uns dos outros trabalhando para si. Passa-se com o economista político como com o jurista feudal. Este último colava também as suas etiquetas jurídicas feudais a puras relações monetárias.

«Se», diz Wakefield, «todos os membros da sociedade são supostos possuir iguais porções de capital [...] nenhum homem poderá ter motivo para acumular mais capital do que aquele que ele pode usar com as suas próprias mãos. Isto é até certo ponto o caso em novas colónias Americanas, onde uma paixão por possuir terra impede a existência de uma classe de trabalhadores para alugar.»³⁶

Portanto, enquanto o operário puder acumular para si mesmo — e pode-o enquanto permanecer proprietário dos seus meios de produção — é impossível a acumulação capitalista e o modo de produção capitalista. Falta a indispensável classe dos operários assalariados. Como se produziu na velha Europa a

³¹ Tomar-se-á mais tarde uma necessidade temporária na luta concorrencial internacional. Mas sejam quais forem os seus motivos, as consequências permanecem as mesmas.

³² «Um negro é um negro. Só em determinadas relações é que se toma escravo. Uma máquina de fiar algodão é uma máquina para fiar algodão. Apenas em determinadas relações ela se toma capital. Arrancada a estas relações, ela é tão pouco capital como o ouro em si e para si é dinheiro, ou como o açúcar é o preço do açúcar... O capital é uma relação social de produção. É uma relação histórica de produção.» (Karl Marx, «Lohnarbeit und Kapital», N[eue] Rh[einische] Z[eitung], n.º 266 de 7 de Abril de 1849(3*).)

³³ Antiga designação da Austrália setentrional e ocidental.

³⁴ Como mostrou H. O. Pappé, «Wakefield and Marx» em *The Economic Historical Review*, IV (1951), p. 90, tratou-se na realidade de 300 pessoas. (Nota da edição portuguesa.)

³⁵ E. G. Wakefield, *England and America*, vol. II, p. 33.

³⁶ L. c., v. I, p. 17.

expropriação do operário das suas condições de trabalho e por conseguinte como se produziu capital e trabalho assalariado? Através de um contrato social de uma espécie totalmente original.

«A humanidade adoptou um... dispositivo simples para promover a acumulação de capital», que, naturalmente, tinha na ideia, desde o tempo de Adão, como objetivo último e único da sua existência: «dividiu-se a si própria em possuidores de capital e possuidores de trabalho... Esta divisão foi o resultado de concerto e combinação.»³⁷

Numa palavra: a massa da humanidade expropriou-se a si própria em honra da «acumulação do capital». Ora, dever-se-ia crer que o instinto deste fanatismo de auto renúncia teria de dar-se rédea solta precisamente nas colónias, onde unicamente existem homens e circunstâncias que podiam traduzir do reino dos sonhos para a realidade um contrato social. Mas por que então em geral a «colonização sistemática» em oposição a colonização espontânea? Mas, mas

«Nos Estados do Norte da União Americana pode duvidar-se que tanto como um décimo das pessoas caísse sob a designação de trabalhadores alugados... Em Inglaterra... a classe trabalhadora constitui o grosso do povo»³⁸.

Sim, o impulso de auto expropriação da humanidade trabalhadora em honra do capital é tão pouco existente que, segundo o próprio Wakefield, a escravatura é a única base natural da riqueza colonial. A sua colonização sistemática é um mero pis aller³⁹ já que tem de se haver com homens livres em vez de com escravos.

«Os primeiros colonos espanhóis em Santo Domingo não obtiveram trabalhadores de Espanha. Mas sem trabalhadores» (i. é, sem escravatura) «o seu capital teria de ter perecido ou pelo menos em breve teria tido de diminuir até àquele pequeno montante que cada indivíduo podia empregar com os seus próprios braços. Isto aconteceu efetivamente na última colónia fundada por Ingleses — a colónia de Swan River⁴⁰ —, onde uma grande massa de capital — sementes, ferramentas e gado — pereceu por falta de trabalhadores para a usar e onde nenhum colono preservou mais capital do que aquele que podia empregar com os seus próprios braços.»⁴¹

Viu-se: a expropriação da massa do povo da terra forma a base do modo de produção capitalista. A essência de uma colónia livre consiste, inversamente, em que a massa do solo é ainda propriedade popular e que, portanto, cada colono pode converter uma parte em propriedade privada e meios de produção individuais, sem impedir a mesma operação aos colonos que cheguem depois⁴². Este é o segredo tanto do florescimento das colónias como do seu cancro — a sua resistência ao estabelecimento do capital.

«Onde a terra é muito barata e todos os homens são livres, onde qualquer um que assim deseje pode facilmente obter um pedaço de terra para si, não só o trabalho é muito caro no que respeita à parte do trabalhador no produto como a dificuldade é obter trabalho combinado a qualquer preço.»⁴³

³⁷ L. c., p. 18.

³⁸ L. c., pp. 42, 43, 44.

³⁹ Em francês no texto: expediente à falta de melhor. (Nota da edição portuguesa.)

⁴⁰ Explicitação suprimida na tradução alemã. (Nota da edição portuguesa.)

⁴¹ L. c., v. II, p. 5.

⁴² «A terra, para ser um elemento de colonização, tem de ser não só inculta, mas tem de ser propriedade pública, sujeita a ser convertida em propriedade privada»

⁴³ L. c., v. I, p. 247.

Como nas colônias não existe ainda a cisão entre o operário e as condições de trabalho e as suas raízes, a terra, ou só existe esporadicamente ou num âmbito muito limitado, também não existe ainda a separação entre a agricultura e a indústria, nem ainda o aniquilamento da indústria domiciliária rural, donde havia então de provir o mercado interno para o capital?

«Nenhuma parte da população da América é exclusivamente agrícola, exceto os escravos e os seus empregadores que combinam capital e trabalho em obras particulares. Os Americanos livres que cultivam o solo têm muitas outras ocupações. Uma porção da mobília e das ferramentas que eles usam é habitualmente feita por eles próprios. Constroem frequentemente as suas próprias casas e levam ao mercado, à distância que for, o produto da sua própria indústria. São fiandeiros e tecelões; fazem sabão e velas, tal como em muitos casos sapatos e roupa para seu próprio uso. Na América o cultivo da terra é com frequência a atividade secundária de um ferreiro, um moleiro ou um lojista.»⁴⁴

Com tipos esquisitos como estes onde é que fica «campo de renúncia» para os capitalistas?

A grande beleza da produção capitalista consiste em que não só reproduz constantemente o operário assalariado como operário assalariado, mas além disso produz sempre uma sobre-população relativa de operários assalariados em relação à acumulação do capital. Deste modo, a lei da oferta e da procura de trabalho mantém-se na via correta, as oscilações do salário ficam confinadas dentro de barreiras convenientes para a exploração capitalista e, por fim, a dependência social do operário do capitalista, tão indispensável, fica garantida: relação absoluta de dependência que o economista político em casa, na metrópole, pode disfarçar com lábia mentirosa de livre relação contratual entre comprador e vendedor, entre possuidores de mercadorias igualmente independentes, entre possuidores da mercadoria capital e da mercadoria trabalho. Mas nas colônias desfaz-se esta bela ilusão. A população absoluta cresce aqui muito mais rapidamente do que na metrópole, porque naquelas chegam ao mundo muitos operários adultos; mas, apesar disso, o mercado de trabalho nunca está cheio. A lei da oferta e da procura de trabalho desmorona-se. Por um lado, o velho mundo lança constantemente nas colônias capital desejoso de exploração e precisado de renúncia; por outro lado, a reprodução regular de operários assalariados como operários assalariados esbarra com os obstáculos mais inconvenientes e em parte insuperáveis. E até mesmo a produção de operários assalariados supranumerários em relação com a acumulação de capital! O operário assalariado de hoje torna-se amanhã camponês ou artesão independente trabalhando para si. Desaparece do mercado de trabalho, mas... não para reaparecer na workhouse. Esta transformação constante dos operários assalariados em produtores independentes, que trabalham para si em vez de trabalhar para o capital e que se enriquecem a si próprios em vez de enriquecer os senhores capitalistas, retroativa, por seu lado, muito prejudicialmente sobre a situação do mercado de trabalho. Não é só o grau de exploração do operário assalariado que permanece indecentemente baixo. Este último perde, além disso, com a relação de dependência, também o sentimento de dependência do capitalista que renuncia. Daí todos os inconvenientes que o nosso E. G. Wakefield descreve tão valente, eloquente e comovedoramente.

⁴⁴ L. c., pp. 21, 22.

A oferta de trabalho, queixa-se ele, não é nem constante, nem regular, nem suficiente. «O abastecimento de trabalho é sempre, não apenas pequeno, mas incerto.»⁴⁵

«Ainda que o produto dividido entre o capitalista e o trabalhador seja grande, o trabalhador fica com uma parte tão grande que em breve se torna capitalista... Poucos, mesmo daqueles cujas vidas são inusitadamente longas, podem acumular grandes massas de riquezas.»⁴⁶

Os operários não permitem, pura e simplesmente, que o capitalista renuncie a pagar-lhes a maior parte do seu trabalho. De nada lhe serve ser tão astuto para importar da Europa, com o seu próprio capital, também os seus próprios operários assalariados.

Em breve eles «cessam [...] de ser trabalhadores de aluguer; tomam-se [...] donos de terra independentes, se não concorrentes com os seus antigos amos no mercado de trabalho.»⁴⁷

Concebe-se o horror! O bom do capitalista importou ele próprio da Europa, com o seu próprio bom dinheiro, os seus próprios concorrentes em pessoa! Assim acabou-se tudo! Não espanta que Wakefield se queixe da falta de relação de dependência e de sentimento de dependência dos operários assalariados nas colónias. Por causa dos elevados salários, diz o seu discípulo Merivale, existe nas colónias uma ânsia apaixonada de trabalho barato e dócil, de uma classe à qual o capitalista possa ditar as suas condições, em vez de recebê-las ditadas por ela... Nos países de antiga civilização, o operário, ainda que livre, depende por lei natural do capitalista; nas colónias, essa dependência tem de ser criada por meios artificiais.⁴⁸

Qual é, pois, segundo Wakefield, a consequência de esse inconveniente nas colónias? Uma «barbarizante tendência para a dispersão» dos produtores e da riqueza nacional⁴⁹. A fragmentação dos meios de produção entre inúmeros proprietários trabalhando para si aniquila, com a centralização do capital, toda a base do trabalho combinado. Todo o empreendimento de grande fôlego que se estende ao longo de anos e requer o investimento de capital fixo esbarra com obstáculos para a sua execução. Na Europa o capital não vacila nem um momento, porque a classe operária forma um acessório vivo seu, está sempre aí presente em sobre-abundância, sempre à disposição. Mas, nos países coloniais? Wakefield conta uma anedota extremamente dolorosa. Esteve a falar com alguns capitalistas do Canadá e do estado de New York, onde,

⁴⁵ L. c., v. II, p. 116.

⁴⁶ L. c., v. I, p. 131.

⁴⁷ L. c., v. II, p. 5.

⁴⁸ Merivale, 1. c., v. II, pp. 235-314 passim. Até o suave economista vulgar do livre-câmbio, Molinari, diz: «Nas colónias onde a escravatura foi abolida sem que o trabalho forçado tenha sido substituído por uma quantidade equivalente de trabalho livre, viu operar-se a contrapartida do facto que se realiza todos os dias sob os nossos olhos. Viu-se os simples» (sic) «trabalhadores explorarem por sua vez os empreendedores de indústria, exigir deles salários sem qualquer proporção com a parte legítima que lhes tocava no produto. Não podendo os plantadores obter dos seus açúcares um preço suficiente para cobrir a alta dos salários, foram obrigados a fornecer o excedente, primeiro dos seus lucros, depois dos seus próprios capitais. Uma quantidade de plantadores ficaram arruinados assim; outros fecharam as suas oficinas para escapar a uma ruína iminente... Sem dúvida, mais vale ver perecer acumulações de capitais do que gerações de homens» (que generoso da parte do senhor Molinari!). «Mas não valeria mais que nem umas nem outras perecessem?» (Molinari, 1. c., pp. 51, 52.) Senhor Molinari, senhor Molinari! Que é feito dos dez mandamentos, de Moisés e dos profetas*, da lei da oferta e da procura, se na Europa o empresário pode encurtar a sua parte legítima ao operário e nas índias Ocidentais o operário pode encurtá-la ao empresário. E que é, por favor, essa parte legítima que, segundo a sua própria confissão, o capitalista na Europa deixa diariamente de pagar? Lá do outro lado, nas colónias, onde os operários são tão «simples» ao ponto de «explorarem» o capitalista, faz violentamente comichão ao senhor Molinari pôr na via correta, de modo policial, a lei da oferta e da procura que alhures opera automaticamente.

⁴⁹ Wakefield, 1. c., v. II, p. 52.

como se fosse pouco, as vagas de imigrantes ficam frequentemente bloqueadas e deixam um precipitado de operários «supranumerários».

«O nosso capital», diz um dos personagens do melodrama, «estava pronto para muitas operações que requerem um período considerável de tempo para se completarem; mas nós não poderíamos começar essas operações com trabalho que em breve, sabíamos nós, nos ia deixar. Se estivéssemos seguros de reter o trabalho desses imigrantes, teríamos gostado de o empregar logo e a um preço alto: e tê-lo-íamos empregado, mesmo estando seguros de que ele nos iria deixar desde que estivéssemos seguros de um fornecimento fresco sempre que precisássemos dele.»⁵⁰

Depois de ter contrastado pomposamente a agricultura capitalista inglesa e o seu trabalho «combinado» com a dispersa economia camponesa americana, escapasse-lhe também a Wakefield o reverso da medalha. Descreve a massa popular americana como abastada, independente, empreendedora e relativamente culta, enquanto que

«o trabalhador agrícola inglês é um desgraçado miserável (a miserable wretch), um indigente... Em que país, exceto na América do Norte e algumas novas colónias, excedem os salários do trabalho livre empregue na agricultura em muito a mera subsistência do trabalhador?... Indubitavelmente, os cavalos de quinta em Inglaterra, sendo uma propriedade valiosa, são melhor alimentados do que os camponeses ingleses.»⁵¹

Mas não importa, a riqueza nacional é mais uma vez idêntica por natureza à miséria popular.

Como curar, então, o cancro anticapitalista das colónias? Se se quisesse transformar de um só golpe toda a terra de propriedade do povo em propriedade privada destruir-se-ia, certamente, a raiz do mal, mas também... a colónia. A arte está em matar dois pássaros com um tiro. Dê-se governamentalmente à terra virgem um preço independente da lei da oferta e da procura, um preço artificial que coaja o imigrante a trabalhar assalariadamente por muito tempo antes de poder ganhar o dinheiro suficiente para comprar terra⁵² e transformar-se num camponês independente. O fundo proveniente da venda de terras a um preço relativamente proibitivo para o operário assalariado, esse fundo de dinheiro extorquido do salário, portanto, através de infracção da lei sagrada da oferta e da procura, seja empregue pelo governo, por outro lado, na mesma medida em que cresça, para importar pobres diabos da Europa para as colónias, mantendo assim cheio para o senhor capitalista o seu mercado de trabalho assalariado. Nestas circunstâncias *tout sera pour le mieux dans le meilleur des mondes possibles*⁵³. Este é o grande segredo da «colonização sistemática».

Segundo este plano, grita Wakefield triunfantemente, «o fornecimento de trabalho tem de ser constante e regular, porque: primeiro, como nenhum trabalhador seria capaz de arranjar terra sem ter trabalhado por dinheiro, todos os trabalhadores imigrantes, trabalhando durante algum tempo por salários e em combinação, produziram capital para o emprego de mais trabalhadores; segundo,

⁵⁰ L. c., pp. 191, 192.

* Segundo a lenda cristã antiga os primeiros livros da Bíblia, que constituem a base do Antigo Testamento, foram escritos por Moisés e por outros profetas. A expressão «É Moisés e os profetas!» é aqui usada por Marx no sentido: isso é o principal, esse é o primeiro mandamento, etc..

⁵¹ L. c., v. I, pp. 47, 246.

⁵² «É, acrescentais vós, graças à apropriação do solo e dos capitais que o homem, que apenas tem os seus braços, encontra ocupação e obtém um rendimento. E, pelo contrário, graças à apropriação individual do solo que se encontra homens tendo apenas os seus braços.... Quando meteis um homem no vazio, apoderais-vos da atmosfera. Assim fazeis, quando vos apoderais do solo. É metê-lo no vazio de riqueza, para não o deixar viver senão à vossa vontade» (Colins, 1. c., t. III, pp. 267-271 passim.)

⁵³ «Tout pour le mieux dans le meilleur des mondes possibles» («Tudo pelo melhor no melhor dos mundos possíveis») — aforismo da novela *Candide*, ou *l'optimisme*, de Voltaire.

porque cada trabalhador que tivesse deixado de trabalhar por salários e se tivesse tornado dono de terra, teria, ao comprar terra, proporcionado um fundo para trazer trabalho fresco para a colônia.»⁵⁴

O preço da terra outorgado pelo Estado tem de ser, naturalmente, «suficiente» (sufficient price), isto é, tão alto «que impeça os trabalhadores de se tomarem donos de terra independentes antes de outros se lhes terem seguido para ocuparem os seus lugares» no mercado de trabalho assalariado⁵⁵. Este «preço suficiente da terra» não é mais do que uma descrição eufemística do resgate que o operário paga ao capitalista pela permissão de se retirar do mercado de trabalho assalariado para a terra. Primeiro tem de criar «capital» para o senhor capitalista, afim de que este possa explorar mais operários, e depois tem de pôr no mercado de trabalho um «substituto» que o governo expede do outro lado do mar, à custa do operário, para o seu antigo senhor capitalista.

É extremamente característico que o governo inglês tenha executado durante anos este método de «acumulação original» prescrito propositadamente pelo senhor Wakefield para uso nos países coloniais. O fiasco foi, naturalmente, tão ignominioso como o da lei bancária de Peel⁵⁶. Ocorreu simplesmente que a corrente de emigração se desviou das colônias inglesas para os Estados Unidos. Entretanto, o progresso da produção capitalista na Europa, acompanhado de crescente pressão do governo, tomou supérflua a receita de Wakefield. Por um lado, a gigantesca e contínua corrente humana impulsionado ano após ano para a América produz depósitos que se acumulam no Este dos Estados Unidos, porque a onda de emigração da Europa atira aí os seres humanos no mercado de trabalho mais depressa do que pode drená-los a onda de emigração para o Oeste. Por outro lado, a guerra civil americana trouxe como consequência uma dívida nacional colossal e, com ela, pressão fiscal, engendramento de uma das mais ordinárias aristocracias financeiras, doação de uma parte gigantesca das terras públicas a sociedades de especuladores para a exploração de caminhos-de-ferro, minas, etc. — numa palavra, a mais rápida centralização do capital. A grande república deixou, portanto, de ser a terra prometida para os operários emigrantes. A produção capitalista avança ali com passos de gigante, ainda que a descida dos salários e a dependência do operário assalariado não tenham caído, nem de longe, abaixo do nível europeu normal. O vergonhoso desbarato do solo colonial não cultivado a aristocratas e capitalistas por parte do governo inglês, tão sonoramente denunciado pelo próprio Wakefield, gerou, nomeadamente na Austrália⁵⁷, uma suficiente «sobre-população

⁵⁴ Wakefield, 1. c., v. II, p. 192.

⁵⁵ L. c., p. 45.

⁵⁶ Lei bancária de Peel — trata-se de lei bancária de 1844. Procurando vencer as dificuldades na troca das notas de banco por ouro, em 1844 o governo inglês, por iniciativa de Robert Peel, adoptou uma lei sobre a reforma do Banco de Inglaterra, dividindo-o em dois departamentos autónomos, bancário e emissor, e de- terminando uma norma estrita de garantia das notas de banco em ouro. A emissão de papel-moeda não garantido por ouro era limitada a 14 milhões de libras esterlinas. Porém, apesar da vigência da lei bancária de 1844, a quantidade de notas de banco em circulação de facto dependia não do fundo de cobertura, mas da sua procura na esfera da circulação. Nos períodos de crises económicas, quando a procura de dinheiro se fazia sentir de modo particularmente intenso, o governo inglês suspendia temporariamente a vigência da lei de 1844 e aumentava a soma das notas de banco não garantidas por ouro.

⁵⁷ Desde que a Austrália se tomou sua própria legisladora, promulgou, naturalmente, leis favoráveis aos colonos, mas o desbarato inglês do solo, já consumado, está-lhe [atravessado] no caminho. «O primeiro e principal objetivo que a nova Lei da Terra de 1862 visa é dar facilidades acrescidas para o estabelecimento de pessoas.» (The Land Law of Victoria, by the Hon. G. Duffy, Minister of Public Lands, Lond., 1862 [p. 3].)

operária relativa», — juntamente com a corrente humana atraída pelas jazidas auríferas e com a concorrência que faz ao mais pequeno artesão a importação de mercadorias inglesas — de tal modo que quase cada vapor-correio traz a má notícia de uma sobrecarga do mercado de trabalho australiano — «glut of the Australian labour-market» —, e a prostituição floresce ali em alguns lugares tão exuberantemente como no Haymarket de Londres.

Mas aqui não nos ocupamos da situação das colónias. O que unicamente nos interessa é o segredo descoberto no novo mundo pela economia política do velho mundo, e sonoramente proclamado: o modo de produção e acumulação capitalista e, portanto, também a propriedade privada capitalista, determinam a aniquilação da propriedade privada assente em trabalho próprio, isto é, a expropriação do operário.

TEXTO III

A transição do Feudalismo para o Capitalismo

Do feudalismo para o capitalismo

MAURICE DOBB

Concordo quase inteiramente com o interessante tratamento dado por Eric Hobsbawm à grande variedade de formas de feudalismo e com sua conclusão de que "a transição do feudalismo para o capitalismo é um processo longo que nada tem de uniforme". Creio que ele está muito certo em levantar dúvidas quanto ao acerto de se "falar de uma tendência universal do feudalismo em transformar-se em capitalismo", qualquer que seja a resposta correta a que se possa chegar; também está certo em enfatizar, e isso é importante, que o desenvolvimento do capitalismo nos países mais adiantados, como a Grã-Bretanha, serviu para atrasar o de outras partes do mundo, e isso não apenas na época do imperialismo.

Somente gostaria de comentar um único ponto que ele toca de leve, mas não aprofunda, a saber, a natureza da contradição essencial da sociedade feudal e do papel por ela desempenhado na geração das relações burguesas de produção. A questão é bastante simples, e será bem conhecida dos que acompanharam nos primeiros anos da década de 1950, em *Science and Society*, o debate a que ele se refere. Creio, porém, que é uma questão decisiva, e por isso não pedirei escusas por abordá-la mais uma vez. Se não partirmos dela, creio que não conseguiremos pensar com clareza sobre os importantes problemas suscitados pelo trabalho de Hobsbawm.

O conflito básico

Se nos indagarmos qual foi o conflito básico gerado pelo modo feudal de produção, parece-me que teremos apenas uma resposta. Fundamentalmente, o modo de produção no feudalismo foi o pequeno modo de produção — levado a cabo por pequenos produtores ligados à terra e aos seus instrumentos de produção. A relação social básica assentava-se sobre a extração do produto excedente desse pequeno modo de produção pela classe dominante feudal — uma relação de exploração alicerçada por vários métodos de "coação extra-econômica". A forma precisa pela qual o produto excedente era tomado podia variar de acordo com aqueles diferentes tipos de renda feudal definidos por Marx no volume III de *O Capital* (renda-trabalho, renda-produto ou renda em espécie, renda-dinheiro, que ainda pode ser uma renda feudal, embora de uma "forma em dissolução"): "esta é uma falta de liberdade", escreveu Marx, "que pode evoluir da servidão com trabalho compulsório até o ponto de uma simples relação tributária". Sei muito pouco a respeito das diferentes formas de feudalismo em diversas partes do mundo; acredito, porém, estar certo em

dizer que as diferenças sobre as quais Eric Hobsbawm fala com enciclopédica erudição se referem em geral a distintas formas de extração do produto excedente. Assim, na Europa ocidental predominou a renda-trabalho, sob a forma de prestação direta de serviços na propriedade de um senhor, pelo menos em alguns séculos⁵⁸ (como também na Europa oriental depois da "segunda servidão"); todavia, mais para o Leste, na Ásia, parece-me ter predominado uma forma tributária de exação. "A forma econômica específica pela qual o trabalho excedente não pago é extraído dos produtores diretos determina a relação dos dominadores e dos dominados".

Segue-se daí que esse conflito básico deve ter existido entre os produtores diretos e seus suseranos feudais que extraíam seu tempo-trabalho excedente ou seu produto excedente por meio do direito feudal ou do poder feudal. Esse conflito, ao irromper em antagonismo aberto, expressou-se em revolta camponesa (individual ou coletiva, por exemplo, na fuga da terra ou em ação ou força ilegal organizada), que Rodney Hilton demonstrou ter sido endêmica na Inglaterra nos séculos XIII e XIV⁵⁹. Foi essa a luta de classe crucial no feudalismo, e não qualquer choque direto de elementos urbanos burgueses (comerciantes) com senhores feudais. Este último ocorreu, naturalmente (como o testemunha a luta das comunidades urbanas pela autonomia política e o controle dos mercados locais). Todavia, os comerciantes burgueses, na medida em que eram apenas comerciantes e intermediários, viviam em geral como parasitas do feudalismo e tendiam à conciliação com o mesmo; em muitos casos, eram verdadeiros aliados da aristocracia feudal. De qualquer maneira, creio que este antagonismo permaneceu secundário, pelo menos até uma etapa muito mais tardia.

Se está certo o que eu disse até agora, então é sobre essa revolta entre os pequenos produtores que devemos concentrar nossa atenção na procura da explicação do colapso e declínio da exploração feudal, em vez de em conceitos vagos como "a expansão do mercado" ou "a ascensão da economia monetária", e menos ainda no desafio direto das grandes manufaturas capitalistas enfatizadas no trabalho de Kuusinen (p.161-2).

A gênese do capitalismo

Qual a ligação existente entre a revolta dos pequenos produtores e a gênese do capitalismo? A revolta camponesa contra o feudalismo, mesmo se bem-sucedida, não implica o aparecimento simultâneo de relações burguesas de produção. Em outras palavras, o elo entre elas não é direto, mas indireto, o que explica, creio eu, a razão por que a dissolução do feudalismo e a transição tendem a ser demoradas, e por que o processo às vezes se interrompe (como no caso da Itália, mencionado por Eric Hobsbawm, e também da Holanda, com as primeiras relações burguesas de produção já nos séculos XIII e XIV, embora numa forma ainda muito elementar). É verdade, e merece ser acentuado, que "a transição do feudalismo para o

⁵⁸ Tem sido erro comum na interpretação e cronologia do feudalismo a identificação do declínio da renda-trabalho (pela comutação em renda-dinheiro) com o declínio do próprio feudalismo.

⁵⁹ "Peasant movements in England before 1381", in: *Economic History Review*, 1949, 2nd series, v.II, n.2.

capitalismo não é um processo simples mediante o qual os elementos capitalistas no interior do feudalismo vão fortalecendo-se até estarem bastante vigorosos para romper a casca feudal". (E. H.)

A meu ver, é esta a conexão. Na medida em que os pequenos produtores conseguiam emancipação parcial da exploração feudal — talvez no começo um mero abrandamento (como a transição da renda-trabalho para renda-dinheiro) — eles podiam guardar para si mesmos uma parte do produto excedente. Assim obtinham os meios e a motivação para melhorar o cultivo e ampliá-lo a áreas novas, o que incidentalmente serviu para aguçar mais ainda o antagonismo contra as restrições feudais. Assim se lançaram também as bases para alguma acumulação de capital no interior do próprio pequeno modo de produção, e portanto para o começo de um processo de diferenciação de classes no interior da economia de pequenos produtores — o conhecido processo, presenciado em várias épocas em lugares muito espalhados do mundo, no sentido da formação, por um lado, de uma camada superior de agricultores progressistas relativamente abastados (os kulaks da tradição russa) e, por outro, de uma camada de camponeses arruinados. Essa polarização social na aldeia (e, de maneira similar, nos artesanatos urbanos) preparou o caminho para a produção assalariada e, em decorrência, para as relações burguesas de produção.

Foi assim que se formou o embrião das relações burguesas de produção no seio da antiga sociedade. O processo, porém, não amadureceu imediatamente. Levou tempo: na Inglaterra, alguns séculos. Nesse sentido, convém lembrar que, ao se referir à transição para o capitalismo e ao papel do capital mercantil, Marx falou da ascensão dos capitalistas oriundos das fileiras dos produtores como "a via realmente revolucionária" de transição. Quando a mudança para os métodos burgueses de produção se inicia "de cima", então o processo tende a interromper-se, e o velho modo de produção é conservado, ao invés de suplantado⁶⁰.

Desenvolvimento desigual

Exposto de maneira sumária como o fiz, isso tudo pode parecer abstrato e esquemático — ao menos, supersimplificado. Creio, porém, que serve para chamar atenção para certos fatores, quando se procura uma explicação para o desenvolvimento desigual e as diferenças na escala temporal do processo, pontos esses ressaltados por Eric Hobsbawm. Em primeiro lugar, ao passo que a intensidade do descontentamento dos camponeses pode ser afetada pela forma assumida pela exação feudal, também o êxito da revolta camponesa pode ser influenciado pela disponibilidade de novas terras e a presença de cidades agindo como ímãs e refúgios para camponeses fugidos do campo, provocando assim escassez de mão-de-obra nas propriedades feudais (escassez essa que certamente se encontra subjacente à crise feudal dos séculos XIV e XV). É ainda mais evidente que a potência militar e política dos senhores feudais determinara sua capacidade para reprimir revoltas e reabastecer as reservas de mão-de-obra, se necessário, por novas exações e pela sujeição de camponeses anteriormente livres (como na reação que teve lugar na Europa oriental). A frequência das

⁶⁰ *Capital*, v.III, c.XX, especialmente p.393-5, Kerr, ed. Chicago.

guerras feudais também pode ter sido um fator de intensificação do conflito e da revolta, devido à necessidade de receitas feudais maiores, e, portanto, de maiores exações sobre os produtores.

Quando chegamos às relações burguesas no seio do pequeno modo de produção, é óbvio que as oportunidades para o seu desabrochar serão afetadas pela presença de mercados representados por cidades ou rotas de comércio inter-regional. Nesse caso, o fator-mercado, e considerações como o comércio mediterrâneo, de Pirenne, entram em jogo — mas o fazem concreta e especificamente como elementos que fomentam a produção de mercadorias (i.e., produção para o mercado) no interior do pequeno modo, e, portanto, reforçam o processo interno de diferenciação social. Parece-me também que, possivelmente, a disponibilidade de terras, que num estágio inicial poderia facilitar a revolta dos produtores, serviria mais tarde para inibir o desenvolvimento de relações burguesas, pois representaria para os camponeses empobrecidos e/ou sem terras maiores oportunidades para emigrar para outra parte. (Não é verdade que os migrantes e "mendigos" ingleses do século XVI às vezes acabavam como "posseiros" em algum outro ponto do país onde lotes de terra eram mais prontamente disponíveis?).

Ao contrário, uma alta concentração populacional acentuaria a pressão no sentido de levar os pobres e os sem-terra a achar emprego assalariado, tornando, pois, mais abundante (e barato) o trabalho assalariado para o empresário-capitalista parvenu.

Não pretendo que esta seja uma lista completa das explicações que devemos procurar como resposta para nossos problemas. São mencionadas apenas como indicativas do tipo de explicação decorrente do tipo de enfoque por mim esboçado. Todavia, a menos que consigamos um quadro nítido da maneira pela qual se processou a dissolução e transição feudais (mesmo que ele seja modificado ou aperfeiçoado à medida que absorvamos ou descubramos novos fatos), não creio que avançaremos no sentido de obter respostas claras e adequadas para questões como aquelas suscitadas por Eric Hobsbawm.

TEXTO IV

História da Revolução Russa

Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia

LEON TROTSKY

O aspecto essencial e o mais constante de história da Rússia, é a lentidão da evolução do país, tendo como consequências uma economia atrasada, uma estrutura social primitiva, um nível de cultura inferior.

A população da planície imensa um clima rigoroso, aberto aos ventos do Leste e às migrações asiáticas, estava condenada pela própria natureza à estagnação prologada. A luta contra os nómadas durou quase até ao fim do século XVII. A luta contra os ventos que trazem as geadas no Inverno e a seca no Verão não terminou nos nossos dias. A agricultura – base de todo o desenvolvimento – progredia pelas vias extensivas: no Norte, cortavam-se e queimava-se as florestas; no Sul, as estepes virgens eram transtornadas. Tomava-se posse da natureza no sentido da largura e não em profundidade.

Na época onde os Bárbaros do Ocidente se instalavam nas ruínas da civilização romana e utilizavam tanto as pedras antigas como materiais de construção, os Eslavos do Oriente não encontraram nenhuma herança nas suas planícies sem alegria: o nível de seus predecessores tinha sido ainda mais baixo. Os povos da Europa ocidental, em breve bloqueadas nas suas fronteiras naturais, criariam as aglomerações económica e culturais das cidades industriais. A população da planície oriental, começava a sentir-se apertada, penetrava nas florestas ou emigrava para a periferia, na estepe. Os elementos camponeses dotados de iniciativa e os mais empreendedores tornavam-se, do lado Oeste, cidadãos, artesãos, comerciantes. No Leste, certos elementos ativos, audaciosos estabeleciam-se como comerciantes, mas, em maior número, tornavam-se cossacos, alfandegários ou colonos. O processo de diferenciação social, intensa no Ocidente, atrasava no Oriente e se diluía-se por extensão. “O czar de Moscóvia” – mesmo se cristão – governa as pessoas de espírito preguiçoso” escrevia Vigo, contemporâneo de Pedro I. O “espírito preguiçoso” dos moscovitas refletia o ritmo lento da evolução económica, a amorfia das relações entre as classes, a indigência da história interior.

As antigas civilizações do Egito, da Índia, e da China tinham um carácter suficientemente autónomo e dispunham de bastante tempo para elaborar, mesmo medíocres que fossem as suas possibilidades de produção, relações sociais tão completas em detalhe como as obras dos artesãos destes países. A Rússia ocupava entre a Europa e a Ásia uma situação intermediária não somente pela geografia, mas pela sua vida social e história. Ela distinguia-se do Ocidente europeu, mas diferia também do Oriente asiático, aproximando-se em diversos períodos, por diversos aspectos, ora de um, ora de outro. O Oriente impôs o jugo tártaro que entrou como o elemento importante na edificação do Estado russo. O Ocidente foi um

inimigo ainda mais temível, mas ao mesmo tempo um mestre. A Rússia não teve a possibilidade de forma-se segundo os modelos do Oriente porque ela teve sempre que se acomodar face à pressão militar e económica do Ocidente.

A existência do feudalismo na Rússia, negada pelos historiadores de outrora, pode ser considerada como incontestavelmente demonstrada pelos estudos mais recentes. Ainda mais: os elementos essenciais da feudalidade na Rússia eram os mesmos que existiam no Ocidente. Mas só por esse facto, para estabelecer a realidade de uma época feudal na Rússia foi preciso longas discussões científicas. Está suficientemente provado que a feudalidade russa nasceu antes do tempo, que era informe e pobre em monumentos da sua cultura.

Um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países avançados. Mas isso não significa que ela siga servilmente esses países reproduzindo todas as etapas de seu passado. A teoria da repetição dos ciclos históricos – a de Vico e, mais tarde dos seus discípulos – apoia-se na observação dos ciclos descritos pelos antigas culturas pré-capitalistas, em parte sobre as primeiras experiências do desenvolvimento capitalista. O carácter provincial episódico de todo o processo comporta efetivamente certas repetições das fases culturais nesses focos sempre novos. O capitalismo, porém, marca um progresso sobre tais condições. Ele preparou e, num certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Por aí está excluída a possibilidade da repetição das formas de desenvolvimento das diversas nações. Forçado a meter-se a reboque dos países avançados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente atrasada – esse privilégio existe – autoriza um povo, ou mais exatamente, força-o a assimilar tudo antes dos prazos fixados, saltando uma série de etapas intermediárias. Os selvagens renunciam ao arco e flechas, para tomar logo o fuzil, sem percorrer a distância que separava, no passado, essas diferentes armas. Os Europeus que colonizaram a América não retomavam a história pelo início. Se a Alemanha ou os Estados-Unidos ultrapassaram a Inglaterra, foi justamente no seguimento de atrasos da sua evolução capitalista. Em contrapartida, a anarquia conservadora na indústria carvoeira britânica, como nos cérebros de MacDonald e dos seus amigos, é o resgate de um passado durante o qual a Inglaterra – demasiado tempo – possuiu a hegemonia sobre o capitalismo. O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz necessariamente a uma combinação original de diversas fases do processo histórico. A curva descrita toma no seu conjunto um carácter irregular, complexo, combinado.

A possibilidade de saltar por cima dos graus intermediários, não é, compreende-se, completamente absoluta; ao fim das contas, ela está limitada pelas capacidades económicas e culturais do país. Um país atrasado, aliás, rebaixa frequentemente o que ele pede emprestado o pronto a usar no exterior para adaptar à sua cultura mais primitiva. O próprio processo de assimilação toma, nesse caso, um carácter contraditório. É assim que a introdução de elementos da técnica e do saber ocidentais, antes de mais a arte militar e a manufatura, sob Pedro I, agravou a lei da servidão, como forma essencial da organização do trabalho. O

armamento à europeia e os empréstimos à Europa ao mesmo título – incontestavelmente resultados de uma cultura mais elevada – conduziram ao reforço do czarismo que, pelo seu lado, travou o desenvolvimento do país.

A lei racional da história não tem nada de comum com os esquemas pedantes. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob a força das necessidades exteriores, a vida retardatária é obrigada a avançar por saltos. Desta lei universal de desigualdade dos ritmos decorre uma outra lei que, falta de denominação mais apropriada, pode-se chamar lei do desenvolvimento combinado, no sentido da reaproximação das diversas etapas, da combinação de fases distintas, da amalgama de formas arcaicas com as mais modernas. Na falta desta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conteúdo material, é impossível compreender a história da Rússia, como, em geral, de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha.

Sob a pressão da Europa mais rica, o Estado russo absorvia em comparação com o Ocidente, uma parte relativa da riqueza pública muito mais forte, e não somente condenava assim as massas populares a uma miséria dupla, mas enfraquecia também as bases das classes possuidoras. O Estado, tendo, porém, necessidade do apoio destas últimas, pressionava e regulava a sua formação. Resultado, as classes privilegiadas, burocratizadas, nunca mais puderam levantar-se com todo o seu peso e o Estado russo aproximava-se ainda mais dos regimes despóticos da Ásia.

A autocracia bizantina que os czares moscovitas se apropriaram oficialmente desde do início do século XVI submeteu os grandes feudais, os boiardos, com a ajuda dos nobres da Corte (dvoriane) e sujeitou estes últimos subjugando-lhes o campesinato para se transformar em monarquia absoluta, a dos imperadores de Petersburgo. O atraso do conjunto do processo é suficientemente caracterizado pelo facto que o direito de servidão nascendo no fim do século XVI, estabelecido no XVII, atingiu o seu desenvolvimento no XVIII e foi juridicamente abolido somente em 1861.

O clérigo, depois da nobreza, jogou na formação da autocracia czarista um papel não negligenciável, mas unicamente o de um funcionalismo. A Igreja nunca se elevou na Rússia ao grau de potência dominante que o catolicismo teve no Ocidente: ela contentou-se com um estado de domesticidade espiritual junto dos autocratas e ela fazia-o com uma humildade meritória. Os bispos e os metropolitas dispunham de um certo poder somente a título de subalternos da autoridade civil. Havia mudança de patriarca quando sucedia um novo czar. Quando a capital foi estabelecida em Petersburgo, a dependência da Igreja em relação ao Estado tornou-se ainda mais servil. Duzentos mil padres e monges constituíram, em suma, uma parte da burocracia, uma espécie de polícia confessional. Em recompensa, o monopólio do clérigo ortodoxo nos assuntos da fé, as suas terras e rendimentos, encontraram-se sob a proteção da polícia geral.

A doutrina eslavista, messiânica de um país atrasado, edificava a sua filosofia sobre esta ideia que o povo russo e a sua Igreja são profundamente democratas, enquanto que a Rússia oficial teria sido uma burocracia alemã, implantada por Pedro I. Marx notou sobre esse sujeito:

“Foi portanto assim que os burros da Alemanha fazem recair a responsabilidade do despotismo de Frederico II sobre os franceses, como se os escravos atrasados não tivessem sempre necessidade da ajuda dos outros escravos mais civilizados para aprender.”

Esta breve nota atinge o fundo não somente da velha filosofia eslavista, mas também as descobertas contemporâneas dos “racistas”.

A indigência, aspecto assinalável não somente da feudalidade russa, mas de toda a história da antiga Rússia, encontra a sua expressão mais intolerável na falta de cidades do verdadeiro tipo medieval, como centros de artesãos e de comerciantes. O artesanato na Rússia não conseguiu destacar-se da agricultura e conservou o carácter das pequenas indústrias locais. As cidades russas dos antigos tempos eram centros comerciais, administrativos, militares, residências de proprietários nobres, em consequência centros de consumo e não de produção. Mesmo Novgorod, que estava em relações com a Liga Hanseática e nunca conheceu o jugo tártaro, era unicamente uma cidade de comércio, e não um centro de indústria. É verdade que dispersão das pequenas indústrias rurais nas diversas regiões do país pedia serviços intermediários de uma atividade comercial alargada. Mas os comerciantes nómadas não podiam de forma nenhuma ocupar na vida social um lugar análogo ao que no Ocidente detinha a pequena e média burguesia das corporações de artesãos, comerciantes, industriais, burgueses indissoluvelmente ligados à sua periferia rural. Além disso, as linhas magistrais do comércio russo conduziam ao estrangeiro, assegurando desde séculos um papel dirigente ao capital comercial do exterior e dando um carácter semicolonial a todo o movimento de negócios no qual o comerciante russo era intermediário, entre as cidades do Ocidente e a aldeia russa. Tais relações económicas continuaram a desenvolver-se na época do capitalismo russo e encontraram a sua expressão suprema na guerra imperialista.

A importância insignificante das cidades russas contribuiu mais à elaboração de um Estado de tipo asiático e excluía, em particular, a possibilidade de uma Reforma religiosa, isto é, da substituição da ortodoxia feudal e burocrática por uma variedade mais moderna do cristianismo, adaptada às necessidades da sociedade burguesa. A luta contra a Igreja do Estado não se coloca acima da formação de seitas de camponeses, cuja força era a dos Velhos Crentes.

Quinze anos aproximadamente antes da grande Revolução francesa, eclodiu na Rússia um movimento de cossacos, de camponeses e operários servos no Ural – o que se chamou a revolta de Pougatchev. O que faltou a esse terrível levantamento popular para que ele se transformasse em revolução? Um terceiro estado. Na falta de uma democracia industrial das cidades, a guerra camponesa não podia transformar-se em revolução, assim como as seitas religiosas dos campos não podiam erguer-se até à

Reforma. O resultado da revolta de Pougatchev foi, ao contrário, consolidar o absolutismo burocrático, protetor dos interesses da nobreza, que mostrou de novo o que ele valia na hora difícil.

A europeização do país, começou formalmente sob Pedro I, tornava-se cada vez mais, no decurso do século seguinte, uma necessidade para a classe dirigente, isto é para a nobreza. Em 1825, os intelectuais desta casta, generalizando num sentido político essa necessidade, chegaram à conspiração militar com o objetivo de restringir a autocracia. Sob o impulso da burguesia europeia que se desenvolvia, os elementos avançados da nobreza experimentaram substituir um terceiro estado que faltava. Contudo, a intenção deles era de combinar o regime liberal com as bases da sua dominação de casta, e era por isso que eles temiam sobretudo o levantamento dos camponeses. Não é de espantar que esta conjura tivesse sido obra de um grupo brilhante, mas isolado, de oficiais que quebraram a espinha quase sem terem combatido. Tal foi o sentido da revolta dos dezembristas.

Os nobres donos de fábricas foram os primeiros, da sua casta, a opinar a substituição do trabalho dos servos pelo livre salariado. Eles foram nisso empurrados pela exportação crescente do trigo russo. Em 1861, a burocracia nobre, apoiando-se sobre os proprietários liberais, efetuou a sua reforma camponesa. Impotente, o liberalismo burguês assistiu a esta operação na qualidade de coro dócil. Inútil de dizer que o czarismo resolveu o problema essencial da Rússia – a questão agrária – de uma maneira mais sovina e velhaca que aquela utilizada pela monarquia prussiana, nos dez anos que seguiram, para resolver o problema essencial da Alemanha – a sua unificação nacional. Que uma classe se encarregue de dar uma solução às questões que interessem a uma outra classe, é uma das combinações que são naturais aos países atrasados.

Porém, a lei da evolução combinada mostra-se a mais incontestável na história e no carácter da indústria russa. Esta, nascida tardiamente, não voltou a percorrer o ciclo dos países avançados, mas ela inseriu-se, acomodando ao seu estado atrasado os resultados mais modernos. Se a evolução económica da Rússia, no seu conjunto, saltou as épocas do artesanato corporativo e da manufatura, vários desses ramos industriais também saltaram certas etapas da técnica que tinham exigido, no Ocidente, dezenas de anos. Seguidamente, a indústria russa desenvolveu-se, em certos períodos, com uma extrema rapidez. Da primeira revolução até à guerra, a produção industrial da Rússia tinha pouco mais ou menos duplicado. Isso parece a alguns historiadores russos um motivo suficiente para concluir que seria necessário abandonar a legenda de um Estado atrasado e do progresso lento do país. (Nota. Esta afirmação é do professor M. N. Pokrovsky. Ver Apêndice I no fim do 2º volume.) Na realidade, a possibilidade de um progresso tão rápido era precisamente determinada por um estado atrasado que, infelizmente, não somente subsistiu até a liquidação do antigo regime, mas como herança deste último, manteve-se até hoje.

O nível económico de uma nação é medido, essencialmente, pela produtividade do trabalho, a qual, pelo seu lado, depende da densidade da indústria na economia geral do país. Na véspera da guerra, quando a Rússia dos czares tinha chegado ao apogeu da sua prosperidade, o rendimento público era, por pessoa, de oito a dez vezes inferior àquele que se atingia nos Estados-Unidos, e não é de espantar se considerarmos que

os quatro quintos da população russa trabalhando para ela própria compunha-se de cultivadores, enquanto que nos Estados-Unidos, para um cultivador havia 2,5 trabalhadores industriais. Acrescentemos que na véspera da guerra, na Rússia, contavam-se 400 metros de vias férreas por 100 Km², enquanto que a Alemanha contava 11,7 Km pela mesma extensão, e que a Áustria-Hungria, 7 Km. Os outros coeficientes comparativos são da mesma ordem.

Mas é precisamente no domínio da economia, como já foi dito, que a lei da evolução combinada se manifesta com mais vigor. Enquanto que a agricultura camponesa ficava a maior parte, até à revolução, quase ao nível do século XVII, a indústria russa, pela sua técnica e estrutura capitalista, encontrava ao nível dos países avançados, e mesmo, em certos aspectos, deixava-os para trás. As pequenas empresas cuja mão de obra não ultrapassava as cem pessoas ocupavam em 1914 nos Estados Unidos, 35% do efetivo total de operários industriais, enquanto que na Rússia a proporção era somente de 17,8%. Admitindo um peso específico aproximadamente igual das médias e grandes empresas, ocupando de cem a mil trabalhadores as empresas gigantes que ocupavam mais de mil operários cada uma empregava nos Estados-Unidos somente 17,8% da totalidade dos operários, enquanto que na Rússia a proporção era de 41,4%! Assim, para as principais regiões industriais, a percentagem era mais elevada: para a região de Petrogrado, 44,4% e mesmo, para a região de Moscou, 57,8%. Chegar-se-á aos mesmos resultados se estabelecer-nos uma comparação entre a indústria russa e a indústria britânica ou alemã. Esse fato, estabelecido pela primeira vez por nós em 1908, inseria-se dificilmente na representação banal que se dá de uma economia russa atrasada. Portanto, ele não contesta o carácter atrasado, dá somente o complemento dialético.

A fusão do capital industrial com o capital bancário efetuou-se na Rússia, também, de maneira tão completa que não se viu igual em nenhum outro país. Mas a indústria russa, ao subordinar-se aos bancos, mostrava efetivamente que ela se submetia ao mercado monetário da Europa ocidental. A indústria pesada (metais, carvão, petróleo) estava quase completamente sob o controlo da finança estrangeira que tinha constituído para seu uso, na Rússia, uma rede completa de bancos auxiliares e intermediários. A indústria ligeira seguia o mesmo caminho. Se os estrangeiros possuíam, no conjunto, pouco mais ou menos 40% de todo o capital investido na Rússia, essa percentagem nos ramos industriais diretores era nitidamente mais elevada. Pode-se afirmar sem exagero que a bolsa de controle das ações emitidas pelos bancos, fábricas e companhias russas encontravam-se no estrangeiro, e a participação dos capitais da Inglaterra, da França e da Bélgica duplicava comparativamente à Alemanha.

As condições nas quais se constituía a indústria russa, a estrutura mesmo de esta indústria, determinaram o carácter social da burguesia do país e a sua fisionomia política. A alta concentração da indústria marcava já ela própria que entre as esferas dirigentes do capitalismo e as massas populares, não havia nenhuma hierarquia intermediária. Ao que se juntava as mais importantes empresas industriais, da banca e dos transportes eram propriedade de estrangeiros que, não somente acumulavam lucros na Rússia, mas firmavam a sua influência política nos parlamentos de outros países, e que, longe de favorecer a luta pelo regime parlamentar na Rússia, opunham-se muitas vezes. Basta aqui lembrar o papel abominável que

jogou a França oficial. Tais foram as causas elementares e irredutíveis do isolamento político da burguesia russa e da sua atitude contrária aos interesses populares. Se, na aurora da sua história, ela mostrou-se demasiado pouco madura para efetuar uma Reforma, ela estava demasiada quando veio o momento de dirigir a revolução.

No conjunto da evolução do país, a reserva donde saía a classe operária russa não foi o artesanato corporativo: foi o meio rural; não a cidade, mas a vila. Note-se aqui que o proletariado russo se formou não pouco a pouco, no decurso dos séculos, arrastando o fardo do passado, como na Inglaterra, mas que ele procedeu por saltos, por mudanças bruscas de situações, de ligações, de relações, e por rupturas violentas com o que existia na véspera. É precisamente assim – sobretudo no regime de opressão concentrada do czarismo – que os operários russos se tornaram acessíveis às deduções mais ousadas do pensamento revolucionário, assim que a indústria russa atrasada se encontrou capaz de ouvir a última palavra da organização capitalista.

O proletariado russo voltou sempre ao início da história da sua origem. Enquanto que, na indústria metalúrgica, sobretudo em Petersburgo, se cristaliza o elemento do proletariado de raiz autêntica, aquele que tinha definitivamente rompido com a aldeia – no Ural predominava ainda o tipo de meio proletário, ele próprio meio camponês. O afluxo anual da mão de obra que fornecia o campo a todos os distritos industriais restabelecia o contato entre proletariado e a reserva social donde ele tinha saído.

A incapacidade política da burguesia foi determinada diretamente pelo carácter das suas relações com o proletariado e os camponeses. Ela não podia arrastar consigo os operários que se lhe opunham odiosamente na vida cotidiana, e que, cedo, aprenderam a dar um sentido mais geral às suas ambições. Por outro lado, a burguesia foi igualmente incapaz de arrastar a classe camponesa, porque foi apanhada nas malhas dos interesses comuns com os dos proprietários de terras, e que temia uma ameaça à propriedade, de qualquer maneira que fosse. Se a revolução russa tardou a desencadear, não foi somente uma questão de cronologia: a causa deve-se também à estrutura social da nação.

Quando a Inglaterra realizou a sua revolução puritana, a população do país não excedia cinco milhões quinhentos mil almas, cujo meio milhão em Londres. A França, quando a ela fez a sua revolução contava em Paris com meio milhão de habitantes sobre vinte cinco milhões do conjunto da sua população, a Rússia, no início do século XX contava cerca cento e cinquenta milhões de habitantes, com mais de três milhões em Petrogrado e Moscou. Esses números, comparados cobrem além disso diferenças sociais da mais alta importância. Não somente a Inglaterra do século XVII, mas a França do século XVIII ignoravam ainda o proletariado que conhece a nossa época. Ora, na Rússia, a classe operária, em todos os domínios do trabalho, nas cidades e nos campos, contava já, em 1905, pelo menos dez milhões de pessoas, o que representava mais de vinte e cinco milhões – famílias incluídas – quer dizer mais que a população da França na época da sua grande Revolução. Partido dos rudes artesãos e dos camponeses independentes que formaram o exército de Cromwell, tomando seguidamente os sans-culottes de Paris, para chegar aos

proletários das indústrias de Petersburgo, a revolução modificava profundamente o seu mecanismo social, os seus métodos, e, por consequência, os seus desígnios.

Os acontecimentos de 1905 foram o prólogo das duas revoluções de 1917 – a de Fevereiro e a de Outubro. O prólogo continha já todos os elementos do drama, que, porém, não estavam afinados. A guerra russo-japonesa fez tremer o czarismo. Utilizando o movimento de massas como contraste, a burguesia liberal alarmou a monarquia pela sua oposição. Os operários organizavam-se independentemente da burguesia, opondo-se mesmo a ela, quando nasceram os sovietes (ou conselhos) pela primeira vez. A classe camponesa insurgia-se sobre uma imensa extensão de território, pela conquista de terras. Da mesma forma que os operários agrícolas, os efetivos revolucionários no exército foram atraídos pelos sovietes, os quais, no momento onde o desenvolvimento revolucionário era mais forte, disputaram abertamente o poder à monarquia. Todavia, todas as forças revolucionárias se manifestaram pela primeira vez, elas não tinham experiência, faltava-lhes firmeza. Os liberais afastaram-se ostensivamente da revolução quando se tornou evidente que não bastava fazer tremer o trono, mas que era necessário o derrubar. A brutal ruptura da burguesia com o povo – tanto mais que a burguesia arrastava desde então consideráveis grupos de intelectuais democratas – facilitou à monarquia a sua obra de desagregação no exército, de escolha de contingentes fiéis e de repressão sangrenta contra os operários e camponeses. O czarismo, mesmo tendo algumas costelas quebradas, saía vivo, suficientemente vigoroso, das dificuldades de 1905.

Quais foram então, nas relações de força, as modificações que a evolução histórica provocou, no decurso dos onze anos, entre o prólogo e o drama? O regime czarista, nesse período, chegou a colocar-se ainda mais em contradição com as exigências da história. A burguesia tornou-se economicamente mais poderosa, mas, como já vimos, a potência repousava sobre uma concentração mais forte da indústria e do crescimento do papel do capital estrangeiro. Influenciada pelas lições de 1905, a burguesia fez-se mais conservadora e desconfiada. O peso específico da pequena e média burguesia, antes já insignificante, diminui ainda mais. Os intelectuais democratas não tinham geralmente base social estável. Eles podiam exercer provisoriamente uma certa influência política, mas não jogavam um papel independente: a submissão dos intelectuais em relação ao liberalismo burguês tinha-se agravado extraordinariamente. Nessas condições, só o jovem proletariado pode dar à classe camponesa um programa, uma bandeira, uma direção. Os grandes problemas que se colocavam assim diante dele necessitaram a criação sem demora de uma organização revolucionária especial, que poderia englobar de uma só vez as massas populares e as tornar capazes de uma ação revolucionária sob a direção do operariado. Foi assim que os sovietes de 1905 conheceram um desenvolvimento formidável em 1917. Note-se que os sovietes não são simplesmente uma produção devida ao estado historicamente atrasado da Rússia, mas resultam de um desenvolvimento combinado; a tal ponto que o proletariado do país mais industrial, a Alemanha, não encontrou, na época do desenvolvimento revolucionário de 1918-1919, outra forma de organização que os sovietes.

A revolução de 1917 tinha por objetivo imediato derrubar a monarquia burocrática. Mas ela diferenciava-se das antigas revoluções burguesas no que respeita o elemento decisivo que se manifestava agora era uma nova classe, constituída na base de uma indústria concentrada, provida de uma nova organização e de novos métodos de luta. A lei do desenvolvimento combinado mostra-se aqui na sua expressão mas extrema: começando por derrubar o edifício medieval podre, a revolução levou ao poder, em alguns meses, o proletariado com o partido comunista à cabeça.

Assim, segundo as suas tarefas iniciais, a revolução russa foi democrática. Mas ela colocava de uma maneira nova o problema da democracia política. Enquanto os operários cobriam todo o país de sovietes, juntando-lhe os soldados, et, parcialmente, os camponeses, a burguesia continuava a negociar, questionando-se se ele convocaria ou não a Assembleia constituinte. No decurso dos acontecimentos, esta questão apresentaste-nos de maneira concreta. Aqui, não queremos senão marcar o lugar dos sovietes na sucessão histórica das ideias e das formas revolucionárias.

No meio do século XVII, a revolução burguesa, em Inglaterra, desenrolou-se sob a cobertura de uma Reforma religiosa. A luta pelo direito de czar segundo um certo livro de horas identificou-se à luta travada contra o rei, a aristocracia, os príncipes da Igreja e Roma. Os presbiterianos e puritanos estavam convencidos de ter colocado seus interesses terrestres sob a égide firme da divina providência. Os objetivos pelos quais combatiam as novas classes confundiam-se indissoluvelmente, na sua mentalidade, com os textos da Bíblia e com os ritos eclesiásticos. Os que emigraram levaram com eles esta tradição confirmada no sangue. Daí a excepcional vitalidade das interpretações do cristianismo dadas pelos Anglo-saxões. Vemos ainda hoje ministros “socialistas” da Grande Bretanha basear a sua cobardia sobre textos mágicos nos quais as pessoas do século XVII justificavam a sua coragem.

Em França, país que tinha saltado por cima da Reforma, a Igreja católica, na sua qualidade de Igreja do Estado, conseguiu viver até à revolução que encontrou, não nos textos bíblicos, mas nas abstrações democráticas, uma expressão e uma justificação para os desígnios da sociedade burguesa. Qualquer que seja o ódio dos regentes atuais da França pelo jacobismo, é um facto que, precisamente graças à ação rigorosa de um Robespierre, eles têm ainda a possibilidade de dissimular a sua dominação de conservadores sob formulas que, outrora, fizeram saltar a velha sociedade.

Cada revolução marcou uma nova etapa da sociedade burguesa e novos aspectos da consciência das suas classes. Da mesma maneira que a França saltou por cima da Reforma, a Rússia ultrapassou com um salto a democracia de simples forma. O partido revolucionário da Rússia que devia selar sobre uma época completa procurou uma formula para os problemas da revolução não na Bíblia nem no cristianismo secularizado duma “pura” democracia, mas nas relações materiais existentes entre as classes. O sistema dos sovietes deu a essas relações a mais simples expressão, a menos disfarçada, a mais transparente. A dominação dos trabalhadores pela primeira vez realizou-se no sistema dos sovietes, que, qualquer que tenham sido as peripécias históricas, mas próximas, entrou na consciência das massas de forma tão inextirpável que nos outros tempos da Reforma ou a pura democracia.

MODULO III – TECNOLOGIAS RADICAIS: CICLOS DE ACUMULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

TEXTO I

O Imperialismo, fase Superior do Capitalismo

A Concentração da Produção e os Monopólios

WLADIMIR. I. LENIN

Durante os últimos quinze ou vinte anos, sobretudo depois das guerras hispano-americana (1898) e anglo-bôeres (1899-1902)⁶¹, as publicações económicas, bem como as políticas, do Velho e do Novo Mundo utilizam cada vez mais o conceito de «imperialismo» para caracterizar a época que atravessamos. Em 1902, apareceu em Londres e Nova Iorque a obra do economista inglês J.A. Hobson *O Imperialismo*. O autor, que defende o ponto de vista do social-reformismo e do pacifismo burgueses - ponto de vista que coincide, no fundo, com a posição atual do ex-marxista K. Kautsky - faz uma descrição excelente e pormenorizada das particularidades económicas e políticas fundamentais do imperialismo. Em 1910, publicou-se em Viena a obra do marxista austríaco Rudolf Hilferding “O Capital Financeiro (tradução russa: Moscou, 1912)”. Apesar do erro do autor quanto à teoria do dinheiro e de certa tendência para conciliar o marxismo com o oportunismo, a obra mencionada constitui uma análise teórica extremamente valiosa da «fase mais recente do desenvolvimento do capitalismo» (tal é o subtítulo do livro de Hilferding). No fundo, o que se disse acerca do imperialismo durante estes últimos anos - sobretudo no imenso número de artigos publicados em jornais e revistas, assim como nas resoluções tomadas, por exemplo, nos Congressos de Chemnitz⁶² e de Basileia que se realizaram no Outono de 1912 - nunca saiu do círculo das ideias expostas, ou, melhor dizendo, resumidas, nos dois trabalhos mencionados.

Nas páginas que seguem procuraremos expor sumariamente, da forma mais popular possível, os laços e as relações recíprocas existentes entre as particularidades económicas fundamentais do imperialismo. Não

⁶¹ Guerra hispano-americana de 1898: primeira guerra imperialista da história; segundo a definição de Lênin, um dos principais marcos que assinalaram o início da época do imperialismo. A guerra começou numa situação de insurreição em Cuba (desde 1895) e nas Filipinas (desde 1896) contra a opressão colonial espanhola. Atuando pretensamente em apoio da luta desses povos, os EUA aproveitaram-se dela para os seus objetivos e para a conquista de Porto Rico, da ilha de Guam e das Filipinas, e ocuparam Cuba, formalmente declarada independente. Guerra anglo-bóer de 1899-1902: guerra de conquista da Grã-Bretanha contra as repúblicas bóeres da África do Sul — Estado Livre de Orange (Orange Free State) e Transval; uma das primeiras guerras da época do imperialismo. Como resultado da guerra, ambas as repúblicas foram transformadas em colónias inglesas; a população nativa africana ficou sob um duplo jugo: dos bóeres e dos colonizadores ingleses.

⁶² Referência à resolução do congresso da social-democracia alemã realizado em setembro de 1912 em Chemnitz. Na resolução condenava-se a política imperialista e assinalava-se a importância da luta pela paz.

nos deteremos, por muito que ele o mereça, no aspecto não económico do problema. Quanto às referências bibliográficas e outras notas que nem a todos os leitores interessariam, dá-las-emos no final da brochura.

I - A Concentração da Produção e os Monopólios

O enorme incremento da indústria e o processo notavelmente rápido de concentração da produção em empresas cada vez maiores constituem uma das particularidades mais características do capitalismo. Os censos industriais modernos fornecem os dados mais completos e exatos sobre o processo.

Na Alemanha, por exemplo, em cada 1000 empresas industriais, em 1882, 3 eram grandes empresas, quer dizer, empregavam mais de 50 operários assalariados; em 1895 eram 6, e 9 em 1907. De cada 100 operários correspondiam-lhes, respectivamente, 22, 30 e 37. Mas a concentração da produção é muito mais intensa do que a dos operários, pois o trabalho nas grandes empresas é muito mais produtivo, como indicam os dados relativos às máquinas a vapor e aos motores eléctricos. Se considerarmos aquilo a que na Alemanha se chama indústria no sentido lato desta palavra, quer dizer, incluindo o comércio, as vias de comunicação, etc., obteremos o seguinte quadro: grandes empresas, 30 588 num total de 3 265 623, isto é, apenas 0,9 %. Nelas estão empregados 5 700 000 operários, num total de 14 400 000, isto é, 39,4 %; cavalos-vapor, 6 600 000 para um total de 8 800 000, ou seja, 75,3 %; energia eléctrica, 1 200 000 quilowatts para um total de 1 500 000, ou seja, 77,2 %.

Menos da centésima parte das empresas tem mais de 3/4 da quantidade total da força motriz a vapor e eléctrica! Aos 2 970 000 pequenos estabelecimentos (até 5 operários assalariados), que constituem 91% de todas as empresas, correspondem unicamente 7% da energia eléctrica e a vapor! Algumas dezenas de milhares de grandes empresas são tudo, os milhões de pequenas empresas não são nada.

Em 1907 havia na Alemanha 586 estabelecimentos com 1 000 ou mais operários. Esses estabelecimentos empregavam quase a décima parte (1 380 000) do número total de operários e quase um terço (32 %) do total de energia eléctrica e a vapor⁶³. O capital-dinheiro e os bancos, como veremos, tornam ainda mais esmagador esse predomínio de um punhado de grandes empresas, e dizemos esmagador no sentido mais literal da palavra, isto é, milhões de pequenos, médios, e até uma parte dos grandes «patrões», encontram-se de facto completamente submetidos a umas poucas centenas de financeiros milionários.

Noutro país avançado do capitalismo contemporâneo, os Estados Unidos da América do Norte, o aumento da concentração da produção é ainda mais intenso. Neste país, a estatística considera à parte a indústria, na acepção estrita da palavra, e agrupa os estabelecimentos de acordo com o valor da produção anual. Em 1904, havia 1900 grandes empresas (num total de 216 180, isto é, 0,9 %), com uma produção de um milhão de dólares e mais; estas empresas empregavam 1 400 000 operários (num total de 5 500 000, ou seja, 25,6 %), e o valor da produção ascendia a 5 600 milhões (em 14 800 milhões, ou seja, 38%). Cinco anos depois, em 1909, os números correspondentes eram: 3 060 empresas (num total de 268 491, isto é,

⁶³ Números dos *Annalen des deutschen Reichs*, 1911, Zahn.

1,1%) com 2 milhões de operários (num total de 6 600 000, isto é, 30,5%) e 9 000 milhões de produção anual (em 20 700 milhões, isto é, 43,8%)⁶⁴.

Quase metade da produção global de todas as empresas do país nas mãos de uma centésima parte do total das empresas! E essas 3 000 empresas gigantescas abarcam 258 ramos da indústria. Daqui se infere claramente que, ao chegar a um determinado grau do seu desenvolvimento, a concentração por si mesma, por assim dizer, conduz diretamente ao monopólio, visto que, para umas quantas dezenas de empresas gigantescas, é muito fácil chegarem a acordo entre si e, por outro lado, as dificuldades da concorrência e a tendência para o monopólio nascem precisamente das grandes proporções das empresas. Esta transformação da concorrência em monopólio constitui um dos fenómenos mais importantes - para não dizer o mais importante - da economia do capitalismo dos últimos tempos. É necessário, portanto, que nos detenhamos e a estudemos mais em pormenor. Mas antes disso devemos eliminar um equívoco possível.

A estatística americana indica: 3 000 empresas gigantes em 250 ramos industriais. Parece que correspondem apenas 12 grandes empresas a cada ramo da produção.

Mas não é assim. Nem em todos os ramos da indústria existem grandes empresas; por outro lado, uma particularidade extremamente importante do capitalismo chegado ao seu mais alto grau de desenvolvimento é a chamada combinação, ou seja, a reunião numa só empresa de diferentes ramos da indústria, que ou representam fases sucessivas da elaboração de uma matéria-prima (por exemplo, a fundição do minério de ferro, a transformação do ferro fundido em aço e, em certos casos, a produção de determinados artigos de aço) ou desempenham um papel auxiliar uns em relação aos outros (por exemplo, a utilização dos resíduos ou dos produtos secundários, a produção de embalagens, etc.).

«A combinação», diz Hilferding, «nivela as diferenças de conjuntura e garante, portanto, à empresa combinada uma taxa de lucro mais estável. Em segundo lugar, a combinação conduz à eliminação do comércio. Em terceiro lugar, permite o aperfeiçoamento técnico e, por conseguinte, a obtenção de lucros suplementares em comparação com as empresas «simples» (isto é, não combinadas). Em quarto lugar, fortalece a posição da empresa combinada relativamente à «simples», reforça-a na luta de concorrência durante as fortes depressões (dificuldade nos negócios, crise), quando os preços das matérias-primas descem menos do que os preços dos artigos manufaturados.»⁶⁵

O economista burguês alemão Heymann, que consagrou uma obra às empresas «mistas», ou seja, combinadas, na indústria siderúrgica alemã, diz: «As empresas simples perecem, esmagadas pelo preço elevado das matérias-primas e pelo baixo preço dos artigos manufaturados.» Daí, resulta o seguinte:

«Por um lado, ficaram as grandes companhias hulheiras com uma extração de carvão que se cifra em vários milhões de toneladas, solidamente organizadas no seu sindicato hulheiro; seguidamente, estreitamente ligadas a elas, as grandes fundições de aço com o seu sindicato. Estas empresas gigantescas, com uma produção de aço de 400 000 toneladas por ano, com uma extração enorme de minério de ferro e de hulha, com a sua produção de artigos de aço, com 10.000 operários alojados nos

⁶⁴ Statistical Abstract of the United States, 1912, p. 202.

⁶⁵ O Capital Financeiro, pp.286-287, ed. em russo.

barracões dos bairros operários, que contam por vezes com caminhos-de-ferro e portos próprios, são os representantes típicos da indústria siderúrgica alemã. E a concentração continua avançando sem cessar. As diferentes empresas vão aumentando de importância cada dia; cada vez é maior o número de estabelecimentos de um ou vários ramos da indústria que se agrupam em empresas gigantescas, apoiadas e dirigidas por meia dúzia de grandes bancos berlinenses. No que se refere à indústria mineira alemã, foi demonstrada a exatidão da doutrina de Karl Marx sobre a concentração; é verdade que isto se refere a um país no qual a indústria se encontra defendida por direitos alfandegários protecionistas e pelas tarifas de transporte. A indústria mineira da Alemanha está madura para a expropriação.»⁶⁶

Tal é a conclusão a que teve de chegar um economista burguês consciencioso, o que é uma exceção. Há que observar que considera a Alemanha como um caso especial, em consequência da proteção da sua indústria por elevadas tarifas alfandegárias. Mas esta circunstância não fez mais do que acelerar a concentração e a constituição de associações monopolistas patronais, cartéis, sindicatos, etc. É de extraordinária importância notar que no país do livre câmbio, a Inglaterra, a concentração conduz também ao monopólio, ainda que um pouco mais tarde e talvez com outra forma. Eis o que escreve o Prof. Hermann Levy, em *Monopólios, Cartéis e Trusts*, estudo especial feito com base nos dados relativos ao desenvolvimento económico da Grã-Bretanha:

«Na Grã-Bretanha são precisamente as grandes proporções das empresas e o seu elevado nível técnico que trazem consigo a tendência para o monopólio. Por um lado, a concentração determinou o emprego de enormes capitais nas empresas; por isso, as novas empresas encontram-se perante exigências cada vez mais elevadas no que respeita ao volume de capital necessário, e esta circunstância dificulta o seu aparecimento. Mas, por outro lado (e este ponto consideramo-lo mais importante), cada nova empresa que queira manter-se ao nível das empresas gigantes criadas pela concentração representa um aumento tão grande da oferta de mercadorias que a sua venda lucrativa só é possível com a condição de um aumento extraordinário da procura, pois, caso contrário, essa abundância de produtos faz baixar os preços a um nível desvantajoso para a nova fábrica e para as associações monopolistas.» Na Inglaterra, as associações monopolistas de patrões, cartéis e trustes, só surgem, na maior parte dos casos - diferentemente dos outros países, nos quais os impostos aduaneiros protecionistas facilitam a cartelização -, quando o número das principais empresas concorrentes se reduz a «umas duas dúzias». «A influência da concentração na formação dos monopólios na grande indústria surge neste caso com uma clareza cristalina.»⁶⁷

Há meio século, quando Marx escreveu *O Capital*, a livre concorrência era, para a maior parte dos economistas, uma «lei natural». A ciência oficial procurou aniquilar, por meio da conspiração do silêncio, a obra de Marx, que tinha demonstrado, com uma análise teórica e histórica do capitalismo, que a livre concorrência gera a concentração da produção, e que a referida concentração, num certo grau do seu desenvolvimento, conduz ao monopólio. Agora o monopólio é um fato. Os economistas publicam montanhas de livros em que descrevem as diferentes manifestações do monopólio e continuam a declarar em coro que o marxismo foi refutado. Mas os fatos são teimosos - como afirma o provérbio inglês - e de bom ou mau grado há que tê-los em conta. Os fatos demonstram que as diferenças entre os diversos países capitalistas, por exemplo no que se refere ao protecionismo⁶⁸ ou ao livre câmbio, trazem consigo apenas

⁶⁶ Hans Gideon Heymann, *Die gemischten Werke im deutschen Grosseisengewerbe*, Stuttgart, 1904, S.256,278-279.

⁶⁷ S. Hermann Levy, *Monopole, Kartelle und Trusts*, Jena, 1909, S. 286, 290, 298.

⁶⁸ Protecionismo: política económica de um Estado destinada a proteger a economia nacional da concorrência estrangeira. Aplica-se através do estímulo financeiro à indústria nacional, dos incentivos à exportação, da limitação das importações. Nas condições

diferenças não essenciais quanto à forma dos monopólios ou ao momento do seu aparecimento, mas que o aparecimento do monopólio devido à concentração da produção é uma lei geral e fundamental da presente fase de desenvolvimento do capitalismo. No que se refere à Europa, pode-se fixar com bastante exatidão o momento em que o novo capitalismo veio substituir definitivamente o velho: em princípios do século XX. Num dos trabalhos de compilação mais recentes sobre a história da «formação dos monopólios» lemos:

«Podem-se citar alguns exemplos de monopólios capitalistas da época anterior a 1860; podem-se descobrir aí os germes das formas que são tão correntes na atualidade; mas tudo isso constitui indiscutivelmente a época pré-histórica dos cartéis. O verdadeiro começo dos monopólios contemporâneos encontram-lo, no máximo, na década de 1860. O primeiro grande período de desenvolvimento dos monopólios começa com a depressão internacional da indústria na década de 1870 e prolonga-se até princípios da última década do século. » «Se examinarmos a questão no que se refere à Europa, a livre concorrência alcança o ponto culminante de desenvolvimento nos anos de 60 a 70. Por essa altura, a Inglaterra acabava de erguer a sua organização capitalista do velho estilo. Na Alemanha, esta organização iniciava uma luta decidida contra a indústria artesanal e doméstica e começava a criar as suas próprias formas de existência. »

«Inicia-se uma transformação profunda com o craque de 1873, ou, mais exatamente, com a depressão que se lhe seguiu e que - com uma pausa quase imperceptível em princípios da década de 1880 e com um assenso extraordinariamente vigoroso, mas breve, por volta de 1889 - abarca vinte e dois anos da história económica da Europa. » «Durante o breve período de assenso de 1889 e 1890 foram utilizados em grande escala os cartéis para aproveitar a conjuntura. Uma política irrefletida elevava os preços ainda com maior rapidez e em maiores proporções do que teria acontecido sem os cartéis, e quase todos esses cartéis pereceram ingloriamente, enterrados «na fossa do craque».

Decorrem outros cinco anos de maus negócios e preços baixos, mas já não reinava na indústria o estado de espírito anterior: a depressão não era já considerada uma coisa natural, mas, simplesmente, uma pausa antes de uma nova conjuntura favorável.

«E o movimento dos cartéis entrou na sua segunda época. Em vez de serem um fenómeno passageiro, os cartéis tornam-se uma das bases de toda a vida económica; conquistam, uma após outra, as esferas industriais e, em primeiro lugar, a da transformação de matérias-primas. Em princípios da década de 1890, os cartéis conseguiram já, na organização do sindicato do coque que serviu de modelo ao sindicato hulheiro, uma tal técnica dos cartéis que, em essência, não foi ultrapassada. O grande assenso de fins do século XIX e a crise de 1900 a 1903 decorreram já inteiramente, pela primeira vez - pelo menos no que se refere às indústrias mineira e siderúrgica - sob o signo dos cartéis. E se então isso parecia ainda algo de novo, agora é uma verdade evidente para a opinião pública que grandes sectores da vida económica são, regra geral, subtraídos à livre concorrência. »⁶⁹

Assim, o resumo da história dos monopólios é o seguinte: 1) Décadas de 1860 e 1870, o grau superior, culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis. 2) Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenómeno passageiro.

do imperialismo, o proteccionismo tem um carácter "ofensivo". A sua principal tarefa é a defesa dos sectores mais desenvolvidos, altamente monopolizados, da indústria, a conquista de mercados externos através da exportação de capitais, do dumping, etc.

⁶⁹ Th. Vogelstein, *Die finanzielle Organisation der Kapitalistischen Industrie und die Monopolbildungen*, in *Grundriss der Sozialökonomik*, VI Abr, Tübingen, 1914. Ver do mesmo autor *Organisationsformen der Eisenindustrie und der Textilindustrie in England und Amerika*, Bd. I, Leipzig, 1910.

3) Ascenso de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida económica. O capitalismo transformou-se em imperialismo.

Os cartéis estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, os prazos de pagamento, etc. Repartem os mercados de venda. Fixam a quantidade de produtos a fabricar. Estabelecem os preços. Distribuem os lucros entre as diferentes empresas, etc.

O número de cartéis era na Alemanha de aproximadamente 250 em 1896 e de 385 em 1905, abarcando cerca de 12.000 estabelecimentos⁷⁰. Mas todos reconhecem que estes números são inferiores à realidade. Dos dados da estatística da indústria alemã de 1907 que citamos acima deduz-se que mesmo esses 12.000 grandes estabelecimentos concentram seguramente mais de metade de toda a energia a vapor e eléctrica. Nos Estados Unidos da América do Norte, o número de trustes era de 185 em 1900 e de 250 em 1907. A estatística americana divide todas as empresas industriais em empresas pertencentes a indivíduos, a sociedades e a corporações. A estas últimas pertenciam, em 1904, 23,6%, e, em 1909, 25,9 %, isto é, mais da quarta parte do total das empresas. Nos referidos estabelecimentos trabalhavam 70,6 % dos operários em 1904, e 75,6 % em 1909, isto é, três quartas partes do total. O valor da produção era, respectivamente, de 10 900 e 16 300 milhões de dólares, ou seja, 73,7 % e 79 % do total.

Nas mãos dos cartéis e trustes concentram-se frequentemente sete ou oito décimas partes de toda a produção de um determinado ramo industrial. O sindicato hulheiro da Renânia-Vestefália, no momento da sua constituição, em 1893, concentrava 86,7 % de toda a produção de carvão daquela bacia, e em 1910 dispunha já de 95,4 %⁷¹. O monopólio assim constituído garante lucros enormes e conduz à criação de unidades técnicas de produção de proporções imensas. O famoso truste do petróleo dos Estados Unidos (Standard Oil Company) foi fundado em 1900.

«O seu capital era de 150 milhões de dólares. Foram emitidas ações ordinárias no valor de 100 milhões de dólares e ações privilegiadas no valor de 106 milhões de dólares. Estas últimas auferiram os seguintes dividendos no período de 1900 a 1907: 48%, 48%, 45%, 44%, 36%, 40%, 40% e 40%, ou seja, um total de 367 milhões de dólares. De 1882 a 1907 foram obtidos 889 milhões de dólares de lucros líquidos, dos quais 606 milhões foram distribuídos a título de dividendos e o restante passou a capital de reserva.»⁷²

«No conjunto das empresas do truste do aço (United States Steel Corporation) trabalhavam, em 1907, pelo menos 210 180 operários e empregados. A empresa mais importante da indústria alemã, a Sociedade Mineira de Gelsenkirchen (Gelsenkirchener Bergwerksgesellschaft), dava trabalho, em 1908, a 46 048 operários e empregados»⁷³.

⁷⁰Dr. Riesser, Die deutschen Grossbanken und ihre Konzentration im Zusammenhange mit der Entwicklung der Gesamtwirtschaft in Deutschland, 4 Aufl, 1912, S. 149; R Liefmann, Kartelle und Trusts und die Weiterbildung der volkswirtschaftlichen Organisation, 2 Aufl, 1910, S.25.

⁷¹Dr. Fritz Kestner, Der Organisationszwang. Eine Untersuchung über die Kämpfe zwischen Kartellen und Aussenseitern, Berlin, 1912, S. 11.

⁷²R. Liefmann, Beteiligungs - und Finanzierungsgesellschaften. Eine Studie über den modernen Kapitalismus und das Effektenwesen, 1.^a ed, Jena, 1909, S. 212.

⁷³Ibid, S. 218.

Em 1902, o truste do aço produzia já 9 milhões de toneladas⁷⁴. Em 1901 a sua produção constituía 66,3%, e 56,1% em 1908, de toda a produção de aço dos Estados Unidos⁷⁵. A sua extração de minério de ferro constituía 43,9% e 46,3%, respectivamente.⁷⁶

O relatório de uma comissão governamental americana sobre os trustes diz: «A grande superioridade dos trustes sobre os seus concorrentes baseia-se nas grandes proporções das suas empresas e no seu excelente equipamento técnico. O truste do tabaco, desde o próprio momento da sua fundação, consagrou inteiramente os seus esforços a substituir em todo o lado, e em grande escala, o trabalho manual pelo trabalho mecânico. Com este objetivo adquiriu todas as patentes que tivessem qualquer relação com a elaboração do tabaco, investindo nisso somas enormes. Muitas patentes foram, a princípio, inutilizáveis, e tiveram de ser modificadas pelos engenheiros que se encontravam ao serviço do truste. Em fins de 1906 foram constituídas duas sociedades filiais com o único objetivo de adquirir patentes. Com este mesmo fim, o truste montou as suas próprias fundições, as suas fábricas de maquinaria e as suas oficinas de reparação. Um dos referidos estabelecimentos, o de Brooklyn, dá trabalho, em média, a 300 operários; nele se experimentam e se aperfeiçoam os inventos relacionados com a produção de cigarros, pequenos charutos, rapé, papel de estanho para as embalagens, caixas, etc. «Há outros trustes que têm ao seu serviço os chamados *developping engineers* (engenheiros para o desenvolvimento da técnica), cuja missão consiste em inventar novos processos de produção e experimentar inovações técnicas. O truste do aço concede aos seus engenheiros e operários prémios importantes pelos inventos susceptíveis de elevar a técnica ou reduzir os custos.⁷⁷

Está organizado do mesmo modo o aperfeiçoamento técnico na grande indústria alemã, por exemplo na indústria química, que se desenvolveu em proporções tão gigantescas durante estes últimos decénios. O processo de concentração da produção tinha dado origem, já em 1908, na referida indústria, a dois «grupos» principais, que, à sua maneira, foram evoluindo para o monopólio. A princípio, esses grupos constituíam «duplas alianças» de dois pares de grandes fábricas com um capital de 20 a 21 milhões de marcos cada uma: por um lado, a antiga fábrica Meister, em Höchst, e a de Cassella, em Frankfurt am Main, por outro, a fábrica de anilina e soda de Ludwigshafen e a antiga fábrica Bayer, em Elberfeld. Um dos grupos em 1905 e o outro em 1908 concluíram acordos, cada um por seu lado, com outra grande fábrica. Daí resultaram duas «tripas alianças» com um capital de 40 a 50 milhões de marcos cada uma, entre as quais se iniciou já uma «aproximação», se estipularam «convénios», sobre os preços, etc.⁷⁸

A concorrência transforma-se em monopólio. Daí resulta um gigantesco progresso na socialização da produção. Socializa-se também, em particular, o processo dos inventos e aperfeiçoamentos técnicos.

⁷⁴ Dr. S. Tschierschky, *Kartell und Trust*, Göttingen, 103, S. 13.

⁷⁵ Th. Vogelstein, *Organisationsformen*, S. 275.

⁷⁶ Report of the Commissioner of Corporations on the Tobacco Industry, Washington, 1909, p. 266. Extraído do livro do Dr. Paul Tafel *Die nordamerikanischen Trusts und ihre Wirkungen auf den Fortschritt der Technik*, Stuttgart, 1913, S. 48.

⁷⁷ *Ibid*, S. 48-49.

⁷⁸ Riesser, *Ob. cit.*, pp. 547 e segs. da 3.^a edição. Os jornais dão conta (junho de 1916) da constituição de um novo truste gigantesco da indústria química da Alemanha.

Isto nada tem já que ver com a antiga livre concorrência entre padrões dispersos que se não conheciam e que produziam para um mercado ignorado. A concentração chegou a tal ponto que se pode fazer um inventário aproximado de todas as fontes de matérias-primas (por exemplo, jazigos de minérios de ferro) de um país, e ainda, como veremos, de vários países e de todo o mundo. Não só se realiza este inventário, mas também associações monopolistas gigantescas se apoderam das referidas fontes. Efetua-se o cálculo aproximado da capacidade do mercado, que estes grupos «partilham» entre si por contrato. Monopoliza-se a mão-de-obra qualificada, contratam-se os melhores engenheiros; as vias e meios de comunicação - as linhas férreas na América e as companhias de navegação na Europa e na América - vão parar às mãos dos monopólios. O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa.

A produção passa a ser social, mas a apropriação continua a ser privada. Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. Mantém-se o quadro geral da livre concorrência formalmente reconhecida, e o jugo de uns quantos monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais duro, mais sensível, mais insuportável.

O economista alemão Kestrier consagrou uma obra especial à «luta entre os cartéis e os estranhos», quer dizer, os empresários que não fazem parte dos cartéis. Intitulou essa obra *Da Coação à Organização*, quando devia ter falado, evidentemente para não embelezar o capitalismo, da coação à subordinação às associações monopolistas. É esclarecedor lançar uma simples olhadela ainda que mais não seja à lista dos meios a que recorrem as referidas associações na luta moderna, atual, civilizada, pela «organização»: 1) privação de matérias-primas («...um dos processos mais importantes para obrigar a entrar no cartel»); 2) privação de mão-de-obra mediante «alianças» (quer dizer, mediante acordos entre os capitalistas e os sindicatos operários para que estes últimos só aceitem trabalho nas empresas cartelizadas); 3) privação de meios de transporte; 4) privação de possibilidades de venda; 5) acordo com os compradores para que estes mantenham relações comerciais unicamente com os cartéis; 6) diminuição sistemática dos preços (com o objetivo de arruinar os «estranhos», isto é, as empresas que não se submetem aos monopolistas, gastam-se durante um certo tempo milhões para vender a preços inferiores ao do custo: na indústria da gasolina deram-se casos de redução de preço de 40 para 22 marcos, quer dizer, quase metade!); 7) privação de créditos; 8) declaração do boicote.

Não nos encontramos já em presença da luta da concorrência entre pequenas e grandes empresas, entre estabelecimentos tecnicamente atrasados e estabelecimentos de técnica avançada. Encontramo-nos perante o estrangulamento, pelos monopolistas, de todos aqueles que não se submetem ao monopólio, ao seu jugo, à sua arbitrariedade. Eis como este processo se reflete na consciência de um economista burguês:

«Mesmo no terreno da atividade puramente económica - escreve Kestner -, produz-se uma certa deslocação da atividade comercial, no anterior sentido da palavra, para uma atividade organizadora e

especulativa. Não é o comerciante que, valendo-se da sua experiência técnica e comercial, sabe determinar melhor as necessidades do comprador, encontrar e, por assim dizer, "descobrir" a procura que se encontra em estado latente, aquele que consegue os maiores êxitos, mas o génio (!) especulativo que antecipadamente sabe ter em conta ou, pelo menos, pressentir, o desenvolvimento no terreno da organização, a possibilidade de se estabelecerem determinados laços entre as diferentes empresas e os bancos ...»

Traduzido em linguagem comum, isto significa: o desenvolvimento do capitalismo chegou a um ponto tal que, ainda que a produção mercantil continue «reinando» como antes, e seja considerada a base de toda a economia, na realidade encontra-se já minada e os lucros principais vão parar aos «génios» das maquinações financeiras. Estas maquinações e estas trapaças têm a sua base na socialização da produção, mas o imenso progresso da humanidade, que chegou a essa socialização, beneficia ... os especuladores. Mais adiante veremos como, «baseando-se nisto», a crítica filistina reacionária do imperialismo capitalista sonha com voltar atrás, à concorrência «livre», «pacífica» e «honesta».

«Até agora, a subida duradoura dos preços como resultado da constituição dos cartéis - diz Kestner - só se observou nos principais meios de produção, sobretudo na hulha, no ferro e na potassa; pelo contrário, não se verificou nunca nos artigos manufaturados. O aumento dos lucros motivado por esse fenómeno vê-se igualmente limitado à indústria dos meios de produção. Há que completar esta observação com a de que a indústria de transformação das matérias-primas (e não de produtos semimanufaturados) não só obtém da constituição de cartéis vantagens sob a forma de lucros elevados, em prejuízo das indústrias dedicadas à transformação ulterior dos produtos semimanufaturados, como adquiriu sobre esta última uma *certa relação de dominação* que não existia sob a livre concorrência.»⁷⁹

A palavra que sublinhamos mostra o fundo da questão, que os economistas burgueses reconhecem de tão má vontade e só de vez em quando e que tanto se empenham em não ver e em silenciar os defensores atuais do oportunismo, com Kautsky à cabeça. As relações de dominação e a violência ligada a essa dominação, eis o que é típico da «fase mais recente do desenvolvimento do capitalismo», eis o que inevitavelmente tinha de derivar, e derivou, da constituição de monopólios económicos todo-poderosos.

Citemos outro exemplo da dominação dos cartéis. Onde é possível apoderar-se de todas ou das mais importantes fontes de matérias-primas, o aparecimento de cartéis e a constituição de monopólios é particularmente fácil. Mas seria um erro pensar que os monopólios não surgem também noutros ramos industriais em que a conquista das fontes de matérias-primas é impossível. A indústria do cimento encontra matéria-prima em toda a parte. Não obstante, também esta indústria está muito cartelizada na Alemanha. As fábricas agruparam-se em sindicatos regionais: o da Alemanha do Sul, o da Renânia-Vestefália, etc. Vigoram preços de monopólio: de 230 a 280 marcos por vagão, quando o custo de produção é de 180 marcos! As empresas proporcionam dividendos de 12 % a 16 %; não esquecer também que os «génios» da especulação contemporânea sabem canalizar grandes lucros para os seus bolsos, além daqueles que repartem sob a forma de dividendos. Para eliminar a concorrência numa indústria tão lucrativa, os monopolistas

⁷⁹ Kenner, Ob. cit., p. 254.

valem-se, inclusivamente, de diversas artimanhas: fazem circular boatos sobre a má situação da indústria; publicam nos jornais anúncios anónimos: «Capitalistas: não coloquais os vossos capitais na indústria do cimento!»; por último, compram as empresas «estranhas» (quer dizer, dos que não fazem parte dos sindicatos) pagando 60, 80 e 150 mil marcos de «indenização»⁸⁰. O monopólio abre caminho em toda a parte, valendo-se de todos os meios, desde o pagamento de uma «modesta» indenização até ao «recurso» americano do emprego da dinamite contra o concorrente.

A supressão das crises pelos cartéis é uma fábula dos economistas burgueses, que põem todo o seu empenho em embelezar o capitalismo. Pelo contrário, o monopólio que se cria em certos ramos da indústria aumenta e agrava o caos próprio de todo o sistema da produção capitalista no seu conjunto. Acentua-se ainda mais a desproporção entre o desenvolvimento da agricultura e o da indústria, desproporção que é característica do capitalismo em geral. A situação de privilégio em que se encontra a indústria mais cartelizada, o que se chama indústria pesada, particularmente a hulha e o ferro, determina nos restantes ramos da indústria «a falta ainda maior de coordenação», como reconhece Jeidels, autor de um dos melhores trabalhos sobre «as relações entre os grandes bancos alemães e a indústria».⁸¹

«Quanto mais desenvolvida está uma economia nacional» escreve Liefmann, defensor descarado do capitalismo «tanto mais se volta para empresas arriscadas ou no estrangeiro, para as que exigem longo tempo para o seu desenvolvimento ou finalmente as que apenas têm uma importância local.»⁸² O aumento do risco vai de par, ao fim e ao cabo, com o aumento gigantesco de capital, o qual, por assim dizer, transborda e corre para o estrangeiro, etc. E juntamente com isso os progressos extremamente rápidos da técnica trazem consigo cada vez mais elementos de desproporção entre as diferentes partes da economia nacional, elementos de caos e de crise. «Provavelmente» vê-se obrigado a reconhecer o mesmo Liefmann, «a humanidade assistirá num futuro próximo a novas e grandes revoluções no campo da técnica, que farão sentir também os seus efeitos sobre a organização da economia nacional» ... a eletricidade, a aviação... «Habitualmente e regra geral nestes períodos de radicais transformações económicas desenvolve-se uma forte especulação...»⁸³

E as crises - as crises de toda a espécie, sobretudo as crises económicas, mas não só estas - aumentam por sua vez em proporções enormes a tendência para a concentração e para o monopólio. Eis algumas reflexões extraordinariamente elucidativas de Jeidels sobre o significado da crise de 1900, que, como sabemos, foi um ponto de viragem na história dos monopólios modernos:

«A crise de 1900 produziu-se num momento em que, ao lado de gigantescas empresas nos ramos principais da indústria, existiam ainda muitos estabelecimentos com uma organização antiquada segundo o critério atual, estabelecimentos "simples" (isto é, não combinados), que se tinham elevado sobre a onda do

⁸⁰ L. Eschwege, «Zement», em Die Bank (12), 1909, 1, pp. 115 e segs.

⁸¹ Jeidels, Das Verhältnis der deutschen Grossbanken zur Industrie mit besonderer Berücksichtigung der Eisenindustrie, Leipzig, 1905, S. 271.

⁸² Liefmann, Beteiligungs - etc. Ges., S. 434.

⁸³ Ibidem, S. 465-466.

assenso industrial. A baixa dos preços e a diminuição da procura levaram essas empresas "simples" a uma situação calamitosa que as gigantescas empresas combinadas ou não conheceram em absoluto ou apenas conheceram durante um brevíssimo período. Como consequência disto, a crise de 1900 determinou a concentração da indústria em proporções incomparavelmente maiores do que a de 1873, a qual tinha efetuado também uma certa seleção das melhores empresas, se bem que, dado o nível técnico de então, esta seleção não tivesse podido conduzir ao monopólio as empresas que tinham sabido sair vitoriosas da crise. É precisamente desse monopólio persistente e em alto grau que gozam as empresas gigantescas das indústrias siderúrgica e eléctrica atuais, graças ao seu equipamento técnico muito complexo, à sua extensa organização e ao poder do seu capital, e depois, em menor grau, também as empresas de construção de maquinaria, de determinados ramos da indústria metalúrgica, das vias de comunicação, etc.,).⁸⁴

O monopólio é a última palavra da «fase mais recente de desenvolvimento do capitalismo». Mas o nosso conceito da força efetiva e do significado dos monopólios atuais seria extremamente insuficiente, incompleto, reduzido, se não tomássemos em consideração o papel dos bancos.

⁸⁴ Jeidels, Ob.cit., S.108.

TEXTO II

Revista de Ciências Humanas – CFH/UFSC

Tecnologia e desenvolvimento desigual no centro do sistema capitalista

ARMEN MAMIGONIAN

Está muito difundida a ideia de que as empresas multinacionais criam e controlam a tecnologia produzida no mundo. Na periferia do sistema capitalista a chamada “transferência de tecnologia” tornou-se uma espécie de chave mestra do desenvolvimento econômico. Além de a ideologia dominante supervalorizar a técnica estrangeira, como se para produzir sabonetes (Unilever, Colgate-Palmolive) ou engarrafar água mineral (Nestlé, Perrier) os capitalistas e as técnicas locais não fossem suficientes, ela também simplifica a realidade tecnológica que ocorre no centro do sistema. Na verdade, a criação tecnológica no sistema capitalista não é um dado imutável e está submetida a injunções estruturais. Por isto mesmo a Inglaterra perdeu o pioneirismo neste campo fundamental para os Estados Unidos, que estão atualmente sendo ultrapassados pelo capitalismo japonês.

Sistema capitalista e criação de tecnologia

O modo de produção capitalista iniciou-se com a manufatura, cujos prenúncios ocorreram nas cidades italianas (séc. XIV e XV) e flamengas (séc. XV), mas a era capitalista data do séc. XVI quando surgiram as manufaturas na Inglaterra. Como todos os modos de produção pré-industriais, a manufatura foi muito conservadora, os progressos técnicos eram raríssimos e dependiam da habilidade do trabalhador ou do gênio inventor. A manufatura não diferia do artesanato nos métodos e instrumentos de trabalho, porém na organização do processo de trabalho, que consistia na divisão do trabalho manual, praticamente o único fator de progresso econômico. Tendo alcançado sua forma mais acabada (*factory system*), manteve-se como tal durante séculos de mercantilismo monopolista (Sweezy, 1977 pp.131-137).

A maciça expropriação de camponeses independentes, a acumulação interna e externa, a abertura de mercados mundiais (séc. XVI e XVIII), permitiu ao capitalismo inglês realizar a revolução industrial, isto é, a substituição do trabalho manual pela máquina. No dizer de Marglin “não foi a fábrica a vapor que nos deu o capitalismo, foi o capitalismo que engendrou a fábrica a vapor” (1976, p. 78). A indústria abriu uma segunda fase do capitalismo, a da livre concorrência, onde as formas existentes de um processo produtivo nunca são aceitas como definitivas. A concorrência entre as empresas capitalistas, as lutas operárias por aumentos salariais, a escassez de mão-de-obra assalariada (como nos EUA até a guerra civil) e as guerras entre os países capitalistas determinaram os avanços tecnológicos. “Poder-se-ia escrever toda uma história

das invenções, feitas a partir de 1830, com o único propósito de suprir o capital com armas contra as revoltas dos trabalhadores”, conforme assinalou Marx, exemplificando com a máquina de fiar automática, o martelo a vapor, a máquina de estampar tecidos, etc. (1975, livro I pp. 499-501). Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se servia da ferramenta, enquanto na fábrica passou a servir à máquina.

Com a mecanização, a ciência assumiu a feição de força produtiva, separada do trabalho e posta a serviço do capital. A indústria pôs em prática sistematicamente o princípio de se analisar o processo produtivo em suas fases constituintes e de se resolver os problemas assim propostos pela aplicação da mecânica, da química e das demais ciências naturais, dando origem à nova ciência da tecnologia (Marx, livro I Cap. XIII). Podemos dizer que a tecnologia é filha do dinamismo industrial e da fertilidade da ciência. À medida que a indústria foi descobrindo que a ciência podia ser cada vez mais uma força produtiva, foi submetendo a produção de conhecimentos científicos à mesma divisão de trabalho a que estava sujeita a produção de qualquer outra mercadoria. Assim, na Alemanha a industrialização da pesquisa foi introduzida na Bayer por volta de 1880, com divisão parcelar e hierárquica das tarefas, visando diminuir custos e assegurar à firma um monopólio técnico gerador de sobre-lucros (Gorz, 1976 p. 244). Como escreveu Habermas (1975 p. 306), “a racionalidade da ciência desfigurada no capitalismo rouba à técnica moderna a inocência de pura força produtiva, isto é, há a fusão peculiar da técnica e da dominação, da racionalidade e da opressão”.

Na ideologia econômica contemporânea o progresso técnico é “*deus ex-machina*” e o aumento do rendimento é o objetivo dos modelos econômicos. A perspectiva stalinista do primado das forças produtivas sobre as relações de produção se aproxima da visão acima referida, por entender as forças produtivas como sendo basicamente os equipamentos e os métodos de organização (Benakouche, 1982 p.6). Daí o prestígio a leste e a oeste da chamada “Revolução Científica e Técnica” (automação, etc). Em termos puramente tecnológicos trata-se de um processo radical como a revolução industrial. Entretanto, desde fins do século XIX o capitalismo entrou em sua fase monopolista, consequência lógica das tendências inerentes à indústria moderna de se concentrar e centralizar. Não está demonstrado que as atuais mudanças tecnológicas correspondam ao início de outra fase do capitalismo, a chamada “era tecnológica” (Sweezy, 1977 p.140). Diferentemente de Schumpeter dos primeiros tempos, para quem a mudança tecnológica constituía um subproduto da atividade inovadora espontânea dos empresários, Marx assinalou o caráter objetivo da técnica (decorrente da concorrência sobretudo), que não se confunde com supremacia da técnica, pois ela não opera e não avança independentemente da formação sócio-econômica e sim independentemente da vontade dos indivíduos, sejam capitalistas ou cientistas (Sweezy, 1977 p. 146).

Na fase concorrencial do capitalismo (séc. XIX), a expansão das empresas, então de pequenas dimensões, dependia da redução dos custos e levava ao aumento da escala produtiva (concentração), até o ponto em que a acumulação geral de capital ultrapassava a expansão dos mercados, resultando daí crises dos negócios. Os investimentos diminuía, parte da força de trabalho e dos equipamentos tornava-se ociosa e obsoleta, ocorrendo nesta depressão do ciclo uma forte centralização de capitais (falências, fusões, etc).

Aberto novo ciclo de expansão com novos investimentos, estes correspondiam a técnicas aperfeiçoadas. O processo de acumulação (concentração e centralização) de capitais conduziu ao longo de décadas ao aparecimento de empresas gigantescas e oligopolistas, com problemas diferentes de crescimento. Não se tratou mais de simples redução de custos e aumento de produção. A maximização do lucro, incluindo a obsolescência planejada, as campanhas de vendas, a administração de preços pelos cartéis, passaram a requerer uma política de marcha lenta da capacidade produtiva, declinando a intensidade das inovações. Kalecki (1976 p. 192) foi o primeiro a lembrar que o caráter monopolista do capitalismo passa a dificultar a aplicação de novas invenções. Por consequência, a empresa gigantesca passou a canalizar seus lucros em direção a outros países (multinacionalização) e outros ramos industriais (conglomerado), conforme assinalou Sweezy (1977 a, pp. 49-57).

A tendência dos oligopólios retardarem as inovações, faz com que o setor de médias e pequenas empresas de cada ramo tenha duas opções principais: 1) subordinação às grandes empresas (fornecedoras); 2) especialização tecnológica. Não deve constituir surpresa o fato de que duas das principais inovações da siderurgia do pós-guerra tenham nascido de pequenas empresas: o processo LD, de injeção de oxigênio na aciaria, criado pela Voest (Áustria) e o processo de redução direta do minério, as chamadas mini-siderurgias, criado pela Korff (Alemanha). Grande número de invenções e inovações continua hoje a ocorrer mesmo nos Estados Unidos em empresas pequenas e médias, que desempenham o papel de “banco de ensaio” na expressão usada por Rosa Luxemburgo (Mandel, 1972 p. 52).

Economistas de prestígio como Furtado (1974) e Rattner (1980) tem enfatizado seguidamente o controle que os oligopólios mundiais exercem sobre a produção e transferência de tecnologia no mundo capitalista. Hymer (1978 pp. 49-59) analisou o desenvolvimento desigual que ocorre no interior da empresa multinacional, à medida que elas exercem suas funções em três níveis de hierarquia e localização distintos no espaço mundial. Pouca ênfase, entretanto, tem sido dada ao desenvolvimento econômico e tecnológico desigual que ocorre no centro do sistema, onde os Estados Unidos recuam e o Japão avança. O próprio Hymer (1978a pp. 67-93) chamou a atenção para as características da já então visível expansão japonesa frente aos oligopólios norte-americanos. Na verdade, o avanço tecnológico americano transformou-se em atraso e o atraso japonês transformou-se em avanço. O que explica a inversão de posições, a crescente decadência americana, o permanente avanço do Japão em direção a novos ramos, automóveis, computadores e robôs, nos quais os americanos começaram primeiro?

Desenvolvimento desigual no centro do sistema capitalista

O processo de cartelização dos diversos ramos produtivos, que deu início à fase monopolista do capital, reuniu após feroz concorrência as maiores e, portanto, mais avançadas empresas americanas e europeias. No ramo de eletricidade os primeiros acordos (1887-1900) foram realizados por firmas americanas e alemãs, GE, Westinghouse, Siemens, AEG, etc., assim como no ramo petrolífero acertaram-se

(1928-1935) firmas americanas, inglesas e holandesas, Exxon, Texaco, Shell, BP, etc. Países inteiros foram excluídos dos acordos, na medida que suas maiores empresas não alcançavam porte mundial nos respectivos ramos, sendo seus mercados partilhados pelos oligopólios.

As empresas japonesas foram excluídas dos cartéis exatamente porque na época elas eram pequenas, o que obrigou o capitalismo japonês a resguardar seu mercado interno e a prosseguir na sua política agressiva de preços concorrenciais nas exportações, baseada na renovação tecnológica permanente e na mão-de-obra barata, conseguindo desalojar os tecidos ingleses dos mercados asiáticos. Partindo de níveis industriais muito baixos, mas aumentando e diversificando sua produção, o capitalismo japonês iniciou com grande atraso a fabricação de automóveis (1930) e de alumínio (1933), intensificou a construção naval e conseguiu ampliar sua produção de aço de 2,3 milhões de toneladas em 1929 para 6,5 em 1938, período em que a produção americana caiu de 57,3 a 28,8. Durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos ampliaram em 22% sua capacidade instalada e alcançaram 80 milhões de toneladas em 1944. Este período e os anos seguintes corresponderam a um grande avanço tecnológico americano (energia atômica, computadores, aviões a jato, etc.). A necessidade de aplicação dos superlucros no pós-guerra conduziu os oligopólios à criação de um espaço econômico unificado no centro do sistema capitalista (Gatt, Mercado Comum Europeu, etc.), liberando os fluxos dos grandes capitais nos dois lados do Atlântico Norte, como sublinhou Furtado (1974 p. 28). Vale lembrar que a expansão oligopolista é menos intensiva (novas tecnologias no ramo em que opera) e mais extensiva: filiais em novos países, com a tecnologia já alcançada anteriormente (multinacionalização) e aquisição de empresas em outros ramos (conglomerado).

O Japão não participou deste processo, mantendo seu mercado praticamente fechado aos investimentos estrangeiros até 1973, além de acelerar as importações de tecnologia. O número de contratos de licença de duração superior a um ano passou de 101 a 1.546 em 1971 e o valor do pagamento anual subiu de US\$ 7 milhões a US\$ 469 milhões (Madeuf, 1981 p. 175). Esta política tecnológica garantiu ao Japão a criação da mais moderna indústria do mundo, como ocorreu por exemplo no ramo siderúrgico nas décadas de 1950 e 1960 ou no ramo de computadores nas décadas de 1960 e 1970.

Na produção mundial de aço a introdução do conversor a oxigênio em 1952 pela Voest austríaca significou importante mudança técnica (Steindl, 1980 pp.53-55). Naquele ano os Estados Unidos produziram 84,5 milhões de toneladas de aço, o Reino Unido 16,7, a Alemanha Ocidental 13,8, a França 12, 7 e o Japão 7,0. Em 1980, em plena crise mundial do capitalismo, as produções foram respectivamente 100,6 (EUA), 11,3 (R. Unido), 43,8 (Alemanha Ocidental), 23, 1 (França) e 111,4 (Japão). Lembremos que os Estados Unidos registraram 106 milhões em 1955 e 132 em 1974. O Japão utilizou rapidamente o processo LD, produzindo em 1960 por este sistema 11,9% do seu aço (3,3% nos EUA), em 1966 alcançou 55% (17% nos EUA), atingiu 78,1% em 1978 (61,1% nos EUA) conforme anotou Dourille (1981 p.73). No Japão todas as empresas siderúrgicas logo introduziram o conversor LD, enquanto nos Estados Unidos apenas a Mc Louth Steel Corp., a 10ª empresa siderúrgica americana adotou o LD até 1959, tendo sido ela também a pioneira a resolver o problema do lingotamento contínuo na produção de chapas finas para carrocerias de automóveis.

Paralelamente a sua imobilidade técnica, o cartel americano do aço aumentou os preços dos produtos siderúrgicos de 101, 7% entre 1947 e 1957, ao passo que os outros artigos subiram 21,1% (Veloso, 1968). Igualmente, nos altos-fornos a situação americana foi se deteriorando: em 1963 para uma capacidade de 46, 7 milhões de toneladas de gusa a USSteel e a Bethlehem tinham em conjunto 113 unidades, enquanto a Yawata e a Fuji (que se fundiram em 1968) com 17,9 milhões tinham apenas 19 unidades. Em 1975 os Estados Unidos produziram 72,5 milhões de toneladas de gusa em 119 altos fornos, dos quais 59 tinham menos de 1.200 metros cúbicos de volume útil e apenas um único com mais de 2.800. O Japão em 1973 produziu 86,9 milhões de gusa em 51 altos fornos, dos quais apenas 9 com volume útil inferior a 1.200 metros cúbicos e 14 com mais de 2.800 (Dourille, 1981 p.65). Não causou surpresa a transformação dos Estados Unidos em grande importador de aço. Em 1959 o aço japonês começou a entrar no mercado americano, o que logo garantiu ao Japão a posição de maior exportador mundial em 1963 (5,3 milhões de toneladas), ultrapassando a Alemanha Ocidental. As importações totais dos Estados Unidos não cessaram de crescer: 6,3 milhões em 1964, 10,5 em 1965, 11,9 em 1967 e 15,5 em 1968, quando a pressão do cartel americano do aço forçou o estabelecimento de quotas de importação neste último nível, levando à redução do ritmo de crescimento da produção japonesa e europeia (Folha de São Paulo 4.5.72) e garantindo a política de sobre-lucros, combinada com lenta modernização técnica, como se pode comparar no quadro abaixo, referente a 1971 (Fortune, 5 e 8 – 1972):

EMPRESAS	VENDAS-BILHÕES	LUCROS LIQUIDOS	EMPREGADOS
USSteel	4928,2	154,5	183940
Nippon Steel	4087,9	47,5	100821
Bethlehem	2963,6	139,2	115000
Nippon Kokan	2122,5	23,8	49681
Armco Steel	1696	50,7	49916
Sumitomo	1598,2	14,5	42538

Exportador de têxteis antes da Segunda Guerra Mundial, o Japão tornou-se na década de 1960 o maior exportador mundial de aço e navios. Limitados na sua expansão siderúrgica pela estrutura oligopolista americana, que passou a controlar a importação, os grandes grupos industrial-financeiros do Japão (Mitsui, Mitsubishi, Sumitomo, Fuji, etc.) aumentaram seus investimentos nos ramos não bloqueados: aparelhos eletrodomésticos de massa, automóveis, computadores etc., nos quais os Estados Unidos tinham até então superioridade tecnológica, obtida durante o esforço de guerra ou devido ao maior avanço industrial anterior. Em cada um destes ramos o capitalismo japonês realizou gigantesco esforço tecnológico independente, a partir de uma posição de atraso.

A indústria mundial de computadores começou em 1956, quando a Univac (Sperry Rand) lançou no mercado americano o Eniac, utilizado inicialmente para fins militares. As empresas americanas (IBM, GE, Univac, TRW, etc.) tomaram conta do mercado mundial, estabelecendo-se e dominando a Europa ocidental, onde limitaram a expansão das firmas locais, que detêm atualmente parcelas reduzidas dos seus mercados nacionais, 36% na Inglaterra, 22% na Alemanha Ocidental, 15% na França, 10% na Itália, como sublinhou Madeuf (1981 p. 177). Tornando-se importador dos computadores americanos, o Japão passou a correr os mesmos riscos que a Europa ocidental, começando sua reação em 1956, quando cientistas da Universidade de Tóquio produziram o primeiro computador japonês. Em 1956 o MITI japonês estabeleceu o primeiro programa para fabricação de computadores, com subsídios governamentais: Fujitsu, Toshiba, Hitachi, Mitsubishi, Oki e Matsushita começaram a fabricação de componentes e a projetar minicomputadores. A Fujitsu, uma das pioneiras, começou a fabricar minicomputadores em 1960 aproveitando a reserva de mercado garantida pelo governo (Pinheiro, 1975 p.41). A partir de 1959-60 o MITI traçou de comum acordo com as empresas uma estratégia global: 1) sobretaxou as importações, que alcançaram 65% do mercado em 1961, caindo a 21% em 1972; 2) proibiu a compra no exterior de componentes que tivessem similares nacionais; 3) restringiu os investimentos estrangeiros no ramo de computadores; 4) coordenou as empresas japonesas do setor, ajudando-as a adquirir tecnologia no exterior e apoiando-as financeiramente na pesquisa, produção e comercialização. Em 1961 a IBM venceu a resistência do MITI e instalou-se no Japão, mas com o compromisso de vender patentes às empresas japonesas. De 1961 a 1964 quase todas as empresas japonesas fizeram associações com as americanas, visando alcançar maturidade tecnológica: Hitachi-RCA, Mitsubishi-TRW, NEC-Honeywell, OkiUnivac, Toshiba-GE. A aquisição da Machines Bull francesa pela GE (1964) estimulou novo fluxo de subsídios governamentais, o que garantiu a cada empresa alcançar autossuficiência de componentes e peças dos computadores que fabricavam por volta de 1970/71. O fim das *joint-ventures*, a fusão das empresas, Fujitsu-Hitachi-Mitsubichi e NEC-Toshiba, o desenvolvimento dos computadores da série LSI (1972/75), com o dobro da capacidade de processamento IBM-370, permitiram ao MITI suspender os subsídios e liberar as importações, colocando o Japão em condições de concorrer com os Estados Unidos no mercado internacional (Pinheiro, 1975 pp. 44-46). Assim, as empresas japonesas dominam atualmente o mercado internacional de memória para computadores.

R. B. Reich, professor em Harvard e ex-diretor de planejamento da Federal Trade Commission, perguntou recentemente quem vai dominar os mercados para produtos de alta tecnologia no fim desta década, os Estados Unidos ou o Japão. Relacionando as principais pesquisas financiadas pelo MITI e pelo Departamento de Defesa na corrida para desenvolver robôs industriais, lasers, aviões, computadores, semicomputadores e fibras óticas, concluiu no sentido da provável vitória japonesa, apontando como razão principal a diferença de natureza da concorrência existente nas duas economias. “O MITI permite que diversas empresas cooperem em projetos de pesquisa básica específica, mas garante que sejam ferozmente competidoras na hora de colocarem seus produtos no mercado doméstico e internacional” (Jornal do Brasil 13-12-81).

Recentemente os jornais divulgaram informações sobre o avanço do Japão frente aos Estados Unidos e à Europa ocidental na robotização industrial. Isto significa uma nova etapa do avanço japonês, pois até agora o Japão teve que alcançar e ultrapassar os Estados Unidos, enquanto na robotização os japoneses partiram na frente numa tecnologia criada nos Estados Unidos, que não se aplica a um determinado ramo específico, mas serve, como a máquina a vapor, a linha de montagem, o computador, etc. a toda a produção industrial (Sweezy, 1977 pp. 139-140). A crise do capitalismo central incide mais fortemente nas economias menos competitivas, Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, com acentuada queda na produção, fortes taxas de desemprego e alta inflação, enquanto a economia japonesa mantém sua vitalidade. Como vimos, a fraqueza americana é muito anterior à crise atual e o estabelecimento de quotas de importação de aço (1968), têxteis (1972), automóveis (1980), comprova a força política dos oligopólios e a fraqueza da economia, que se reflete no déficit de US\$ 18 bilhões nas transações comerciais com o Japão em 1981. Vários grandes grupos oligopolistas americanos dão sinais da crise: Chrysler perdeu o controle acionário das filiais europeias (França, Inglaterra e Espanha) para a Peugeot, vendeu suas filiais latino-americanas (Brasil e Argentina) à Volkswagen, vendeu sua filial australiana à Mitsubishi e pôs à venda a General Dynamics, sua divisão mais lucrativa; o controle acionário da American Motors passou às mãos da Renault; a Ampahl vendeu parcela considerável de suas ações à Fujitsu; no setor de robôs, a IBM fez acordo de aquisição de tecnologia com a Sankio Seiki, a GE fez com a Volkswagen e a GM acertou *joint-venture* com a Fujitsu para instalar fábrica nos Estados Unidos.

Nesta evolução desigual que os Estados Unidos e o Japão estão vivendo, a tecnologia está desempenhando um papel objetivo: à medida que nos Estados Unidos os oligopólios cartelizaram todos os ramos econômicos, mais do que em qualquer outro país capitalista, sua criatividade tecnológica diminuiu mais intensamente, enquanto que no Japão, a política de concorrência de preços no mercado interno e externo forçou a renovação tecnológica permanente, como se percebe no quadro abaixo da repartição percentual do registro de patentes nacionais (N) e estrangeiras (E), organizado por Madeuf (1981 p.80):

	1940		1955		1965		1976		1979	
	N	E	N	E	N	E	N	E	N	E
EUA	90	10	87	13	81	19	63	37	63	37
JAPÃO	75	25	75	25	66	34	80	20	79	21

O capitalismo japonês realizou uma estratégia tecnológica global elaborada e posta em prática conjuntamente pelo governo e pelas empresas gigantescas:

1. Reserva de mercado para as empresas japonesas nos ramos dependentes de importações até alcançar a maturidade tecnológica, como ocorreu no ramo de computadores de 1960 a 1975;
2. Restrições severas aos investimentos estrangeiros em quaisquer ramos industriais até 1973;

3. Programa governamental de subsídios à pesquisa tecnológica nas empresas dos ramos conjunturalmente prioritários (de ponta), combinada com 4) importação da mais avançada tecnologia ocidental sob forma de licença de fabricação e sua consequente assimilação (Madeuf, 1981 pp. 173 a 179). Assim sendo, poderíamos dizer que se a Inglaterra realizou o ponto alto da elaboração das técnicas durante a primeira revolução industrial (máquina a vapor) e os Estados Unidos realizaram os maiores avanços posteriores (produção em série, linha de montagem), sendo que, atualmente o Japão assumiu a dianteira, realizando mudanças naquilo que Kalecki (1976 p.192) julgava imutável, a linha de montagem, que as empresas japonesas transferem para as áreas de mão-de-obra barata na Ásia de sudeste (Coreia do Sul, Formosa, Tailândia, Filipinas, etc.) ou robotizam, quando não podem deslocá-las geograficamente (automobilística, etc.).

TEXTO III

Cadernos Geográficos, n.2 - Teorias sobre a Industrialização Brasileira

Os ciclos longos e as relações centro-periferia capitalistas

ARMEN MAMIGONIAN

Os ciclos longos na história do capitalismo central

O sistema capitalista teve origem na Inglaterra no século XVI, com a implantação das manufaturas têxteis de lá e dos arrendamentos capitalistas na agricultura, destinados a criação de carneiros, etc. Antes disso, e paralelamente, os capitais comerciais portugueses e espanhóis haviam lançado as bases das trocas comerciais e das pilhagens coloniais, seguidos pelos capitais comerciais ingleses, holandeses e franceses. Onde a economia capitalista manufatureira e agrícola pouco avançava, como em Portugal e Espanha, os impérios coloniais reforçaram o feudalismo interno e barraram a transição ao capitalismo: o ouro da América deu mais vida ao feudalismo, do que acumulação primitiva ao capitalismo ibérico⁸⁵. Naqueles países nos quais a economia manufatureira já havia avançado, como na Holanda e na Inglaterra, ocorreram revoluções burguesas precoces, nos séculos XVI e XVII respectivamente, tornando os impérios coloniais bases da acumulação primitiva capitalista, onde as trocas e pilhagens favoreciam a expansão da manufatura e não a sobrevivência do feudalismo nas metrópoles. Assim, não se deve tomar ao pé da letra a afirmação de que era a supremacia comercial que dava margem, na época, à supremacia manufatureira⁸⁶. Não há dúvida, entretanto, que a expansão das manufaturas, nascentes na Inglaterra acopladas ao mercado interno, exigiam a conquista de novos mercados e assim expansão comercial, conquistada de novas colônias. Os séculos XVI e XVII foram por excelência o período áureo do capital comercial europeu, responsável pela nascente "Economia-mundo europeia"⁸⁷, na qual ocorreram diferentes graus de integração com a periferia em formação: as áreas de "plantations" escravistas no Brasil, Antilhas e Sul dos EUA foram as mais integradas, seguidas da Europa Oriental (Prússia, Polônia, Hungria etc.) e América Espanhola, onde dominou o trabalho servil, reforçada no primeiro caso, a chamada segunda servidão, ou por substituição dos modos de produção asiáticos existentes anteriormente entre os astecas, incas e maias. As economias tribais africanas, que forneciam os escravos para a América, as economias asiáticas autossuficientes da Índia e da China, abastecedora, de artigos de luxo e as áreas de pequena produção mercantil da Nova Inglaterra e do Canadá mantiveram relações menos intensas com o capital comercial europeu.

⁸⁵ VILAR, P. Ouro e moeda na História: 1450-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, Cap. XVI e XVII discute as consequências negativas do ouro colonial no desenvolvimento capitalista da Espanha.

⁸⁶ Formulação clássica de Marx sobre o período mercantilista.

⁸⁷ WALLERSTEIN, I. The modern world-system. N. York: Academic Press, 1974. Poderíamos dizer, apoiados em P. Vilar, discordando de I. Wallerstein e A.G. Frank, que os impérios coloniais ibéricos foram feudais, enquanto o Império Inglês já nasceu capitalista no século XVII.

A articulação entre o centro e a periferia era realizada pelo capital comercial europeu e assim as formações sócioespaciais periféricas eram compostas de dois setores: o capital mercantil europeu presente na colônia e na metrópole e as estruturas produtivas internas que sozinhas não conseguiam definir um modo de produção. Na verdade, a escravidão brasileira ou a servidão na América espanhola eram mais complexas do que a escravidão romana antiga ou o feudalismo europeu, pois não eram puras e sim criações simultâneas do capital comercial europeu, que obtinha superlucros exportando aos preços mais altos e importando os preços mais baixos e para isto impunha na periferia relações de trabalho compulsórias. No processo de emergência do capitalismo foram nascendo formações sociais duais na periferia (capital comercial mais trabalho compulsório), na expressão de I. Rangel, que não podiam ser entendidas na estrita extensão do território colonial, como a escravidão no Brasil, que consistiu numa articulação que abrangia a produção de mercadorias e subsistências no Brasil, a reprodução da força de trabalho na África e a acumulação de capital principalmente na Europa ocidental⁸⁸.

A economia-mundo europeia foi sujeita às oscilações cíclicas de longa duração, que consistiram num movimento secular, com uma fase de grande expansão no século XVI e outra fase depressiva no século XVII. A fase expansiva correspondeu à implantação das manufaturas na Inglaterra e Holanda e às descobertas marítimas e coloniais sobretudo portuguesas e espanholas. A manufatura consistia num sistema avançado de organização do trabalho, com sua divisão interna, mas era tecnicamente conservadora, na medida em que era artesanal⁸⁹. Uma vez implantado, o sistema se expandia horizontalmente, sem maiores renovações técnicas de capital intensivo. Provavelmente por esta razão o século XVII foi marcado pela baixa conjuntura, pois o sistema manufatureiro não podia sofrer alterações verticais, além de que os territórios coloniais conquistados no século XVI não foram ampliados e as guerras comerciais se restringiram mais a disputá-los⁹⁰.

Durante o século XVII a depressão econômica que se manifestou na Europa, exceção da Holanda, provocou grande diminuição do comércio colonial e assim queda da produção dos gêneros coloniais, principalmente no período 1620-1670. A periferia, aparentemente, permaneceria deprimida, mas os acontecimentos históricos mostraram que na Índia, no Brasil, nas colônias americanas da Espanha e mesmo num país então semiperiférico como Portugal, haviam potenciais disponíveis à expansão de produções destinadas aos mercados internos, até então abastecidos pelo capital mercantil europeu. Na Índia houve forte crescimento das manufaturas têxteis, que provocou conjuntura econômica favorável ao comércio, à agricultura, etc. No Brasil e na América espanhola desenvolveram-se a pecuária e a agricultura destinadas ao abastecimento interno e nas cidades do México, Peru, Chile, etc. desenvolveram-se manufaturas de tecidos de algodão e lã, grandes (obrajes) e pequenas (trapiches), manufaturas reais de cigarros e pólvoras, fábricas de louças e chapéus, etc. que floresceram exatamente nas conjunturas de depressão do comércio colonial nos séculos XVII e XVIII⁹¹. A

⁸⁸ RANGEL, I. Dualidade básica... Cap. 1 e 2 e Prefácio...; NOVAIS, F. Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial. São Paulo: Cadernos CEBRAP 17, 1974.

⁸⁹ SWEEZY, P. Capitalismo moderno. Rio de Janeiro: Graal, 1977, p. 131 e seguintes.

⁹⁰ HOBBSBAWN, E. As origens da Revolução Industrial. São Paulo: Global, 1979. A crise geral de economia europeia no século XVII.

⁹¹ FRANK, A.G. Acumulação mundial - 1492-1789. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p. 122 e seguintes; HUMBOLDT, A. Essai politique sur le royaume de la Nouvelle Espagne. Paris: Lib. J. Renouard, 2.ed. 1827. Humboldt visitou em 1803 a cidade de

mesma relação entre depressões comerciais e arranques industriais ocorreu em Portugal, onde a queda dos preços do açúcar, tabaco, cravo, etc. acabou provocando no período 1670-1690 o primeiro impulso industrialista, de tipo colbertiano, interrompido com a elevação dos preços dos gêneros coloniais nos fins do século XVII. Nos séculos seguintes, depressões comerciais continuaram a estimular reações industrializantes em Portugal⁹². O período mercantilista e manufatureiro do capitalismo apresentou fases de expansões e depressões comerciais, além de ter estimulado na periferia 1) relações de produção que se subordinavam ao capital comercial europeu e 2) o desenvolvimento das forças produtivas mesmo nas fases de depressões comerciais, inclusive na semiperiferia ibérica. O que se passou no período industrial do capitalismo?

Queretaro, no México, onde assinalou a existência de 20 grandes manufaturas têxteis e 300 pequenas, que transformaram naquele ano 970 toneladas de lã bruta, além da gigantesca manufatura real de cigarros, que empregava 3.000 pessoas, das quais 900 mulheres, conforme Cap. XII do livro V. Deve-se lembrar que na Espanha a manufatura real de cigarros localizava-se, na mesma época, em Sevilha, num prédio tão grande, que abriga hoje a Universidade.

⁹² MAGALHÃES GODINHO, V. Le Portugal, les flottes du surce et les flottes de l'or. In: SERRÃO, J e MARTINS, G. Da indústria portuguesa. Lisboa: Horizonte, 1978, p. 223 e seguintes, onde aponta as depressões comerciais de 1670-1690, 1716 e anos seguintes, 1769-1778, 1808-1826, 1834-1850 etc., as duas últimas ligadas aos ciclos longos industriais ingleses; VICENS-VIVES, J. Manual de história econômica de España. Barcelona: Ed. Vicens-Vives, 5.ª ed., 1979, Cap. 30 aponta, igualmente, reações manufatureiras na Catalunha no final do século XVII, na mesma linha de VILAR, P. La Catalogne dans l'Espagne Moderne, tome I, Paris: Le Sycomore, 1982, p. 638 e seguintes; MARTINS, R.B. A indústria têxtil doméstica de Minas Gerais no século XIX. In: 2º Seminário sobre a economia mineira. Diamantina: DEDEPLARUFMG, 1983, enfatiza a tendência a autossuficiência artesanal na economia mineira da segunda metade do século XVIII, discordando das colocações de C. Furtado (Formação...), que negou a reação endógena.

TEXTO IV

Geosul, n.28

Kondratieff, Ciclos Médios e Organização do Espaço

ARMEN MAMIGONIAN

I) Até a Revolução Industrial a humanidade conheceu ritmos climáticos nas suas atividades econômicas: os anos climáticos catastróficos seguidos provocaram fome e epidemias e levaram a conflitos 1) entre senhores e servos da Europa medieval e possibilidades de melhor (ocidente) ou pior (oriente) divisão do excedente econômico; 2) entre camponeses e burocracia imperial na Ásia (China), com ampliação das obras públicas de barragens, canalizações, etc., ou empobrecimento generalizado.

II) A Revolução Industrial dos fins do séc. XVIII inaugurou os ritmos industriais de várias durações, principalmente os ciclos decenais (juglarianos) e os ciclo longos, de cinquenta anos (Kondratieff), cada ciclo com fase expansiva ("a") a fase depressiva ("b"). Marx e Engels constataram os ciclos decenais entre 1848 e 1857, que foram sistematizados estatisticamente por Juglar em 1960. Engels assinalou também a chamada "longa depressão do final do séc. XIX" e a sistematização estatística dos ciclos longos foi feita 1918-21 por N. Kondratieff (1926)

III) Até hoje tanto marxistas como não-marxistas há resistência à aceitação dos ciclos longos, pois como assinalou Rangel, para a URSS não convinha admitir que o capitalismo em depressão poderia sair da crise e voltar a se expandir e para o ocidente não interessava admitir que após longos anos de expansão poderia advir um período depressivo na economia. A possibilidade de administrar os ciclos decenais foi teorizada por Keynes e posto em prática nos anos 30 na Alemanha. Estados Unidos, etc. já a administração dos ciclos Kondratieff não foi teorizada a esta omissão é uma das raízes da crise da URSS.

IV) Como Marx assinalou, as crises decenais são basicamente de **superprodução** (ou subconsumo ou intersetoriais, e que vem a dar no mesmo), enquanto as crises do ciclo longo parecem estar ligadas a tendência à queda da taxa de lucro de longo prazo, com o esgotamento do uso das invenções revolucionárias ligadas a cada revolução industrial. Note-se que cada revolução industrial tem ocorrido de dois em dois Kondratieff (a 1ª em fins do séc. XVIII, a 2ª em fins do séc. XIX e a 3ª está por se iniciar), sob a liderança sucessivamente da Inglaterra (1ª), dos EUA e Alemanha (2ª) e Japão (3ª), num movimento geográfico profeticamente assinalado por Hegel.

V) Note-se que se o 1º, 3º e 5º Kondratieff se abrem como revoluções industriais, o 2º (1948-73, fase expansiva) e o 4º (1948-73, fase expansiva) se abrem como revoluções nos transportes, com aplicações de

invenções já realizadas nas revoluções industriais voltadas agora a este setor de circulação e a expansão da anterior revolução industrial em novas regiões geográficas (EUA e Alemanha entre 1848-73 p. ex.).

VI) As fases depressivas, nas quais as taxas de lucro estão baixas, correspondem a períodos de extremo desafio para a retomada da lucratividade perdida, por um esforço intenso de invenções, que se formam em tecnologia nova, mais nova e depois novíssima, que permitem desencadear uma nova onda de investimentos maciços, sucateando o capital fixo envelhecido, por ter alcançado 1) alto grau de avanço técnico e 2) preço baixo, consequentemente ao papel de "destruição criadora" (Rangel e Schumpeter)

VII) As fases depressivas são fases de expansão geográfica, expansão extensiva dos capitais até então hegemônicos no mundo, mas expansão defensiva economicamente (e ofensiva militarmente), como a chamada expansão imperialista, inglesa principalmente, na fase "b" do 2º Kondratieff (1873-1896) ou também a expansão das multinacionais, principalmente americanas, na fase "b" do 3º Kondratieff (1920-48): GM e Ford ocupando a Europa e companhias petrolíferas ocupando o Mundo.

VIII) As perdas de poder econômico das potências hegemônicas (Inglaterra – 1ª RI e EUA 2ª RI) no final de dois Kondratieff de dominação estão ligadas a perda de capacidade de renovação tecnológica decorrente da substituição da concorrência por domínios oligopólicos propiciadores de superlucros: império colonial inglês com mercados cativos no século XIX e cartelização oligopólica das multinacionais americanas (p. ex. GM, Ford, Chrysler na indústria automobilística mundial)

IX) Entre os que aceitam os ciclos longos existem duas interpretações quanto às causas: 1) no item IV assinalamos nossa preferência pela causação interna ao sistema econômico capitalista: 1) tendência a queda da lucratividade sob capitalismo estimula invenções que restabelecem lucratividade e aplicadas sucessivamente aos diferentes setores e ramos acabam esgotando a lucratividade possível, provocando a necessidade de novas invenções; 2) Mandel, entre outros, prefere a causação extra-econômica, de preferência política: a "onda ascendente" (e não ciclo) da pós-guerra (1948-73) nasceu de "ininterrupta revolução tecnológica" decorrente da corrida armamentista, mas os satélites de telecomunicações datam de 1969...

X) A escola de regulação (Aglieta, Boyer entre outros), indicou a necessidade de estudar regimes de acumulação, de estudar os acoplamentos produção-consumo e assinalaram a ocorrência da regulação concorrencial no século XIX, com disputas acirradas dos mercados externos, substituída pela regulação fordista no século XX, com sustentação dos mercados internos (políticas keynesianas). Na verdade, o taylorismo, como organização do trabalho, é parte integrante da 2ª RI e foi completada pelo fordismo. O toyotismo veio substituir o taylorismo, mas o substituto do fordismo está para ser criado após a eclosão da 3ª RI (novo acoplamento produção-consumo é necessário ao capitalismo)

XI) Os períodos depressivos (vivemos num deles de 1973-1996) correspondem a mudanças profundas de conjunturas econômicas, políticas, sociais e espaciais. Assim a conjuntura depressiva 1920-48 provocam nova relação mundo-nações: a Inglaterra abandonou definitivamente o livre-cambismo e houve fechamento

dos mercados nacionais nos EUA, Alemanha, França e na periferia do sistema capitalista (e substituições de importações se aceleraram). O período depressivo atual, sem o fechamento abrupto do mercado americano, diferentemente da queda do comércio mundial dos anos 30, significam ampliação das trocas internacionais e chance para as exportações dos mais competitivos; 1) Japão e Alemanha ao centro do sistema, 2) Brasil, Coréia do Sul, Taiwan na periferia. A crise da economia americana coloca a questão: "globalização" ou projetos nacionais emergentes (Brasil, Coréia do Sul, China, etc.).

XII) Os períodos expansivos e os períodos depressivos criam situações distintas, estas relações centro-periferia, como assinalou Rangel para o Brasil, mas válidas para a periferia em geral, os períodos depressivos desencadeados no centro (1815-48 / 1877-96 / 1920-48 / 1973-96) exigem, pelas tensões econômicas, sociais e políticas mudanças dos postos de poder. No caso do Brasil independência, Abolição-República, Revolução de 30 e políticas de substituições de importações, usando capacidades deixadas ociosas pelas crises. No caso brasileiro, atualmente o epicentro da crise se localiza geograficamente nas grandes cidades (S. Paulo, R. Janeiro, etc.), onde se encontram: 1) capacidade industriais instaladas subutilizadas, 2) nós-de-estrangulamentos nas infra-estruturas (saneamento básico, metrô, etc.), 3) mão-de-obra especializada e braçal desempregada.

XIII) A organização do espaço sob o capitalismo dependeu e depende das revoluções industriais, das revoluções nos transportes (conjunturas expansivas), mas também das reestruturações econômicas espaciais que ocorrem nos períodos depressivos. Os exemplos são inumeráveis: 1) nas cidades do mundo toda a 1ª RI correspondem a localização industriais junto às E.F. e nas de navegação, tem como a "houssmanização" do espaço social urbano, 2) a 2ª correspondeu à americanização do espaço urbano, com verticalizações, express-ways urbanas, etc., 3) a revolução nas dimensões dos navios de carga transoceânicos de após 45 correspondeu à integração da mineração de ferro, bauxita, carvão, etc. transcontinental (Brasil, Austrália, etc.), 4) o período depressivo 1973-96 empurrou várias produções industriais para fora do centro do sistema (compressores para Singapura e Brasil) ou para novas regiões industriais dentro do sistema (Sul dos EUA, península Ibérica, etc.).

TEXTO V

Geosul, n.28

Padrões tecnológicos mundiais: o caso brasileiro

ARMEN MAMIGONIAN

1. No mundo capitalista o centro do Sistema é o responsável pela geração da tecnologia nova, sendo que a periferia, atrasada tecnologicamente, mas frequentemente dinâmica economicamente ("o privilégio do atraso", cf. Trotsky), aplica no seu desenvolvimento tecnologia importada nova e novíssima. As revoluções industriais, a primeira liderada pela Inglaterra, a segunda pelo Estados Unidos e Alemanha e a terceira, que está emergindo sob liderança japonesa, esteve e está vinculada aos saltos tecnológicos gestados nos períodos depressivos de dois em dois ciclos longos (Kondratieff) capitalistas.

2. O centro do sistema **capitalista** tem apresentado ao longo da sua história dois padrões tecnológicos principais: 1) um deles o padrão inglês-americano, com grande impulso inicial e uma posterior perda de velocidade e 2) o padrão alemão-japonês, que consiste num movimento de renovação tecnológica permanente, desde o início até hoje, mesmo que a criação não seja própria.

Inglaterra e Estados Unidos lideraram a primeira e a segunda revoluções industriais respectivamente. Tiveram inicialmente um grande impulso tecnológico, a partir de um processo de acumulação intensiva, e após alcançarem um alto patamar tecnológico, que lhes garantiu lucros oligopolistas, puderam usufruir de um período de acumulação extensiva, que se manifestou geograficamente por 1) novas conquistas coloniais no final do século XIX pela Inglaterra (imperialismo), e pela 2) expansão das multinacionais americanas no mundo, após a primeira guerra mundial. Nos dois casos trataram-se de acumulações extensivas, perda de velocidade tecnológica decorrentes de situações de vantagens tecnológicas conquistadas anteriormente, mantidas por domínios oligopólicos, garantidores de super-lucros. Assim sendo, no após segunda-guerra mundial os super-lucros das empresas americanas se apoiavam 1) na corrida armamentista e 2) na política de obsolescência programada dos produtos (modelos "novos" e materiais de baixa qualidade).

Alemanha e Japão (de outra maneira Suécia, Suíça, etc.), caracterizaram-se no início de seus capitalismos por mercados internos muito reduzidos (via prussiana: superexploração do camponês como fonte de acumulação primitiva) e na necessidade de se apoiar nos mercados externos, que já se encontravam dominados, no que resultava a obrigação de adotar tecnologia super-moderna, importada e copiada dos centros mais avançados, num movimento incessante de sucateamento precoce do capital fixo instalado. Isto explica por que as duas invenções siderúrgicas mais importantes do após-guerra: injeção a

oxigênio na aciaria (Áustria) e lingotamento contínuo (URSS) tivessem sido adotadas rapidamente no Japão.

3. A Ásia sudeste no após Segunda Guerra Mundial foi a área do mundo de maiores conflitos entre sistemas capitalistas e socialista. Assim, não foi surpreendente a fascinação causada pelo modelo japonês nos capitalistas da região. Aqueles de Xangai, que fugiram ao avanço da revolução na China, trataram de aplicá-lo em Hong-Kong: exportações de tecidos de algodão usando mão-de-obra barata e eficiente juntamente com teares ultra-modernos fabricados na Suíça. Foram depois seguidos pelos capitalistas de Taiwan, da Coreia do Sul, pelas multinacionais, etc. A via prussiana de alavancamento do capitalismo foi adotada pela aliança empresas-estado-sindicatos, incluindo o planejamento central à moda do MITI japonês.

4. Na América Latina o modelo de industrialização por substituição de importações foi adotado ou consolidado durante a crise depressiva dos anos 30. No caso brasileiro este modelo permitiu um grande avanço econômico, ao ritmo acelerado da URSS e do Japão, tendo resultado num edifício industrial completo, que passam a concorrer no mercado externo com o centro do sistema (Embraer, engenharia pesada, autopeças, têxteis, calçados, etc.) e a provocar oposição sobretudo dos Estados Unidos, em decadência industrial, que passaram a apresentar a ideia de "atraso tecnológico" como explicações da crise brasileira dos anos 80, agenciando desde "relatórios científicos" (Luciano Coutinho-Unicamp) até o presidente da república. Qual a relação entre o avanço industrial, inovações tecnológicas (fibras óticas p. ex.) e a crise econômica atual no Brasil?

5. No Brasil a revolução de 30 marginalizou o capital comercial e a grande lavoura de café, com a ascensão ao poder do latifúndio ligado ao mercado interno e da indústria nascente. Diante da brutal escassez de divisas (estrangulamento cambial, que durou até 1960-70) as importações foram restringidas, criando-se 1) a distinção entre bens supérfluos e essenciais e 2) reserva de mercado para a produção interna de bens supérfluos e assim um privilégio às importações de bens considerados essenciais. O planejamento econômico rudimentar entrou no Brasil pela porta do comércio externo de importações (cf. Ignácio Rangel). Importar máquinas para fabricar cimento, ferro de construção, etc. visando substituir importações, passou a ser privilegiado por câmbio barato, empréstimos, isenções fiscais, etc., tornando-as baratas, enquanto as obrigações trabalhistas encarecem o custo relativo da mão-de-obra. Desta maneira as fábricas da segunda substituição de importações eram de grande porte e com equipamentos modernos, permitindo precoce oligopólio destes setores e consequente super-lucros, investidos posteriormente na terceira substituição de importações.

A substituição de importações e os estrangulamentos centrais definiram e redefiniram ao longo do tempo bens supérfluos e bens essenciais (os materiais de construção foram essenciais nas décadas de 30 e 40 e passaram a supérfluos a partir da década de 50), apontando para novos setores que deveriam ser implantados. O setor têxtil, que já não era privilegiado na década de 50, passou a se abastecer da máquinas de três maneiras diferentes: 1) das oficinas mecânicas internas às fábricas, que consertavam a

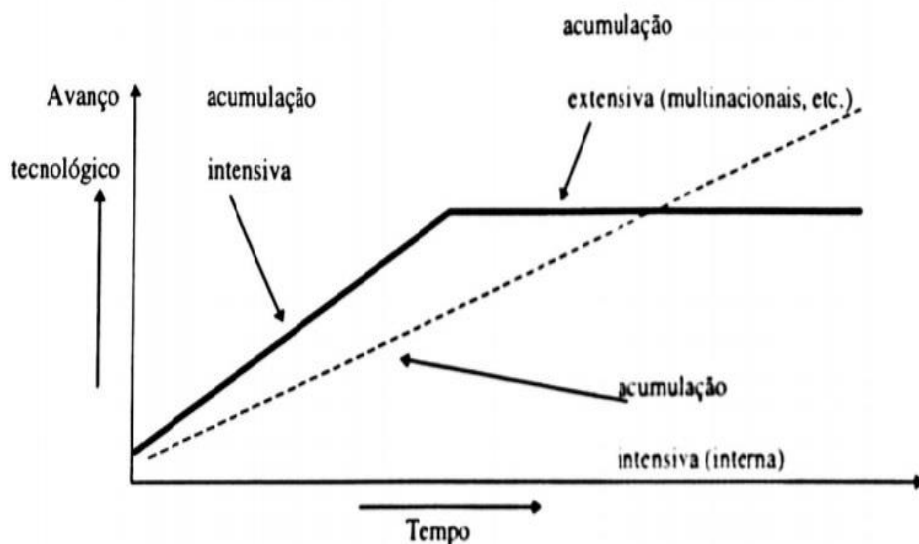
reproduziam máquinas antigas, o que significava um congelamento tecnológico, muito frequente no nordeste; 2) das fábricas de máquinas instaladas no Brasil (Ribeiro p. ex.), que copiavam as estrangeiras recém-lançadas; 3) da importação de máquinas estrangeiras novíssimas, como contrapartida de exportações de tecidos (Artex p. ex.). Neste mesmo momento (década de 50) os poucos cambiais disponíveis continuavam a ser usados, agora através da Instrução 70 da SUMOC, às importações essenciais, por exemplo máquinas operatrizes sofisticadas. A ROMI, de Santa Bárbara do Oeste-SP, foi privilegiada duplamente: reserva de mercado para tornos mecânicos (câmbio caro), que ela já produzia desde a década de 40 e importações de máquinas operatrizes sofisticadas ultramoderna (câmbio barato). Mais tarde, na década de 70, ela passou a produzir estas máquinas operatrizes com controle numérico (computadorizados).

6. A incorporação de tecnologia por parte da indústria brasileira se fez inicialmente pela importação e uso das máquinas (tecnologia em estado bruto), mas o próprio estrangulamento cambial exigia a existência e funcionamento no interior das fábricas de oficinas mecânicas de conserto, sem as quais a industrialização brasileira teria sido bloqueada. Mesmo tendo significado um certo congelamento de tecnologia anterior, estas oficinas foram escolas assimilação dos avanços tecnológicos ocorridos no centro do sistema e foram os embriões da segunda etapa de produção tecnológica no Brasil: a implantação anexa às fábricas ou externa a elas (SENAI, Universidades ou centros de pesquisa específicas) de laboratórios dotados de equipamentos de pesquisa, pessoal treinado, bibliotecas especializadas, participação em congressos científicos nacionais e internacionais, visitas-espionagens aos concorrentes estrangeiros, etc. Nesta etapa (década de 70), trata-se sobretudo de copiar e assimilar a tecnologia nova proposta no centro do sistema. Alguns destes laboratórios, sobretudo aqueles associados às grandes empresas públicas ou privadas (Telebrás p. ex.) passaram a produzir recentemente tecnologia novíssima concomitantemente ao centro do sistema (fibras óticas, chips para microeletrônica, etc.).

Esta evolução explica por que certas proibições que requerem incorporação de alta tecnologia, como as autopeças automobilísticas p. ex. passaram a concorrenciais a nível internacional, bem como o enorme superávit comercial brasileiro (US\$ 12 a 15 bilhões anuais) desde o início da década de 80, devido principalmente às exportações industriais. E custoso observar que no setor automobilístico as montadoras funcionam à maneira americana recente (mas não atual), isto é, oligopoliticamente e assim lentas em inovação tecnológica, enquanto as produtoras de autopeças (frequentemente nacionais), funcionam como as japonesas, concorrencialmente, e dinâmicas tecnologicamente.

7. A política neoliberal brasileira (FMI) de "modernização" da economia se apoia sobre a tripé entreguista de combate à inflação, à reserva de mercado e à centralização, provocando uma política recessiva. Sem entrar em minúcias, a pretexto de combater o "atraso" tecnológico, abre o mercado interno às importações, provocando intencionalmente desindustrialização, como o FMI já havia conseguido na Argentina militar (1976-83), e assim enfraquece a economia nacional e os trabalhadores.

Na verdade, não existe no Brasil uma questão tecnológica, como pretendem certos setores, ideologicamente condicionados. Existe uma crise cíclica de acumulação: o Estado, falido financeiramente (dívidas externa e interna), detém os serviços públicos (ferrovias, rodovias, portos, telecomunicações, saneamento básico, eletricidade, etc.), que se tornaram nós-de-estrangulamento da economia. Subinvestidos, constituem áreas carentes de investimentos, que atualmente só podem ser feitos pela Iniciativa privada brasileira, com tecnologia já existente no Brasil (locomotivas, vagões, fibras óticas, etc.), usando portanto capacidades ociosa em homens (operários, técnicos, cientistas, etc.), máquinas dinheiro, etc. A bandeira do "atraso tecnológico" visa quebrar a reserva de mercado, provocar mais recessão, provocar atraso tecnológico" visa quebrar a reserva de mercado, provocar mais recessão, provocar atraso tecnológico de fato, falências e renda dos ativos nacionais desvalorizados a preço barato ao grande capital financeiro internacional.



padrão tecnológico inglês-americano

padrão tecnológico alemão-japonês

TEXTO VI

Ciclo, Tecnologia e Crescimento

O Brasil e a Revolução Técnico-Científica

IGNACIO M. RANGEL

Vivemos uma época de revolução técnico-científica, de características absolutamente sem precedentes. Não se trata apenas de descobrir novas leis que governam a natureza e a sociedade e, à base delas, engendrar novas técnicas, capazes de elevar a produtividade do trabalho, permitindo ao homem melhorar a maneira de produção da sua vida. Não, os problemas com que se confrontam atualmente a ciência e a técnica são de outra natureza, pois interessam à própria sobrevivência da sociedade e até da espécie humana.

Por outras palavras, até aqui, o homem podia escolher entre continuar a viver à maneira antiga ou passar a viver à nova maneira. Entre viver como bárbaro, como seus antepassados haviam vivido, ou viver civilizada e desenvolvidamente. Não agora, visto como a vida civilizada, tal como a entendemos hoje, e, a *fortiori*, a vida bárbara somente terão perspectivas se forem descobertas novas propriedades, ainda ignoradas, nas coisas naturais, e se formos capazes de organizar nossa vida, tendo em vista essas propriedades recém-descobertas, apenas percebidas ou na iminência de o serem.

Não há muito tempo, o problema dos recursos naturais podia ser equacionado como uma questão de força política e militar. Desde que uma potência tivesse força suficiente para estender o seu domínio sobre as fontes de recursos críticos, seu problema estaria resolvido, pois não se podia pôr em dúvida a capacidade do planeta de suprir os meios materiais necessários, à base da técnica já consagrada, para a produção da vida da sociedade humana, pelo menos da desenvolvida dessa. A maneira arrogante pela qual os Estados Unidos e seus aliados mais próximos se afirmam o direito de usar e dispor dos petrolíferos e outros, pertencentes a países de Terceiro Mundo, representa uma sobrevivência da mentalidade engendrada por esse estado de coisas. Em suma, eles, precisamente os países que podem abordar os complexos problemas da descoberta de novas fontes de energia e de outros recursos críticos, pretendem reservar-se os recursos escassos, lançado sobre os ombros, científica e tecnicamente débeis, do Terceiro Mundo a responsabilidade pela solução de tais problemas.

Trata-se, entretanto, de uma tentativa sem futuro, pois, mesmo que os países desenvolvidos conseguissem levar o resto da humanidade a lhes conceder esse absurdo privilégio, as fontes já conhecidas de recursos críticos estariam esgotadas em muito pouco tempo.

A natureza coloca ao dispor da sociedade humana materiais de toda sorte, para alguns dos quais a ciência e a técnica já descobriram empregos úteis, ao passo que, para outros, não se conhecem aplicações

úteis, ou apenas se conhecem aplicações menos nobres. É precisamente a descoberta de utilidade, ou de utilidade mais nobre para os materiais que a natureza nos oferece que nos torna mais ricos, não o estoque total desses materiais, que é constante, para todos os fins práticos. Ora, uma inovação tecnológica que não confira utilidade nova a coisa alguma, e que se limite a concentrar a atividade produtiva no uso dos recursos mais nobres, de utilidade já conhecida, precipitando sua exaustão, não é uma inovação tecnológica verdadeira.

São contradições essas falsas inovações, que resultam em elevação da produtividade do trabalho, mas ao custo de pressão sobre recursos nobres exauríveis, isto é, que comprometem o futuro da sociedade humana. A problemática geral da energética contemporânea — e a energia é o recurso crítico por excelência, visto como, dispondo-se, os outros podem, em numerosos casos, ser reciclados — reflete dele precisamente o efeito de uma falsa inovação tecnológica, representada pelo emprego abusivo da energia, com a agravante de concentrar esse emprego nos materiais mais nobres, mas muito limitados, como o gás natural e o petróleo, nessa ordem.

Em resumo, seria equivocado supor que a sociedade humana se encontra em equilíbrio estável e que os progressos técnicos e científicos apenas serviriam para organizar a passagem a outro equilíbrio, também estável, mas em plano superior. A verdade é que a sociedade humana, vista em seu conjunto, encontra-se num plano inclinado, do qual é absolutamente necessário retirá-la. O planejamento com vistas ao emprego sensato dos recursos e à *criação* de novos — dado que eles são uma função da tecnologia — emerge como imperativo absoluto.

Planejamento técnico-científico: Aproxima-se o dia em que o planejamento, pelo menos no tocante a certos problemas específicos terá que ser empreendido em escala planetária, o que suscita graves problemas, dado que somente em escala nacional — e nem sempre — tem sido possível planejar. Por planejamento técnico-científico devemos entender um esforço ordenado para fazer frente aos problemas da sobrevivência ou do simples crescimento — esforço que comporta a abertura de duas frentes: uma *ofensiva* e outra *defensiva*. Com efeito, por um lado, será mister revelar novas e superiores propriedades úteis nas coisas do nosso universo, expandindo assim a massa de recursos disponíveis; por outro, será necessário fazer uso mais racional e sensato dos recursos existentes, vale dizer, conhecidos e mapeados.

Nas condições contemporâneas do mundo, a luta *ofensiva* da tecnologia está, cada vez mais, a cargo das duas superpotências: os Estados Unidos e a União Soviética. Mesmo países tão desenvolvidos como as duas Alemanhas, a França, a Inglaterra, a Suécia, o Japão e a Tchecoslováquia, de ambos os lados da "Cortina de Ferro", não podem cobrir senão setores restritos dessa frente, os quais ficariam privados de sentido, se isolados dos dispositivos centrais nos quais se integram, de boa ou má vontade. Quanto a nós, os países do Terceiro Mundo, temos um papel muito discreto nesse esforço.

Não que os nossos homens de ciência e os nossos tecnólogos não possam oferecer contribuições eminentes na luta por penetrar nos enigmas do universo, ou que, à base das descobertas já feitas, não possam resolver problemas práticos, de técnica e de indústria. Mas falta-nos uma inserção operativa e

independente — isto é, que consulte nossos próprios interesses, em lugar de reservar-nos um papel meramente ancilar, cujo alcance global, não raro, nos escapa. Nossos homens, ou se deixam recrutar pelos grandes dispositivos técnico científicos de alcance planetário, ou trabalham com um horizonte fechado ou fragmentário, sem perspectiva realmente global e de longo prazo.

Quem medite um pouco nas condições em que, por exemplo, se trava hoje a luta por soluções válidas para o problema energético — o problema síntese, como vimos — não poderá deixar de sentir como são escassas nossas possibilidades. Estamos à margem do esforço pela fusão do deutério, pelo desenvolvimento do sistema magneto-hidrodinâmico (MHD), pela utilização da energia dos materiais explosivos (nitratos e fosfatos), da energia gravitacional, etc., etc. Essas coisas exigem uma organização virtualmente militar de um corpo de pesquisadores cada vez mais numeroso e petrechado com um equipamento caríssimo, resultante de investimentos à *fonds perdu*.

A fusão do deutério, por exemplo — a mais brilhante de todas as perspectivas abertas pela ciência — que há vinte anos se afigurava ao alcance da mão, desembocou numa legião de problemas liminares, que nem mesmo os mais formidáveis exércitos de pesquisadores do mundo (o norte-americano e o soviético) se declaram em condições de cobrir simultaneamente. Assim, a euforia dos primeiros tempos cedeu o passo a um pessimismo, talvez excessivo, que fala em um século inteiro de duro trabalho de pesquisa e de meio século de vultosíssimos investimentos para dar emprego prático às descobertas resultantes desse labor.

Não obstante, o esforço tem que ser sustentado e, enquanto os humildes projetos de alcance seriamente mundial, planetário, como alguns que estão sendo empreendidos no quadro das Nações Unidas, não amadurecem e crescem, para se ombrearem com os problemas a resolver, isso terá que ser feito nos limites ou sob a égide das grandes potências. E, mesmo que o resultado final colimado — por exemplo, uma fonte de energia tão formidável que permita reformular o problema geral do futuro da espécie humana — não seja obtido pelo caminho que começamos a palmilhar, outras coisas serão descobertas, embora não possamos, de nossa perspectiva presente, pesquisar quais, pois nesta, como em qualquer guerra, o acaso tem relevante papel a desempenhar.

Tudo isso significa que, embora a tecnologia seja cada vez mais fruto da cultura humana indivisível, o presente quadro sócio-político do mundo não nos acena com a perspectiva de nivelamento e, menos ainda, de autarcia ou auto-suficiência tecnológica. Por isso mesmo, é imperativo balancear nossos meios, sem exageros nem pretensões descabidas, e dar especial atenção à busca de meios e modos de acompanhar o que a ciência e a técnica dos países de vanguarda estão obtendo, em nosso próprio interesse. De resto, mesmo que nossa contribuição nacional para a definição da tecnologia de ponta universal, em futuro previsível, fosse muito mais importante do que é razoável esperar possa vir a ser, ainda assim a tecnologia de ponta teria que ser, essencialmente, um produto de importação, que é preciso aprender a comprar.

A direção do esforço principal — Isso tudo não importa em dizer que nos devamos conformar com a condição de importadores cativos de *caixas pretas vazias*, para todo o sempre. Afinal, nem tudo o que nos

faz falta para um esforço em profundidade no sentido de reduzir nosso atraso, aproximando-nos dos países de vanguarda, é **tecnologia de ponta**. Não raro, em toda uma função de produção, só nos faria falta importar um item, ou poucos, muito importante, por certo, na medida em que pode predeterminar toda a função, mas pouco importante do ponto de vista meramente econômico, isto é, em termos de participação no valor acrescido total do produto. Não obstante, acabamos muitas vezes por importar todos ou quase todos os insumos, por motivos outros, isto é, não-tecnológicos, muito embora a tecnologia seja usada frequentemente como pretexto ou justificativa — para a importação de bens e serviços que já podemos suprir — e cujo não suprimento condena as atividades respectivas à capacidade ociosa, vale dizer, à crise.

Por outras palavras, temos que aplicar-nos a um sério e delicado trabalho de **fatoração das funções de produção**. Algo que seja a transposição, para o plano teórico, generalizado, de nossa brilhante experiência prática de **industrialização substitutiva de importações**, que acabou por dotar-nos de um considerável parque industrial, suprimindo um parafuso após outro, uma peça após outra, dos produtos acabados importados.

Tudo isso foi feito sem plano-mestre preestabelecido e justificado, mas apenas como sequência de uma série de medidas parciais, não raro tomadas como expediente temporário e precário, sob o acicate de uma persistente crise cambial, que exprimia o chocante descompasso entre a demanda efetiva global e a capacidade para importar do país. Não estava nem nos planos nem na simples expectativa de ninguém que esse esforço de substituição de importações brasileiro, nesse período, fosse feito de tal maneira que, não apenas engendrasse mais demanda global, como que suscitasse nova demanda de importações, para ocupar, na pauta de importações, o lugar dos produtos que dessa vinham sendo inexoravelmente excluídos, *pari passu* com a maturação dos projetos substituidores de importações.

Sob a forma de supressão de partes, no tosco processo de **nacionalização por peso**, estivemos realmente **fatorando, analisando**, funções de produção, e parece-me que temos boas razões para estar contentes com o trabalho feito. No meio século que se seguiu à Grande Depressão mundial/ Revolução de 30, não obstante os formidáveis avanços dos países da vanguarda mundial, de ambos os lados da "Cortina de Ferro", nosso atraso, medido em termos de tempo histórico concreto, reduziu-se consideravelmente. Não obstante, precisamente porque nosso atraso se reduziu, esse modo de absorção da cultura e da tecnologia de vanguarda se tornou insatisfatório, dado que não mais revela oportunidades de inversão à altura da presente possança da poupança ou excedente econômico nacional — vale dizer, da capacidade de formar capital —, como porque não faz justiça à qualidade de nossa presente capacidade de absorver tecnologia de vanguarda.

Limitações do modelo vigente — O modelo antes esboçado de incorporação da tecnologia de vanguarda supõe uma subordinação servil ao *blueprint* cristalizado no produto importado, em processo de **nacionalização por peso**, isto é, peça por peça, parafuso por parafuso. Esse modo de fazer as coisas importa em pesados inconvenientes, que se agravam com o perpassar dos anos e os consequentes

fortalecimento e refinamento de nosso aparelho produtivo, o qual tende a tornar-se cada vez mais subutilizado.

Com efeito, dessa maneira podemos absorver, no fundamental, ***aquilo que foi*** a tecnologia de ponta, nos países de vanguarda, ***num estágio anterior***, relativamente distante. ***Grosso modo***, todo um ciclo de Kondratieff, isto é, meio século, tempo necessário para que os produtos representativos dessa tecnologia de ponta tão remota se cristalizem ou ***congelem***, tornando-se passíveis de se tornarem objeto de um processo de transferência tecnológica tão tosco como o vem sendo nossa substituição de importações via nacionalização por peso. Compreende-se que, enquanto o ciclo de inovação tecnológica não tenha plafondado, torna-se extremamente oneroso e temerário proceder a tal tipo de transferência tecnológica.

Aqui cabe abrir um parêntese para dizer que o pesado custo social implícito em tal modo de transferência tecnológica somente em anos mais próximos de hoje começou a ter verdadeira significação. Como diziam os romanos, ***a coisa se perde para o seu dono***, isto é, ninguém pode perder o que não tem, o que não é seu. Ora, ao se iniciar nosso presente processo de substituição de importações, na esteira da Grande Depressão mundial, não tínhamos alcançado ainda a capacidade, que hoje temos, de importar tecnologia em estado puro, isto é, sob a forma de simples informação ou documentação. Nossa presente indústria de bens de produção e de bens de capital existia, por certo, e desempenhou um papel muito mais relevante que o registrado pela nossa contabilidade social, mas existia, basicamente, sob a forma de oficinas de fundo de quintal, de instalações superdimensionadas, acopladas às fábricas importadas ou aos serviços de transporte, energia e outros, com a finalidade de assegurar o seu funcionamento, repondo uma peça quebrada hoje, outra amanhã. Quanto aos nossos engenheiros, raramente tinham qualificação de verdadeiros engenheiros, sendo mais quadros administrativos que outra coisa, uma espécie de “bacharéis da engenharia”, como havia os bacharéis de leis. E, ainda assim, em número muito reduzido.

O fato de termos feito o que fizemos, com tais instalações e tal material humano, com camponeses recém-transferidos para o quadro urbano, que conseguiam fazer virarem as ***máquinas***, mas com a condição de que fossem as suas máquinas, aquelas com as quais se haviam ***casado***, às quais haviam sido ***acoplados***, como se fossem, eles próprios, ***servomecanismos***, incumbidos de cumprir tarefas estritamente prescritas, tudo isso sempre foi motivo de espanto para os tecnólogos estrangeiros. Com tais meios, podíamos, por certo, assegurar o funcionamento das máquinas importadas, podíamos assegurar o prolongamento de suas vidas úteis, pela cópia das peças quebradas e, em não pequena medida, copiar máquinas inteiras, ampliando o parque produtor. Apenas, que ninguém pretendesse mudar o desenho de tais máquinas, mudar o modo de utilizá-las, transferir os homens de umas máquinas para outras. Não por acaso, tudo isso foi feito nos quadros jurídicos rígidos de uma legislação corporativa, que criava uma verdadeira ***servidão industrial***, simétrica da ***servidão de gleba***, da qual haviam sido retirados esses operários de recente extração camponesa.

Não procede, portanto, a pretensão de que o custo social, que hoje começamos a perceber, implícito nesse modo de fazer as coisas fosse verdadeiro e não apenas virtual, existente apenas como possibilidade ou

como vir-a-ser. Tudo considerado, temos todo o direito de orgulhar-nos do trabalho feito, mesmo porque não existia alternativa verdadeira.

O imperativo de mudar o modelo — Isso, entretanto, não nos dá direito a complacência, a supor que o que foi bom no passado poderá continuar a ser bom no futuro. Nem também seria produtivo, à vista dos inconvenientes cada vez mais sérios do modelo pretérito de absorção de tecnologia de ponta — mesmo que já muito *faisandée* — dos países da vanguarda, que nos ponhamos a caluniar e injuriar a história, atribuindo ao passado um prejuízo que somente agora se tornou efetivo. Um conhecimento sério e objetivo dos fatos é condição para que realmente os possamos comandar e, embora nem tudo se tenha passado pelo melhor dos mundos possíveis e imagináveis, dado o nosso conhecimento indigente da realidade, até que as coisas não se passaram tão mal.

Isso eu o digo porque, neste momento tão carregado de promessas e de perigos, tornou-se moda achar que tudo o que foi feito estava errado, segundo uma análise pseudocientífica, que supõe que nossas preferências são a lei do mundo, que este, afinal, é criação nossa, como se fôssemos o próprio Deus, e como se o universo não fosse mais que um sonho desse Deus. Essa filosofia de brincadeira — uma perigosa brincadeira, aliás — tem o nome de **voluntarismo**, afora outros, com os quais esteve sendo rebatizada através dos tempos. Ultimamente, ela tem sido justificada como a quintessência do marxismo, com base num pensamento segundo o qual se aproxima o dia em que, em vez de apenas explicar o mundo, de diferentes maneiras, os filósofos se deverão ocupar com transformá-lo. Essas mesmas pessoas se esquecem de que o mesmo Marx é muito categórico quando afirma que o mundo não pode ser transformado senão em obediência a suas próprias leis e que o conhecimento dessas é nossa função precípua.

O marxismo pode ser convertido em um dogma morto, capaz de justificar as coisas mais tolas, ou pode ser um poderoso instrumento de penetração na realidade, habilitando-nos a, segundo nossas conveniências, e respeitados os limites que não estão em nossa vontade, mas na própria vida, intervir nessa mesma realidade.

Na espécie, seria equivocado supor que teríamos podido encaminhar o desenvolvimento do Brasil de modo muito diferente do que seguiu, até porque, não apenas a **consciência dos inconvenientes** da linha escolhida, mas os **próprios inconvenientes**, não existiam, e só paulatinamente, à medida que esgotávamos as virtualidades do modelo, foram surgindo. Mas seria equivocado também, agora que se cristalizaram tais inconvenientes e que, **com a dor por eles causada**, vai tomando forma nossa consciência deles, que durmamos sobre os louros, por mais legítimos que sejam esses, e não cuidemos de definir soluções válidas para os problemas. Não as soluções ingênuas que teríamos podido sugerir no passado, à luz de uma consciência bruxuleante, como a que tínhamos — e temos ainda —, mas verdadeiras soluções, compatíveis com a realidade, sem o vício de qualquer voluntarismo utopizante, não raro estritamente reacionário, ainda quando se pretenda ultra-radical.

Nosso objetivo, em matéria de política técnico-científica, deve ser, não a ***autarcia tecnológica***, inatingível por qualquer país e, com mais forte razão, por uma economia como a nossa, em seu presente estágio de desenvolvimento, mas instrumentalizar uma forma de importação que nos permita utilizar a tecnologia importada ***em estado puro***, isto é, como documentação ou simples informação, sem esperar que ela se cristalice em produtos congelados, suscetíveis de absorção pela via do grosseiro processo da ***nacionalização por peso***.

O ponto nevrálgico dessa reorientação, em matéria de política tecnológica, não se encontra nos laboratórios nem nas faculdades de Engenharia, mas no mercado financeiro. Multiplicam-se os casos em que nos submetemos às imposições de importar coisas que já podemos fazer, simplesmente porque o produto nacional não pode ser vendido em condições financeiras comparáveis às que beneficiam o produto similar estrangeiro.

MODULO IV – FORMAÇÃO SÓCIOESPACIAL DO BRASIL E REGIÕES

TEXTO I

Boletim Paulista de Geografia, n.100

O mundo no final do século XX e início do século XXI

ARMEN MAMIGONIAN

Introdução

Ignacio Rangel, o maior pensador marxista brasileiro, insistia em lembrar que de 1930 a 1980 o Brasil, o Japão e a URSS haviam sido as nações de maior crescimento econômico no mundo, fato que muitos ignoravam. Entretanto, logo após a ascensão de R. Reagan à presidência dos EUA e a consequente implantação de uma política econômica e militar extremamente agressiva, sobretudo no plano internacional, este período tão longo de crescimento foi interrompido bruscamente nesses três países nos anos 80, com resultados catastróficos para eles.

À altura de 1980 o Japão era o país de mais rápido crescimento entre aqueles que compunham o centro do sistema capitalista, enquanto os EUA estavam entre os últimos. Alguns observadores apostavam que o Japão estava pronto a ocupar a liderança da economia mundial (VOGEL, 1979). Àquela altura ninguém imaginaria o repentino desaparecimento da URSS e a redução da Rússia à potência de segunda categoria, como aconteceu também com o Japão, bem como a perda de importância do Brasil como país industrial emergente. Estas foram algumas das mudanças, mas várias outras aconteceram mais tarde, como a formação dos BRICS e principalmente a emergência da China como superpotência, desafiando a hegemonia dos EUA que nos anos 1990 parecia definitiva. Por que e como as mudanças dos anos 1980 e as mais recentes acabaram acontecendo?

Ciclos de acumulação e transição para o socialismo

Para entender a história do Brasil e do Mundo do final do século XX aos inícios do XXI é preciso considerar pelo menos duas determinações fundamentais: 1) a humanidade vive desde a vitória da Revolução bolchevique de 1917 o período de transição do capitalismo ao socialismo e 2) o mundo capitalista passa por um longo período depressivo do ciclo Kondratieff desde a crise do petróleo de 1973-74, agravado ultimamente pela crise financeira de 2008.

Tornou-se do conhecimento geral o "boom" econômico que o capitalismo viveu nos anos pós-segunda guerra mundial, interrompido pela crise do petróleo. R. Boyer, como muitos economistas, mesmo sem acreditar nos ciclos Kondratieff, referiu-se ao "boom" como os "*trente glorieuses*", seguidos dos "*vingt*

douloureuses" (Seminário *Globalização: o fato e o mito* – UERJ/UFRJ, 1998), sem imaginar que os anos dolorosos iriam se prolongar por muito mais tempo e se tornar mais dolorosos após 2008. Curiosamente, Ignacio Rangel no Brasil e E. Mandel na Europa, antes da crise do petróleo, anunciaram que a fase expansiva do ciclo longo, isto é, "os anos gloriosos", estava chegando ao fim, surpreendendo seus colegas de profissão. Na verdade, ambos se baseavam nos conhecimentos sobre os ciclos longos, incluindo a queda das taxas de lucro, que indicava o esgotamento da fase expansiva.

A transição do capitalismo ao socialismo, assim como os ciclos econômicos da acumulação capitalista, os dez anos de duração observados por K. Marx e sistematizados pelo francês Juglar e aqueles de cinquenta anos estudados pelo soviético N. Kondratieff, ambos popularizados por J. Schumpeter (1937) estiveram no centro das preocupações de Ignacio Rangel. Paralelamente, vale a pena lembrar que Roberto Campos herdou de G. Haberler, orientador de seu mestrado nos EUA a ideia de ciclos Kondratieff, mas nunca a assumiu publicamente e que o jovem economista E. Giannetti ironizava os "anos gregorianos" dos ciclos longos, usando uma escada para fama e renda extra, até sua ignorância ser desmascarada. É natural, portanto, que a maioria dos economistas não se agrada da ideia de ciclos de acumulação capitalista, sobretudo os Kondratieff e não tenha tolerância com a ideia de transição do capitalismo para o socialismo. Mesmo C. Prado Júnior, de quem Ignacio Rangel tirou proveito da obra *Evolução política do Brasil*, não deu a devida importância às duas temáticas.

Entretanto, os ventos do Mundo costumam mudar de direção, como ocorreu nos anos 1980, quando a ofensiva neoliberal comandada por R. Reagan levou tanto os intelectuais de "esquerda" a se entusiasmarem com a "globalização", como se o imperialismo tivesse desaparecido repentinamente, como foi o caso de D. Harvey (1989). Nos últimos anos muitos ventos sopram do Oriente, sobretudo da China, e começam a envolver até intelectuais legitimamente de direita, como o embaixador Rubens Barbosa (2017). Sinal dos tempos...

A terceira revolução industrial

No final do século XX a emergência da 3ª Revolução industrial tornou-se voz corrente, como percebeu, entre outros, L. Coutinho (1992), mas faltou aprofundamento da temática, procurando entender porque as revoluções industriais emergiram nos finais do século XVIII, XIX e XX, portanto de dois em dois ciclos longos, enquanto os ciclos intermediários acabavam sendo prolongamentos das revoluções industriais, como a extensão da máquina a vapor às locomotivas e aos navios no segundo ciclo longo, em meados do século XIX. Além de que cada ciclo Kondratieff e cada revolução industrial tiveram as suas particularidades.

Assim sendo, as invenções revolucionárias da segunda revolução industrial, a eletricidade, o motor à explosão e a linha de montagem, nascidas nos EUA e na Alemanha e estendidas no ciclo Kondratieff seguinte aos transportes (aviões, navios gigantes, etc.), à Europa Ocidental toda e ao Japão, dando origem aos "anos gloriosos" do pós-segunda guerra mundial, haviam esgotado a capacidade de sustentação dos

lucros. Diante disso, a terceira revolução industrial, por emergir, carecia de novas invenções revolucionárias.

Paradoxalmente, duas destas invenções revolucionárias já haviam nascido, mas estavam até então com uso bloqueado em limites estritos: 1) o computador, fruto da segunda guerra mundial, de uso militar nos EUA como na URSS, havia dado origem à revolução cibernética, mas não havia se difundido para o conjunto da economia, nem nestes países e 2) o toyotismo, nascido no Japão ainda nos anos 1940, posto em prática apenas naquele país até 1973-1974, quando se estendeu rapidamente aos EUA e à Europa, substituindo o fordismo como organização do trabalho e na logística. A fusão nuclear, a terceira invenção revolucionária, estava naquela época apenas engatinhando na URSS, nos EUA e na Europa. As pesquisas se aceleraram nos últimos anos e há no sul da França uma usina em construção pelo consórcio ITER, reunindo Europa, EUA, China, Índia, Japão, Rússia e Coreia do Sul, mas com previsão de funcionamento experimental nos anos 2020 e a pleno vapor em 2035.

Sinal dos tempos também é a composição ampla do consórcio acima citado, bem como a presença surpreendente da China, Índia e Coreia do Sul, que se apresentam como candidatos ativos à liderança da terceira revolução industrial. Significativo também é o fato que logo após a crise de 1973-74, que abriu o período depressivo do ciclo longo e a busca de novas tecnologias, tanto EUA como Europa avançaram nas pesquisas e usos de energias alternativas, como a eólica, a solar e a marítima, mas que nos EUA foram interrompidas ou desaceleradas com a vitória de R. Reagan, que passou a financiar reatores nucleares tradicionais (Tabela 1).

Tabela 1: Gastos em pesquisas científicas (em percentagens)

	Recherche et Développement			
	2014	2015	2016	2017*
Amérique	29,1%	27,9%	28,4%	27,7%
États-Unis	26,9%	25,8%	25,6%	25,5%
Asie (24 pays)	40,2%	41,3%	42,3%	42,9%
Chine	19,1%	19,4%	20,1%	20,8%
Inde	3,5%	3,5%	3,6%	3,8%
Corée du Sud	3,9%	3,9%	4,0%	4,1%
Europe (34 pays)	21,5%	21,6%	21,2%	20,8%
Allemagne	5,9%	5,8%	5,6%	5,4%
Russie/CEI (5 pays)	3,1%	3,0%	2,9%	2,8%
Amérique du Sud (10 pays)	2,8%	2,7%	2,5%	2,4%
Moyen-Orient (13 pays)	2,2%	2,5%	2,4%	2,5%
Afrique (18 pays)	1%	1%	0,9%	0,9%
MONDE (116 pays)	100%	100%	100%	100%
*Estimations				

Fonte: Images Économiques Du Monde 2018. Nota-se forte participação da América do Norte, da Europa, mas principalmente da Ásia, paralelamente à pequena participação da América do Sul, do Oriente Médio e da África. A presença da Ásia cresce, comparada à da América do Norte e da Europa, com a indicação de que os gastos da China ameaçam ultrapassar os gastos dos EUA, na corrida pela liderança da 3ª Revolução Industrial.

Os desafios à liderança mundial dos EUA

Qual o panorama econômico e geopolítico mundial que o governo Reagan teve que enfrentar e quais as medidas que pôs em prática e quais seus resultados de curto e médio prazo? Para responder a essas questões é necessário lembrar que EUA e URSS, os grandes vitoriosos da segunda guerra mundial, logo se tornaram inimigos e polarizaram a luta pelo poder mundial, reduzindo as antigas potências europeias a peças secundárias do tabuleiro geopolítico. Abriu-se um período de perigosa corrida armamentista intensificada pela revolução cibernética, e de conflitos interimpostos como as guerras da Coreia e do Vietnã e a invasão de Cuba.

Além do conflito EUA e URSS, mais grave para o poderio norte-americano talvez tenha sido a luta no campo econômico com o Japão e a Alemanha. Nos "anos gloriosos" estes países e outros registraram os chamados "milagres", isto é, crescimentos muito rápidos, diante de crescimento medíocre dos EUA, mesmo sob impulso da corrida armamentista. Isto levou naquela época vários economistas marxistas a tentarem decifrar as razões da perda de velocidade, levando-os a dar ênfase aos processos de oligopolização da economia norte-americana. Entre eles P. Sweezy e P. Baran (1974), H. Braverman (1987), M. Aglietta (1976) e sobretudo J. Steindl, cuja obra *Maturidade e estagnação no capitalismo americano*, de 1976, lançou uma luz poderosa sobre o processo de oligopolização e de decadência dos EUA. Afinal, o ritmo de crescimento dos EUA nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX foi extraordinário, enquanto o ritmo durante os "anos gloriosos" do pós-segunda guerra mundial foi medíocre e dos menores do mundo, como já dissemos.

A liderança norte-americana na segunda revolução industrial, juntamente com a Alemanha, ocorreu paralelamente à ausência da Inglaterra e da França naquele salto tecnológico, pois se dedicavam a ampliar seus impérios coloniais na África e na Ásia, usando forças militares, e abrindo a etapa imperialista do capitalismo. O percurso dos EUA foi original, com os bancos capitaneando o processo, pois eles haviam financiado a Guerra da Secessão, como os Mellon de Pittsburgh, entre outros, e receberam como pagamento gigantescas extensões de terras no centro-oeste e para loteá-las construíram milhares de quilômetros de ferrovias do Atlântico ao Pacífico e se lançaram aos setores industriais em expansão, siderurgia, mecânica pesada, etc., que logo se tornaram as maiores do mundo e muitas delas logo após a primeira guerra mundial estavam se internacionalizando, como ocorreu no setor automobilístico, com a GM adquirindo a Opel alemã e a Ford se instalando na Inglaterra.

Este ritmo alucinante da expansão dos EUA foi interrompido pela crise de 1929, que levou à falência milhares de empresas e desempregou milhões de trabalhadores, chegando a atingir 25% da força de trabalho. Nos anos 1930 além das numerosas greves operárias e das medidas keynesianas do governo Roosevelt, o New Deal, sobretudo, as grandes empresas de cada setor passaram a incorporar as concorrentes fracassadas e organizaram-se em oligopólios. Assim, US Steel e Bethlehem Steel organizaram o cartel da siderurgia, como a GM e a Ford o cartel da indústria automobilística e assim por diante. A mais espetacular

oligopolização dos anos 1930 ocorreu no setor petrolífero, com o nascimento das Sete Irmãs, reunindo Standard Oil, Texaco, Gulf e as europeias Shell e Anglo-Iranian, desde os poços de petróleo até os postos de combustíveis, praticamente no mundo todo. Mas o lado negativo do processo foi logo aparecendo, pois, os superlucros levaram à diminuição dos avanços tecnológicos, que tem forte intensidade no ambiente concorrencial. Após o "boom" da segunda guerra mundial o brilho econômico dos EUA foi se apagando.

A oligopolização e a perda de dinamismo dos EUA

Em consequência dos superlucros oligopólicos a economia norte-americana não somente perdeu velocidade, como também acabou estimulando o aparecimento de concorrentes excluídos dos cartéis, empresas ou países inteiros, como o Japão. A concorrência setorial mais determinada ocorreu contra os interesses das Sete Irmãs: 1) vários países constituíram empresas estatais ou privadas, tanto no centro do sistema capitalista (França, Itália e Japão, etc.), como na periferia (México, Argentina, Brasil, etc.), 2) empresas armadoras de petroleiros, sobretudo da Grécia e da Noruega, passaram a transportar petróleo a preço mais barato, 3) países produtores de petróleo, sobretudo do Oriente Médio organizaram a OPEP, nacionalizaram a produção e aumentaram o preço do petróleo bruto. Desta maneira o cartel das Sete Irmãs foi sendo quebrado, pois seus superlucros impediam a realização de inovações, enquanto seus concorrentes eram obrigados a realizá-las, como a extração em águas profundas, pioneirismo da Petrobrás.

Assim, nos "anos gloriosos" do pós-segunda guerra mundial a reação aos oligopólios norte-americanos alimentou os "milagres" econômicos dos seus concorrentes em todos os setores, muito além do petrolífero, na siderurgia, na indústria automobilística e até na nascente informática.

O setor siderúrgico é emblemático, pois ao mesmo tempo foi fundamental à industrialização de todos os países, como também continua importante para a construção civil e militar, para a construção de trens e navios, etc. Alguns dados estatísticos sobre o panorama mundial tornam-se necessários: 1) da produção mundial de aço em 1929 de 99,5 milhões de toneladas, os EUA detinham 43,6%, a Alemanha 13,2% em segundo lugar, enquanto o Japão estava ausente entre os dez primeiros, 2) em 1938, em plena crise mundial, do total de 83,3 milhões de toneladas, os EUA produziram 19,5 milhões e a Alemanha 18,0 milhões, 3) em 1946 a produção mundial foi de 88,0 milhões, ainda inferior a de 1929, mas os EUA produziram 42,0 milhões, quase metade do total, voltando a sua antiga grandeza.

Abertura da fase expansiva do ciclo Kondratieff marcou crescimentos rápidos no mundo inteiro: totais mundiais de 188,8 milhões em 1955, de 281,0 milhões em 1963, 703,0 milhões em 1974, 1.344,2 milhões em 2007, mas com duas reviravoltas importantes: a rápida queda da participação norte-americana de 38% do total mundial em 1955 para 25% em 1963 e para apenas 7,5% em 2007 e 2) a liderança da produção de aço mudou várias vezes, com a URSS ultrapassando os EUA em 1974, seguida da liderança do Japão e depois da China, que em 2016 produziu 808,4 milhões de toneladas, isto é, metade da produção mundial de 1630,0 milhões, com o Japão e os EUA muito distantes.

Para se entender estas mudanças é importante assinalar que no pós- segunda guerra as duas principais inovações técnicas na siderurgia aconteceram na Áustria (injeção de oxigênio na aciaria) e na URSS (lingotamento contínuo), mas foram adotadas mais rapidamente no Japão, altamente concorrencial, enquanto nos EUA as inovações interessavam às pequenas empresas, como a McLouth Steel, a décima do setor. Assim, a injeção a oxigênio, que J. Steindl considerou importante invenção, alcançou em 1960 no Japão 11,9% do aço produzido, contra 3,3% nos EUA e subiu para 55% em 1966 contra 17% nos EUA e alcançou 78,1% em 1978 contra 61,1% nos EUA, conforme E. Dourille (1981). Acrescente-se o modelo de localização portuária da crescente siderurgia japonesa, que depois os chineses adotaram, e os contratos de longo prazo na aquisição de minério de ferro e de carvão do exterior. Por tudo isso dá para entender porque os EUA tornaram-se importadores de aço: 6,3 milhões de toneladas em 1964, 10,5 milhões em 1965 e 15,5 milhões em 1968, quando o cartel norte-americano forçou o governo a estabelecer cotas de importação.

Em 1971 enquanto a Nippon Steel produziu US\$ 4,1 bilhões e teve lucro líquido de apenas US\$ 45 milhões, a US Steel produziu US\$ 4,9 bilhões e registrou lucro de US\$ 154,5 milhões (Fortune, maio e agosto de 1972), mas seus dias já estavam contados. Com o mercado norte-americano protegido pelas cotas de importação várias empresas estrangeiras acabaram se instalando nos EUA, como as brasileiras Gerdau e Votorantim (Tabela 2).

Tabela 2: Evolução da produção siderúrgica (milhões de toneladas)

	2000	2005	2010	2015	2016	% 2016
Chine	127,2	355,8	626,7	803,8	808,4	49,6
Japon	106,4	112,5	109,6	105,1	104,8	6,4
États-Unis	101,8	94,9	80,6	89,4	95,6	5,9
Inde	26,9	45,8	66,8	78,8	78,5	4,8
Russie	59,1	66,1	67	70,9	70,8	4,3
Corée du Sud	43,1	47,8	58,5	69,7	68,6	4,2
Allemagne	46,4	44,5	43,8	42,7	42,1	2,6
Turquie	14,3	21	29	33,3	31,3	1,9
Brésil	27,9	31,6	32,8	31,5	33,2	2
Ukraine	31,8	38,6	33,6	23	24,2	1,5
Italie	26,8	29,4	24,8	22	23,4	1,4
Taiwan	16,9	18,9	19,6	21,4	21,8	1,3
Mexique	15,6	16,2	17	18,2	18,8	1,2
France	20,9	19,5	15,4	16,1	17,9	1,1
Iran	6,6	9,4	12	15	14,4	0,9
Monde	847,7	1146,7	1413,6	1597,7	1629	100

Fonte: Images Économiques Du Monde. A tabela estatística revela a perda de velocidade dos EUA, dos países da Europa ocidental e mesmo do Japão e a rápida ascensão de alguns emergentes, como a Índia, a Coreia do Sul, a Turquia, o Irã, entre outros, mas, sobretudo, a presença da China, que alcançou em 2016 a metade da produção mundial...

O desafio japonês aos EUA e à Europa

A concorrência japonesa foi ainda mais inesperada no setor automobilístico, pois os EUA pioneiros no ramo, havia alcançado em 1929 a soma de 5,4 milhões de veículos, de um total mundial de 6,4 milhões, o que tornava os EUA o país do automóvel, quase inexistentes no resto do mundo. Nos anos 1930, com a falência de dezenas de pequenos e médios produtores, a concentração deu origem a oligopólio, reduzido no pós-guerra praticamente apenas à GM, Ford, Chrysler, que produziram 9,2 milhões de veículos em 1955 de um total mundial de 13,6 milhões, isto é, quase 70%, porcentagem impressionante. O Japão somou naquele ano os insignificantes 60,3 mil veículos. Mas, na verdade, estas cifras tão discrepantes eram enganosas, pois escondiam a estagnação tecnológica dos EUA em contraste com a inovação revolucionária do toyotismo, destacada por H. Hymer (1978).

No pós-guerra, enquanto nos EUA parecia maravilhoso para a indústria automobilística, no Japão a situação era muito difícil, pois o mercado interno era minúsculo e era disputado por inúmeras empresas. Foi isto que obrigou a Toyota a aperfeiçoar radicalmente a linha de montagem criada pela Ford: 1) uma mesma linha foi adaptada para montar vários tipos de veículos, 2) grupos de trabalho polivalentes substituíram o operário unifuncional, 3) o sistema just-in-time eliminou estoque de autopeças, etc. O aperfeiçoamento da logística no interior da fábrica foi estendido para todo o sistema externo à fábrica, desde a localização próxima dos fornecedores até os consumidores. Note-se que o primeiro esquema just-in-time na indústria automobilística nasceu antes dos anos 1920 na fábrica da Ford em Dearborn, nos arredores de Detroit, quando as lâminas de aço só chegavam à fábrica de automóveis em quantidades estritamente necessárias, sem estocagem. No final dos anos 1930, com a oligopolização acabando com a concorrência, o just-in-time foi sendo relaxado e abandonado. O setor automobilístico passou a ter como base a aliança empresas, sindicatos e governo após a guerra, incluindo aumento salariais anuais, que garantiam mercado para automóveis com obsolescência programada, designs renovados e lucros garantidos.

É interessante lembrar que até os anos 1930 o Japão foi importador de automóveis, época em que era um grande exportador de tecidos de algodão, eliminando a Inglaterra. Era também produtor de peças de reposição, como ocorreu também no Brasil, até que a Toyota e a Nissan contataram a Ford para assessorar a implantação de fábricas de automóveis. Após a guerra a indústria japonesa como um todo foi assistida por W. Deming, norte-americano especializado em eficiência industrial, que só foi valorizado nos EUA após a crise de 1973-1974, tendo em vista a necessidade urgente de adoção dos métodos da Toyota, como assinalou J. L. Vieira (2010).

No início dos anos 1960, pouco mais de dez anos da introdução do toyotismo, o Japão iniciou suas exportações para o mundo todo: Ásia do Sudeste (Tailândia, por exemplo), Austrália, África do Sul, Europa Oriental e toda América do Norte, com acesso aos Estados Unidos facilitado pelo acordo com a Chrysler, conforme J. Beaujeu-Garnier (1965). A invasão dos automóveis japoneses foi se acelerando e criou uma situação insustentável para a indústria automobilística dos EUA e da Europa, ameaçadas de destruição pura e simplesmente após 1973-74.

Em 1970 a produção automobilística dos EUA alcançou 8,2 milhões de veículos e a produção do Japão 5,3 milhões, a segunda do mundo, mas a diferença qualitativa favorecia os automóveis japoneses, além dos preços, naturalmente. Em 1980 a produção norte-americana, atingida pela crise, foi de apenas 8,0 milhões, ultrapassada de longe pela produção japonesa de 11,0 milhões.

Naquele ano em relação ao ano anterior houve recuo de vendas de 28,5% nos EUA, de 11,0% no Reino Unido, de 8,4% na Alemanha ocidental, de 5,2% na França e assim por diante, com prejuízos financeiros e desemprego. Paralelamente, o Japão aumentou em 27% suas exportações e ocupou naquele ano 20% das vendas nos Estados Unidos, 10% das vendas na Alemanha, mas apenas 2,9% na França e 0,1% na Itália, que já haviam fechado seus mercados, mas em alguns países as vendas japonesas ultrapassaram 30%, na Dinamarca, Noruega, Irlanda, Finlândia, etc. conforme assinalou J. Beaujeu-Garnier (1981).

A fonte acima citada comprova que de 1960 a 1980 os EUA tornaram-se grandes importadores daquilo que antes produziam e exportavam. A produção norte-americana de automóveis na primeira data abastecia 95,9% do mercado interno, mas apenas 79,0 em 1980, como já dissemos. Nas mesmas datas em componentes elétricos as percentagens caíram de 99,5 para 79,9, em eletrônicos caíram de 94,4 para 49,4 (TV japonesas, por exemplo), em máquinas-ferramentas de 96,8% para 75,4%, em equipamentos têxteis de 93,4% para 54,4%, em calculadoras de 95,0% para 57,0%. Não é preciso dizer que em 1980 a situação econômica dos EUA tornou-se insustentável.

O governo Reagan reage agressivamente

A rápida análise dos setores petrolífero, siderúrgico e automobilístico, além do balanço resumido de vários setores industriais nos anos 1960/1980 indicam que o domínio econômico dos EUA no pós-guerra foi sendo corroído até tornar-se fraqueza explícita após 1973-74. Tratou-se de um enorme desafio econômico decorrente da rápida ascensão da indústria japonesa, mas também da sua própria perda de dinamismo tecnológico. Mas havia também o desafio geopolítico e militar decorrente da derrota no Vietnã e do aumento da presença mundial da URSS. Deve-se dizer que o governo R. Reagan (1981-1988) soube reconhecer estes grandes desafios externos e internos e seu “think-tank”, liderado pelo experiente H. Kissinger formulou as medidas necessárias para enfrentá-los, de maneira ofensiva, tentando superar a “era da incerteza”.

Entretanto, antes de analisar as medidas postas em prática pelo governo R. Reagan, vale a pena fazer alguns comentários preliminares. O arguto economista J. K. Galbraith, falando à BBC, nos anos 1970, dizia que antigamente “os capitalistas tinham plena certeza do êxito do capitalismo, os socialistas do socialismo, os imperialistas do colonialismo e os dirigentes políticos sabiam que era seu dever dirigir e muito pouco dessa certeza ainda existe hoje em dia” (1979).

Ora, a política de R. Reagan procurou substituir a “era da incerteza” pela era da certeza da supremacia norte-americana.

O segundo comentário preliminar é que hoje em dia no mundo capitalista há uma forte tendência a criticar aquela política, acusada entre outras coisas de ter levado à desastrosa crise financeira de 2008, como as obras de B. Eichengreen (2011) e de G. Duménil e D. Lévy (2014). O terceiro comentário preliminar é que nos anos 1980 a proposta de "globalização" do governo R. Reagan, entendida como um "mundo sem fronteiras" pelas revistas de administração de empresas norte-americanas, como em T. Levitt (1983), foi saudado por alguns intelectuais "marxistas" desavisados, como os espanhóis H. Capel e J. Fontana e até com entusiasmo pelo inglês D. Harvey, já citado.

Estes comentários preliminares são necessários para entender porque F. Wheen (2007) associou a ascensão de R. Reagan e M. Thatcher ao aumento da irracionalidade do capitalismo, e levou tanto os intelectuais "sérios" a virar casaca, como simples birutas de aeroporto.

Ignacio Rangel lembrou que em 1980, diante da enormidade da crise econômica dos EUA, o governo Reagan poderia ter optado pela retomada do crescimento econômico estimulando o uso da capacidade industrial ociosa, depreciando fortemente o dólar e assim diminuindo importações. Mas, para o poderio mundial dos EUA esta opção estava excluída pois decretaria o fim do dólar como moeda do comércio internacional, desafiado na época pelo yen japonês. Assim, Ignacio Rangel (1983) demonstrou que o crescimento norte-americano nos primeiros anos do governo R. Reagan teve menos base neoliberal do que keynesiana, pois dependeu mais da corrida armamentista, como na Alemanha nazista, usando déficits orçamentários e gigantescas emissões de bônus do Tesouro, como fontes de financiamento, bônus em grande parte adquiridos pelos bancos japoneses e alemães e que passaram a fazer parte da especulação financeira em Wall Street, que iria adquirir proporções gigantescas mais tarde.

A bem da verdade é preciso reconhecer que nem todos os setores industriais norte-americanos haviam perdido competitividade em decorrência da enorme oligopolização da economia. A indústria armamentista, por exemplo, concorria de maneira acirrada com a soviética, obrigada a realizar avanços tecnológicos constantes, como uso de computadores cada vez mais aperfeiçoados, origem da revolução cibernética, que por várias décadas permaneceu restrita aos setores militares, tanto nos EUA como na URSS, por razões distintas, como veremos depois. A indústria aeronáutica dos EUA, que operava para uso civil e militar, participava da concorrência não somente soviética, como também europeia, e por isto não registrava importações significativas em 1980, diferentemente dos setores oligopolizados, mas exportações expressivas, como 49,0% da produção da Boeing, 33,9%, da Douglas e 23,5% da Lockheed.

Deve-se lembrar que a indústria militar dos EUA deu um salto gigantesco durante a Segunda Guerra Mundial, quando o setor automobilístico, por exemplo, foi reconvertido à produção de tanques, canhões, veículos militares, etc., o que deu origem à General Dynamics, divisão militar da Chrysler, bem como as divisões equivalentes da GM e da Ford. No pós-guerra ela não perdeu importância, estimulada pela Guerra Fria, passando a preocupar o presidente D. Eisenhower, que em 1961 lembrou o povo americano o perigo que constituía o "complexo industrial-militar" e suas íntimas relações com o Congresso, como assinalou J. K. Galbraith (1979).

Durante o governo R. Reagan a indústria armamentista cresceu desde os primeiros dias e apontava em 1985 para o programa "Guerra nas estrelas", endereçada à URSS, o que levou o inexperiente M. Gorbachev a pedir um encontro com R. Reagan em 1986 para discutir a escalada militar, sem maiores resultados. Pouco antes, na famosa reunião no Hotel Plaza, em Nova Iorque, em 1985 os EUA e seus aliados europeus forçaram o Japão a realizar uma forte valorização do yen, defendida há muito tempo por Lee Iacocca e outros executivos, que constituiu em duro golpe na política de exportação japonesa, provocando uma longa e severa estagnação econômica de 1990 até os dias atuais. A distância econômica entre os EUA e o Japão que não cessava de diminuir, não parou de aumentar desde então.

Podemos dizer, parafraseando J. K. Galbraith, que nos anos 1980 os dirigentes políticos dos EUA (R. Reagan) e da China (Deng Xiaoping) sabiam que seu dever era dirigir, superando a "era das incertezas", enquanto os dirigentes soviéticos e japoneses, por razões diferentes, foram jogados à "era das incertezas": o soviético pelas exposições pirotécnicas, como simples aprendiz de feiticeiro (KAGARLITSKY, 1992) e os japoneses obrigados a engolir pílulas amargas, por serem aliados geopolíticos, mas adversários econômicos (UEHARA, 2004). Acrescente-se que os dirigentes chineses tiraram suas conclusões das derrotas impostas pelos EUA à URSS e ao Japão.

As cotas de importação protegem o mercado dos EUA

A segunda medida importante do programa de recuperação da economia pelo governo R. Reagan, também tomada nos primeiros dias, foi o estabelecimento de cotas de importação de manufaturados, mantendo mercado aberto para que o dólar continuasse a circular como moeda do comércio internacional, mas que servissem de base para uma reserva de mercado segura.

Na verdade, o estabelecimento de cotas de importação já vinha ocorrendo antes, como a do aço em 1968 e a dos têxteis em 1972, mas em 1980 a indústria automobilística estava em processo de destruição, promovida pela invasão japonesa. A pequena American Motors passou as mãos da Renault e mais grave ainda a Chrysler foi forçada a se desfazer do controle das suas fábricas europeias na França, Inglaterra e Espanha para a Peugeot, as latino-americanas no Brasil e na Argentina para a Volkswagen e a australiana para a Mitsubishi, além de pôr à venda a General Dynamics, sua divisão mais lucrativa. Mesmo assim, a Chrysler, mais recentemente, não sobreviveu à acirrada concorrência resultante da instalação nos EUA de fábricas da Toyota e da Honda e acabou absorvida pela Fiat italiana. Desaparecimento anunciado com muita antecedência.

Em 1980, como assinalamos, a situação da indústria automobilística norte-americana era dramática, registrando queda de 28,5% das vendas, e pior ainda 20% das quais importações japonesas. As longas conversações entre autoridades dos dois países foram concluídas no início de 1981, nos primeiros meses do governo R. Reagan, e limitaram as importações a 1,68 milhão de veículos, 7,7% menor do que 1980 e esta cota passou a vigorar para os anos seguintes, controlando a hemorragia. Além disto, o governo deu apoio fiscal por vários anos à indústria automobilística, através do Energy Bill, visando a produção de veículos

poupadores de combustíveis, de menor tamanho e com plataformas iguais para vários países, como o Ford Escort. Importante também foi a adoção do sistema toyotista e da robotização, já existentes no Japão muito tempo antes.

Assim sendo, o próprio setor de alta tecnologia, até então restrito à indústria militar, passou a penetrar no conjunto da economia e cresceu rapidamente, como foi o caso da Intel que acabou ultrapassando os japoneses Toshiba, NEC e Hitachi, que dominaram o mercado de semicondutores nos anos 1970, mas foram prejudicados por cotas de importação nos anos 1990, e totalizou 16,9% da produção mundial em 2001. Em vista do atraso dos setores oligopolizados nos EUA, o uso de alta tecnologia acelerou mais os setores concorrenciais, como a Caterpillar que em 1980 exportava 32,8% de sua produção norte-americana e aumentou sua distância da Komatsu japonesa. Isto não aconteceu com o mesmo dinamismo no setor automobilístico, por exemplo, pelas razões expostas.

A reserva de mercado norte americana teve duplo papel: 1) permitiu a recuperação das empresas dos setores protegidos pelas cotas de importações e 2) atraiu bilhões de dólares de novos investimentos estrangeiros visando disputar o mercado, como na siderurgia acima referida. O setor automobilístico atraiu investimentos da Toyota, da Honda e de outras montadoras e por isto a GM e a Ford ocuparam em 1999 apenas 68,5% do mercado e caíram para 63,5% em 2001, o restante foi representado pelas importações e pelas firmas estrangeiras recém implantadas. Além disto, marcas tradicionais como Plymouth e Oldsmobile foram suprimidas, mas a GM adquiriu em 2002 a Daewoo coreana, como assinalou A. Gamblin (2003).

Os componentes neoliberais do governo R. Reagan

O programa econômico de R. Reagan não ficaria completo sem seu componente neoliberal agressivo tanto no lado interno, como no lado externo que atingiu principalmente a América Latina.

No plano nacional houve iniciativas e estímulos à reestruturação das empresas norte-americanas para enfrentar os concorrentes estrangeiros. Tratou-se de enxugar custos de todos os lados, inclusive pondo em prática o chamado "downsizing", isto é, o milagre da economia sem empregos, conforme expressão de S. Melman (2002). Ao mesmo tempo em que se processava a recuperação da economia, as empresas adotaram o sistema de trabalho temporário, as demissões maciças e a substituição com salários menores, como fez mais tarde a própria Microsoft, valorizando com isto suas ações em Wall Street.

Algumas reestruturações se tornaram famosas, como a da General Electric, levada a cabo por Jack Welch, seu executivo de 1981 a 2001. A GE nasceu como importante protagonista da revolução industrial dos fins do século XIX. Welch foi chamado a dirigi-la por ocupar a chefia da divisão fornecedora de autopeças de plástico às montadoras, setor concorrencial, que convivia com outras divisões menos dinâmicas.

Por ser um caso emblemático, a reestruturação da GE merece uma consideração maior, até porque sob a administração de Jack Welch passou por mudanças tão agressivas quanto as propostas gerais do

governo R. Reagan: 1) do total de 404 mil funcionários em 1981 foram dispensados mais de 100 mil nos primeiros anos, principalmente nas divisões menos produtivas do que as concorrentes estrangeiras, 2) redução das unidades de negócios de 350 em 1971 para apenas 12 no final da gestão e também redução dos níveis hierárquicos do topo ao chão da fábrica, copiando as empresas japonesas, 3) definiu-se o objetivo de manter ou alcançar o primeiro ou segundo lugar em cada área de atuação, abandonando aqueles que não conseguissem, 4) A estratégia "número um, número dois" provocou dezenas de negócios vendidos e dezenas de negócios comprados, tornando-se, exemplificando, a maior fabricante mundial de motores de aviões civis e militares, ampliando seu setor de manutenção para os concorrentes, aproveitando o impulso da corrida armamentista e o aumento do tráfego aéreo de passageiros, 5) A GE Capital tornou-se um gigantesco banco de financiamento de vendas, 6) organização do serviço de internet, interno e externo, usando-o também para vender eletrônicos, 7) diversificação de negócios, adquirindo empresas lucrativas em dificuldades financeiras, como a RCA em 1985, que incluía a NBC, rede de televisão, assim como a Honeywell em 2000, empresa de alta tecnologia, que empregava 120 mil funcionários, pagando US\$ 48,4 bilhões. A GE em 2001 empregava 340 mil funcionários e faturava US\$ 112 bilhões, enquanto em 1971 havia empregado 404 mil e faturado US\$ 25 bilhões, conforme R. Slater (2001).

Jack Welch (2001) lembrou que ao assumir o comando da GE em 1981 o senso comum norte-americano se resumia a três tendências "irreversíveis": 1) O petróleo estava a US\$ 35 o barril e chegaria a US\$100, se é que estaria disponível, 2) O monstro da indústria japonesa assolaria os EUA e 3) a inflação em 20% continuaria para sempre em dois dígitos. Lembrou, entretanto, que muitas mudanças alteraram aquelas previsões sinistras, mas não previam o aparecimento da China, onde a GE produziu o Proteus, equipamento de radiologia, reunindo centenas de componentes de mais de uma dezena de países da América do Norte, da Ásia, da Europa e até do Marrocos. Assinalou que os "empreendedores chineses estão abertos a mudança como nunca antes, os dirigentes do país gerenciam a sociedade à medida que liberam a economia e algumas empresas, hoje não muito conhecidas, despontarão como gigantes competitivos nos próximos dez anos, ameaçando a própria existência dos muitos titulares de hoje".

Welch deu, assim, a entender que o governo norte-americano havia conseguido eliminar o perigo econômico japonês, mas havia ajudado a criar sem querer um outro perigo, talvez maior. Isto nos levará a discutir mais adiante não somente a batalha econômica entre os EUA e China, mas também a hegemonia geopolítica mundial.

Na verdade, as desregulações e as reestruturações alcançaram todos os setores econômicos e não terminaram ainda. Aliás, este enorme processo deu origem a inúmeras ideias propostas pelos "gurus" de administração de negócios, que começando pelo próprio Jack Welch, que continuou recomendando a dispensa ou substituição anual de 10% do pessoal das empresas. Além dele se destacaram M. Porter, P. Drucker, P. Kotler, T. Peters, J. Collins, entre muitos outros. As reestruturações não prescindiram de "gurus", mas os resultados nem sempre foram os mesmos da GE, como foi o caso do fracasso da Westinghouse, nascida também no setor de eletricidade no final do século XIX. Tornou-se muito importante

no século XX, como nos elevadores e reatores nucleares, mas acabou sendo absorvida depois de 110 anos de existência pela CBS Corporation, poderosa empresa de mídia, que se desfez depois de várias divisões, a de geradores nucleares acabou nas mãos da japonesa Toshiba. Vale a pena lembrar também que a desregulação do setor de eletricidade, que deu origem a Enron, provocou especulações financeiras escandalosas.

Em 1980 o gigantesco sistema telefônico norte-americano era monopólio da famosa Bell e a desregulação deu origem às chamadas Baby Bells, algumas delas sem maiores êxitos, mas uma resultou na Verizon, empresa de telecomunicações mundiais, produzindo e oferecendo serviços com telefones, TV, banda larga, telemática, internet das coisas, vigilância global, etc., com 200 milhões de clientes em 2016 e faturamento de US\$ 126 bilhões.

A aviação civil, como o sistema telefônico e outros, passou por grandes mudanças com a desregulação dos anos 1980. Deve-se lembrar que o setor desde o início levou a grande vantagem da extensão territorial do país e logo adquiriu dimensões gigantescas. Nas últimas décadas o transporte aéreo foi beneficiado pela rápida diminuição dos custos em decorrência dos avanços tecnológicos da Boeing, da GE e outras, barateando as passagens aéreas. Outro benefício recente veio da política de "céu aberto" que os EUA impuseram nos voos internacionais. A desregulação atingiu em primeiro lugar a antiga política governamental do monopólio dos voos internacionais, inicialmente com a Panam e depois com a TWA, que desapareceu com a quebra do monopólio. As grandes companhias que operavam no gigantesco mercado nacional projetaram-se para o exterior, dando origem a uma agressiva concorrência predatória. Atualmente American, United, Delta, Continental e Northwest, as maiores companhias aéreas do mundo, operando nos EUA e no exterior, apresentam grandes capacidades ociosas, lucros baixos e altos valores patrimoniais diante de baixos valores de mercado. Curiosamente a Southwest, a sexta maior norte-americana e nona do mundo, voava apenas no Texas até 1980 e hoje opera em todo território nacional, mas sem acesso ao exterior, levando tantos passageiros quanto a British e a Lufthansa e mais do que a Japan Airlines, conforme F. Bost et alli (2009). As reestruturações empresariais continuam: nos últimos anos várias companhias europeias tradicionais, como a KLM, desapareceram, as sobreviventes dispensam milhares de funcionários, como as norte-americanas e surgiram acordos entre empresas de vários continentes, como Star Alliance, a Oneworld e outras.

Déficits comerciais e dívida pública norte-americana

Estamos tentando entender como os EUA, cujo protagonismo mundial estava sendo desafiado pelo avanço econômico agressivo do Japão e pela crescente presença geopolítica da URSS, reassumiu a liderança mundial plena, que se tornou absoluta nos anos 1990 a ponto de ditar, com a Inglaterra a reboque, as resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre o rumo dos acontecimentos internacionais. Em contrapartida, no bojo deste percurso vitorioso de 1980 a 2000, foram nascendo novos problemas desafiadores: 1) desigualdades sociais internas, com aumento do número de pobres e também das grandes

fortunas, 2) déficits comerciais crescentes e rápido aumento da dívida pública, que favoreceram a ascensão da China enfraquecendo os EUA e 3) especulação bancária desenfreada que acabou resultando na crise financeira de 2008.

As linhas de atuação definidas pelo governo R. Reagan produziram dinamismo e crescimento da economia dos EUA, mas a geração de empregos continuou problemática. Seymour Melman, da Universidade de Columbia e estudioso do mundo do trabalho, comparou o desemprego dos anos 1930 com o dos anos 1980-2000, lembrando que no primeiro caso esteve ligado a uma retração contínua das vendas e dos lucros corporativos enquanto no fim do século XX as taxas de pobreza e a falta de emprego se fizeram acompanhar por uma elevação contínua dos lucros corporativos, processo que chamou de "milagre da economia sem empregos", como já assinalamos (MELMAN, 2002).

Para entendermos melhor a questão do desemprego nos EUA é preciso assinalar a ocorrência de tendências opostas: 1) A corrida armamentista dos anos 1980 criou postos de trabalho e recuperou a economia norte-americana, mas a reestruturação das empresas sob concorrência japonesa provocou muito desemprego, como no caso da GE, 2) A implantação nos EUA, nos anos 1990, de fábricas japonesas e europeias, com o objetivo de evitar as restrições comerciais criou empregos, enquanto as reestruturações não produziram tantos cortes quanto nos anos 1980. Assim, M. Pochmann, professor da Unicamp, usando dados da OIT assinalou que o desemprego de 6,9 milhões em 1990 caiu para 5,9 milhões em 1999. No referido período os EUA deixaram de ser o segundo país com o maior número de desempregados e melhoraram para sexta posição, ao contrário do Brasil que registrava 2,4 milhões em 1990 e saltou para 7,7 milhões, subindo do oitavo para o terceiro do mundo em decorrência da abertura às importações, imposição ordenada pelos EUA aos governos Collor e FHC.

Uma recapitulação do problema do emprego nos EUA mostra uma queda de apenas 0,75% do PIB em 1980 acompanhada por aumento desproporcional de 25% no número de desempregados em 1981, quando atingiu 7,8 milhões, contra os 6,9 milhões em 1990 e os 5,9 milhões em 1999, como foram lembrados. A longa recuperação econômica norte-americana diminuiu o desemprego para 4,5% em julho de 2001, mas com a crise daquele ano a taxa subiu para 5,9% em 2002, sendo de 10,2% para os negros. A guerra do Iraque melhorou a situação econômica e o desemprego de 6,4% em junho de 2003 caiu para 5,6% em junho de 2004, sendo 7,0% para os hispânicos e 10,3% para os negros. Em 2008, nos meses anteriores à crise financeira, as taxas giravam entre 4,5% e 5,1%, mas saltaram para 9,0% em 2011. A ligeira retomada econômica de 2011-2012 levou à queda de 7,9% em fins de 2012 e para 7,5% nos primeiros meses de 2013 (*Images économiques du monde*, 2014).

Como vemos, a conjuntura catastrófica que se seguiu à crise de 1929 foi evitada, valendo lembrar que a famosa reunião do G7 em 1985 que bloqueou o Japão e as reuniões seguintes estabeleceram a coordenação dos Bancos Centrais em situações de crises financeiras, apesar de que nem tudo pudesse ser controlado.

Os custos do trabalho nos anos 1970 eram maiores nos EUA do que nos seus concorrentes capitalistas, o que acabou provocando déficits comerciais a partir de 1974, que nunca mais pararam de crescer. Naquela época o governo R. Reagan tentou corrigir os custos trabalhistas com 1) o downsizing, que precarizou as relações de trabalho, 2) a queda da sindicalização operária, 3) a entrada crescente de imigrantes latino-americanos e 4) as importações baratas de roupas, calçados, eletrônicos populares, substituindo o Japão pelos tigres asiáticos e depois pelo Dragão chinês.

No início dos anos 1970 os EUA registraram pequenos superávits comerciais, mas logo recommçaram os déficits, que cresceram sem parar, inclusive com a criação do NAFTA, que ampliou o espaço econômico, mas deu origem as *maquiladoras* no México, que favoreciam a reestruturação das indústrias norte-americanas. A política econômica implantada pelo governo R. Reagan e continuada pelos governos seguintes levou à recuperação dos EUA, mas com três curvas distintas de crescimento: 1) a produção cresceu na faixa anual de 2% a 3%, com altos e baixos cíclicos, 2) o comércio internacional aumentou mais, a taxas de 4% a 5% e 3) o mercado financeiro cresceu ainda mais, com 6% a 7% anuais, registrando com o tempo descolamentos excessivos.

Em 1974 os EUA exportaram US\$ 97 bilhões, com déficit de US\$ 20 bilhões. A situação se agravou em 1980 com exportações de US\$ 217 bilhões e déficit de US\$ 39 bilhões e continuaram piorando: exportações de US\$ 714 bilhões e déficit de US\$ 449 bilhões em 2000, que saltaram para exportações de US\$ 1.480 bilhões e importações de US\$ 2.265 bilhões em 2013. Paralelamente, a dívida pública dos EUA não parou de aumentar atingindo 57% do PIB em 2000 e 67,7% em 2011 (*Images économiques du monde*, 2014). Os norte-americanos se assustam cada vez mais com um precipício orçamentário, o "fiscal cliff" em língua de gringo, como dizia Ignacio Rangel, ainda mais que os papéis da dívida estão cada vez mais nas mãos dos bancos estatais chineses.

Entre as desregulações decretadas pelo governo R. Reagan a mais perigosa foi a bancária, mas que estava na ordem do dia. Nos períodos depressivos do ciclo longo as inversões produtivas são menos rentáveis no curto prazo do que a especulação financeira, pois o dinheiro existe em abundância. Nestas conjunturas, Wall Street talvez tenha maior poder de fogo do que o complexo industrial-militar e assim os bancos norte-americanos, como aconteceu na Europa também, foram altamente favorecidos e autorizados 1) a criar paraísos fiscais nos EUA e no exterior, como nas Ilhas Cayman, 2) a operar nas bolsas do mundo todo e 3) a realizar operações de compra e venda de moedas, de ações empresariais, papéis da dívida pública de qualquer país. Mais adiante, no governo Clinton, os controles do FED sobre o sistema financeiro foram afrouxados e assim, G. Soros que já havia apostado contra a libra esterlina na bolsa de Londres advertiu que o sistema internacional se tornara instável e carregava elementos de outra catástrofe como a de 1929 (SOROS, 1997).

O deslocamento excessivo entre valor patrimonial e valor de mercado de uma empresa não dura muito tempo. A queda do valor de mercado leva frequentemente à liquidação do negócio, como ocorreu com a Chrysler, a Westinghouse e a Firestone, vendida à Bridgestone no auge da invasão japonesa. Afinal

de contas é uma anomalia excessiva o valor de mercado da GOL brasileira nos seus primeiros anos ter sido maior do que da American Airlines, a maior do mundo. Soros, como competente investigador, tinha obrigação de conhecer o mercado financeiro, mas não os dirigentes do FED, cuja obrigação era proteger os bancos, como acabou acontecendo. No Japão estagnado dos anos 1990 tentou-se reativar a economia financiando imóveis, o que fracassou, pois, os trabalhadores tinham medo do desemprego. Mesmo a Toyota envolveu-se nesta tentativa, mas na mesma época tratou de aumentar seus ativos em alta tecnologia.

O programa imobiliário japonês durou pouco tempo, mas o norte-americano levou tempo suficiente para provocar a crise financeira de 2008. Depois da primeira grande falência o governo agiu rapidamente para controlar o perigo, levando a falência do Bears Stearns a ser absorvida pelo J. P. Morgan e a do Wachovia pelo Citigroup, ambas com apoio governamental, que estatizou as duas maiores imobiliárias em falência. H. Paulson e T. Geithner do FED liberaram imediatamente US\$ 700 bilhões para emprestar ao AIG, empresa de seguros, e comprar ativos hipotecários subprime dos bancos Citigroup, Morgan Stanley e Goldman Sachs, impedindo que falissem. Assim, em 2009 os prejuízos do Tesouro norte-americano ultrapassaram US\$ 1 trilhão, mas os bancos de Wall Street tinham superado a "crise de confiança", expressão do FED, e a dívida pública a cargo dos contribuintes tinha aumentado, como assinalou M. Lewis (2011).

A crise de 2008 provocou forte erosão na imagem de liderança dos EUA, até porque só no Brasil firmas como Votorantim e Sadia, entre outras, perderam muito dinheiro. Paralelamente, aumentou bastante o prestígio mundial da China, que continuou cultivando sua ascensão pacífica, conforme observou J. S. Nye Jr (2012).

Avanço soviético e japonês em alta tecnologia

É possível que a URSS e o Japão, derrotados nos anos 1980 pela ofensiva norte-americana, estivessem naqueles anos mais avançados do que os EUA no percurso para a terceira revolução industrial em andamento. Entretanto, muita coisa está indicando hoje em dia que a China passou a ocupar o espaço deixado por ambos, tanto economicamente como geopoliticamente.

Na URSS o líder Y. Andropov havia sublinhado, de maneira competente, que nos anos 1970 os problemas da corrupção e da indisciplina no chão-de-fábrica haviam se agravado, provocando crescimento econômico lento, desigualdades sociais e desencanto político, o que exigia correção de rumo. Como anotou M. Lewin (2007). Na verdade, o avanço enorme da produção de computadores, com fábricas até na Armênia e na região do Báltico, poderia ter permitido a automação das indústrias em todos os setores da vida nacional, mas o bloqueio estava localizado nos gastos militares e na burocracia, que seria prejudicada pela possibilidade de autogestão dos trabalhadores, em decorrência da diminuição da jornada de trabalho. Este caminho teria significado um salto de qualidade do socialismo soviético, combinando autogestão e planejamento central, assim como seria um avanço mundial na transição do capitalismo para o socialismo.

Tudo indica que faltou competência política ao despreparado e pirotécnico M. Gorbachev para enfrentar os verdadeiros desafios, abrindo caminho ao demagogo B. Yeltsin liderar a contrarrevolução.

Diferentemente da queda espetacular da URSS, que decorreu mais da incompetência de seus dirigentes, a queda do Japão não dependeu das ações de seus dirigentes, submetidos às pressões irresistíveis dos EUA, com ameaças de mais restrições comerciais. Três décadas depois das vitórias norte-americanas sobre a URSS e o Japão, assistimos atualmente o retorno da política de pressões, desta vez contra a China, mas com chances menores de êxito, pois os chineses souberam tirar lições daqueles acontecimentos. A China se preparou para enfrentá-las, com vários meios de dissuasão, como a posse de títulos da dívida pública do adversário e a presença de muitas filiais de empresas norte-americanas em seu território, que não têm nenhum interesse no agravamento dos conflitos.

Retornando ao caso japonês é necessário insistir no seu dinamismo até os anos 1980, como na revolução cibernética nascida do uso dos computadores, inicialmente nas mãos dos EUA e da URSS. No mundo capitalista as norte-americanas IBM, GE, Univac e TRW trataram de dominar o mercado europeu, onde a participação das empresas locais logo se reduziu, na Inglaterra a 36%, na Alemanha a 22%, na França a 15% e na Itália a 10%, conforme B. Madeuf (1981).

O Japão passou a correr os mesmos riscos da Europa, mas em 1956 os cientistas da Universidade de Tóquio produziram o primeiro computador nacional. No mesmo ano o MITI japonês passou a subsidiar a Fujitsu, a Hitachi, a Mitsubishi e outras e assim em 1960 a Fujitsu começou a fabricar minicomputadores, ausentes nos EUA, aproveitando a reserva de mercado. As importações foram sobretaxadas e caíram da presença de 65% no mercado nacional em 1961 para 21% em 1972. Com objetivo de alcançar maturidade tecnológica as empresas japonesas se associaram às norte-americanas, política que os chineses repetiram em todos os ramos industriais mais recentemente.

Após o fim das joint-ventures (Toshiba-GE, NEC-Honeywell, etc.), foram estimuladas fusões, como Fūjitsu-Hitachi-Mitsubishi e NEC-Toshiba, todas competitivas no exterior, conforme F. Pinheiro (1975).

É interessante observar, entre parênteses, que naqueles anos as grandes empresas norte-americanas de computadores, como a IBM, por exemplo, detentoras de super-lucros, demoraram muito a entrar na área de minicomputadores, com seus hardware e software, diferentemente das grandes empresas japonesas concorrenciais e assim abriram um espaço para empresas nascidas em fundo de quintal como a Microsoft em 1975 e a Apple em 1976, que contaram com os semicondutores da Intel, como explicou Bill Gates (1995).

O bloqueio imposto pelos EUA à economia japonesa não impediu que suas empresas continuassem dinâmicas. É bem verdade que os gigantescos bancos japoneses, mas sem experiência de financiamentos no exterior, perderam dinheiro na crise de superprodução dos tigres asiáticos nos anos 1990. Entretanto, indústrias como a Toyota, entre outras, trataram de implantar fábricas nos EUA e na Europa, ampliando mercados. Em 2006, na relação das dez maiores multinacionais com ativos no exterior a Toyota apareceu em terceiro lugar atrás da GE e da BP e à frente a Shell, Exxon e Ford. Em 2007 a Toyota ocupou o

primeiro lugar mundial em gastos em pesquisas, a frente a Microsoft, Pfizer e Ford norte-americanas. Não foi sem razão que ela se tornou em 2008 a maior montadora de automóveis do mundo. Assim sendo, de maneira paradoxal, enquanto o Japão saiu do mapa econômico e geopolítico internacional, inúmeras empresas japonesas continuaram entre as de maior crescimento mundial (*Images économiques du monde*, 2009 e 2014).

A América latina sob pressão dos EUA

Os abalos que o governo R. Reagan criou no mundo, visando a recuperação dos EUA, tiveram forte impacto negativo na América Latina e na África, enquanto na Ásia a Índia, os tigres e Dragão chinês saíram ganhando.

O nacionalismo ganhou muita força na Ásia do pós-segunda guerra mundial, como resposta à exploração colonial reinante até a guerra. A Índia independente avançou sua industrialização substituindo importações e se mantendo equidistante dos EUA e da URSS, como atualmente faz entre os EUA e a China. Por outro lado, a vitória da Revolução chinesa provocou indiretamente nascimento dos tigres, o primeiro deles Hong Kong, onde se refugiaram os industriais de Xangai, que logo assumiram o modelo japonês: máquinas de última geração, mão-de-obra eficiente e barata e exportações agressivas. Após a Guerra da Coreia, militares nacionalistas assumiram o poder na Coreia do Sul e copiaram mais rigorosamente o mesmo modelo, que foi sendo trilhado por outros países, inclusive a China e o Vietnã, que mantém e reforçam o sistema socialista conquistado a duras penas.

Entretanto, o processo de independência na África, com Nkrumah, Sekou Touré e Lumumba, foi fragilizado rapidamente pelo imperialismo e assim, mais tarde, a ofensiva liderada por R. Reagan e M. Thatcher deu resultados rápidos, como a privatização dos serviços aduaneiros em alguns países. Tanto na África como na América Latina a dívida pública junto ao FMI e aos bancos estrangeiros serviu de motivo poderoso para a implantação do neoliberalismo.

E. Williamson (2012) refere-se ao papel da crise de 1929 no avanço do nacionalismo e desenvolvimento do México, Brasil, Argentina e outros países, como apontou depoimento de Jesus Soares Pereira sobre a política de Vargas, prestado a Medeiros Lima (1975). Já assinalamos que a América Latina cresceu entre 1930 e 1980 mais rapidamente do que os EUA, pois o "crescimento para fora" que privilegiou a Argentina nas primeiras décadas do século XX, foi substituído com a crise de 1929 pelo "crescimento para dentro", nas felizes expressões de R. Prebisch, um dos fundadores da CEPAL. É interessante lembrar que em vários países chefes militares lideraram a industrialização por substituição de importações, como L. Cardenas no México, Velasco no Peru, Perón na Argentina, entre outros, desgostando os EUA, que trataram de derrubá-los chegando ao extremo, com R. Reagan, de assassinar em 1981 o general Torrijos, que nacionalizou o Canal do Panamá, conforme J. Perkins (2005).

Mesmo um ditador sanguinário como Pinochet deve ser analisado pelo seu lado anticomunista e seu lado nacionalista. Após a abertura às importações predatórias conduzida pelos Chicago-boys, com

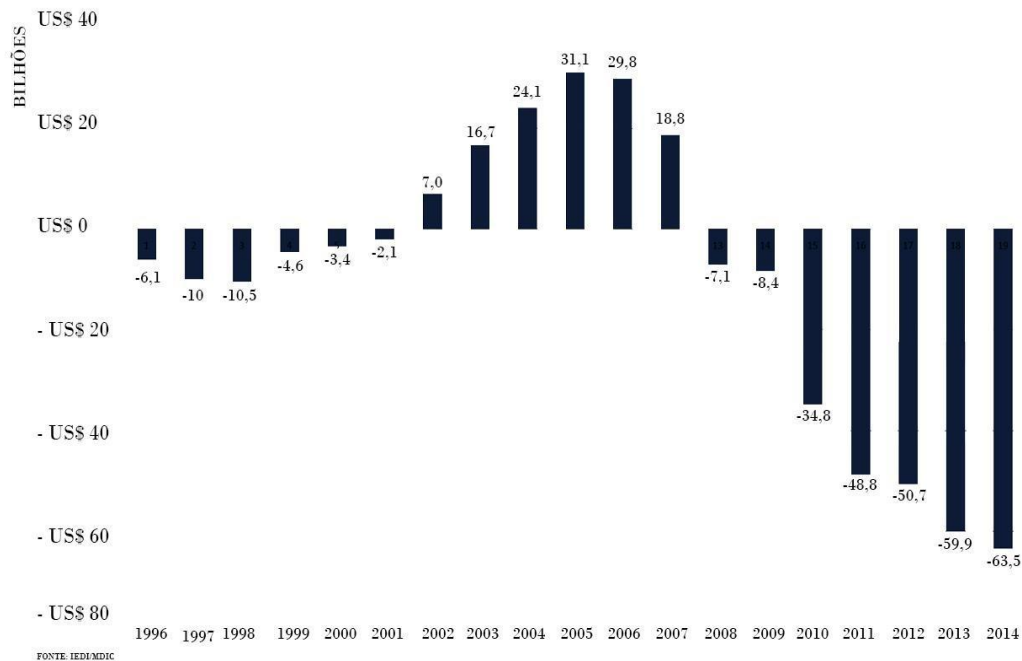
resultados desastrosos, a ditadura realizou sucessivas desvalorizações da moeda chilena, conduzida pela equipe dos "pragmáticos", recuperando a economia. É bom lembrar que desde o início manteve de pé a "chilenização" do cobre iniciada por Frey e completada por Allende, conforme L. Moulian e G. Guerra (2000). A recuperação econômica foi bem-sucedida pela adoção das propostas da CORFO (inspiradora do BNDES), anteriores à ditadura, de diversificar a economia e as exportações de vinho, frutas, minerais e metais, papel e celulose, etc. Neste último setor o grupo Angelini concorre com a Klabin brasileira entre as maiores empresas mundiais. Assim, em 1996 entre os dez maiores grupos privados latino-americanos, quatro eram brasileiros, três mexicanos, dois chilenos e apenas um argentino, conforme H. Fazio (1997).

De todos os países da América Latina o Brasil é o que mais desperta interesse dos EUA, já que o México, outro grande país, acabou incorporado ao seu espaço econômico. No período da ditadura militar o Brasil chegou a trocar petróleo angolano pela construção de hidrelétrica, a cargo da Odebrecht, assim como exportou armas para o Oriente Médio, onde as empreiteiras também atuaram, etc. Assim, os militares desenvolveram a ideia do "Brasil potência", não apenas como um país industrial emergente, mas como presença geopolítica, que se manifestou recentemente com tropas militares no Haiti, sob patrocínio da ONU.

Como Ignacio Rangel insistiu (1985), nosso país conseguiu construir de 1930 a 1980 um edifício industrial completo, com o setor de mecânica pesada produzindo locomotivas, aviões, etc. e a engenharia pesada construindo Itaipu, Ponte Rio-Niterói, etc., com financiamentos externos a juros flutuantes, que acabaram onerando a dívida pública. O governo R. Reagan não só suspendeu os empréstimos como passou a cobrá-los, provocando crises econômicas no Brasil e em toda a América Latina, a começar pelo México. No Brasil foram paralisadas obras em andamento em Tucuruí, na Ferrovia do Aço, etc. Inspirado nas ideias de Ignacio Rangel, o ministro A. Delfim Netto realizou duas minidesvalorizações, alavancando exportações industriais da Villares, WEG, Randon e outras, retomando o crescimento econômico. Antes disto, nos últimos anos 1970 Ignacio Rangel, prevendo o fim dos financiamentos públicos, propôs a necessidade da concessão de infraestruturas estranguladas à iniciativa privada, com financiamento dos bancos nacionais, o que afastaria os EUA do pacto de poder, mas não teve ressonância entre seus "sábios" colegas economistas.

Entretanto, no governo Sarney, sob inspiração do FMI, deu-se prioridade ao combate à inflação, com o congelamento de preços, medidas de criancinhas de primeiro ano primário da Unicamp e da PUC-RJ, que acabaram levando o Brasil à contrarrevolução de Collor e FHC, quando a adoção da âncora cambial levou às importações predatórias, que iniciaram uma brutal desindustrialização, que não acabou até hoje. Naqueles anos A. Ermírio de Moraes protestou contra aquela política destrutiva, quando o grupo Votorantim foi obrigado a dispensar mais de 20 mil funcionários (figura 1). Deve-se dizer que mesmo nos governos do PT insistiu-se no combate à inflação usando dólar barato, prejudicial à economia nacional, ao invés de combatê-la com crescimento, como Ignacio Rangel havia demonstrado (1963).

Figura 1: Saldo da balança comercial de produtos industriais (bilhões de dólares/anos)



Fonte: IEDI/MDIC. A política cambial revela seu papel favorável ou seu papel destruidor da atividade industrial brasileira, como em qualquer país.

As apostasias duraram pouco

Os EUA conseguiram bloquear o Japão, a URSS e o Brasil, mas como lembrou o genial W. Lênin no seu debate com Kautsky sobre a vitoriosa revolução bolchevique, o fenômeno da apostasia acompanha a marcha dos acontecimentos históricos, como foi o caso de Juliano, o apóstata, que renegou o cristianismo vitorioso do imperador Constantino. Inspirando-se em W. Lênin, como fez frequentemente, Ignacio Rangel publicou o artigo "Apostasias" (1991) sobre a queda da URSS e o estancamento da indústria brasileira, afirmando tratar-se de fenômenos passageiros. Como se sabe, em 2001, Yeltsin, serviçal do imperialismo, foi substituído por Putin, da KGB, que restabeleceu a soberania da Rússia e enquadrou os oligarcas, em 2003 FHC, outro serviçal, foi substituído por Lula, que reativou a industrialização interrompida e em 2008 iniciou-se a crise financeira no centro do sistema capitalista, desmoralizando os vitoriosos dos anos 1980 e 1990.

É preciso reconhecer que os EUA souberam enfrentar o período depressivo do ciclo longo iniciado em 1973-74. Diferentemente do período depressivo do ciclo anterior, que começou nos anos 1920-21 (N. Kondratieff constatou) gerando uma rápida corrida financeira que resultou na crise de 1929, os EUA e a Europa souberam organizar bancos centrais (FED, etc.), encarregados de minorar a crise financeira inevitável e também trataram de enfrentar o período depressivo com medidas de crescimento econômico e de exploração dos trabalhadores, adiando ao máximo a crise financeira. Entretanto, neste percurso ajudaram a China a substituir a URSS na luta pela vitória do socialismo sobre o capitalismo, que está em andamento e vai durar o século XXI inteiro.

A China lidera a transição para o socialismo

Nos anos 1980, ao mesmo tempo em que o governo R. Reagan iniciava sua ofensiva econômica e geopolítica, o líder chinês Deng Xiaoping punha em prática sua estratégia para tornar a China uma potência mundial, que ele elaborou enquanto prisioneiro de Mao Tsé-Tung, durante a virada stalinista da Revolução Cultural. Deng ao substituir Mao não repetiu o erro de Krushev em relação a Stálin, que acabou dividindo o PCUS. Apontou erros do seu antecessor, mas também os méritos, como a aproximação com os EUA, em plena guerra do Vietnã e procurou realizar uma liderança leninista, tolerando divergências e estimulando debates, readmitindo no comitê central do PC Chinês todas as lideranças afastadas por Mao.

É fato curioso que Deng tenha recebido Gorbachev em Pequim na época dos protestos estudantis da Praça da Paz Celestial, no emblemático ano de 1989, quando o russo decretava o fim do século soviético, enquanto Deng estava conduzindo a China à cena mundial do século XXI. A apostasia do socialismo soviético estava sendo corrigida pelo PC Chinês, o verdadeiro "Príncipe moderno" na expressão de A. Gramsci, enquanto o PCUS desaparecia melancolicamente.

Vale lembrar que os maiores intelectuais da humanidade se preocuparam com o destino de seus povos, como Sócrates e Platão com os gregos, Confúcio e Lao Tsé com os chineses, assim como os profetas judeus com o destino do seu povo. O mesmo aconteceu com os pais da filosofia clássica alemã, Kant e Hegel, frequentemente profetas. Hegel, por exemplo, desenvolveu a conhecida ideia da migração das civilizações, da Mesopotâmia para o Mediterrâneo, depois para o norte da Europa, em seguida para os EUA e de lá para a Ásia, prevendo assim que o Pacífico iria superar o Atlântico, como está acontecendo. Menos conhecida é a profecia *À paz perpétua* de I. Kant (1795), escrita em 1795 sob influência da Revolução francesa, que ele simpatizava. O fim das monarquias, em geral guerreiras, assinavam falsos tratados de paz, daria origem às repúblicas, como no caso francês, que teriam a tendência a adotar o Direito internacional baseado num federalismo de Estados livres, como é a ONU atualmente.

K. Marx, filho da filosofia clássica alemã, enxergou o fim do capitalismo em decorrência de revoluções proletárias vitoriosas na Inglaterra, França e Alemanha, criando uma força gravitacional no mundo inteiro. A Comuna de Paris de 1871 mostrou a importância das tensões políticas produzidas pela guerra franco-prussiana. Assim, também durante a primeira guerra mundial os soldados russos das frentes de batalha, desabastecidas de alimentos, munições e armas, fugiram a pé em direção às suas aldeias de origem, ocupando terras feudais para plantar, o que levou Lênin a comentar que "os camponeses haviam votado com os pés", abrindo caminho à vitória da revolução bolchevique, que produziu uma explosão de criatividade na URSS e fora, como na estatística de N. Kondratieff, no pensamento de A. Gramsci, no cinema de Eisenstein, no teatro de Brecht, na arte militar de Zhukov e Kalashnikov e nos movimentos revolucionários na Ásia, África e América Latina. Deve-se lembrar também que após a vitória na segunda guerra mundial a URSS começou a exercer um poder gravitacional em países como Egito, Síria, Iraque que haviam se livrado do imperialismo. Hoje a China começa a exercer esse poder.

São centenas, senão milhares de livros e artigos sobre a China que saem todos os anos e por isso é importante chamar a atenção para dois pesquisadores brasileiros: o embaixador A. Porto de Oliveira com artigos brilhantes como *Tentando entender a China* e *A quarta geração de dirigentes assume o controle da modernização*, e que colabora no blog de RC Cerqueira Leite desde 2013, comentando os conflitos entre EUA e China, e o geógrafo E. Jabbour, que entre outras obras escreveu *Projeto Nacional, Desenvolvimento e Socialismo de Mercado na China de Hoje (2010)*, onde assinalou que nas relações comerciais a China tem superávits com os EUA e a Europa e déficits com os países emergentes, como estratégia de alianças (Tabela 3).

Tabela 3: Exportações mundiais de mercadorias (milhões de dólares e percentagens)

	1948	1953	1963	1973	1983	1993	2003	2013	2014	2015
	Valeur									
MONDE	59	84	157	579	1838	3688	7380	18301	18422	15985
	Part									
MONDE	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Amérique du Nord	28,1	24,8	19,9	17,3	16,8	17,9	15,8	13,2	13,5	14,4
États-Unis	21,7	18,8	14,9	12,3	11,2	12,6	9,8	8,6	8,6	9,4
Canada	5,5	5,2	4,3	4,6	4,2	3,9	3,7	2,5	2,5	2,6
Méxique	0,9	0,7	0,6	0,4	1,4	1,4	2,2	2,1	2,1	2,4
Amérique centrale et du Sud	11,3	9,7	6,4	4,3	4,4	3	3	4	3,7	3,4
Brésil	2	1,8	0,9	1,1	1,2	1	1	1,3	1,2	1,2
Argentine	2,8	1,3	0,9	0,6	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Europe	35,1	39,4	47,8	50,9	43,5	45,3	45,9	36,3	36,6	37,3
Allemagne	1,4	5,3	9,3	11,7	9,2	10,3	10,2	7,9	8	8,3
France	3,4	4,8	5,2	6,3	5,2	6	5,3	3,2	3,1	3,2
Italie	1,8	1,8	3,2	3,8	4	4,6	4,1	2,8	2,8	2,9
CEI	-	-	-	-	-	1,5	2,6	4,3	4	3,1
Afrique	7,3	6,5	5,7	4,8	4,5	2,5	2,4	3,3	3	2,4
Afrique du Sud	2	1,6	1,5	1	1	0,7	0,5	0,5	0,5	0,5
Moyen-Orient	2	2,7	3,2	4,1	6,8	3,5	4,1	7,4	7	5,3
Asie	14	13,4	12,5	14,9	19,1	26	26,1	31,5	34,9	34,2
Chine	0,9	1,2	1,3	1	1,2	2,5	5,9	12,1	12,4	14,2
Japon	0,4	1,5	3,5	6,4	8	9,9	6,4	3,9	3,6	3,9
Inde	2,2	1,3	1	0,5	0,5	0,6	0,8	1,7	1,7	1,7
Australie et Nlle-Zélande	3,7	3,2	2,4	2,1	1,4	1,4	1,2	1,6	1,3	1,4
Membres du GATT/OMC	63,4	69,6	75	84,1	77	89	94,3	97,1	97	98,3

Source: OMC

Fonte: Images Économiques du Monde, 2018. A presença da Europa continua expressiva, mas nas exportações são basicamente internas ao continente, enquanto as exportações dos EUA caíram fortemente. A Ásia aumentou sua presença graças principalmente à China, que domina o comércio mundial no século XXI.

Sob o capitalismo em decadência os intelectuais visionários desapareceram, mas Helmut Schmidt, chanceler da Alemanha, um dos criadores do euro, disse que no futuro existiriam o dólar, o euro e o yuan chinês como moedas internacionais, o que a China vem preparando pouco a pouco. Mais recentemente o operador de mercado financeiro Jim O'Neill (2012) criou o acrônimo BRIC em 2001, antes mesmo da constituição do grupo e se surpreendeu com o crescimento dos quatro, que saltaram de 2001 a 2011 de US\$ 3 trilhões para mais de US\$ 11 trilhões, acima de suas previsões. A consultoria PWC publicou o estudo *Visão de longo prazo: como a ordem econômica global mudará até 2050* (Estadão 7/2/2017), usando o método de paridade do poder de compra, assinalando a China em 1º lugar em 2050, como atualmente, e a ascensão da Índia para o 2º lugar, deslocando os EUA para 3º em 2050. O salto mais espetacular seria da Indonésia, que subiria do 8º lugar em 2016 para 4º lugar em 2050, enquanto o Brasil, mais modestamente,

subiria do 7º para o 5º lugar. Todos os países do centro do sistema capitalista perderiam posições, além da saída da França entre os 10 maiores, entrando o México.

A China de Mao trilhou na economia caminho semelhante ao soviético, com avanços na siderurgia e na produção militar de aviões, mísseis balísticos e bombas nucleares. A coletivização da agricultura, necessária na URSS diante da proximidade da segunda guerra mundial, não era necessária na China e teve resultados negativos. Enquanto Mao oscilou entre Lênin e Stálin, conforme I. Deutscher, Deng Xiaoping sempre foi mais leninista e assim, diante da realidade concreta da China e do mundo nos anos 1970 teve clareza de assumir o modelo econômico japonês, que vários tigres já haviam adotado, mas com planejamento estratégico chinês, como os mecanismos para bloquear as pressões dos EUA, que eram previsíveis. Nas últimas décadas a economia norte-americana e suas empresas estão perdendo presença internacional visando reforçar a presença nacional, como no setor de petróleo e gás por exemplo. Assim, a GM se desfez recentemente de suas filiais europeias para reforçar presença nos EUA e na China, o que beneficia a China nos seus conflitos com os EUA. Esta visão de longo prazo de Deng Xiaoping se manifestou desde o início das reformas, como por exemplo na atração das empresas estrangeiras de ponta, quando recebeu a visita de Akio Morita da Sony disposto a investir na China, mas fora das ZEE iniciais, para aproveitar mão-de-obra mais barata, no que não foi atendido. A adoção do modelo econômico japonês, com planejamento chinês, levou ao crescimento de 10% anuais por muito tempo, dobrando o tamanho da China de 7 em 7 anos. Assim, as locomotivas a vapor dos anos 1980 foram substituídas pela maior rede de trens de alta velocidade do mundo, surpreendendo a todos.

A outra face positiva do modelo econômico japonês foi a geração de um fluxo gigantesco de exportações e importações, mudando a pauta da luta entre os EUA e URSS da corrida militar, para concorrência comercial entre EUA e a China. M. Mazzucato (2014) assinalou o altíssimo gasto em pesquisas científicas na URSS, que não se revertia em vantagens para o conjunto da economia. A China pode se livrar dos gastos militares excessivos, concentrando-se na guerra cibernética principalmente, mas sem subestimar os diversos lados da questão.

Linhas acima assinalamos a presença da China, Índia e Coréia do Sul ao lado de países mais avançados na pesquisa científica na usina de fusão nuclear em construção na França. Por isto mesmo é importante lembrar que a produção científica avançou muito entre os emergentes, o que levou a China a registrar em 2013 mais patentes que os EUA. Reconhecendo esta tendência a própria GE norte-americana começou em 2000 a abrir centros de pesquisa no exterior, o primeiro em Bangalore (Índia), e depois em Xangai em 2003, Munique em 2004 e recentemente no Brasil.

Hoje polos tecnológicos de Bangalore e de Dalian, na China, rivalizam com o Silicon Valley. Na cidade de Dalian existem 620 empresas de alta tecnologia, das quais 230 estrangeiras, como a Hitachi, Mitsubishi e NEC, empregando 31.000 engenheiros (*Images économiques du monde*, 2009).

Os ambientes comerciais dificultam as guerras, como lembrou I. Kant, e os avanços da terceira revolução industrial em andamento colocarão a possibilidade de diminuir a jornada de trabalho, que a China

deverá aproveitar em primeiro lugar, avançando nas relações socialistas, com autogestão no chão-de-fábrica, o que deverá estimular a luta dos trabalhadores nos países capitalistas, semelhante ao fato de que a Guerra do Vietnã foi ganha no Vietnã e nos EUA. M. Marti (*A China de Deng Xiaoping*, 2007) insistiu que Deng criou sua marca definitiva, junto a Mao e Confúcio, as três raízes profundas da tradição chinesa, como observou M. Leonard (2005), quem sabe levando a humanidade à “paz perpétua”, profetizada por I. Kant.

TEXTO II

Revista de Economia Política – vol.1, n.4 - 1981

A História da Dualidade Brasileira

IGNACIO M. RANGEL

Ao ser descoberta a América, o modo de produção característico da Europa era uma dualidade: no seio de uma sociedade feudal, haviam-se desenvolvido fulcros de capitalismo. Era este, mesmo em seu estágio inicial de desenvolvimento — o capitalismo mercantil — que imprimia ao sistema o prodigioso dinamismo, sua virtual ferocidade, tão bem retratados em *Os Lusíadas*, mas era o feudalismo que entrava com a carapaça externa, o enquadramento jurídico externo ao mesmo sistema, pelo lado através do qual ele entraria em contato com uma humanidade, não apenas em regime pré-capitalista, como pelo menos, no caso brasileiro, ainda pré-escravista.

Era uma dualidade diferente da que, depois, surgiria aqui: a) porque era temporária, visto como esse capitalismo nascente forcejava por romper a carapaça medieval, o que faria depois, com as revoluções burguesas inglesa e francesa; b) porque o seu "polo" interno era o mais avançado e o externo o mais atrasado, contrariamente ao que seria traço marcante da nossa própria dualidade.

Ao entrar em contato com o vasto universo subdesenvolvido — ou melhor, pré-desenvolvido — a Europa o fez pelo seu lado externo, comunicando-lhe sua natureza feudal, tanto pelo seu aspecto econômico, como pelo jurídico. Por outras palavras, a Europa tudo fez para enquadrar a América numa carapaça feudal e o marco mais em vista desse esforço seria o Tratado de Tordesilhas, o qual, ao mesmo tempo que dividia o continente americano entre as coroas de Espanha e Portugal, estatuiu que todas as nossas terras pertenciam ao rei - um ou outro, pouco importava, do nosso ponto de vista. E, mesmo quando outros soberanos europeus — como Francisco I da França, que queria ver a cláusula do testamento de Adão, legando o mundo à Espanha e a Portugal — puseram em dúvida a validade de Tordesilhas, foi para reclamar sua parte no espólio, não para discutir a validade do instituto que fazia de nossas terras, ainda por descobrir, propriedade de um soberano europeu qualquer e que, para nós, significava que se firmava um dos princípios sobre os quais se ergue o edifício do Direito Feudal "*all land is king's land*", isto é, toda terra pertence ao rei.

Essa propriedade que, de passagem, fundava o nosso Direito, não era uma propriedade plena, inseparável da posse, tal como a conheceu o Direito Romano clássico, mas uma propriedade divisível entre propriedade direta ou nua e o domínio útil, tal como esse instituto resultou das profundas transformações ocorridas no Baixo Império e que, com numerosas, mas não essenciais variantes, ser-nos-ia trazido através de toda a Idade Média europeia.

E não se creia que, por ser apenas direta ou nua, essa propriedade fosse uma vazia ficção jurídica, sem maior significação prática, até para impô-la, correram rios de sangue — sangue europeu, africano, mas, principalmente, ameríndio. E, como já ficou dito, essa seria a base imóvel sobre a qual se ergueria o edifício da nossa Sociedade — desde sua Economia ao seu Direito — pelos séculos afora, até muito recentemente, e, sob certo ponto de vista, até nossos dias.

UM DIREITO APENAS MEIO FEUDAL

Todo o direito feudal constrói-se sobre dois dispositivos gêmeos, ambos relativos à propriedade ou domínio sobre a terra — o fator de produção que, a certa altura do desenvolvimento da sociedade, emerge como o estratégico, isto é, aquele cujo comando confere o domínio sobre todo o processo produtivo, substituindo, nessa condição, o "fator trabalho" (o escravo) e antecedendo o "fator capital" (riqueza reproduzível comprometida no processo produtivo). Refiro-me aos dispositivos que, por um lado, conferem ao Estado, isto é, ao rei, a propriedade (direta ou nua) de toda a terra sobre a qual se estenda sua soberania e, por outro, que exige que toda terra tenha um titular do seu domínio útil, integrado na classe dominante, inclusive o próprio rei. "*All land is king's land*" e "*Nulle terre sans seigneur*".

Historicamente a, construção do feudalismo começou pela vigência do segundo princípio, dado que, no Baixo Império, a plena propriedade do Direito Romano clássico havia-se estendido, de fato, a todas as terras agricultáveis, o que quer dizer que, numa população trabalhadora já filha, neta ou bisneta de escravos, incapaz de produzir a própria vida senão trabalhando a terra, a classe que tivesse o monopólio da terra teria também o domínio sobre o trabalhador e sobre o que este acaso possuísse (as humildes sementes do capital dos séculos futuros). Os imperadores consolidaram, legislativamente, essa situação de fato, prendendo ao solo os trabalhadores e, por extensão, congelando em seus ofícios os artesões, os pequenos servidores do Estado, etc. Mais tarde, quando esse processo estava virtualmente concluído e todos os trabalhadores, *mutatis mutandis*, haviam sido transformados em servos de gleba, reduzindo à mesma denominação os escravos, os libertos e os ingênuos empobrecidos, o Estado investiu-se do poder de dispor de todas as terras, independentemente de que fosse o detentor do domínio útil.

Mas a história registra, também, o caso inverso, no qual o domínio útil surgiria subsequentemente à afirmação da nua propriedade. Nos reinos godos e, em geral, onde o feudalismo se impôs pela via da conquista militar, foi este o caminho seguido: investindo-se, por direito de conquista, no domínio direto das terras conquistadas, o chefe militar as dividia entre seus capitães, convertendo-os, *eo ipso*, em vassalos seus, obrigados, em troca dessa concessão, a certos serviços e prestações.

Esse domínio, sem prejuízo das obrigações de vassalagem para com o soberano, podia ser novamente desdobrado, retendo o senhor uma espécie de nua propriedade de segundo grau e investindo, num senhor de menor hierarquia, ou, finalmente, nos servos de gleba, o domínio útil, também em troca de certas obrigações. Constituía-se, assim, o chamado anfiteatro enfiteutico. (Enfiteuse é o instituto jurídico que,

havendo surgido no Baixo Império Romano, chegou, muito modificado — para compatibilizar-se com o moderno direito contratual — aos nossos dias.

Ora, o edifício do nosso feudalismo começou a construir-se, a exemplo dos reinos godos da Europa medieval, pela afirmação da nova propriedade, mas, diferentemente do acontecido com aqueles reinos, os andares inferiores do anfiteatro enfitêutico, cristalizadores do princípio "*nulle terre sans seigneur*", tardaram muito em levantar-se, sendo substituídos por institutos representativos de outros modos de produção. Daí resulta que o feudalismo surgido no Brasil, a partir do Tratado de Tordesilhas, passou a ter, e não em caráter temporário, um conteúdo não feudal.

Em suma, entre os donatários (e não apenas os titulares das capitanias hereditárias) e o rei, estabeleciam-se relações de caráter insofismavelmente feudal: relações de suserania e vassalagem, ao passo que entre o donatário-vassalo e a população do feudo, a ele subordinada, estabeleciam-se relações típicas de outros modos — mais primitivos — de produção, refletindo o estágio aí alcançado de desenvolvimento das forças produtivas.

ESTRUTURA-SE O "POLO INTERNO" DA DUALIDADE

Assim como, visto pelo seu lado interno, o feudo europeu, ao tempo da nossa descoberta, já não mais era feudal, mas uma economia capitalista — o que fazia da Europa uma dualidade —, também o emergente feudo brasileiro não era internamente feudal, isto é, ainda não era feudal. O Brasil nascia, pois, como uma formação feudal, que associava, em união dialética, um lado feudal com outro pré-feudal.

Este lado interno distava muito de ser homogêneo, visto como comportava elementos importantes de várias formações sociais pré-feudais: desde a comunidade primitiva (dos índios, dos quilombos negros) até a escravidão, para a qual tendia todo o sistema, passando, como na história clássica, por formas transientes de patriarcalismo e de teocracia (dos Ramalhos, dos Caramurus e dos jesuítas, respectivamente). O período colonial comportaria a evolução e a convergência de todas essas formas, para a escravidão desenvolvida ou greco-romana, como formação dominante do lado interno da formação dual. As outras formações — de patriarcalismo pré-escravista, da própria comunidade primitiva, da teocracia, também pré-escravista, e alguns prenúncios de feudalismo, no seio das fazendas de escravos e nalgumas regiões do imenso país — não comprometiam o caráter inequivocamente escravista do sistema, visto pelo seu lado interno. Um direito cada vez mais inspirado no Direito Romano tendia a dividir a sociedade em apenas duas classes: os senhores e os escravos.

Faltavam, no lado interno, as condições mínimas para um verdadeiro feudalismo, baseado na servidão de gleba. Em primeiro lugar, inexistia uma população somente afeita a produzir a própria vida nas condições da agricultura sedentária enquadrada na pequena exploração agrícola. Ordinariamente, tal população resulta do longo e violento trabalho da escravidão, embora a história registre também casos em

que aparece diretamente como fruto da desagregação da comunidade primitiva, hipótese que devíamos excluir *a priori*, no caso brasileiro, à vista do imenso atraso da população ameríndia.

Por outro lado, a ocupação efetiva do território, pela classe dos senhores de escravos, estava apenas começada, de modo que ela não estava em condições de impedir o aparecimento de pequenas explorações agrícolas independentes, nos possíveis mas excepcionais casos em que já houvesse condições econômicas para isso, nem, como era o caso geral, o retorno às condições pré-escravistas de vida — a exemplo do nomadismo selvagem dos índios ou os quilombos dos negros. Nessas condições, a fazenda de escravos, assente na coerção direta do trabalhador, era a forma mais dinâmica e progressista de organização do trabalho social.

Essa fazenda era, naturalmente, uma grande propriedade fundiária, um latifúndio, mas não no sentido que depois assumiria esse termo, isto é, um grande domínio, capaz de organizar a produção à base da pequena exploração agrícola, compativelmente com a típica divisibilidade da propriedade, surgida no Direito Romano, mas somente no Baixo Império, como transição para a Idade Média. O latifúndio escravista dos tempos coloniais e dos primeiros tempos da monarquia independente (com exceções, especialmente neste último caso, notadamente no pampa gaúcho e em certas faixas do sertão árido do Nordeste) não aspirava sequer ao monopólio da terra pela classe dos senhores ("*nulle terre sans seigneur*"). Por tudo isso, seu feudalismo limitava-se a "relações externas", que eram inquestionavelmente feudais (relações de suserania-vassalagem), para o que existiam condições econômicas e (desde Tordesilhas) jurídicas.

O fato de haver permanecido “devoluta” — isto é, sob o domínio ainda indiviso e nu da Coroa — grande parte das terras, é fácil de explicar. Com efeito, não havendo ainda condições econômicas para a pequena exploração agrícola, o monopólio eficaz da terra pela classe dos senhores de escravos não era indispensável à operação da unidade produtiva típica (a fazenda de escravos), apoiada na coerção direta do trabalhador. Por outro lado, a Coroa propendia a transmitir o domínio útil sobre **suas terras**, somente na medida mínima necessária à operação econômica das unidades produtivas a implantar. Assim, com o título de domínio, ela investia, não raro, o direito de "prear índio", mas não o monopólio da terra, o qual, de resto, não fazia falta aos vassalos-fazendeiros de escravos.

CONSTITUI-SE O "POLO EXTERNO" DA DUALIDADE

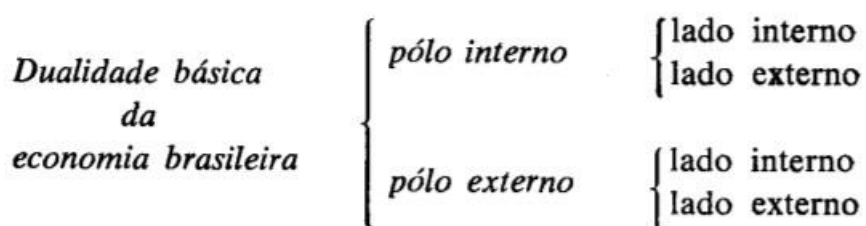
Esta formação dual relacionava-se com o mercado capitalista europeu principalmente por interposta pessoa, em todo o período colonial, a saber: a Coroa, diretamente, ou por intermediação de um estanco ou concessão de serviço público, vendia nos mercados europeus os produtos recebidos da Colônia, em sua parte decisiva, como tributos cobrados aos seus vassalos. Por outras palavras, o aparelho de intermediação comercial — para não falar no mercado aos quais os produtos se destinavam — era algo de estranho à sociedade e à economia coloniais, embora, com o correr do tempo, tendesse a aumentar, no intercâmbio, a

parcela correspondente a um verdadeiro comércio e não a um expediente mais cômodo de percepção dos tributos devidos pelos vassallos ao suserano.

Com a Abertura dos Portos (1808) e o consequente aparecimento, dentro do País, de um aparelho de intermediação mercantil distinto do antigo serviço público concedido a uma empresa pela Coroa de Portugal (Companhia das Índias Ocidentais), surge um elemento novo a integrar a economia e a sociedade brasileiras. Esse aparelho ligava-se, no exterior, ao capitalismo industrial nascente. Configurava-se, assim, uma segunda dualidade uma espécie de ponte, tendo como cabeceiras: dentro do País, o nascente aparelho de comercialização e, lá fora, principalmente na Inglaterra, o mercado presidido pelo capitalismo industrial, também nascente. Essa formação passava a fazer sistema com a dualidade preexistente, que passava a ser o "polo interno", com os seus dois "lados", o escravista e o feudal, como já ficou dito. Essa segunda dualidade — capitalismo mercantil aqui e capitalismo industrial lá fora, passava a constituir o "polo externo" da dualidade básica da economia brasileira.

Essa estrutura (uma formação agrupando quatro modos elementares de produção, distribuídos dois a dois, para formar os "polos" interno e externo respectivamente), manter-se-ia até nossos dias, embora mudando seus elementos constitutivos (seus "lados") e a maneira como estes se combinam, para formar os dois "polos".

Embora a economia e a sociedade coloniais fossem duais como duais eram as formações matrizes metropolitanas da Europa Ocidental — foi somente com a Abertura dos Portos (e a Independência, seu corolário político), que surgiu propriamente o edifício da dualidade brasileira, tal como, *mutatis mutandis*, ele chegaria aos nossos dias, a saber:



COMO MUDA A DUALIDADE BRASILEIRA

Os elementos que, agrupados dois a dois (isto é, quatro, ao todo, inclusive o lado externo do polo externo, que não se encontra dentro do País, mas no centro dinâmico em torno do qual gravitamos, no momento), compõem a dualidade brasileira, não são outros, senão os modos fundamentais de produção de que cogita o materialismo histórico marxista (ou estágios de desenvolvimento desses modos fundamentais de produção), cinco ao todo, como é sabido:

- a) a comunidade primitiva;
- b) o escravismo;
- c) o feudalismo;
- d) o capitalismo;
- e) o socialismo.

Este quadro, aparentemente muito simples, na verdade comporta notável complexidade, se considerarmos que, embora toda a história da humanidade nele esteja contida — inclusive a história ainda imersa nas brumas de um futuro altamente problemático —, entre o primeiro e o último estágios vários caminhos são praticáveis e, em verdade, o têm sido.

Em primeiro lugar, com a possível exceção do feudalismo, os outros modos de produção intermédios (escravismo e capitalismo) podem ser contornados em maior ou menor medida, o mesmo se aplicando, com maior razão ainda, aos estágios de desenvolvimento de cada um dos modos fundamentais de produção. Para o assunto que nos ocupa, a saber, a história da dualidade brasileira, não nos poderemos contentar com o estudo dos cinco modos fundamentais de produção, sendo mister descer a muito maior detalhe, na consideração dos estágios de desenvolvimento comportado por cada modo e das formas de transição, entre um e outro.

Assim é que a transição da comunidade primitiva para o escravismo tanto pode fazer-se diretamente, como quando o selvagem é caçado como um animal e domesticado pela mais aberta violência, como por outros modos. A sociedade tribal pode evoluir até as formas baseadas no clã, a exemplo dos bárbaros germânicos entrados em conflito com o Império Romano, em princípios de nossa era, ou passar por formas incipientes de escravidão, como o patriarcado e a teocracia, multiplicando as probabilidades de contorno das formas escravistas desenvolvidas, do estilo greco-romano, ou brasileiro, da fase final do regime colonial.

(No Brasil, esta última hipótese merece a maior atenção, por exemplo, no estudo da evolução da sociedade gaúcha que parece ter chegado a um feudalismo muito desenvolvido e precoce, contornando a fase escravista propriamente dita, mas não as incipientes, a exemplo das missões jesuíticas).

Tampouco no polo externo, pelo qual tivemos acesso ao capitalismo, a passagem para este visou diretamente ao capitalismo desenvolvido ou "industrial". Ao contrário, tendo o Brasil nascido sob a égide do primeiro estágio do capitalismo — o capitalismo mercantil — este permaneceu, por muito tempo, como algo externo a nossa formação social nacional. Esta, a certa altura, reagindo a provocações partidas do centro dinâmico — como o faz sempre — criou seu próprio capitalismo mercantil e, ao mesmo tempo, rompeu com o capitalismo mercantil europeu, passando a orientar-se para a **formação mais avançada e dinâmica do mundo**, àquele tempo, a saber, o capitalismo industrial inglês. (Essa tendência, de buscar, em cada momento, o centro mais avançado e dinâmico do mundo, para em torno dele gravitar, parece ser uma constante.)

Em suma, a sociedade dual brasileira, respondendo, como qualquer outra formação, ao crescimento de suas próprias forças produtivas, muda de modo de produção e o faz no mesmo sentido geral no qual muda a sociedade humana, passando a um modo de produção superior, tem um modo peculiar de mudar, isto é, o faz em obediência a certas "leis" específicas — as leis da dualidade brasileira —, a saber:

1.^a lei: Quando se cumprem as pré-condições para a passagem a um estágio superior — basicamente, quando as forças produtivas da sociedade crescem, entrando em conflito com as relações de produção existentes, consubstanciadas na dualidade básica, esta muda, como todas as formações sociais em tais casos, mas o faz apenas por um dos seus "polos", guardando o outro sua estrutura e integrando-se na **nova dualidade**, correspondente ao estágio imediatamente superior do desenvolvimento.

2.^a lei: Alternadamente, mudam o polo interno e o externo.

3.^a lei: O polo muda pelo processo de passar para o lado interno o modo de produção já presente no seu lado externo.

4.^a lei: Consequentemente, o lado externo do polo em mudança muda-se, também, passando a adotar instituições características de um modo de produção mais avançado, que comporá nova união dialética (de contrários) com o lado interno recém-criado.

5.^a lei: Como formação periférica que é, as mudanças da dualidade brasileira são provocadas por mudanças no comportamento do centro dinâmico em torno do qual gravita nossa economia, particularmente no que concerne ao quantum e aos termos de intercâmbio do seu comércio conosco.

A 5.^a lei e o ciclo longo: O Brasil é uma economia extremamente sensível aos acontecimentos internacionais, inclusive os económicos, particularmente os que se manifestam por impulsos partidos do centro dinâmico, em torno do qual gravita, juntamente com todo o mundo capitalista, sem excluir a vasta periferia subdesenvolvida. Ora, o centro dinâmico engendra movimentos periódicos ou cíclicos que, do nosso ponto de vista, assumem a forma de fluxos e refluxos, que de perto nos interessam, porque condicionam e regulam a amplitude e as condições do nosso comércio exterior.

Dentre essas flutuações económicas merece especialíssima atenção o chamado "ciclo longo" ou "onda longa" e que Joseph Schumpeter batizou com o nome do economista russo que o estudou com maior atenção e consequência: Nikolai Kondratieff.

Os ciclos mais curtos — de Juglar e de Kitchin — têm menor interesse para nós, no momento, em primeiro lugar porque nem sempre afetam o centro dinâmico como um todo (o conjunto dos países desenvolvidos, capazes de participar do processo de criação de novas técnicas, sintetizando nova tecnologia). Assim não se deve excluir a hipótese de que, vivendo os países componentes do centro dinâmico conjunturas desencontradas, enviem para a periferia impulsos contraditórios, que se anulem mutuamente. Em segundo lugar, porque, sendo de curta duração (o mais longo, o de Jugar, dura de 8 a 11 anos), não dão tempo a que nossa economia e nossa sociedade promovam mudanças institucionais e outras, de ajustamento à conjuntura. Ora, os ciclos de Kondratieff são de longa duração — cerca de meio século, com um quartel de século de "fase a", ou ascendente, e outro quartel de "fase b" ou descendente.

Dentre os vários indicadores através dos quais se manifestam os ciclos longos, merecem especial atenção, da nossa perspectiva periférica, por felicidade, os relativamente mais bem documentados, a saber: os que interessam ao volume físico ou quantum do comércio exterior e aos preços relativos — de exportação versus de importação vigentes nesse comércio, isto é, os "termos do intercâmbio". E por essa via que nossas economias periféricas são, alternadamente, atraídas e repelidas pelo centro dinâmico, isto é, chamadas a participar mais intensamente da divisão internacional do trabalho ou, ao contrário, compelidas a buscar, com seus próprios meios, maior medida de auto-suficiência ou autarcia, segundo o centro atravesse uma "fase a" ou uma "fase b" da onda longa.

A usual expressão de centro dinâmico, para identificar o grupo de países mais desenvolvidos, capazes de sintetizar nova tecnologia, por oposição à periferia subdesenvolvida, pode induzir ao erro de supor que essa periferia é uniformemente passiva, privada de dinamismo. Ora, se é verdade que há economias periféricas que, uma vez diminuída a pressão sobre elas exercida pelo centro dinâmico, via comércio exterior, tendem a se ajustar passivamente à situação ou a restaurar hábitos de consumo e técnicas de produção arcaicos, este não é seguramente o caso brasileiro. O Brasil costuma reagir às flutuações econômicas de longo prazo — as "fases" do ciclo de Kondratieff — de forma muito ativa ou dinâmica, quer quando se aplica a produzir excedentes exportáveis, nas "fases a", quer quando se aplica a substituir importações, nas "fases b" dos ciclos. E pode muito bem acontecer que a absorção da técnica de vanguarda e, em geral, da cultura de vanguarda ou civilização — seja mais intensa nas fases recessivas do ciclo do que nas expansivas, tudo dependendo do "modo" como levamos a cabo o esforço de substituição de importações.

Não cabe aqui entrar em maior detalhe na discussão da complicada e ainda pouco conhecida mecânica do ciclo longo, mas não resta dúvida de que esses movimentos têm muito que ver com o modo como se engendram e as condições com que se propagam as novas técnicas de produção ou, como se diz, as inovações tecnológicas. Com efeito, a economia desenvolve-se através de um processo de substituição de técnicas consagradas pela experiência e representativas de um estágio já vencido do conhecimento científico, por novas técnicas em via de definição, isto é, pela introdução de inovações tecnológicas.

Mas não se creia ser este um processo simples e linear. O caso é que, ao se introduzir uma inovação tecnológica, esta deve cristalizar-se num capital fixo (inclusive humano) mais ou menos importante que, não raro, terá que ser sucateado, se pretendermos introduzir uma tecnologia ainda mais nova e avançada. Por isso mesmo, a tecnologia nova, ou recém-implantada, tende a causar resistência a introdução de uma tecnologia novíssima, surgida, não raro, como fruto do esforço de implementação da primeira.

Enquanto a produção à base da tecnologia nova não encontra os limites do mercado, o conflito entre ela e a tecnologia novíssima é apenas potencial, dado que as novas instalações, em processo de implantação, ou se destinarão a atender a uma demanda ainda insatisfeita ou estarão deslocando a produção de instalações cristalizadoras de uma tecnologia nem nova, nem novíssima, porque velha e arcaica. Entretanto, uma vez encontrados os limites da demanda efetiva, o custo social da implantação da tecnologia novíssima pode revelar-se proibitivo, dado que deverá incluir um novo e pesado elemento de custo, a saber: o valor não

amortizado ainda das instalações baseadas na tecnologia nova, condenadas ao sucateamento. Impõe-se, pois, um compasso de espera, marcado pela concorrência de dois fatores: 1) a depreciação ou o perecimento, com ou sem uso, das instalações já criadas, reduzindo-se assim o peso daquele elemento extraordinário de custo; 2) o refinamento ulterior da técnica, aumentando a distância, em termos de produtividade, entre a antiga "tecnologia nova" (em processo de envelhecimento) e a "nova tecnologia novíssima", em processo de definição e melhoramento sempre maior. A certa altura, romper-se-á de novo o equilíbrio, e uma vaga de investimentos destinados a implantar esta última tecnologia abrirá nova "fase a" do ciclo longo.

Ora, da perspectiva de uma economia periférica subdesenvolvida, esse compasso de espera não tem razão de ser. A própria crise a resultar da interrupção do esforço de formação de capital no centro dinâmico, ao reduzir neste a demanda de importação de produtos supridos pelas economias periféricas, reduz a capacidade para importar destas e, por isso mesmo, põe em evidência uma demanda insatisfeita, ou seja, abre oportunidades de inversão independentes dos fatores que, no centro, impõem o compasso de espera.

A "fase b" dos ciclos longos, portanto, abre, nos países periféricos, oportunidades de inversão, ao tempo em que submete a dura prova as instituições historicamente formadas, sob a influência de um comércio exterior em expansão. Em princípio, uma forma qualquer de substituição de importações torna-se necessária e possível, mas, para isso, faz-se mister certa medida de mudanças das instituições preexistentes. Não é, pois, de espantar que os grandes marcos políticos de nossa história nacional (a Independência, a Abolição-República e a Revolução de 30) tenham ocorrido nas fases "b" dos ciclos longos (1.º, 2.º e 3.º, respectivamente).

Entramos agora na "fase b" do 4.º Kondratieff.

A ESTRUTURA POLITICA DA SOCIEDADE DUAL

Vimos que na estrutura econômica da dualidade brasileira acham-se presentes quatro modos elementares de produção, compondo um modo de produção complexo único — nos quatro lados que, dois a dois, compõem os polos do sistema. Ora, simetricamente, poderíamos supor que na sociedade política acham-se representadas quatro classes dirigentes, uma para cada lado. Entretanto, o Estado brasileiro resulta da aliança de apenas duas classes dirigentes, associadas num "pacto de poder" implícito, que só muda com a dualidade, sejam quais forem os estamentos pelos quais as duas classes dirigentes se façam representar.

Com efeito, há que considerar, para começar, que o lado externo do polo externo da dualidade, sem cuja consideração não poderemos compreender o funcionamento da economia nacional, com a qual faz sistema, encontra-se no estrangeiro, isto é, fora da sociedade nacional e, embora exerça influência, não raro preponderante, sobre os negócios do Estado, o faz por intermédio de uma ou ambas as classes dirigentes, não como integrante do mesmo. Restam-nos, pois, apenas três "lados" com direito a aspirar a uma posição dirigente, no mesmo Estado (o qual, normalmente, e não apenas nos períodos de exceção, é sempre uma coalizão), a saber: ambos os lados do polo interno e o lado interno do polo externo.

Ora, o polo interno está subposto a apenas uma classe e não a duas, e seu protótipo foi a classe dos vassallos-senhores de escravos, isto é, feudais, em suas relações externas com a Coroa) e escravistas no campo das relações internas. Simetricamente, a fazenda era um **feudo-vila** (nos sentidos medieval e romano desses termos, respectivamente). Assim, os interesses correspondentes aos dois modos elementares de produção, dialeticamente unidos no polo interno, manifestam-se como **ordens diferentes e contraditórias de interesses** (potencialmente inconciliáveis) do mesmo grupo de pessoas, isto é, voltando ao nosso protótipo da classe (híbrida) dos vassallos-senhores de escravos, a mesma classe vê-se sacudida entre os interesses da fazenda, **enquanto vila** e da fazenda, **enquanto feudo**.

Também a classe representante do polo externo acha-se solicitada por duas ordens diferentes de interesses, típicas dos modos elementares de produção nesse polo associados, em unidade dialética. Como no caso do polo interno, sua função precípua consiste em conciliar — enquanto for possível — essas ordens de interesses, diferentes, contraditórias e, afinal, antagônicas, quando será mister **optar** entre elas, e fazê-lo a **quente**, isto é, em condições de crise e sob a pressão de todo o corpo social.

Essa **opção**, uma vez feita por uma classe (ou por uma dissidência dela, como logo veremos), muda a identidade da classe, muda o polo, muda a dualidade e, afinal, muda o regime.

Considerando que o motor primário de todos esses movimentos é o mesmo que é responsável pelo desenvolvimento de todas as formações sociais, isto é, o crescimento das forças produtivas contidas no sistema, essas opções não se fazem ao acaso, mas num sentido único e previsível, isto é, pela troca de um modo de produção por outro, mais avançado (invariavelmente o presente no lado externo do polo, conforme 3.ª lei da dualidade).

Ao amadurecerem as pré-condições para essa opção entre as duas ordens de interesses representadas no polo, as antigas unidades e coesão da classe dirigente em causa desaparecem. A "classe dual" cinde-se de alto a baixo, entre uma dissidência **progressista** — isto é, partidária da ordem de interesses correspondente ao lado externo do polo — e uma facção retrógrada ou **conservadora**, apegada à preservação do vigente estado de coisas. A **opção** em causa é, portanto, uma operação complicada, difícil e usualmente demorada, na qual todo o corpo social, e não apenas a classe interessada, toma parte, não obstante ser, afinal, uma escolha entre duas ordens diferentes de interesses da mesma classe ou grupo de pessoas.

Nem por isso é irrelevante o fato de que, afinal, tudo deve conduzir a tal **opção**. Cada membro da classe em causa ver-se-á solicitado entre duas forças opostas, com o resultado já indicado de que a classe se cindirá em duas facções. Mas é fácil ver que os dois grupos guardarão, até o fim, muita coisa de comum, isto é, que uma resistência até as últimas consequências, à **outrance**, é altamente improvável, tanto mais quanto, dentro do aparelho do Estado, como partícipe da coalização dirigente, encontra-se a classe representante do outro polo, que, como veremos, não deve estar em crise interna, nem internamente dividida, porque as ordens contraditórias de interesses que representa ainda são conciliáveis. Essa classe está, pois, em condições de arbitrar as contendas internas do seu sócio e não admira que acabe sempre por negociar, com a dissidência progressista deste, novo pacto de poder. Essa dissidência buscará assumir o comando de toda a

sua classe, reunificá-la sob seu comando, não excluindo senão os elementos mais retrógrados e, nessa condição, passará a compor a nova coalizão dirigente. Teremos, assim, nova classe (por mais que ela disso ainda não tenha consciência), novo polo e nova dualidade, isto é, novo regime.

Por força da 2.^a lei da dualidade (que quer que se renove apenas um polo de cada vez), desde que se constitua nova dualidade, entre si dividirão o poder duas classes, a saber: uma que representa o polo não renovado, passando de uma dualidade para outra; a segunda, que resulta da dissidência da classe representante do polo renovado — mas que é, afinal, outra classe — é uma formação social nascente. Assim, a primeira é uma classe em plena maturidade, consciente dos seus interesses (uma classe em si e para si), traz consigo preciosa experiência de uso do poder, ao passo que a segunda é politicamente inexperiente (uma classe em si, apenas), não obstante ser portadora de grande dinamismo. Não deve espantar, pois, que em cada dualidade historicamente formada o poder seja exercido hegemonicamente pela primeira, a mais velha, desfrutando a outra de plena liberdade para fazer prova do seu dinamismo, em tudo o que não conflite com os interesses fundamentais da classe hegemônica.

Daí resulta também o corolário de que a classe a renovar-se é sempre a hegemônica, que se aproxima do fim da sua trajetória, quando os seus interesses conflitam com os da outra classe dirigente e os de todo o corpo social e quando, por outro lado, ela se vê internamente dividida, tudo isso em consequência da pressão que sobre as relações de produção do sistema exercem as forças produtivas em expansão.

Em suma, quando, sob o assalto das forças produtivas em expansão, as relações de produção vigentes ameaçam estalar — rompendo-se pelo seu elo mais débil, numa sequência de pouco tem de acidental, eis que sobrevém um fato exógeno, isto é, a passagem do centro dinâmico à "fase b" do ciclo longo. Do ponto de vista de nossa formação periférica, isso importa em queda do volume físico de nossas exportações, em piora dos termos de intercâmbio, em contração da capacidade para importar, etc. As contradições já em processo de agudização, no interior da economia dual tornam-se obviamente inconciliáveis, rompendo-se a cadeia pelo seu elo mais débil, isto é, suprimindo-se o lado interno do polo em crise.

Julgo haver suprido os subsídios necessários para que o leitor me possa agora acompanhar pelas etapas já cumpridas da história da dualidade brasileira, que é, afinal, a História do Brasil.

PRIMEIRA DUALIDADE BRASILEIRA

A independência do Brasil foi um incidente da Grande Revolução Francesa (1789), que, fazendo-se na esteira da Revolução Inglesa e da Americana (Independência), marcaria, de forma irreversível, o império do capitalismo desenvolvido (industrial) em escala mundial. Sob o impulso deste (Revolução Industrial), o centro dinâmico universal deslanchou uma onda longa (a primeira), a qual, tanto em sua fase expansiva (1790-1815), como na recessiva (1815-1848), obrigou a imensa periferia subdesenvolvida (da qual o Brasil fazia, e continua a fazer parte) a ajustar-se segundo as condições específicas de cada país ou região, aos impulsos partidos do centro,

Desde a Abertura dos Portos (1808) começou energicamente o processo de integrar-se o polo externo da dualidade brasileira, fato este que encontraria sua sanção política na **Carta da Lei** de 1815, criando o Reino do Brasil, mudanças essas subsequentemente homologadas pelo Sete de Setembro (1822), com a declaração formal da Independência, e pelo Sete de Abril (1831), quando, com a abdicação de Pedro I, a nova sociedade saía dos seus cueiros portugueses. O capital mercantil português, sob cuja hegemonia (em íntima aliança com o capital industrial nascente, na Europa) as peças essenciais de nossa futura sociedade nacional (essencialmente, as fazendas de escravos, subordinadas à Coroa Portuguesa por laços de suserania-vassalagem), era aliado, como um aparelho inútil, sendo seu lugar tomado, no interior da nova sociedade, **por uma dissidência sua**: o novo capitalismo mercantil **do Brasil** (se bem que não **brasileiro** ainda). Definia-se, assim, o polo externo da nossa dualidade. Surgia, também, a classe dos comerciantes, que seria uma das classes dirigentes do Estado.

Quanto ao polo interno, havia concluído virtualmente sua longa e laboriosa evolução. Afora as tribos indígenas, ainda por "civilizar", "preparar" ou exterminar, conforme as circunstâncias, a sociedade estruturava-se basicamente em torno das fazendas de escravos, as quais, pelo lado interno, isto é, "de porteira para dentro", haviam-se formado sob a lógica irretorquível do direito escravista (não por acaso referido diretamente ao Direito Romano clássico, isto é, anterior às **Institutas**), que tende a tudo reduzir à condição dos escravos, inclusive os trabalhadores livres e semilivres.

Nessas condições, a Independência não podia significar outra coisa senão a hegemonia da classe dos vassalalhos-senhores de escravos a classe dual que se empenhava em conciliar os interesses contraditórios oriundos de sua dupla condição de **barões** e de **senhores**, nos sentidos medieval e romano, respectivamente. Quanto à nova classe dos comerciantes, poderia desenvolver-se sob o patrocínio do seu sócio hegemônico, até onde seus respectivos interesses não conflitassem. Essa classe, embora oriunda de uma classe hegemônica, era uma força nascente. Esses comerciantes, quase todos estrangeiros, mas cuja presença assinala o que há de novo e característico na sociedade brasileira da época, estavam **ainda** politicamente despreparados para o exercício do poder.

A primeira dualidade (como as subsequentes, como logo veremos) formava-se nas condições da "fase b" do ciclo longo 1.º Kondratieff. Podemos datá-la mesmo daquele fatídico 1815, o ano de Waterloo, da estruturação da Santa Aliança, do início da fase recessiva do 1.º Kondratieff e da Carta da Lei, que fundava o Reino do Brasil. O Sete de Setembro (1822) e o Sete de Abril (1831) foram atos homologatórios de mudanças já de fato efetivadas. A sociedade e o Estado brasileiros estavam estruturados e essa estrutura se manteria até os acontecimentos que culminaram, em 1888-1889, com a Abolição-República. Ou seja, na **primeira dualidade brasileira**, tínhamos:

<i>Pólo interno</i>	$\left\{ \begin{array}{l} \text{lado interno: o escravismo} \\ \text{lado externo: o feudalismo} \end{array} \right.$
<i>Pólo externo</i>	$\left\{ \begin{array}{l} \text{lado interno: o capitalismo mercantil} \\ \text{lado externo: o capitalismo industrial} \end{array} \right.$

Cada um desses modos de produção está dialeticamente unido aos demais, isto é, interfere no funcionamento destes e sofre a influência deles, sem, por isso, perder a própria identidade. Sob a pressão das forças produtivas em expansão, o escravismo tende para o feudalismo, este para o capitalismo mercantil, este para o capitalismo industrial e, num futuro ainda imprevisível, na época da primeira dualidade, o capitalismo industrial daria origem ao capitalismo financeiro, além do qual está o socialismo. Isto, entretanto, não quer dizer que todos esses passos sejam dados, historicamente, ao mesmo tempo. A resistência das relações de produção (que enquadram juridicamente todos os modos de produção presentes em cada dualidade), ao empuxe das forças produtivas (do sistema, como um todo) não é a mesma em todos os patamares dessa sociedade e, rompidas as relações de produção em um ponto, a situação geral se desafoga, consolidando-se as relações de produção vigentes no resto do sistema.

De resto, dado que, como já vimos, essa sociedade se caracteriza pelo domínio de apenas duas classes (duais) — representativas dos dois polos —, o rompimento das relações de produção, como fato político que é, tende a ocorrer no nível dos polos e não no dos lados (vide 1ª lei da dualidade). Ora, como os polos não têm ambos a mesma idade (vide 2.ª lei da dualidade) é natural que o rompimento se dê pelo polo mais antigo.

O polo externo da primeira dualidade (capitalismo mercantil e capitalismo industrial) não se formou por acaso, mas como resultado da **dissidência** surgida no seio do velho capitalismo mercantil (português) que foi a força hegemônica modeladora da sociedade colonial, politicamente representada pela classe dos comerciantes, a qual, além dos elementos trazidos da antiga classe hegemônica, incluía contingentes representativos de comerciantes de outras procedências, fato que bastava para fazer dela uma "nova" classe, despreparada para o exercício do poder. A única classe capaz de hegemonia, como coroamento, que era, da secular evolução da sociedade colonial, era a classe dos vassalos-senhores de escravos — internamente escravista e externamente feudal. O Estado brasileiro em formação teria, pois, a seguinte estrutura:

Sócio maior (hegemônico): a classe dos barões-senhores de escravos.

Sócio menor: a classe dos comerciantes (principalmente exportadores-importadores) em estreita ligação com o capitalismo industrial estrangeiro, que constitui o lado externo do polo externo.

Esse sócio menor era, senão o motor primário, pelo menos a correia de transmissão pela qual o capitalismo industrial do centro dinâmico impulsionava todo o sistema segundo seus interesses, não obstante

sua imaturidade, como força política independente. A diplomacia inglesa não raro apoiada pelos navios da marinha real sublinhava fortemente sua ação, pressionando, em última instância, para que o escravismo fosse substituído pelo latifúndio feudal. Entrementes, ao longo de todo o curso da primeira dualidade, a função precípua desse sócio menor seria fortalecer-se economicamente, assumir novas posições de comando no sistema, e amadurecer politicamente, ganhando coesão, homogeneidade e clara consciência dos seus interesses, o que lhe faltava no princípio. Quanto ao sócio maior, a situação era diversa, porque as contradições fundamentais que deveriam levar à crise final do polo e da primeira dualidade estavam aí, encarnados no feudo-fazenda de escravos e na classe dos vassalos-fazendeiros de escravos.

Havendo nascido virtualmente com a passagem do 1.º Kondratieff da "fase a" para a "fase b", a primeira dualidade devia provar sua eficácia resolvendo o problema de assegurar o crescimento da economia, não obstante o estancamento prolongado do comércio exterior. Durante muito tempo, tudo esteve subordinado a isso, isto é, pela capacidade que provasse ter a economia nacional de promover uma forma qualquer de substituição de importações, sem o que tal crescimento teria sido impossível.

Ora, como bem observa Caio Prado Jr.⁹³, não obstante a liberdade conferida à Colônia, logo após a Abertura dos Portos, para desenvolver sua "indústria" — o que lhe era antes vedado formalmente —, pouco se pôde fazer nesse sentido, à vista da vigorosa concorrência da indústria dos países cênicos, num mercado virtualmente aberto, à vista da ínfima tarifa aduaneira. O país entre 1823 e 1850 mais que duplicou sua população — tanto a livre como a escrava; todas as indicações são de que o período em causa foi de vigoroso crescimento econômico. Não obstante, o giro do comércio exterior (exportações mais importações) apenas passou de (libras ouro) £ 81.601.000 para £ 115.679.000.

É certo que esse comércio exterior não era tudo. O Brasil tinha um segundo comércio exterior, expresso pela importação de escravos, a qual no decênio 1841-50 foi estimado em 50 000⁹⁴ "peças" por ano, num valor comparável ao das importações do comércio exterior regular — o que faz supor um fluxo de mercadorias em sentido contrário ponderável, se bem que menor do que esse. Entretanto, esse "segundo comércio exterior" fazia-se com outras áreas periféricas, não com o centro dinâmico, de modo que deve ser apreciado como parte do esforço periférico geral de substituição de importações, até porque se destinava a suprir um insumo crítico para a atividade que, dentro do Brasil, era responsável pelo esforço principal de substituição de importações: a fazenda de escravos⁹⁵.

Com efeito, escorraçado da economia de mercado, o esforço de substituição de importações, nas condições da "fase b" do 1.º Kondratieff (1815-50), assumiria a forma específica de diversificação da atividade produtiva, no interior da fazenda de escravos, vale dizer, nas condições da economia natural, onde o poder de competição da indústria capitalista do centro dinâmico chegava mais enfraquecido do que se limitado por uma forte tarifa aduaneira. A fazenda de escravos cresceu em escala e se tornou menos

⁹³ Caio Prado Junior, História Econômica do Brasil, Cap. 15, São Paulo, Editora Brasiliense, 7.ª Edição, 1962.

⁹⁴ Caio Prado Junior, op. et loc cit (nota: João Ribeiro, História do Brasil, Rio de Janeiro, Liv. São José, 14.ª Edição, 1953, estima, para o mesmo decênio, a importação anual de 35 000 escravos).

⁹⁵ Gilberto Paim, Industrialização e Economia Natural, ISEB.

agrícola, na medida em que realocava seus recursos internos (inclusive, mas não apenas, mão-de-obra), orientando parte deles para atividades não agrícolas, classificáveis como construção e indústria de transformação, sem falar em certos "serviços". Ao tornar-se mais autárquica, tornava mais auto-suficiente, menos dependente do comércio exterior, a economia nacional como um todo. Esta, conseqüentemente, pôde crescer em descompasso com o comércio exterior, como o estavam fazendo numerosos países, tanto desenvolvidos como subdesenvolvidos.

A fazenda de escravos, portanto, comportou-se muito bem na "fase b" do ciclo longo, mas suas contradições internas — precisamente em função do crescimento das forças produtivas que viabilizou — entrariam a agudizar-se, conduzindo, afinal, ao seu fim e ao da primeira dualidade, ao se inaugurar a "fase a" do 2.º Kondratieff. O polo interno, agora o mais velho, era aquele pelo qual devia chegar ao fim a primeira dualidade.

A conversão do escravismo em feudalismo (mudança do lado interno do polo) exige duas condições essenciais:

- a) o aparecimento, no seio da classe dos escravos e, ao seu lado, de uma ponderável massa de trabalhadores incapazes de produzir a própria vida, senão pelo amanho de uma pequena porção de terra — isto é, que no seio da população escrava se tenha formado certa massa de escravos filhos e netos de escravos, sem experiência, portanto, da vida nômade que seus pais e avós levavam antes de serem escravizados;
- b) a apropriação, pela classe dos feudais, de toda a terra acessível, habitável e agricultável, não restando terras livres onde aqueles trabalhadores reduzidos à condição de agricultores sedentários se pudessem instalar isto é, a supressão do regime pelo qual a Coroa, no intuito de habilitar-se a negociar novas vassalagens, reduzia ao mínimo as terras doadas aos fazendeiros, o que implicava em deixar, ao lado das terras já apropriadas por estes, muitas terras "devolutas", isto é, livres ou sem dono.

A lei de população típica das sociedades escravistas, que dificulta a reprodução da massa servil, tornando indispensável o afluxo de novas levas de escravos, conduz a uma crise quando esse afluxo é interrompido. No nosso caso, essa interrupção viria em consequência da repressão ao tráfico pela Inglaterra e da lei brasileira de 1850 que também o proibia, de maneira singularmente eficaz. O resultado seria o aparecimento de um crescente contingente de escravos já incapazes de produzir a própria vida nas condições pré-escravistas, e de escravos filhos e netos dos selvagens escravizados. Satisfazia-se, assim, a primeira condição para a passagem do escravismo ao feudalismo.

A segunda condição começaria também a ser satisfeita por outra legislação do mesmo ano: a lei de terras. Com efeito, à medida que a massa de selvagens recém-escravizados fosse substituída por seus filhos e netos, a abolição da escravidão poderia significar o aparecimento de uma generalizada pequena exploração agrícola, nas terras devolutas e, como é natural, contra isso a classe dos fazendeiros levantava-se como um

só homem. Ora, a absorção de todas as terras devolutas de interesse agrícola pelos fazendeiros, criando a condição "*nulle terre sans seigneur*", abria outra solução, a saber, a conversão do escravo em servo de gleba, permitindo a dispensa parcial da violência direta, na medida em que o servo está interessado no resultado do próprio trabalho e, em consequência, é um trabalhador capaz de uma produtividade muito maior que a do escravo a ponto de compensar o maior custo de produção da mão-de-obra, o qual, agora, deve cobrir as necessidades dos membros inativos da família trabalhadora.

A absorção, de fato ou de direito, das terras devolutas reduz a letra morta a nua propriedade da terra criada em Tordesilhas. *Pari passu*, muda o status do fazendeiro, em suas relações com o resto do mundo, vale dizer, da "porteira para fora" da fazenda. As velhas relações feudais (suserania-vassalagem) caducam e a comercialização de sua própria produção, antes uma atividade secundária de uma entidade essencialmente natural, como a velha fazenda de escravos, passa para o primeiro plano. A fazenda tende a tornar-se internamente feudal e externamente uma empresa comercial. Politicamente, a classe dos vassalos-senhores de escravos tende a converter-se na classe dos barões-comerciantes — os latifundiários do período republicano. Preparava-se o advento da:

SEGUNDA DUALIDADE BRASILEIRA

A passagem da primeira para a segunda dualidade não foi instantânea, mas um processo demorado, resultante do trabalho das contradições que minavam o polo interno da primeira. O polo externo desta, como já ficou assinalado, passaria intacto e muito amadurecido e fortalecido à segunda, visto como o estágio de desenvolvimento das forças produtivas do sistema já alcançado ainda não entrara em conflito com as relações de produção que o enquadravam. Importa, pois, dedicar maior atenção para o que se passava no polo em processo de renovação e regeneração.

A exemplo do que, no Baixo Império romano e em sua periferia bárbara, se passou, nos primeiros séculos de nossa era, a fazenda de escravos brasileira, nas condições da fase ascendente do 2.º Kondratieff, entrou a acumular tensões que, afinal, deveriam converter a massa de escravos (filhos e netos de escravos, por força das mudanças decorrentes da interrupção do tráfico) e de "libertos" e trabalhadores livres e semi-livres, cujo número vinha crescendo dentro e em torno das fazendas, em servos de gleba —ou, como aqui dizíamos, "colonos" e "agregados".

Por outro lado, a interiorização do aparelho de intermediação mercantil, que fundara a primeira dualidade, conforme já vimos, colocava esse aparelho, isto é, a classe dos comerciantes, em parte já voltada para o mercado interno, em posição propícia ao progressivo esvaziamento das relações de suserania-vassalagem que presidiam, na origem, às relações entre o oikos escravista e o resto do mundo, vale dizer, o mercado capitalista. Ao mesmo tempo que o senhor de escravos se convertia (nas relações de produção internas da fazenda) em senhor feudal, o vassalo, que ele também era (nas relações externas da mesma), convertia-se em comerciante. O capitalismo chegava, pois, não mais indireta, mas agora diretamente, à

fazenda, por onde, no advento da primeira dualidade havia chegado à economia nacional, isto é, pelo lado externo. E era o mesmo capitalismo mercantil, primeiro estágio do desenvolvimento do capitalismo.

Surgia, assim, um elemento comum aos dois pólos da dualidade. No pólo externo, o capitalismo mercantil estava presente, no lado interno; no polo interno, no lado externo. Apenas, no primeiro caso, o capitalismo mercantil unia-se dialeticamente ao capitalismo industrial do centro dinâmico e introduzia na economia nacional produtos oriundos de uma economia capitalista, isto é, mercadorias, desde sua origem, ao passo que, no segundo, servia para converter em mercadorias produtos oriundos de uma economia natural, representando, em grande parte, sobreproduto retirado, como tributo feudal, aos produtores diretos. Nada mais equivocado do que definir o regime sob o qual tais bens eram produzidos como salariatos. Este, mesmo no quadro urbano, era excepcional e por muito tempo seria um falso salariato.

Isto posto, tínhamos na segunda dualidade brasileira:

Pólo interno	$\left\{ \begin{array}{l} \text{lado interno: feudalismo} \\ \text{lado externo: capitalismo mercantil} \end{array} \right.$
Pólo externo	$\left\{ \begin{array}{l} \text{lado interno: capitalismo mercantil} \\ \text{lado externo: capitalismo industrial (do centro dinâmico)} \end{array} \right.$

Sobre essa base econômica assentava a estrutura política do Estado, a saber:

Sócio maior: a burguesia comerciante, representativa do polo externo.

Sócio menor: os fazendeiros, latifundiários feudais, por um lado, e comerciantes, por outro, representando o polo interno.

A classe dos comerciantes (em unidade com a burguesia industrial do centro dinâmico) nascida da Abertura dos Portos-independência, era agora uma formação madura, politicamente capaz de conduzir os negócios do Estado, de modo a dar margem a que seu sócio menor, politicamente imaturo, fizesse prova de todo o dinamismo de que era capaz, como a formação social nascente que era.

Havendo a segunda dualidade nascido nas condições da fase recessiva do ciclo longo (de fato, os decênios 80 e 90 estiveram nitidamente abaixo do trend, no tocante ao giro dos negócios e, tecnicamente, a "fase b" do 2.º Kondratieff começou em princípio dos anos 70. Vide Quadro I) tinha, como a primeira, que fazer prova de capacidade de promover uma forma qualquer de substituição de importações. Ora, ao se converter em latifúndio feudal, a antiga fazenda de escravos perdia muito da centralização do comando e não poderia repetir o brilhante desempenho nos quadros da primeira dualidade. Uma substituição natural de importações não podia ser senão um elemento auxiliar. Quanto ao esforço principal, caberia ao capital mercantil promovê-lo, basicamente incentivando a diversificação da produção interna, por processos artesanais e manufatureiros. Os empreendimentos industriais tiveram papel menos relevante e, quando

estiveram presentes, foi através de unidades produtivas que somente se apoiavam no mercado interno de fatores, para a mão-de-obra não qualificada e para as matérias-primas, isto é, não eram eficazes como meios de substituir importações.

As formas como se modificara a velha fazenda de escravos, antes de ceder o passo ao latifúndio feudal-mercantil, facilitava o encaminhamento, sob a orientação do capital mercantil urbano, do novo esforço de substituição de importações. Com efeito, havendo aumentado, na fase ascendente do 2.º Kondratieff, a receita monetária dos fazendeiros, muitos deles mudaram-se para as cidades, levando consigo uma numerosa criadagem escrava, remanescente da superdimensionada Casa Grande que, na "fase b" do 1.º ciclo longo, fora a sede do esforço principal de substituição de importações. Ora, quando, sob a influência do refluxo do ciclo longo, a renda monetária das famílias nobres declinou, seria impensável refazer a Casa Grande, fazendo refluir para as fazendas uma população já urbanizada havia anos, por vezes por uma geração inteira. Essa população escrava foi sendo paulatinamente libertada e lançada ao mercado urbano de trabalho — não raro antes mesmo da liberdade, como "negros de ganho", por seus próprios senhores arruinados.

Por este lado, pois, havia condições propícias para a diversificação da produção nacional — implicando, pois, em substituição de importações através do desenvolvimento de atividades artesanais de **transformação e construção civil**. Essas atividades, estruturadas sob o acicate da crise do comércio exterior, resistiriam, por **serem urbanas**, à desestruturação, quando a conjuntura externa nos designasse outro campo primordial de ação, a saber, a produção de exportações, por força do jogo periódico de fluxo e refluxo, que o centro dinâmico mundial nos impõe. Essas atividades exportadoras teriam que ser basicamente agroprimárias, isto é, seriam predominantemente rurais e não urbanas. Entrementes, sob outra forma, nossa economia periférica mostrava-se capaz de expansão, não somente nas fases ascendentes, mas também nas fases recessivas dos ciclos longos.

A "pequena produção de mercadorias" que, sob a orientação e comando do capitalismo mercantil, empreendíamos foi, por mais de um ponto de vista, uma preparação para a industrialização substitutiva de importações, que, mais tarde, na fase recessiva do 3.º Kondratieff, empreenderíamos. Em primeiro lugar, expandia-se o mercado, porque tínhamos uma produção de mercadorias e não uma produção natural ou de auto-consumo. Sobre essa base, a moeda brasileira estruturava-se, e isso era também uma importantíssima pré-condição para a industrialização.

A República foi a homologação das mudanças ocorridas na dualidade e, em boa parte, identifica-se com a segunda dualidade. O personagem típico desta, representante do sócio hegemônico, foi a Casa Comissária empenhada no comércio de exportação-importação, apoiada nas comunidades de comerciantes que representavam a cúspide do edifício social em cada uma das "ilhas" que então compunham o "arquipélago econômico brasileiro", quase sem intercâmbio entre si, quase inteiramente orientadas para os mercados exteriores e, na base do mesmo edifício, encontravam-se os latifundiários-comerciantes, isto é, os "coronéis representantes do polo interno ou "sócio menor".

O advento da "fase a" do 3.º ciclo longo (convencionalmente datado de 1896) associa-se ao surto cafeeiro, a máxima manifestação do dinamismo do latifúndio encarnado no polo interno do sistema. A segunda dualidade foi marcada também pela I Guerra Mundial, que refletiu sobre a nossa economia sob a forma de uma aguda crise comercial, que teve o efeito de induzir um enérgico, posto que temporário, esforço artesanal de substituição de importações, antecipando o longo recesso, isto é, a Grande Depressão mundial, já na "fase b" do 3.º Kondratieff, que nos traria a terceira dualidade, a II República e a passagem a formas industriais de substituição de importações.

TERCEIRA DUALIDADE BRASILEIRA

Vimos que, na segunda dualidade, o "sócio maior" (e mais antigo) foi o representante do polo externo — a classe dos comerciantes, em unidade com o capitalismo industrial do centro dinâmico. Consequentemente, por este polo deveria chegar ao fim a segunda dualidade e sua mudança deveria ocorrer através da passagem, para o lado interno, do modo de produção antes presente no lado externo do mesmo. Consequentemente, o capitalismo mercantil deveria ser substituído, no lado interno do polo, pelo capitalismo industrial.

E foi isso efetivamente o que ocorreu. Com a Grande Depressão mundial, fato que, com a II Guerra Mundial, assinala a passagem da "fase b" do 3.º ciclo longo, o velho arranjo (pelo qual, pela intermediação do capitalismo mercantil interno, o capitalismo industrial do centro dinâmico fazia sentir sua presença, como mercado para nossos produtos de exportação e fonte dos nossos produtos de importação) revelou-se inteiramente privado de perspectivas. Mais uma vez a economia, nas condições do prolongado estancamento do comércio exterior, com uma contração sem precedentes de nossa capacidade para importar (vide Quadro I), era chamada a um esforço em profundidade de substituição de importações. Ora, seria impensável repetir o desempenho do polo interno, que caracterizou a primeira dualidade (diversificando a produção das fazendas de escravos). Quanto à repetição da experiência da segunda dualidade, organizando-se a diversificação da produção interna por via artesanal, sob a liderança do capitalismo mercantil, seria possível e foi tentada, não apenas **regionalmente** (nas regiões menos desenvolvidas do País), como também **setorialmente** (nos setores que, de início, não fosse possível modernizar ou **industrializar**). Mas o fato de que, em certas atividades, especialmente da indústria de transformação, tivesse sido possível empreender uma peculiar **substituição industrial de importações** viria introduzir no sistema um elemento novo, de extraordinário dinamismo. Entrementes, isso queria dizer que, no esquema da dualidade brasileira, introduzia-se uma mudança de estratégica importância, a saber: no polo externo da dualidade, o **capitalismo industrial** — antes presente do lado externo, — aparecia agora do lado interno, substituindo aí o capitalismo mercantil. Era a terceira dualidade que nascia.

Esse capitalismo industrial nascente teria que abrir caminho em luta porfiada contra o seu homônimo — o capitalismo industrial do centro — exatamente como, um século e pouco antes, o capitalismo mercantil nascente o fizera. Com efeito, cada passo da novel indústria levava-a a chocar-se com a indústria

metropolitana, que devia ceder uma fatia do mercado brasileiro. Segue-se que, como eletricidades do mesmo nome, que se repelem, o aparecimento do capitalismo industrial no lado interno do polo implicava em sua exclusão do lado externo e, para recompor a dualidade, seria mister sua substituição por uma outra formação (superior). Assim, o lugar antes ocupado pelo capitalismo industrial cêntrico foi ocupado paulatinamente pelo capitalismo financeiro.

Para compreendermos essa transição, é indispensável que nos apercebamos de que, precisamente na época do advento da terceira dualidade, o capitalismo financeiro estava passando por uma mudança profunda, pouco visível então, mas muito evidente, hoje em dia. Com efeito, surgido da união do capital industrial com o capital bancário (isto é, com o capital financeiro *stricto sensu*), o capital financeiro (no sentido lato ou de Hilferding) era, em si mesmo, uma formação dual, cujas partes constitutivas se uniam dialeticamente, isto é, conflitualmente. No início, o predomínio indiscutível cabia ao capitalismo industrial, que se servia do capital financeiro (o banco e todo o aparelho de intermediação financeira) como de um aparelho ancilar, para a promoção dos seus próprios interesses. No essencial, tratava-se de organizar o suprimento de produtos primários e matérias-primas para o parque industrial metropolitano e de mercados para os produtos do mesmo. O capital financeiro, no sentido estrito, não tinha, a rigor, política própria. Foi esse o capitalismo financeiro estudado por Hilferding e a Inglaterra imperial era sua manifestação mais acabada.

Com o correr do tempo, os papéis tendiam a inverter-se, isto é, os interesses do aparelho de intermediação financeira tendiam a emergir como dominantes, e esses interesses tanto poderiam, como no passado, coincidir com os do capitalismo industrial metropolitano, ou de origem, em conjunção com o qual havia nascido, como não, podendo, inclusive, suscitar o aparecimento de outros capitalismos industriais, dentro da metrópole, ou fora dela, potencialmente competitivos com o capitalismo industrial original. As empresas *supra* ou *multinacionais* são a manifestação mais em vista do capitalismo financeiro chegado a esta *segunda fase* do seu desenvolvimento, *mas não a única*.

Com efeito, o capitalismo industrial *nacional* — por oposição ao supra ou multinacional implantado nos países periféricos — tem também essa história. Sem certa medida de tolerância — quando não de cumplicidade — do capital financeiro cêntrico, nosso capitalismo industrial teria tido que vencer muito maiores dificuldades para desenvolver-se e talvez não tivesse mesmo podido fazê-lo.

Na época do advento da terceira dualidade brasileira, o capitalismo financeiro europeu — particularmente o inglês, para o qual nos orientávamos, desde antes da Abertura dos Portos — não havia ainda alcançado esse estágio superior de desenvolvimento. Sua política continuava a ser organizar o suprimento de matérias-primas e produtos agro-primários para a metrópole e preservar nosso mercado para os produtos industriais metropolitanos. Outra, porém, seria a atitude do capital financeiro norte-americano, que não era supridor tradicional de produtos industriais ao Brasil e contava com uma vasta e diversificada produção primária metropolitana, condição que o desenvolvimento da técnica só tendia a consolidar, *industrializando a agricultura e a produção de matérias-primas*. Consequentemente, esse novo capital

financeiro pouco tinha a perder com o desenvolvimento de alguma indústria no Brasil e, ao contrário, muito tinha a ganhar. Segue-se, pois, que a terceira dualidade nos traria não somente uma mudança de hegemonia no plano interno, mas também a troca de hegemonia (a inglesa pela norte-americana) no plano externo.

Tínhamos, pois, na terceira dualidade brasileira:

<i>Pólo interno</i>	$\left\{ \begin{array}{l} \textit{lado interno: feudalismo} \\ \textit{lado externo: capitalismo mercantil} \end{array} \right.$
<i>Pólo externo</i>	$\left\{ \begin{array}{l} \textit{lado interno: capitalismo industrial} \\ \textit{lado externo: capitalismo financeiro} \end{array} \right.$

Sobre essa base econômica levanta-se o edifício político do Estado, a saber:

Sócio maior: os fazendeiros-comerciantes representantes do polo interno.

Sócio menor: a burguesia industrial nascente, representante do polo externo.

Tal como das outras vezes, a origem desse sócio menor foi uma dissidência da classe hegemônica da anterior dualidade. Esses industriais, na origem, não se julgavam tais, mas comerciantes, como os outros, agrupados nas Associações Comerciais, que, em vez de comprarem e venderem, simplesmente, compravam **insumos** e vendiam **produtos**. Isso abria a possibilidade de que uma parcela crescente dos insumos, com que se sintetizavam os produtos, viesse a ser comprada dentro do País, para juntar-se aos insumos importados. Consequentemente, uma parcela cada vez mais importante do valor incorporado no produto seria pagamento de **fatores nacionais** e, a esse título, **Renda Nacional**. Estava montado o esquema de substituição de importações da terceira dualidade.

A consciência de que os "novos comerciantes" não eram tais, mas outra formação social a saber, a **burguesia industrial** começaria a definir-se gradualmente, por força da própria crise que dera nascimento à terceira dualidade. Com efeito, ao fechar os mercados externos a nossas exportações — não apenas em termos de **quantum**, mas, talvez principalmente, de valor — estabelecia-se uma distinção clara entre os dois grupos de "comerciantes". Os primeiros não tinham vocação para substituição (industrial) de importações e os segundos, sim. Politicamente, a crise debilitava os primeiros e fortalecia os segundos, na medida em que conferia a estes uma incumbência de estratégica importância para a economia nacional como um todo. Os novos industriais passavam a fazer jus ao apoio e simpatia de todas as forças vivas do país inclusive as forças populares e as massas trabalhadoras. A própria crise, com efeito, no ato mesmo de comprimir a capacidade para importar do País, estabelecia uma reserva de mercado para uso dos substituidores de importações.

A eficácia da substituição de importações media-se, naturalmente, em termos da parcela de insumos que pudessem ser supridos pela economia nacional, isto é, na medida em que as **novas indústrias** se pudessem

apoiar na preexistente economia nacional, onde a produção industrial era ainda uma exceção, muito particularmente no que diz respeito aos bens de produção. Ora, a produção industrial de equipamentos e outros bens de produção estava ainda num futuro imprevisível. Segue-se, portanto, que a formação de capital implicava num apelo em escala considerável a formas pré-industriais de produção desde a agricultura exportadora e supridora de matérias-primas, às oficinas artesanais de manutenção dos serviços de utilidade pública e das poucas fábricas e usinas existentes. Em suma, não obstante a função de produção poupadora de mão-de-obra, no processo de instalar-se, a nova indústria engendrava uma demanda de fatores altamente insumidora de mão-de-obra, isto é, a mão-de-obra que deveria ser poupada no futuro era intensamente empregada no presente.

Por um lado, tudo — a começar por um direito do trabalho corporativo, que criava uma espécie de servidão industrial de gleba, acoplando duradouramente o trabalhador a sua máquina, e que encarecia o fator trabalho, cobrando-se institucionalmente um segundo salário conspirava para impor funções de produção avançadas ou intensivamente industriais. Por outro, à vista das limitações incontornáveis da capacidade para importar, tornava-se inevitável o apelo intensivo ao uso de mão-de-obra. Os recursos que o Estado auferia de sua participação no segundo salário, isto é, nos encargos salariais, eram a contrapartida dos subsídios concedidos por diversas vias ao empresário, para o resultado final de baratear-lhe o fator capital. Com um fator trabalho caro e um fator capital barato, a opção por uma função de produção intensiva quanto ao capital estava, em boa parte, predeterminada.

Possibilitava-se, assim, uma industrialização setorialmente escalonada, isto é, a terceira dualidade engendrava um fato novo, numa economia periférica, isto é, produzia seu próprio ciclo, coisa antes prerrogativa dos países industrializados integrados no centro dinâmico. Não se tratava, por certo, do ciclo longo, que é inerente ao centro dinâmico mundial, como reflexo que é dos processos de gestação e propagação de tecnologia nova, mas de ciclos médios, aparentemente da família dos ciclos de Juglar, aparentemente inerentes à fase de construção do capitalismo industrial.

Nossa experiência, nos quadros da terceira dualidade, nos ensina que, periodicamente — por períodos aproximadamente decenais, como os dos ciclos de Juglar —, a economia, após uma fase ascendente (de aproximadamente um lustro) entra em crise, a qual acaba por induzir certas mudanças institucionais (no fisco, no câmbio, no direito do trabalho, nos meios de acesso à nova tecnologia e, em especial, no aparelho de intermediação financeira), as quais sensibilizam novos grupos de atividades econômicas ainda não modernizadas, pondo em marcha uma vaga de investimentos, cujos efeitos se propagam a todas as partes do sistema econômico, o qual é impelido, afinal, para nova fase ascendente. Esta é a etiologia dos nossos "milagres". Entrementes, esgotado o impulso — quando os pontos de estrangulamento cedem o passo a atividades carregadas de capacidade ociosa —, sobrevém outra crise, que confronta a economia com as posições polares de ociosidade e de antiociosidade (isto é, um complexo de pontos de estrangulamento), promoverá tensões sócio-políticas e, afinal, promoverá novas mudanças institucionais, viabilizadoras de nova onda de investimentos, ou seja, de novo "milagre".

Outra singularidade da terceira dualidade está no fato de que, embora havendo começado nas condições da fase recessiva do ciclo longo, a industrialização substitutiva de importações (ou, mais propriamente, a substituição industrial de importações) não se interrompeu com a passagem à fase ascendente do 4.º Kondratieff. O dinamismo do processo de industrialização, engendrando demandas de importações sempre novas, fez com que o impulso se mantivesse, não obstante a considerável expansão da capacidade para importar dos últimos tempos. Isso não poderia ter acontecido num processo artesanal de substituição de importações, mas, entende-se, num processo industrial. Não é uma proposição privada de sentido, a de que o Brasil prossiga em seu esforço de industrialização para além da substituição de importações, tanto mais quanto o centro dinâmico mundial (porque há muito que temos nosso próprio centro dinâmico nacional) parece haver encerrado a fase ascendente (1948-53, aproximadamente) e passado à fase recessiva do 4.º ciclo longo. Voltaremos a este assunto, ao tratarmos da quarta dualidade.

Entrementes, limitemo-nos a registrar que a industrialização, começada como substituição de importações das atividades supridoras de bens não duráveis de consumo, passou à produção industrial de peças, de bens duráveis de consumo (que, afinal, são máquinas), de bens de investimento e de insumos básicos. Por outras palavras, temos hoje um parque razoavelmente completo, pouco importando que tenhamos começado por onde, numa visão simplificada do problema, deveríamos haver acabado. Sem esquecer uma industrialização já muito avançada da própria agricultura, o que torna agudas as contradições internas do setor e do sistema como um todo.

CONCLUSÃO: A QUARTA DUALIDADE

A quarta dualidade está, obviamente, no futuro. Não obstante, sob certo ponto de vista, ela é tão atual como se já tivesse acontecido. Está presente na crise que atravessa a sociedade brasileira, que é, pelo que tem de próprio, de endógeno, a crise da terceira dualidade, a qual tem toda probabilidade de desembocar na quarta. E, que tem de exógeno, o que há de mais característico é a já muito plausível entrada na "fase b" do 4.º ciclo de Kondratieff. Se for mister datar essa transição e assinalá-la por um fato marcante, indicariamos o ano de 1973 e a crise do petróleo. Baste comparar as taxas de variação da produção industrial nos principais países integrantes do centro dinâmico, nos septênios 1967-74 e 1973-80 (vide Quadro II).

A crise do nosso comércio exterior manifesta-se, desta vez, por um endividamento externo de tal monta que teria sido impossível sem que algo de muito estrutural houvesse acontecido, dentro e fora do Brasil. O fato de que o período transcorrido desde então se tenha assinalado por um intercâmbio externo notável, e não por um colapso como o que se seguiu a 1929, talvez se explique e não deve nos servir de consolo. Também os anos vinte e setenta do século passado, assim como os anos vinte deste século (vide Quadro I), foram, tecnicamente, parte das fases "b" dos respectivos ciclos longos, mas, para nós, medidos pelo gabarito do intercâmbio externo, foram decênios de excepcional desempenho. Anos de crise, por certo, como podemos

convencer-nos examinando as vicissitudes políticas, mas, do mero ponto de vista do desempenho do comércio exterior, anos prósperos.

Como resposta ao espantoso endividamento externo (se o comparamos com as forças prováveis do comércio exterior, como deve ser), um vigoroso esforço de substituição de importações terá que ser instrumentado. E, como o déficit coberto pelas entradas extraordinárias de capitais reflete essencialmente a importação de bens de equipamento e outros bens de produção, o esforço de substituição de importações deverá recair sobre muitos produtos integrantes desse grupo. Por outras palavras, o esforço principal de substituição de importações deverá orientar-se para o Departamento I da economia.

Grande parte desse esforço não visará à simples substituição de importações (do tipo petróleo **nacional** contra petróleo **importado**), nem a troca de um produto por outro suscetível de ser integrado na mesma função de produção (do tipo petróleo por álcool), mas implicar em radicais mudanças dessa função, (como quando queremos substituir o carro de passeio pelo metropolitano, como meio de produzir passageiros-km, nas grandes cidades). Segue-se que o esforço de formação de capital implícito nessas substituições de importações pode implicar em vultosíssimas imobilizações, por cada dólar/ano de importação que desejemos poupar.

Isso nos leva ao ponto fraco do nosso atual dispositivo econômico, a saber: a falta de um aparelho de intermediação financeira que permitisse viabilizar essa formidável formação de capital, vista pelos nossos presentes gabaritos. Com efeito, sem um adequado aparelho de intermediação financeira e sem uma revisão do enquadramento jurídico das unidades produtivas investidoras, não será possível assegurar plena (ou apenas razoável) utilização para o potencial produtivo já criado, no citado Departamento I, com o resultado de que deveremos continuar a importar numerosas coisas que já estamos em condições de produzir, simplesmente pela incapacidade de substituir o financiamento externo pelo financiamento interno.

Supondo-se resolvido esse problema — o problema-síntese —, o que não deve tardar muito, porque importa em mudanças institucionais plausíveis, à vista do desenvolvimento já registrado no aparelho de intermediação financeira e no direito que rege os serviços de utilidade pública (os principais investidores, desde já), restariam ainda outros problemas.

O primeiro e mais grave desses problemas é a questão agrária — a questão titular, por assim dizer, porque sua solução importará em mudança do polo interno da dualidade, o polo em crise. Com efeito, estivemos industrializando o País com uma estrutura agrária **por reformar**, e isso somente foi possível pelo motivo indicado quando discutimos a terceira dualidade, de que a execução de projetos industriais (de elevada razão capital: produto), num país de capacidade para importar inelástica e não dispondo ainda de um parque moderno produtor de meios de produção, implicava na produção desses meios por processos pré-industriais, com emprego intensivo de mão-de-obra (métodos artesanais nas atividades de transformação, construção civil rotineira e agricultura muito primitiva, para ganhar alguma receita cambial adicional). Ora, precisamente a negação dessa condição foi a que conduziu afinal, setor após setor, **ciclo após ciclo**, o esforço de industrialização substitutiva de importações, que criou uma indústria de bens de produção

gravemente subutilizada, uma razoavelmente equipada indústria da construção, idem, e uma agricultura, não apenas mecanizada, mas que nos anos setenta (1970-80) esteve expandindo seu consumo de adubos químicos ao ritmo de 14% ao ano. Todas essas atividades são agora poupadoras de mão-de-obra, o que significa que o **multiplicador de emprego** dos investimentos é mínimo, o que significa que, mesmo em períodos de intenso crescimento econômico, a tendência do sistema é produzir um superdimensionado "exército industrial de reserva", visto como a agricultura já expeliu do quadro rural o grosso da mão-de-obra que antes retinha e que se tornou desnecessário, à vista da modernização do setor.

Seria, por certo, possível restabelecer temporariamente —a e para isso não devemos buscar senão soluções temporárias, porque, afinal, o grosso da população deve ser usado nos setores secundário e terciário, no quadro urbano complexo rural desfeito: seja no quadro rural, suscitando uma produção de autoconsumo (de bens agrícolas e não agrícolas) que absorvesse a mão-de-obra temporária ou estruturalmente inativa da família camponesa; seja no quadro urbano, possibilitando a construção suburbana de casa própria, pelo emprego da mão-de-obra ociosa da família trabalhadora urbana.

Nos dois casos, o fato inibidor é o preço proibitivo da terra — seja da terra agrícola, seja do solo urbano. Ora, esse preço não é inerente à terra como tal — para cultura ou construção —, mas resultado do fato de haver a terra emergido como reserva de valor, o que quer dizer que o preço da terra converteu-se num **fenômeno financeiro**, sensível, portanto, às mudanças que se observem no campo financeiro.

A certa altura, é inevitável uma reversão das expectativas, trazendo consigo a possibilidade de um colapso do preço da terra, desatando todo o nó de contradições em que se move o sistema atualmente. Não apenas boa parte do desemprego urbano — causa eficiente dos elevados níveis da criminalidade urbana — será reabsorvida, como as diferenças entre as duas partes de que se compõe o latifúndio, vale dizer, a classe hegemônica da terceira dualidade, se tornarão evidentes. Uma dissidência do velho latifúndio feudal — proprietários capitalistas, por motivos especulativos, de vastas glebas ociosas — procurará desfazer-se de suas terras excedentes, precipitando com isso a queda do preço do fator, o qual, tornando-se acessível a pequenos adquirentes, destruirá o monopólio latifundiário da terra, sem o qual nenhum feudalismo será possível.

Terá chegado ao fim a terceira dualidade, constituindo-se a **quarta dualidade brasileira**, a saber:

<i>Pólo interno</i>	<i>{</i>	<i>lado interno: semi-salariato (bóias-frias, etc.)</i>
	<i>}</i>	<i>lado externo: semicapitalismo rural</i>
<i>Pólo externo</i>	<i>{</i>	<i>lado interno: capitalismo industrial</i>
	<i>}</i>	<i>lado externo: capitalismo financeiro (centro dinâmico mundial)</i>

Sobre essa base econômica levantar-se-á o novo edifício do Estado:

Sócio maior: a burguesia industrial, representando o polo externo.

Sócio menor: a nova burguesia rural, representando o polo interno.

Note-se a aproximação de dois polos, no tocante aos respectivos modos dominantes de produção. A economia e a sociedade se homogeneízam, prenunciando o fim do próprio fenômeno da dualidade.

QUADRO I
Centro Dinâmico Mundial
(libras-ouro £ 1.000)

Decênios	Export + Import. Média anual (a)	População 1000 hab. Ano médio (b)	Libras / hab (c)	Trend c/1925 c/1825 (d)	Conjuntura c/d (e)	Ciclo longo (f)
1821-30	8.160,1	4 173	1,95	1,95	1,00	K 1.º - b
1831-40	9.949,6	5 421	1,84	2,12	0,87	Idem
1841-50	11.567,9	7 042	1,64	2,30	0,71	Idem
1851-60	21.728,7	8 444	2,57	2,50	1,03	K 2.º - a
1861-70	28.129,9	9 394	2,99	2,72	1,10	Idem
1871-80	36.461,4	10 718	3,40	2,96	1,15	K 2.º - b
1881-90	41.308,6	13 014	3,17	3,21	0,99	Idem
1891-900	54.283,4	15 754	3,44	3,49	0,99	Idem
1901-10	79.506,5	19 965	3,98	3,79	1,05	K 3.º - á
1911-20	123.494,4	26 514	4,66	4,12	1,13	K 3.º - a
1921-30	148.032,7	33 068	4,48	4,48	1,00	K 3.º - b
1931-40	67.737,3	38 512	1,76	—	—	Idem

Fonte: Caio Prado Jr., *História Econômica do Brasil* — Apêndice.

QUADRO II
Centro Dinâmico Mundial
Produção Industrial

	1967 a 1974		1973 a 1980	
	1967 = 100	% a.a.	1973 = 100	% a.a.
Bélgica	141	5,0	109	1,3
Canadá	147	5,6	112	1,6
França	152	6,1	110	1,4
R. F. Alemã	147	5,6	110	1,4
Israel	221	12,0	140	4,9 *
Itália	141	5,0	125	3,2
Japão	188	9,4	122	2,8
Holanda	166	7,5	113	1,8
Noruega	137	4,5	146	5,6
Espanha	210	11,1	122	2,9 *
Suécia	142	5,1	103	0,4
Suíça	137	4,6	101	0,1
Inglaterra	115	2,0	99	— 0,1
Estados Unidos	124	3,1	114	1,8

Fonte: ONU, *Monthly Bull. of Statistics*.

* Extrapolação do sexênio 1973 a 1979.

TEXTO II

Obras Reunidas, v.1 - 2005

Economia: milagre e anti-milagre

IGNACIO M. RANGEL

PREFÁCIO

Jorge Zahar pediu-me que escrevesse um pequeno livro bosquejando o desenvolvimento da economia brasileira nos quatro lustros da ditadura militar. Queria um livro simples, sem gráficos e tabelas de difícil compreensão, mas que contasse o fundamental do assunto que me era distribuído.

Esforcei-me por cumprir o prometido. Entretanto, a ciência económica, como todas as ciências, tem suas categorias, sua sintaxe e seu léxico fundamental. Se nos afastamos muito deles, aquilo que podia ser uma estória curta desdobra-se numa longa e cansada narração, tornando pior a emenda do que o soneto.

Certa vez, meu saudoso amigo Alberto Guerreiro Ramos pediu-me uma série de cinco conferências sobre o desenvolvimento da economia brasileira, para um curso que ele estava organizando, em 1955, sob os auspícios do Ministério da Educação e Cultura, no Rio de Janeiro. "Nada de economês", disse-me ele. "Quero um curso de economia brasileira para débeis mentais. "

Teria sido difícil ser mais explícito. Os "débeis mentais" a que ele se referia eram, nada menos, o que de mais saudável tinha a sociedade brasileira — inclusive na elite intelectual não especializada em economia e, ai de mim, também boa parte dos especialistas em economia. As conferências foram feitas, Guerreiro Ramos gostou delas, e a Universidade Federal da Bahia, em associação com a Livraria Progresso Editora, transformou-as num livrinho, sob o título desproporcional de Introdução ao estudo do desenvolvimento econômico brasileiro. Muitos anos depois, há quase dez anos, quando a edição estava havia muito esgotada, uma jovem mestra paulista de sociologia, que eu não conhecia, procurou-me para agradecer pelo meu livro, que seus alunos de Araraquara eram obrigados a ler, todos os anos. E prometeu-me que continuariam a lê-lo, mesmo depois que lhe contei a estória dos "débeis mentais" de Guerreiro Ramos. Em xerox.

Assim, quando Cristina Zahar procurou-me para encomendar este livro, com especificações mais gentis, mas, no fundo, não muito diferentes das do meu amigo morto, lembrei-me deste, e atrevi-me a aceitar a incumbência. E lembrei-me de minha querida amiga de Araraquara que, aliás, está muito presente neste livro: o último capítulo está cheio dela, de polêmica com ela, a propósito dos seus afilhados bóias-frias, que tanto lhe tocam o coração e a mente. Refiro-me a Maria Conceição d'Incao, que acaba de lançar seu segundo livro sobre o assunto.

Tenho muitas desculpas a pedir. Em primeiro lugar, como Vieira, gostaria de pedir perdão por "não ter tido tempo de ser mais breve". Quero desculpar-me, também, pela repetição de certos conceitos, do que o

leitor se irá apercebendo: quase como leitmotiv. Não tenho culpa de que as faculdades de economia tenham cometido a imprudência de suspender o ensino de teoria do ciclo, nem de que ensinem tão pouco de economia do planejamento e até de economia do projetamento. Isso obrigou-me aos habituais e antiestéticos parênteses propedêuticos, que sobrecarregam o estilo e... me fechariam a porta da Academia de Letras, para a qual fui condicionado pelos meus mestres maranhenses, como Josué Montelo, José Sarney e outros merecedores, como Franklin de Oliveira, se não tivesse, há muito, feito minha opção.

E desculpe-me ainda o leitor se, mais vezes do que é costume, falo na primeira pessoa. Não é que me considere importante, mas porque, em verdade, fui testemunha atenta de fatos importantes de nossa história. Por pura sorte minha.

Rio de Janeiro, julho de 1985

INTRODUÇÃO

No dia 20 de fevereiro de 1964 — quarenta dias antes do golpe de Estado e, por coincidência, no próprio dia em que eu completava meio século de vida — o presidente João Goulart fez-me chamar à sua presença, no palácio das Laranjeiras. Achava que já era tempo de que eu assumisse maior responsabilidade no governo, deixando os cargos que vinha ocupando, aí pelo terceiro escalão — como chefe do Departamento Económico do Banco Nacional do Desenvolvimento Económico (BNDE), chefe da equipe técnica do Conselho do Desenvolvimento, ou simples posições de assessoria, na própria Presidência da República, em meia dúzia de ministérios e outros tantos governos estaduais. Segundo entendi, deixava-me à vontade para escolher entre o Ministério Extraordinário do Planejamento e a Superintendência da Moeda e do Crédito: a poderosa Sumoc, atual Banco Central.

Eu agradei efusivamente a lembrança do meu nome. A exemplo do meu mestre Jesus Soares Pereira, eu gostaria de continuar simples servidor público. Ponderei que não se governa um ministério ou, com maioria de razão, a Sumoc, sem uma equipe segura, e que isso não se improvisa. Sabia por experiência própria que a máquina burocrática brasileira é muito pesada, e, repetidamente, constataria que a um ministro é difícil mudar um simples contínuo. A dificuldade torna-se maior, se tencionamos mudar alguma coisa, imprimir novos rumos.

Mas não achas que o corpo técnico da Sumoc é competente? — perguntou o presidente.

Sim, senhor presidente, muito competente. Mas não é meu, ou melhor, não é nosso, do governo de V. Exa. Obedecerá a Roberto Campos, não a mim. Do meu ponto de vista seria preferível que fosse menos competente, mas também menos pretensioso e mais aberto ao exame de novas abordagens dos problemas.

— Mas, em certo momento, sei que chefiaste, simultaneamente, o Departamento Económico do BNDE, a equipe técnica do Conselho do Desenvolvimento e o Departamento Económico do Iseb. Por que não formaste e educaste uma equipe?

— Esforcei-me muito para isso. Mas, só para exemplificar o tipo de dificuldades que encontrei, os chefes de divisão e de setor que fiz nomear interinamente, em princípios de 1960, no BNDE, somente foram confirmados pelo então presidente da República em janeiro de 1961, isto é, quando chegava o momento de pôr os cargos à disposição da nova administração. Minha equipe no Conselho do Desenvolvimento passou seis meses, até o advento do ministro Carvalho Pinto na Fazenda, sem receber pagamento. Eu próprio tinha meu ordenado no BNDE, mas os jovens economistas, engenheiros e estatísticos, que eu havia recrutado para o Conselho do Desenvolvimento, não tinham. Como é natural, a essa altura eu já havia licenciado a equipe, como se diz em linguagem militar.

O que eu não disse ao presidente, porque teria sido chocante, indigno de um homem de sua alta qualidade moral, é que tinha consciência de que vivíamos em clima de baile da ilha Fiscal, isto é, que havia chegado o momento do apagar das luzes do regime constitucional. Para defendê-lo e ajudá-lo, eu me havia batido com todas as armas ao meu alcance, mas, sem sombra de indevido pessimismo, como simples questão de bom senso, sabia que a batalha estava perdida. A demissão de Carvalho Pinto, da Fazenda, fora, não direi a causa eficiente da queda, mas o canto de cisne, em todo caso, do governo João Goulart.

Entretanto, quando o presidente me disse que tinha a impressão de que, quando o poder me era oferecido para pôr minhas ideias em prática, eu hesitava e recusava o poder, isso doeu-me profundamente, e não me pude conter que não perguntasse:

— Está V. Exa. oferecendo-me poder? — A isso seguiu-se um embaraçoso silêncio.

Passamos a debater várias questões, como a reforma agrária e a inflação. Quanto à primeira, ponderei que, com um governo com o esquema de sustentação do seu, era possível fazer muitas coisas úteis, menos reforma agrária. Tempo viria em que esse problema seria posto na ordem do dia, mas esse tempo não havia chegado. O capitalismo agrícola apenas começava a desenvolver-se e, se isso exigia cuidados, por certo não exigia a dita reforma, senão forçando muito o sentido do termo.

Quanto à questão da inflação, devíamos começar por não fazer certas coisas, como uma que lhe tinha sido aconselhada e que ele havia proclamado num discurso, alguns dias antes, isto é, ordenar ao Banco do Brasil que reduzisse de 8% para 4% os juros dos financiamentos à pecuária.

— Senhor presidente, isto é uma medida inflacionária. Suponhamos que um fazendeiro tenha três mil novilhos na idade de corte. Ele precisaria de mandá-los, a todos, aos matadouros, para financiar obras programadas na fazenda. Entretanto, se o Banco do Brasil, nas condições de uma inflação de 50% ao ano, lhe oferece crédito a 4%, o fazendeiro somente abaterá os novilhos mais velhos — suponhamos, dois mil — guardando os mais novos, que ainda estavam crescendo, embora pouco. Resultado, como a oferta de carne se contrairia, a dona-de-casa perderia a batalha com o açougueiro. O caso é que nossa inflação decorre geralmente de uma contração da oferta.

— Caboclo, tu entendes de boi — disse-me ele.

— Se V. Exa. me dissesse que entendo de inflação, eu ficaria frio, porque V. Exa. não é professor de economia — embora muitos deles nunca tenham pensado no que acabo de dizer. Mas, em matéria de boi, V. Exa. é um mestre consumado, de modo que me sinto muito envaidecido.

Para encerrar a conversa, solicitei ao presidente autorização para usar as instalações e o pessoal da Comissão do Planejamento, no Palácio da Fazenda, e que me mandasse conceder uma pequena verba. Com o apoio de um pequeno grupo de talentosos formandos e recém-formados em economia, que praticamente haviam exigido isso de mim, eu ficaria à disposição do governo e, em seis meses, apresentaria um projeto de reforma do Orçamento da União. Eu tencionava montar, em termos atuais, um orçamento calculado em ORTN, *mutatis mutandis*. Isto ainda é necessário.

Mudado o governo, apresentei, em princípios de abril, relatório do trabalho feito, até aquele momento, com cópia ao presidente do BNDE, Genival Santos, que nada podia fazer, mas que era, afinal, meu chefe, e aos ministros da Fazenda e do Planejamento: Octávio Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos.

Desconheço o destino que deram a esse relatório.

Um ano e pico antes, o ex-presidente Juscelino Kubitschek, de regresso de sua viagem aos Estados Unidos e à Europa, e no processo de preparação da campanha para sua volta à Presidência, que se esboçava sob o lema JK-65, convidou-me para uma conversa em seu apartamento, no Leblon. Embora nossos contatos não tivessem sido frequentes e estreitos, afinal, eu fora seu último chefe de equipe do Conselho do Desenvolvimento, o correspondente, guardadas as proporções, à atual Seplan (Secretaria de Planejamento). Uma conversa franca, com um burocrata tarimbado como eu, sobre o que se fizera, ou se deixara de fazer, sobre o "nosso" tempo e o tempo "presente", se lhe afigurara útil.

Fui franco, e o ex-presidente estava aberto a todas as críticas.

— Por que as coisas davam certo, em nosso tempo, e não dão certo agora — começou ele.

Percebi que o ex-presidente tinha noções muito vagas, se as tinha, sobre o que nós, economistas, estudamos como teoria do ciclo. De resto, não havia nisso motivo para espantos. Desde três lustros antes, quando a economia mundial entrara num processo de expansão sem precedentes, falar em ciclo econômico convertera-se em manifestação de mau gosto. Com efeito, falar em ciclo, quando estamos em fase ascendente, quando tudo vai — ou parece ir — bem, implica lembrar que um período de vacas magras pode estar à nossa espera. Mesmo os professores de economia eram omissos quando se tratava desse assunto. Isso, quando não negavam de pés juntos o próprio fenômeno do ciclo.

— Senhor presidente, as coisas não são certas ou erradas de uma vez por todas. Por exemplo, coisas que estavam perfeitamente certas, quando era mister implantar a indústria automobilística — e, de um modo geral, a indústria supridora de equipamentos ou bens duráveis de consumo — podem tornar-se inconvenientes quando chega a hora de resolver problemas financeiros suscitados pela comercialização dos produtos dessas mesmas indústrias. E temos aí um bom exemplo da presente problemática econômica brasileira.

— Onde é que pega o carro?

— A economia brasileira desenvolve-se — e o faz muito satisfatoriamente — nas condições da notória inflação. Parece simples questão de bom senso esperar que assim continuará, por muito tempo. Não se chega a parte alguma fazendo de conta que a inflação já acabou, ou que vai acabar logo. Menos ainda, xingando-a de todos os nomes feios e atribuindo-lhe todos os males de nossa economia. Essas atitudes geralmente são sintoma de profunda ignorância da etiologia verdadeira de um fenômeno tão importante.

— E então?

— Então acontece que vender bens duráveis é um problema muito diferente de vender bens não-duráveis, como sabão ou arroz. Neste último caso, isto é, quando o tempo passado entre a entrega da mercadoria e o pagamento é pequeno, os efeitos da inflação, salvo se esta for galopante, são irrelevantes. O mercado criou, há muito, os mecanismos de defesa: diferenciais de preços, juros de mora, descontos por antecipação de pagamento etc. A coisa muda muito de figura quando se trata de bens duráveis, como uma geladeira, um automóvel ou, com mais forte razão, um apartamento residencial.

Pacientemente, o ex-presidente deixou-me falar, explicando que a inflação deixara os instrumentos consagrados de garantia, como a reserva de domínio, a hipoteca etc. reduzidos à letra morta. Que o valor de mercado do bem oferecido em garantia continuava a elevar-se nominalmente, ao passo que o montante da dívida, nominalmente congelado, murchava, em termos reais, a cada dia que passasse.

— Presidente, para que esta crise passe, é mister que encontremos meios de contornar a Lei de Usura, que foi posta em vigor na única época de nossa história econômica escrita em que os preços declinavam, aí pelo primeiro lustro dos anos 30, e que prestou relevantes serviços, mas esgotou seus méritos. Algo no gênero do que os franceses chamam *échele mobile*...

— E por que não se faz isso?

— Porque nossa crise presente mal começa. Nosso desenvolvimento faz-se através de altos e baixos e, durante o governo de V. Exa., estivemos em período de alta, o qual foi precedido e seguido por períodos de baixa, ou, de vacas magras. Conhecemos muito mal nossos ciclos, havendo muitos que preferem fazer de conta que não há mais ciclos. Mas o fato é que eles aí estão, e os períodos de crise são tão naturais como os períodos de euforia, como o caracterizado pelo Programa de Metas. E nos períodos de crise que, geralmente às apalpadelas, como no escuro, acabamos por achar o caminho de nova recuperação. Pelo menos assim tem sido. Aos presidentes Jânio e Jango tocou um período de vacas magras.

— Mas se essa *échele mobile* é necessária, é preciso ir fazendo alguma coisa para implantá-la. Que é que se pode fazer?

— Creio haver persuadido o presidente Jango a mandar ao Congresso um projeto de lei contornando a Lei de Usura. O primeiro interessado será o governo, que se beneficiará da taxa negativa de juros reais ora vigente...

— Que é isso?

Especialmente através do mercado de letras de câmbio, tornou-se evidente que há uma ponderável oferta de capitais a uma taxa virtual de juros — sob a forma de desconto — mais baixa do que a taxa de inflação vigente.

O credor leva, afinal, menos do que emprestou, em termos reais e, por cima, o Estado presta à sociedade um relevante serviço, porque, se não houver quem absorva os excedentes de caixa, a produção entrará em declínio e, começo a suspeitar, a inflação se exacerbará...

Este papo estendeu-se por várias horas, até que D. Sara nos veio chamar para a ceia. Para encerrar, o ex-presidente perguntou-me onde andava eu quando ele era governo.

Para fechar este introito, vou lembrar uma palestra que tivera, há cerca de oito anos antes, ao tempo em que trabalhava na Assessoria do presidente Vargas, sob a direção de Jesus Soares Pereira, como relator do conjunto de medidas que, afinal, desembocariam na Eletrobrás, no plano Nacional de Eletrificação e outras leis correlatas. O Plano era coordenado pelo brilhante engenheiro Fábio Bastos. Minha formação jurídica levava-me a examinar o problema sob ângulos que eu supunha haverem escapado aos chefes da equipe.

— Mestre Soares, tenho a impressão de que estamos criando um monstro. Veja bem, estamos propondo que se organize, como empresa pública, o serviço de eletricidade que, como se sabe, é um serviço público. A capitalização desse serviço vai, afinal, depender do apelo ao mercado de capitais, mas, até porque a empresa será pública, majoritariamente, por exigência legal, a venda de ações ordinárias não pode render muito. Por outro lado, a emissão de debentures exigiria o oferecimento de uma garantia hipotecária, que a empresa pública, concessionária de serviço público, não poderá oferecer, porque, afinal, ela é Estado e somente o Estado poderia receber tal hipoteca...

Talvez com menos clareza do que agora posso ter, fui explicitando minhas dúvidas. Afinal, a fonte decisiva dos recursos para a empresa que queríamos criar, e que ficaria como modelo de outros serviços públicos estruturados como concessões a empresas públicas, seriam recursos fiscais, de pleno direito ou de fato, como adicionais à tarifa além do custo do serviço, que são impostos de fato. Isso não nos poderia levar longe.

— O maranhense tem cabeça — disse Soares. — Mas, em quanto tempo chegará a crise que você está prevendo? Cinco anos, dez anos?

Fiquei com a impressão de haver forçado uma porta aberta. Eu não podia negar que, com os recursos fiscais e parafiscais que estávamos em processo de mobilizar, e com recursos de terceiros que mobilizaríamos com a antecipação dos ditos recursos fiscais e parafiscais, muita coisa se poderia fazer, durante... algum tempo. A questão era saber por quanto tempo e, nem eu, nem Soares — nem Mestre Rômulo de Almeida, o chefe reconhecido da Assessoria, embora temporariamente ausente, como presidente do Banco do Nordeste do Brasil —, ninguém podia descortinar esse futuro.

Se tivéssemos sido forçados a arriscar um prognóstico, os mais otimistas teríamos chegado talvez a dez anos.... Depois.... Bem, cada coisa a seu tempo. Nenhum de nós teria previsto que o esquema

funcionaria por 30 anos, nem que, nesse lapso de tempo, teríamos multiplicado por 13,6 vezes nossa produção nacional de eletricidade, contra 7,5 vezes do mundo, 9,2 vezes da União Soviética e 4,4 vezes dos Estados Unidos. Nem que teríamos levado a efeito coisas como Itaipu e Tucuruí. Nem...

Se estivesse aqui.... Ah! Se Jesus Soares Pereira vivesse, estaria comigo, lutando contra vento e maré, para demonstrar que a crise que eu antevira em 1954 — e que não era novidade para ele — chegou, afinal e, para ela, não há saída que não passe pela desestatização de muitos dos nossos serviços de utilidade pública, isto é, pela conversão dos serviços públicos concedidos a empresas públicas em serviços públicos concedidos a empresas privadas.

Lembro-me de quando ele nos dizia que o presidente Vargas costumava abrir a audiência diária, com seu chefe da Assessoria em exercício, com a indefectível pergunta:

"Dr. Soares, como vai a Fábrica Nacional de Motores?" Reconhecendo embora que o presidente tinha razão ao se interessar pela indústria automobilística, sem a qual nosso desenvolvimento iria muito mal das pernas, Soares acrescentava: "O presidente ainda não sabe que aquilo nem é fábrica, nem é nacional, nem é de motores." E, quando foi mister realmente promover a criação da indústria, lá estávamos juntos, eu e ele, ao lado de Lúcio Meira, para criar a única indústria automobilística que era possível, em nossas condições.

E, com essas lembranças, cresce minha admiração pelo amigo morto há dez anos. Pelo Índio Cariri, como nós dizíamos, que, por debaixo de sua casca grossa aparente era não apenas um espírito muito frio. Era, de pleno direito, um sábio.

Assim, com essas recordações, balizamos o período sobre o qual devo falar: os 20 anos de ditadura militar. Paradoxalmente, é a recordação mais antiga a que nos dá o marco final, a crise que aí está e que desmantelou a ditadura militar, do mesmo modo como a crise de há 20 anos desmantelou o regime constitucional.

OS ANTECEDENTES

A ditadura militar insere-se como um período muito claramente definido na história do Brasil e na história do capitalismo mundial. Corresponde ao decénio final da fase A do quarto ciclo longo e ao primeiro decénio da fase B do mesmo ciclo. As fases A são, como se sabe, os períodos ascendentes ou prósperos, ao passo que as fases B englobam os períodos declinantes ou, como popularmente se diz, de "crise". A crise, mais exatamente, é apenas o momento de transição da fase A para a fase B de cada ciclo.

Embora o Brasil não faça parte do chamado centro dinâmico da economia mundial, isto é, aquela área em que se engendram as flutuações económicas estudadas como ciclos longos ou ciclos de Kondratiev, visto como se insere conspicuamente na periferia da mesma economia mundial, tem-se mostrado muito sensível a esses movimentos. Mais, talvez, que os próprios países mais avançados onde se engendra o ciclo longo, que integram aquele centro. É que o dito centro muda a cada novo ciclo, ao passo que o Brasil tem

ocupado posição simétrica, em relação ao centro, qualquer que seja este. Podemos dizer, também, que o Brasil tem o tropismo do desenvolvimento. Sucessivamente, trocou a hegemonia de Portugal — ponta-de-lança do capitalismo mercantil europeu — pela da Inglaterra e depois pela dos Estados Unidos. Vale dizer, do capitalismo industrial e do capitalismo financeiro.

Quando a economia mundial entra em recessão — essa longa recessão de um quartel de século, característica do ciclo de Kondratiev, o qual dura aproximadamente meio século — a economia brasileira, como parte da periferia, tem que se esforçar por se ajustar ao novo estado de coisas.

Do nosso ponto de vista, a recessão de longo prazo deve manifestar-se por uma contração importante e durável da capacidade líquida para importar e pelo pioramento dos termos de intercâmbio, vale dizer, dos preços relativos dos artigos exportados e importados. A economia não se acomoda passivamente a este estado de coisas, mas ativamente, promovendo uma forma de substituição de importações adequada ao estágio de desenvolvimento alcançado por suas forças produtivas e por suas instituições básicas. É por isso que o Brasil tem encontrado meios de desenvolver-se, tanto nas fases A como nas fases B dos ciclos longos.

Na fase B do primeiro Kondratiev (1815-48) a autarcia, isto é, a relativa auto-suficiência, foi buscada, basicamente, via diversificação da produção das fazendas de escravos — as unidades econômicas fundamentais. A fazenda redistribuía os fatores produtivos sob o seu comando, menos para o mercado — as exportações, em última instância — e mais para o autoconsumo. E, refletindo essa realocação dos recursos da fazenda, a economia nacional tornava-se relativamente menos dependente das importações. A diversificação das atividades produtivas da fazenda era, pois, encarada do ponto de vista da economia nacional como um todo, um esforço de substituição de importações.

Com a passagem fase A do ciclo longo subsequente (segundo Kondratiev), invertia-se essa tendência. A fazenda voltava a concentrar-se mais na produção de artigos exportáveis, cresciam a receita monetária da fazenda e a receita cambial do país, e encetava-se um movimento de urbanização, basicamente pela transferência das casas-grandes para as cidades. Não somente das famílias dos senhores, mas também de parte da mão-de-obra escrava e semilivre, antes ocupada na casa-grande rural, em atividades substitutivas de importações.

Com o advento da fase B do novo ciclo (1873-96), impunha-se novo esforço de substituição de importações, mas isso só excepcionalmente implicou a recomposição da economia da casa-grande. A sede desse novo esforço foram, basicamente, as cidades, para onde, na fase ascendente se havia deslocado parte considerável da mão-de-obra. O novo movimento de substituição de importações assumiria a forma de proliferação de unidades artesanais — e algumas manufaturas pré-industriais não raro utilizando a mão-de-obra escrava, isto é, os chamados negros de ganho. O promotor desse movimento já não foram os senhores de escravos, mas o capital mercantil que se vinha desenvolvendo desde a Abertura dos Portos e que era o sócio menor da primeira dualidade. Isto renunciava a segunda dualidade, onde o capitalismo mercantil assumiria a posição dirigente do Estado.

Ao se abrir a fase A do terceiro Kondratiev (1896-1921) o coeficiente de abertura da economia voltou a crescer, aumentando o intercâmbio com o exterior, mas, nas condições da I Guerra Mundial e da subsequente fase recessiva do terceiro ciclo longo, primeiro nas regiões mais desenvolvidas do país e, depois, na economia nacional como um todo o esforço mercantil de substituição de importações desbordou seus quadros primitivos, isto é, escalonadamente (como depois veremos) a substituição de importações ia assumindo feição industrial. Esse movimento tinha de comum com os anteriores o fato de constituir uma forma de substituição de importações; mas distinguia-se deles pelo fato de ser industrial.

Tinha começado a industrialização do Brasil.

Com o advento do capitalismo industrial, entrava em cena um novo complicador, visto como, no corpo da economia, surgia um centro dinâmico, capaz de engendrar os ciclos diferentes e independentes dos ciclos longos, que tinham sua origem no centro dinâmico da economia mundial.

Por sua natureza, esses ciclos filiam-se, obviamente, à família dos ciclos de Juglar: as flutuações económicas mais bem estudadas, e cuja duração varia entre 7 e 11 anos. O juglariano brasileiro, entretanto, é muito mais regular que seus protótipos europeus e sua etiologia é mais fácil de determinar: a industrialização, assumindo a forma de substituição de importações, leva-se a efeito escalonadamente, setor após setor. A cada setor corresponde um ciclo.

De certo modo, o ciclo breve modula o ciclo longo, somando-se algebricamente a ele, isto é, ora agravando-o, ora amenizando-o. E O juglar brasileiro tem, muito aproximadamente, a duração de um decénio, de tal maneira que os primeiros lustros de cada década são depressivos, ao passo que as fases ascendentes ocorrem nos segundos lustros.

A renovação tecnológico-econômica do sistema vem seguindo uma ordem por assim dizer inversa. Sendo o Brasil, na origem, um país importador, essencialmente, de bens de consumo, pela produção nacional desses bens deveria começar a industrialização com a indústria têxtil ocupando lugar conspícuo nesse primeiro setor detonador do processo de renovação do parque. Como já se tornou hábito dizer, entre nós, a industrialização começou pelo Departamento II, mas isso não quer dizer que não tivéssemos um Departamento I, como muitos acreditam. Apenas, este último assumia caráter pré-industrial. Sem um D I, nenhuma economia pode engendrar o próprio ciclo, nem, de um modo geral industrializar-se, nas condições em que nos coube fazê-lo — com drástica contração da capacidade para importar.

De fato, sem essa contração da capacidade para importar, o esforço de substituição de importações não teria tido o impulso necessário à industrialização. Entretanto, sem uma produção própria de bens de produção, inclusive, de equipamentos — mesmo que essa produção não fosse industrial a industrialização brasileira teria sido natimorta, como, aliás, aconteceu a numerosos outros países periféricos como o nosso e confrontados com o mesmo desafio, isto é, com a brutal contração da capacidade para importar.

Sendo o Brasil pré-industrializante um país exportador de produtos agrícolas, a industrialização, desencadeada nas condições da contração da demanda externa de nossas exportações (1921-48) tinha que se fazer nas condições implícitas de uma crise agrária, uma de cujas consequências era a expulsão de

ponderáveis contingentes de mão-de-obra rural. Uma reforma agrária, que a recomposição da produção camponesa de autoconsumo, no quadro familiar, parecia, pois, imperativa. O que nós, os revolucionários dos anos 30 não vimos na época — e muitos continuam a não ver, mesmo agora — era que, precisamente pelo fato de termos um D I pré-industrial, qualquer esforço de formação de capital no quadro urbano implicava emprego maciço de mão-de-obra, aí mesmo, na cidade, isto é, no lugar para onde os novos contingentes do exército industrial de reserva se haviam espontaneamente deslocado.

Portanto, a ordem inversa de nossa industrialização nada tinha de acidental. Nossa industrialização fizera-se, até então, nas condições paradoxais da criação de estabelecimentos industriais (isto é, capital intensivo, poupador de mão-de-obra) através do emprego de instalações e equipamentos produzidos, em grande parte, pré-industrialmente (isto é, trabalho intensivo e poupador de capital). Noutras palavras, vínhamos criando um D II industrial, pelo uso de um D I pré-industrial.

Foi isso o que compatibilizou a industrialização com uma estrutura agrária semifeudal e em processo de desagregação, o que implica liberar mão-de-obra. Naturalmente, isso somente poderia continuar enquanto não surgisse, afinal, nessa industrialização escalonada, setor após setor, um Departamento I também industrial, isto é, capital intensive e labour saving.

Que é nosso problema atual, do Brasil pós-ditadura militar.

A dinamização de cada setor deve ser precedida pela criação de condições jurídico-institucionais novas, as quais, ao mesmo tempo que favorecem os investimentos em um grupo de atividades, bloqueiam os investimentos em outros setores. Por exemplo: o controle físico das importações, tornado possível pelo controle do mercado de divisas pelo Estado, nos anos 30, ao mesmo tempo em que dificultava ou pelo menos encarecia as importações de bens de consumo, liberava (e barateava) divisas para a importação de bens de equipamento necessários à industrialização das atividades supridoras, principalmente, dos bens que haviam tido suas importações proibidas ou encarecidas. Assim, o Estado orientava o esforço de industrialização para certas áreas do sistema econômico, embora inibindo essa mesma industrialização em outras áreas da economia.

Ao cabo de algum tempo — que a experiência demonstraria ser um número muito regular de anos, isto é, um movimento cíclico, embora sem caso pensado — o setor beneficiado pelas referidas condições jurídico-institucionais propícias acabava por revelar excesso de capacidade. Assim, não obstante as condições favoráveis à formação de capital nesse setor determinado, os investimentos entravam em declínio, impelindo toda a economia para a recessão.

Esta, ao cabo de alguns anos geralmente sem consciência do processo, tem acabado por levar-nos a criar condições favoráveis à industrialização de outro grupo de atividades, ou setor. Com a mesma regularidade com que comparece a recessão, comparece, a seu tempo a recuperação, isto é, a retomada do crescimento, sob o impulso dos investimentos das novas atividades em processo de renovação tecnológica e econômica.

Em cada "crise", isto é, ao se pronunciar a recessão, a economia passa a ser balançada entre um setor com excesso de capacidade e outro com insuficiência de capacidade. É o que venho estudando sob o nome de dialética da capacidade ociosa. Tudo isso seguindo uma ordem que nada tem de acidental, mas que, afinal, não pode ser eterna. À medida que o sistema vai completando sua renovação para o padrão tecnológico imposto por nossa corrente revolução industrial e enquanto não se criam condições propícias para a subsequente revolução técnico-científica, ora em processo de amadurecimento nos países de vanguarda — e que, depois do D II, o D I também se industrializa, adotando funções de produção capital intensivas e poupadoras de mão-de-obra, sua capacidade de compatibilizar-se com a estrutura agrária semifeudal vai-se estreitando.

Assim, quando, nos anos 1961-62, chamado pelo presidente Jânio Quadros e, depois, pelo presidente João Goulart, tive que pronunciar-me sobre a reforma agrária, surpreendi aqueles que me conheciam os antecedentes — inclusive o fato de que, nos quadros da Aliança Nacional Libertadora, sob o comando de Luís Carlos Prestes, me havia batido pela revolução agrária, sem a qual a reforma agrária seria puro mito — colocando-me francamente contra qualquer precipitação nessa matéria. Eu sabia que, pelo menos uma vez mais, quando a recessão cedesse o passo à recuperação (o que não dependia de nenhuma reforma agrária) os sintomas da crise agrária regrediriam.

Não diria o mesmo hoje, porque o D I do sistema tornou-se altamente poupador de mão-de-obra e as cidades não têm o que fazer com os milhões de novos cidadãos que lhe chegam a cada ano. Quase tanto quanto os que estiveram recebendo, contemporaneamente, as cidades da União Soviética, um país de população duas e meia vezes maior e cuja indústria crescia incomparavelmente mais, em termos absolutos.

Assim, de longa data, o Brasil se vem desenvolvendo através de vagas cíclicas, as quais, não obstante seu fundo económico-tecnológico, trazem consigo mudanças sociais, isto é, políticas, jurídicas, institucionais. O coroamento das mudanças faz-se no pacto fundamental de poder da sociedade, isto é, na composição de classe do próprio Estado.

Desde sempre ou, mais precisamente, desde a Independência, o poder do Estado brasileiro é exercido por uma coalizão de duas classes, que refletem o estágio do desenvolvimento das forças produtivas do país. Noutros termos, à medida que a economia nacional avança, modo de produção, após modo de produção, mudam as classes dominantes, nunca os dois sócios da coalizão ao mesmo tempo, mas cada dualidade é substituída por outra dualidade, também caracterizada pela coalizão de duas classes dominantes. Em nenhum momento, o poder político foi exercido com exclusividade por uma só classe, e isso não por acaso, mas como reflexo da estrutura da economia e da sociedade.

Em cada dualidade, o poder é exercido por uma classe que passou da anterior dualidade, e por outra que está tendo acesso ao poder, pela primeira vez. Esta última, entretanto, não surge por acaso, mas como dissidência da classe hegemónica anterior, apeada do poder como consequência da última crise do ciclo longo. Toda vez que a economia mundial é confrontada com a fase B do ciclo longo, a sociedade brasileira é

confrontada, também, com um desafio que exige dela mudança de regime ou, como tornou-se agora moda dizer, de modelo.

Foi assim que a fase B do primeiro Kondratiev (1815-48) deu-nos a primeira dualidade, isto é, um pacto de poder coroado pela aliança entre as classes dos senhores de escravos, que passara do regime colonial, com a classe dos comerciantes, dissidência do capitalismo mercantil português. A Independência e o Império formalizaram esse pacto de poder, entre os escravistas, como sócio hegemônico, politicamente experimentado, capaz de suscitar do seu seio uma liderança da mais alta qualidade, e o novo sócio, o sócio menor, politicamente inexperiente, mas muito dinâmico, no campo econômico.

A fase B do segundo Kondratiev (1873-96) confrontou esse regime com desafios acima de suas forças e novo pacto de poder foi negociado, entre a classe dos comerciantes, a esta altura amadurecida e politicamente experimentada, com a nova classe dos latifundiários feudais, preexistente, em algumas regiões do Brasil, mas, no fundamental, surgida como dissidência progressista da classe dos senhores de escravos, e que encarnava um novo modo de produção: o feudalismo. A aliança entre essas duas classes, sob a hegemonia da primeira, constituiu a segunda dualidade, formalizada na primeira República.

A fase B do terceiro Kondratiev (1921-48) revelou a incompetência do capitalismo mercantil, surgido da primeira dualidade e passado à segunda como sócio hegemônico, para fazer frente aos novos desafios, os quais, como disse antes, impunham uma forma nova e superior de substituição de importações, isto é, a industrialização. A classe dos capitalistas industriais, dissidência progressista da classe dos comerciantes, negociou com a classe dos latifundiários, surgida da segunda dualidade, novo pacto de poder, sob a hegemonia desta. A classe dos industriais, não obstante seu dinamismo econômico, não tinha maturidade para o exercício da hegemonia política. Esta coube ao sócio mais velho, que produziu líderes da mais elevada qualidade e que, não obstante seu caráter feudal, promoveu a industrialização do país. Getúlio Vargas é o exemplo acabado dessa liderança.

O período que nos ocupa, isto é, os 20 anos de ditadura militar, está cheio de ocorrências que denunciam a aproximação da crise da terceira dualidade, nascida na crise do terceiro Kondratiev. Essa ditadura não implicou novo regime, mas uma tentativa, muito bem-sucedida, de sustentação do velho regime feudal burguês, caracterizado, não será demasiado dizê-lo, pela hegemonia do latifúndio semifeudal. Uma dissidência desse latifúndio vem amadurecendo sob a forma do capitalismo agrícola. Uma dissidência progressista, como das outras vezes.

Os militares, como aconteceu em outras vezes e, provavelmente, acontecerá ainda, no futuro, são chamados para assegurar sustentação ao regime em processo de desagregação e, como também tem acontecido, a certa altura, promovem a mudança, isto é o advento da nova dualidade a quarta, que deve ter como classe hegemônica, a única possível, por ser a única que está amadurecida para isso, a classe dos capitalistas industriais, imensamente fortalecida econômica e socialmente, neste passado meio século. Como sócio menor apresta-se para subir ao prosclênio a classe dos capitalistas agrícolas, herdeira e coveira do latifúndio semifeudal.

Uma reforma agrária — por certo muito diferente da que nós, os revolucionários dos anos 30, tencionávamos fazer está na ordem natural das coisas. Por um lado, o preço da terra emergiu como fenômeno francamente financeiro e, por outro, com a incorporação das novas e imensas glebas que o capitalismo agrícola está promovendo, a terra, de fator limitado, torna-se superabundante. A condição *nulle terre sans seigneur*, sem a qual não pode subsistir feudalismo algum, está deixando de cumprir-se, por força da incorporação do cerrado, da hileia, da caatinga e mesmo do pampa.

O capitalismo industrial, desenvolvido à sombra e em aliança com o latifúndio feudal, não pode deixar de aspirar à hegemonia sobre toda a sociedade. Neste processo, deverá denunciar a aliança com seu antigo aliado e negociar nova aliança com a dissidência deste, o que poderíamos chamar de latifúndio capitalista. Ao mesmo tempo, como costuma acontecer quando o capitalismo industrial alcança sua plena maturidade, ele deverá criar, como agente de sua política econômica geral, um novo aparelho de intermediação financeira.

O problema central do capitalismo industrial brasileiro é a acumulação de excesso de capacidade, cuja utilização se impõe como necessidade elementar. É disso que deverá cuidar o ramo financeiro do capitalismo brasileiro. O desfecho natural desse processo é o surgimento de um capitalismo financeiro, estágio supremo do desenvolvimento do nosso capitalismo.

1964: O BRASIL E O MUNDO

No triênio 1962-65, o Brasil atravessava uma profunda depressão econômica. Nesse triênio, a produção industrial virtualmente não cresceu em termos absolutos o que implicava uma queda severa em termos relativos, isto é, por habitante. Isso contrastava vivamente com o desempenho da economia brasileira no quinquênio anterior, de 1957-62 (11,3% ao ano) e com o desempenho contemporâneo (1962-65) da economia do mundo capitalista desenvolvido (6,3% ao ano) e mais ainda com o mundo capitalista subdesenvolvido, o Terceiro Mundo, do qual fazemos parte ainda e, com redobradas razões, àquele tempo. O Terceiro Mundo estava crescendo ao ritmo de 8,1%. Quanto ao mundo socialista — com exceção da China, presa ao atoleiro do chamado Grande Salto —, crescia a ritmos muito elevados, embora algo mais baixos que os do período anterior. Ainda não dava para perceber que essa economia estava começando a encontrar certos limites ao seu crescimento. As miragens do Plano de Vinte Anos de Khrushchev ainda não haviam tido a seca chamada à ordem ligada ao nome de Breznev.

Prometo ao leitor que me distinguir com as poucas horas necessárias para a leitura deste opúsculo não abusar de sua confiança, alinhando intermináveis séries estatísticas. Mas este introito era indispensável, porque sobre ele vamos assentar certas hipóteses de vital importância. Para começar, esse desempenho do país, em descompasso com a economia mundial, mostra que o Brasil, de fato, segundo a hipótese primeiro formulada, para meu conhecimento, por Celso Furtado (A economia brasileira, 1954) já suscitou um centro dinâmico interno, capaz de engendrar seu próprio ciclo. O que Celso não podia saber em 1954, e apenas

podíamos começar a suspeitar, em 1964, eram a duração e a natureza objetiva desse ciclo. Agora temos uma perspectiva histórica muito mais rica.

Mas há males que vêm para o bem. Se a devastadora crise econômica que acabou por derrubar o governo constitucional do presidente João Goulart e a impelir-nos para uma ditadura policial-militar da qual apenas estamos canhestramente emergindo agora tem origem interna, deve ser sensível a terapêuticas também internas. Ou seja, em medida sem precedentes, deve estar em nossas mãos promover a superação da crise, o que não aconteceria se essa crise fosse apenas reflexo de um cataclisma engendrado lá fora, no centro cíclico da economia mundial.

Nossa capacidade objetiva de produzir internamente nosso próprio ciclo confere nova dimensão e nova dignidade ao capitalismo brasileiro. Isso não quer dizer que tenhamos deixado de ser uma formação socioeconômica periférica. Continuamos sensíveis aos movimentos do centro dinâmico universal e, sobretudo, caudatários em matéria de tecnologia que, com contribuições de todas as áreas do mundo, esse centro vai sintetizando continuamente. Nem significa, também, que possamos imprimir à nossa conjuntura o rumo que se nos antolhe, ou que possamos optar "politicamente" pela expansão ou pela recessão. Mas apenas, muito mais modestamente, que, quando houvermos ganho um pouco mais de consciência dos nossos processos econômicos, seremos capazes de uma intervenção do Estado que seja minimamente eficaz.

De longa data, o Brasil reage — nem poderia deixar de fazê-lo — aos movimentos do ciclo longo mundial, mas essa reação tem-se revestido de caráter ativo. Assim, quando a economia mundial entra em fase expansiva, o Brasil reage aprofundando seus laços de divisão internacional do trabalho, o que se manifesta pela expansão das exportações e das importações. Entretanto, quando a economia mundial entra em fase recessiva, a economia brasileira volta-se sobre si mesma — o **crecimiento hacia adentro** dos cepalinos — adotando uma forma de substituição de importações, que também pode ser e o tem sido, uma forma de crescimento, adequada ao seu nível de desenvolvimento econômico e social: diversificação da produção das unidades econômicas básicas, na fase B do primeiro Kondratiev; diversificação da produção nacional, pela proliferação de unidades artesanais e excepcionalmente manufatureiras, voltadas para o mercado nacional, no segundo Kondratiev; aprofundamento desse movimento, pela substituição de unidades pré-industriais por outras, de caráter propriamente industriais, no movimento estudado como industrialização, desencadeado na fase B do terceiro Kondratiev.

Esse movimento de substituição industrial de importações, contrariamente aos seus predecessores, não se interrompeu com o advento da fase expansiva do quarto ciclo longo (1948-73). Para isso contribuíram dois fatos concomitantes:

(a) Embora o intercâmbio dos países cêntricos tenha voltado a crescer não obstante certa tendência à autarcia, nesses países — na fase A do quarto Kondratiev, pois suas exportações cresceram 2,9 vezes, entre 1950 e 1965, essa reativação interessou essencialmente ao comércio entre os próprios países desenvolvidos, o qual, no mesmo período, cresceu 3,2 vezes. As exportações dos países subdesenvolvidos, no mesmo período, apenas cresceram 1,8 vez — resultado, ainda assim, em grande parte da expansão das exportações

de petróleo. O Brasil, país não-exportador de petróleo, manteve suas exportações virtualmente constantes (US\$ 1.085 milhões em 1950, para US\$ 1.096 milhões em 1965). Somente em alguns anos nossas exportações ultrapassaram a cota de US\$ 1.400 milhões.

(b) Por outro lado, no mesmo período, o dividendo nacional continuou a expandir-se com o produto interno bruto crescendo 2,4 vezes e o produto industrial 2,8 vezes), em óbvio descompasso com a capacidade para importar. Por outras palavras, as condições propícias à substituição de importações se mantiveram mesmo fora da fase B do ciclo longo, revelando considerável autonomia da economia brasileira, em relação aos impulsos partidos do centro mundial. Declinava, a cada ano, o coeficiente de abertura de nossa economia. De mais de um quarto da oferta total de bens e serviços, nossas importações, antes da Grande Depressão mundial, caíram para pouco mais de um vigésimo, no período da nossa depressão interna, 1962-65.

Essa autonomia da economia brasileira, em relação aos impulsos partidos do centro mundial, esteve intimamente associada ao movimento de industrialização desencadeado nas condições da fase B do terceiro Kondratiev (1921-48), mas que, pelas razões apontadas, projetou-se para além dessa fase. O Brasil emergiu como uma das economias mais dinâmicas do mundo, provavelmente a mais dinâmica do mundo capitalista. Com efeito, no período 1938-63, a produção industrial brasileira cresceu 6 vezes; a do mundo, 3,8 vezes; a do mundo capitalista, 3 vezes; a da Europa Ocidental, 2,5 vezes; a da América do Norte, 3,6 vezes (principalmente atribuível ao decênio 1938-48, nas notórias condições da guerra); a do mundo socialista, 8,8 vezes.

A industrialização tende a manter-se, mesmo na hipótese de vigorosa expansão do comércio exterior, particularmente se essa expansão privilegiar as trocas com áreas abertas ao crescimento de nossas exportações de manufaturados. E a isso se deve acrescentar o fato de que nossa industrialização está desbordando francamente o setor secundário da economia. Com efeito, tanto a produção primária mineral, como a produção agrícola estão assumindo feição francamente industrial.

Isso quer dizer que o impulso industrializante do capitalismo brasileiro dista muito de estar esgotado e, em 1964, distava mais ainda. Mais ainda, a simples industrialização — vale dizer, a mera implantação do capitalismo industrial — devia conduzir, como está conduzindo francamente agora, à estruturação do **capitalismo financeiro**. Em meu livro *A inflação brasileira*, de 1963, eu indicava essa tendência. Trata-se do advento do **estágio supremo do desenvolvimento do capitalismo**. Ora, a crise de 1964 foi um momento desse processo extremamente vigoroso, que se projeta para além dos nossos dias, como depois veremos.

O desenvolvimento do capitalismo não é um processo idílico, desenrolando-se linearmente, no tempo, como num desses modelos matemáticos usados nas faculdades de economia para familiarizar os estudantes com o conceito de desenvolvimento— ou, como diziam os antigos, inclusive os patriarcas de nossa República, de progresso. Nem havia por que sê-lo. Na frase de Joseph Schumpeter: "Os ciclos não são, como as amígdalas, coisas que podem ser separáveis do corpo, suscetíveis de serem tratadas separadamente, mas são, como o pulsar do coração, inerentes à essência do organismo que tem esse pulsar."

Noutros termos, O ciclo é inerente à economia capitalista, que se transformará noutra coisa, quando for privada desse predicado. Ora, essa superação do ciclo deve passar pelo conhecimento preciso desse fenômeno. Trata-se de um processo prolongado e complexo, que cada país perlustrará a seu modo — e o Brasil já provou ter um modo muito peculiar de produzir o próprio desenvolvimento. E não se perca de vista que um ciclo inteiramente consciente é, por definição, um não ciclo, porque é óbvio que ninguém, com conhecimento de causa, planejará uma recessão, sem a qual não pode haver ciclo.

O estudo dos nossos ciclos — refiro-me aos ciclos endógenos, aproximadamente decenais, que conferem novo sentido, no Brasil, aos ciclos longos mundiais, agravando-os ou amenizando-os, isto é, "modulando-os" — põe em evidencia o relevante papel desempenhado por nosso Estado, inclusive por alguns eminentes homens de Estado. Mas isso não quer dizer que esse Estado ou esses homens eminentes tenham levado a cabo suas intervenções com plena consciência do que estavam fazendo. Não raro, tomam iniciativas às quais a vida social recusa qualquer futuro, sendo logo esquecidas. Na melhor das hipóteses, tomam iniciativas na suposição de que, uma vez alcançados os efeitos de curto prazo buscados, serão revogadas, como se nada tivesse acontecido, mas a mesma vida social confere a essas iniciativas um alcance e uma vigência que estavam na intenção dos seus autores. Noutras palavras, os pró-homens que usam a máquina do Estado, iludidos ou, mesmo, embriagados pelo seu aparente poder, desdobram-se em iniciativas, às quais a vida real vai conferindo os mais inesperados significados, abrindo seu caminho de tal maneira que, visto este retrospectivamente, fica-nos, às vezes, a impressão de um constructo perfeitamente lógico. Esquecemos as iniciativas frustradas e também que os méritos dos felizes resultados alcançados, em consequência dessas iniciativas, eram, nas palavras do poeta, "diferentes em tudo da esperança..." (Camões).

Não obstante, era importante que equivocadamente, ou não, o desenvolvimento da economia brasileira dependesse em tal medida do que fizéssemos nós, com nossas próprias mãos e perseguindo nossos objetivos. Dia deve vir em que nossa ação será mais inteligentemente dirigida e em que os resultados não mais serão tão "diferentes... da esperança". Isso significará que a economia brasileira terá começado a difícil transição da anarquia para o plano. Entrementes, temos que nos haver com uma economia não planificada, anárquica. E seremos felizes se, ainda que por equívoco, continuarmos a acertar — ao contrário da economia argentina que não acerta, nem por equívoco.

Nada disso quer dizer que não haja uma lógica no processo económico, mas, simplesmente, que essa lógica está na própria realidade objetiva, não em nossas cabeças, o que quer dizer que deve ser pesquisada, não podendo, em hipótese alguma ser imposta por decreto.

Do privilegiado ponto de observação do qual eu havia podido acompanhar a crise endógena anterior, que tivera seu epicentro no suicídio do presidente Vargas, beneficiando-me do lúcido diálogo com homens como Rômulo Almeida, J. Soares Pereira, Alberto Guerreiro Ramos, dentro da Assessoria da presidência da República, e outros fora, mas muito próximos, como Evaldo Corrêa Lima e Juvenal Osório Gomes, no Banco Nacional do Desenvolvimento Económico e Social (BNDES), e Hélio Jaguaribe e outros, no Instituto

Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp), eu havia podido dissecar um desses processos de intervenção do Estado na economia.

Vira, por exemplo, como, sob a pressão de entidades como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, havíamos decidido desvalorizar cambialmente nossa moeda. Isso devia significar, a juízo dos promotores da medida, um esfriamento do processo de industrialização e não seu aquecimento, como depois se veria acontecer. Como os bens de equipamento e de produção — em verdade em medida menor do que se supunha — eram importados, o encarecimento desses bens deveria esfriar o processo de industrialização. Era a filosofia da famosa pausa para respirar, que muitos dos propugnadores da industrialização tomaram ao pé da letra.

Até aquele momento, a industrialização havia assentado no paradoxo de uma mão-de-obra cara (não obstante ser superabundante) e de um "capital" barato (não obstante ser escasso). A mão de obra era superabundante, em consequência da crise agrária subjacente, que ia despejando ininterrupta mente novos contingentes de recrutas para o exército industrial de reserva. Ao passo que o capital, no sentido estrito dos bens de capital era em grande parte, porque se supunha ser todo, ou quase todo, suprido via importações, nas condições de uma capacidade para importar estrangulada.

Ora, apesar de tudo isso, do ponto de vista do empresário industrial, a quem cabe escolher as técnicas e, portanto, as funções de produção implícitas, a mão-de-obra era cara, porque aos salários pagos deviam somar-se os chamados encargos salariais, tanto os explícitos, como outros implícitos e menos conhecidos, mas não menos atuais. Ao passo que os bens de capital chegavam ao empresário abatidos de vários tipos de subsídios, inclusive os cambiais.

Parecia óbvio que se, pela via cambial, os bens de capital fossem unilateralmente encarecidos, o empresariado agiria em consequência, optando por funções de produção pré-industriais, intensivas quanto à mão-de-obra, interrompendo-se o esforço de industrialização. Para nossa felicidade, esse arrazoado continha um grave equívoco, visto como ignorava que a economia brasileira havia desenvolvido em seu seio um vigoroso D I, se bem que ainda, em grande parte, pré-industrial. Assim, o encarecimento dos bens de capital importados, em vez da desejada pausa para respirar, a que aludiam Eugénio Gudín e Osvaldo Aranha, trazia-nos um potente impulso no sentido da industrialização do D I, o qual começava a perder seu primitivo caráter artesanal. A industrialização ganhava novo impulso, nos quadros do Programa de Metas do presidente JK.

Para isso contribuiu muito o fato de que a depreciação cambial do cruzeiro, à vista da resistência do empresariado industrial, em vez de tomar a forma usual, fez-se escalonadamente, através de um engenhoso mecanismo que conferia à mesma "mercadoria", isto é, à divisa, não um só preço, mas vários. Resultava isso do regime criado pela Instrução 70 da Sumoc, que estabelecia numerosas categorias para as exportações e, principalmente, para as importações.

Generalizando, podemos dizer que mudanças desse género verificaram-se ao fim das fases recessivas dos ciclos breves, abrindo o caminho para novas fases expansivas. Isso fazia do ciclo breve um fenómeno

não exclusivamente econômico, mas social, no mais lato sentido do termo, não obstante seu evidente automatismo. É que o corpo social e o Estado, em sua indispensável intervenção no processo, o fazem sob a provocação dos fatos econômicos básicos, os quais se desenvolvem independentemente de nossa vontade, e é raro que os homens no comando das alavancas do Estado tenham conhecimento válido dos fatos em que devem intervir.

Desde que teve início a industrialização do Brasil, esses ciclos breves se têm sucedido regularmente. Primeiramente, foram criadas condições para a implantação da indústria leve, mas, a cada volta do parafuso cíclico, prosseguia a marcha no sentido de indústrias menos leves e, partindo da indústria de bens de consumo, no sentido geral da indústria de bens de produção. A meio caminho, tivemos as indústrias de bens duráveis de consumo, as quais são uma categoria híbrida, visto como, geralmente, são máquinas para as atividades produtivas da casa de família. Ano é fácil dizer, aí, onde termina o Departamento II e começa o Departamento I.

Foram as indústrias supridoras desses bens que ocuparam o centro do esforço principal do processo de industrialização, no quinquênio que precedeu a depressão dos anos 1962-65. Como já ficou dito, a produção industrial que havia crescido ao ritmo de ao ano, em 1957-62, cessou de crescer, em 1962-65. Essa produção, em 1965, chegou a declinar, em termos absolutos. Repetia-se a crise de um decênio antes.

Os homens que haviam estado atentos ao processo sentiam instintivamente que algo no gênero da Instrução 70 devia ser tentado. Alguns deles, politicamente classificáveis como de esquerda, chegaram a sugerir-me que eu usasse a influência que me atribuíam junto ao governo, especialmente o presidente João Goulart, no sentido de uma espécie de reedição da referida medida — o que era um duplo equivoco, primeiro, porque não tinha essa influência e, em segundo lugar, porque nunca a utilizaria nesse sentido, se a tivesse. Acontece que a dita medida havia resolvido problemas de outra época — de outro ciclo, para sermos mais precisos. Como havia dito ao presidente JK, como me referi na introdução a este trabalho, **uma coisa era promover a implantação de indústrias supridoras de bens duráveis — de consumo ou de produção — e outra era organizar o mercado para esses produtos.**

Visto o problema sob esta perspectiva, pode parecer coisa sem proveito o estudo da superação dos ciclos pretéritos — porque o fato é que temos conseguido superar todas as nossas crises. Observou-me certa vez meu amigo Ricardo Cibotti, ilustre economista argentino: "Vocês, brasileiros, têm muita sorte. Entram nas crises e saem delas, ao passo que nós, argentinos, ficamos morando nelas." Pelo menos, no que toca aos últimos decênios, parece que ele tem certa razão.

Mas parece que superamos nossas crises sempre por acaso, porque os problemas apresentados por cada urna delas diferem daqueles com os quais fomos confrontados pelas crises anteriores. Aparentemente, pois, nada haveria a aprender aí. A Instrução 70 da Sumoc tão oportuna e eficaz na crise dos anos 50, seria inane, quando não contra-indicada, se aplicada na crise dos anos 60.

Ora, não raro aqueles mesmos que mais se haviam batido contra as medidas que se revelaram eficazes na depressão de um ciclo, propugnam por sua reedição na depressão seguinte. Por outras palavras, encontram meios de equivocar-se, tanto quando dizem que sim, como quando dizem que não.

Não obstante, vistos sob outro ângulo, os ciclos se repetem, guardam todos um ar de família. Por exemplo, a fase recessiva de cada ciclo apresenta dois problemas gêmeos, pontualmente. Com efeito, na fase expansiva que precede a um setor ou grupo de atividades econômicas expande-se até pôr em evidência excesso de capacidade. Mas, durante a mesma fase expansiva, a estrutura da demanda do sistema modifica-se, de modo que, simultaneamente, são postos em evidência insuficiências e estrangulamentos, cuja superação exigirá investimentos, os quais, por um lado, deverão promover a utilização do excesso de capacidade acumulada num polo e, por outro, impelirão a economia para nova fase expansiva. Mudam os setores polares, mas não o fato de que eles estão presentes ambos, em oposição dialética. O cariz dos problemas em causa mudará, por certo, com a troca de identidade desses polos, mas não mudará a natureza profunda desses problemas.

Com efeito, a área de capacidade ociosa pode ser estudada também como polo em que se formará a poupança, ao passo que a área onde se revelam as insuficiências pode ser vista como polo dos investimentos futuros. Isso quaisquer que sejam as especificações dessas áreas ou setores.

Mais ainda, entre esses dois polos, há em todos os casos uma distância ou resistência a vencer, o que exige mudanças no aparelho de intermediação financeira do sistema. Este é um grave problema, durante toda a fase recessiva do ciclo. Ora, enquanto esse problema não se resolve, o Estado é chamado a intervir, no sentido de mover e orientar os fluxos financeiros como é devido: do polo de poupança para o polo de investimento.

Essa ação do Estado é necessária, não somente porque os *cuellos de botella*, como dizem os economistas da Cepal, devem ser forçados, para assegurar o funcionamento regular do sistema — o quais afinal, é um organismo vivo, cuja saúde depende da operação equilibrada de todos os seus "órgãos" como porque é um serviço prestado à sociedade a captação das sobras de caixa surgidas nas áreas de ociosidade. O abandono dessas sobras nas atividades em que se formaram acarreta várias e sérias consequências, e a exacerbação do processo inflacionário talvez não seja a mais grave.

O esforço do Estado para captar esses excedentes e orientá-los para as áreas onde se ponham em evidência os estrangulamentos — sempre diferentes a cada ciclo, mas sempre presentes, em todos eles quando chegados à fase recessiva — submete as finanças do Estado a uma tensão acima das suas forças. Assim, uma grave crise das finanças públicas costuma manifestar-se, como parte final da recessão cíclica. Isso aconteceu, também, na depressão de 1962-65.

A superação dessa crise financeira — e da crise cíclica em geral costuma tomar a forma de uma redistribuição das atividades econômicas entre os chamados "setor público" e "setor privado". Ao longo de todo o nosso processo de industrialização, a economia brasileira seria ininteligível sem a ação concomitante e coordenada desses dois setores. Entretanto, a parte do sistema que toca a cada um muda a cada ciclo. Com

efeito, sempre que o empresariado privado se julga em condições de assumir a responsabilidade por um grupo de atividades, começa a pressionar pela privatização desse setor, o que não impede que o mesmo empresariado entre a cobrar do Estado certos serviços e produtos que, afinal, irão recompor o setor público desfalcado, na fase final da crise. Afinal, depois, como antes, haverá, lado a lado, um setor público e um setor privado, em conflito, que não exclui colaboração, e, em colaboração, que não exclui conflito. Dialeticamente.

Para encerrar este capítulo parece-me oportuna uma breve nota sobre os aspectos ideológicos do evoluir da fase recessiva do ciclo. Com efeito, ao se aproximar o desenlace da crise recessiva — o que ocorre ordinariamente por meados do decênio — a luta entre os privatistas e os estatistas, sempre latente, assume formas agudas. E, como sempre acontece, cada um dos partidos reveste suas reivindicações específicas com brilhantes véus ideológicos.

Os privatistas justificam suas reivindicações específicas como uma luta pelo capitalismo — não, por certo, o capitalismo real que, nas condições da crise, assume formas em geral indefensáveis — mas um capitalismo idealizado, não raro, com conceitos pescados na Riqueza das nações, de Adam Smith. Por seu lado, os estatistas, extrapolando ingenuamente as tendências da estatização, julgam estar nada menos do que partindo para a construção do socialismo ao defender seus programas com conceitos hauridos, afinal, em O capital, de Karl Marx.

Ora, nada disso se justifica, porque a luta concreta gira em torno de problemas decorrentes do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, o qual percorre uma trajetória que já seria tempo de ser melhor conhecida. O socialismo está presente, por certo, mas como superação de um capitalismo que tem ainda muito chão a palmilhar. E, nem esse capitalismo, nem esse socialismo, têm ou terão muito que ver com as visões idealizadas que deles fazem seus corifeus. Como a reforma agrária, que estamos a pique de fazer, tem pouca coisa em comum com aquela que queríamos fazer nos anos 30.

Passada a recessão, como das outras vezes, esta polêmica se desaquece... para reaquecer-se na crise subsequente do novo ciclo médio endógeno, isto é, quando a economia voltar a desaquecer-se.

O EPICENTRO DA CRISE

Entre 1958 e 1963, as taxas relativas, respectivamente, à produção industrial brasileira e à inflação vinham mostrando um comportamento que, visto da perspectiva ortodoxa, era, pelo menos, anômalo. Com os dados de que hoje dispomos, podemos alongar as séries, como se segue:

Quadro I		
Anos	Produção industrial % a.a.	Inflação % a.a.
1958	16,2	14,2
1959	11,9	33,5
1960	9,6	17,3
1961	10,6	43,6
1962	7,8	42,2
1963	0,2	88,4
1964	5,2	82,2
1965	(5,0)	69,7

Fonte: *Conjuntura Econômica*, v. 30, n. 3, março de 1976.

Por outras palavras, enquanto a economia se desaquecia, fato expresso pela tendência declinante da produção industrial, a taxa de inflação se elevava firmemente. Esse comportamento seria repetidamente reiterado, nos 20 anos que se seguiram, até nossos dias (Ver Gráfico I, em anexo a este capítulo), o que não impede que, mesmo hoje, todos (ou quase todos, porque já temos hoje algumas exceções conspícuas, como Adroaldo Moura e L. C. Bresser Pereira) os professores de economia — especialmente os que têm sido guindados a postos de comando da economia nacional — não somente ignorem esse fato, como, a priori, o neguem, de pés juntos.

A constatação do fato elementar de que, quando a economia se desaquece a inflação se exacerba, e vice-versa, muito pontualmente, como hoje sabemos — ou devíamos saber, mas com suficiente clareza, já àquele tempo, devia conduzir a uma radical reapreciação de toda a farmacologia econômica, em geral, e das terapêuticas anti-inflacionárias, em particular. Com efeito, como pode curar a inflação quem a explica como uma função direta da demanda, quando ela objetivamente se exacerba nos períodos recessivos, isto é, quando a demanda declina? E vice-versa?

Ora, como a gestão econômica inclusive no governo João Goulart sempre esteve entregue a homens que nem por hipótese admitiam abrir a questão para estudar a possibilidade de que a inflação se relacionasse inversamente com a oferta e não diretamente com a demanda, como acreditar que estivéssemos na iminência de uma estabilização monetária, como preâmbulo à retomada dos investimentos e da atividade da economia? Como simples questão de bom senso, devíamos considerar a inflação nossa companheira fiel, por um tempo imprevisível. Entretanto, como a conjuntura não pode esperar por um número imprevisível de anos, para instrumentalizar uma retomada do crescimento, a inflação devia ser tomada como parâmetro, isto é, como uma variável muito estável. E todas as recomendações que o governo dignou-se a receber com minha assinatura se baseavam nesse pressuposto.

Por outro lado, como acreditar que, recebendo a investidura de um governo em óbvia deliquescência, teria sido possível para mim torcer o rumo do trabalho — como era mister — de um organismo como a Sumoc ou o Ministério do Planejamento, tripulados por homens carregados de preconceitos incompatíveis com a realidade mais visível, ainda mais considerando que esses homens exibiam vaidosamente seus mestrados e doutorados no estrangeiro?

A política "ortodoxa" de combate à inflação, partindo da suposição de um excesso de demanda, justifica todas as medidas antipopulares, do tipo da compressão salarial, da limitação dos financiamentos à produção etc. Se, ao contrário, o problema decorre de uma contração da oferta, outro tipo de terapêutica entrará em linha de cogitação.

Ora, se o fim da inflação não está à vista — até porque nossas costumeiras "políticas anti-inflacionárias" são contra-indicadas e agravam o problema, então era mister aprender a conviver com a inflação. Uma decisão nessa matéria vinha-se tornando imperiosa. Tanto mais quanto, como já foi lembrado, a direção do esforço principal do nosso desenvolvimento passava pela expansão da produção de bens duráveis — desde os apartamentos residenciais às máquinas operatrizes da Romi, passando pelos automóveis, pelas geladeiras e pelos eletrodomésticos em geral. E, para completar o quadro, considerando que a taxa de inflação tornava-se cada vez mais distante da taxa de juros permitida pela Lei de Usura.

Esponaneamente, a economia antecipou-se ao Estado na aplicação do que depois batizamos de correção monetária. Primeiro, tivemos os "consórcios" automobilísticos, nas condições dos quais os veículos eram pagos em prestações monetariamente corrigidas, com um deflator implícito calcado no preço de mercado dos veículos do mesmo tipo. Depois, contornando a Lei de Usura, vendiam-se e compravam-se letras de câmbio com descontos que comportavam um juro implícito que deixava a perder de vista os 12% admitidos pela mesma Lei de Usura, embora geralmente fosse bem menor do que a taxa de inflação vigente.

Não obstante, esses artifícios não seriam suficientes para fazer face aos problemas pendentes. Como vender, por exemplo, um apartamento residencial a prazos de dez anos e mais, usando os artifícios dos consórcios ou dos descontos das letras de câmbio? Operações formalmente muito seguras, como, por exemplo, a venda com a entrega ao vendedor da hipoteca do próprio imóvel negociado, ficavam inteiramente privadas de sentido. Com efeito, com uma inflação de 42,2% (1962), o valor do débito, expresso em moeda do valor do ano-base, teria caído a 17,2%, ao cabo de apenas cinco anos, ao passo que o valor de mercado do mesmo imóvel deixado em garantia, abstraída a pequena depreciação, permaneceria constante. Quebrava-se irremediavelmente a equação econômico-financeira do mútuo. Em tais condições, as vendas de imóveis pouco menos eram do que doações. *Mutatis mutandis*, o mesmo argumento se aplicaria às vendas de bens móveis duráveis com a garantia da reserva de domínio.

O Banco do Brasil e o Banco do Desenvolvimento Econômico tinham também suas operações deformadas pelo mesmo fenômeno, isto é, empréstimos feitos em moeda do ano-base eram resgatados em moeda do ano n , de valor real rapidamente tendendo para zero. A correção monetária estava, pois, na ordem natural das coisas.

O impacto que essa medida de capital importância estava fadado a ter sobre os mais variados aspectos da operação do sistema econômico nacional não era percebido com clareza, mesmo pelos espíritos mais lúcidos. Entretanto, um fato colateral devia levar o Estado a tomar a matéria em suas mãos: o fenômeno da **taxa negativa de juros reais**. Efetivamente, embora as taxas de juros das operações de novo tipo — como a implícita aos descontos consentidos para as letras de câmbio — fossem formalmente

elevadas, se comparadas com o limite tolerado pela Lei de Usura, ainda assim eram menores do que a taxa de inflação vigente. Noutros termos, mesmo acrescido dos ditos juros, o valor real de liquidação dos empréstimos era menor do que a importância originariamente emprestada.

Segue-se que, se o Estado emitisse títulos nas condições do mercado ou consuetudinárias, como dizia o projeto, estaria, de fato, expandindo sua receita. Foi com base nesse raciocínio que persuadi o presidente João Goulart a enviar ao Congresso um projeto de lei que assumiria a forma de Projeto de Decreto Legislativo 156-A/1962. Eventualmente, o referido projeto não teria seguimento, sendo recusado pela Comissão Especial incumbida de apreciá-lo. A recusa se prendeu menos aos méritos do projeto, do que à sua oportunidade política. Segundo me foi dito por um dos deputados oposicionistas que mais energicamente se haviam batido pela rejeição, tratava-se de evitar uma medida conducente à estabilização do governo vigente, acrescentando que a questão seria retomada, mais ambiciosamente, quando houvesse um novo governo, que ele esperava para breve. E, de fato, o novo governo levou o instituto da correção monetária a uma altura que os autores do projeto rejeitado não se atreviam a desejar. Mais uma vez, a excelente direita brasileira cumpre as reformas propugnadas pela esquerda e o faz com um desembaraço que esta nunca teve.

A correção monetária — hoje identificada com o problema da indexação da economia — não era, pois, resultado de uma legislação caprichosa e de um homem de Estado genial, mas fruto de movimentos profundos do sistema. Antes mesmo que amadurecesse na cabeça de um teórico, inclusive este que vos fala, como Minerva na cabeça de Júpiter. A medida veio como se fosse uma coisa irrelevante, que amanhã poderia ser abandonada, se assim conviesse. Muito poucos viram que era uma inovação institucional que interessava ao próprio epicentro da crise, e não uma mudança cosmética. Não deixa de ser comovente ver seu promotor imediato empenhar-se, sem nenhum êxito, na luta por sua remoção, ao longo destes 20 anos.

Havíamos dado um passo decisivo no sentido de conviver com a inflação e de até tirar proveito dela. Uma reforma financeira inconcebível sem este instituto viria incontinente. O "milagre" que se seguiu está inteiro nessa mudança, como o Programa de Metas de JK — o anterior "milagre" — estava implícito à Instrução 70, visto como suas metas eram um reflexo das "categorias". E o historiador futuro verá no professor Octávio Bulhões o pai da correção monetária e do "milagre do Delfim", do mesmo modo como identificará no professor Eugênio Gudin o pai da Instrução 70 e do subsequente Programa de Metas. Ignorará as próprias apreciações dessas pessoas de suas obras.

Ora, não foi possível revogar a correção monetária — a qual, ao contrário, estenderia continuamente seu campo de ação — porque não era uma dessas medidas canhestras, de que abunda nossa experiência nos períodos de crise, mas que enchem de natimortos nossos cemitérios legais. Estava na ordem natural das coisas e, uma vez posta em prática, não haveria retorno possível. Não apenas o capitalismo industrial teve na inflação um parâmetro do seu desenvolvimento. O capitalismo financeiro que está agora a pique de nascer, nascerá sob sua égide.

A correção monetária significava que a equação econômico-financeira do mútuo ficaria preservada durante toda a vida deste, dado que ambos os membros eram multiplicados pelo mesmo fator. Em consequência, as garantias reais, dos tipos hipoteca e reserva de domínio, recuperavam sua plena vigência, o que trazia implícita certa tendência à queda da taxa real de juros. Em prazo brevíssimo, o Brasil viu surgir um sistema nacional de poupança, que se comparava aos mais potentes do mundo. Os investimentos, cobertos com fundos privados, entraram a elevar-se, notadamente na construção residencial, liberando fundos públicos para outras aplicações. Estava criada a escola maternal do capitalismo financeiro brasileiro.

Como sempre acontece, a crise trouxe uma redistribuição das atividades econômicas, suscitando um novo setor público ao lado de um novo setor privado. A construção residencial, tão importante, num país que expandia sua população urbana a ritmos tão galopantes, teve reforçadas ou criadas suas próprias bases financeiras, por certo sob a supervisão do Estado, via Sistema Nacional de Habitação (SNH) e Banco Nacional de Habitação (BNH), mas movendo fundos privados em escala sem precedentes. Com recursos antes comprometidos com aplicações no próprio setor público, o Estado empreendeu, noutras áreas, um gigantesco esforço de formação de capital — notadamente no campo da indústria pesada, da energética, dos serviços urbanos, dos transportes pesados rodoferroviários etc.

Em áreas como a construção residencial, a correção monetária foi remédio necessário e suficiente. Bastou que os institutos enquadreadores da garantia real fossem regenerados, para que o sistema reagisse como era mister. Os serviços de utilidade pública beneficiaram-se dos recursos liberados pela construção residencial e áreas aparentadas. Nem sequer nos apercebemos que não podíamos simplesmente transferir uma instituição criada para uma área, para a outra.

Antes de encerrar este capítulo, parece oportuno apreciar as decorrências de longo prazo, não esperadas, nem desejáveis. No início, a correção monetária se fez acompanhar de uma queda ponderável da taxa de inflação e de concomitante elevação a níveis sem precedentes das taxas de expansão do produto interno bruto e da produção industrial. (Quadro II)

É este o "milagre", em sua expressão mais sintética. A taxa de inflação chegou a cair de 88,4% em 1963, a 15% em 1971, enquanto, no mesmo lapso, a taxa de crescimento da produção industrial passava de 0,2% a 12% e o PIB, de 2,8% a 11,3%. Nessas condições, seria fora de todo propósito responsabilizar a indexação pela inflação, visto que esta estava em declínio, nem tampouco responsabilizar pela inflação o aquecimento da economia, visto como a inflação declinava *pari passu* com esse mesmo aquecimento. Mas não faltou — nem falta ainda — quem o fizesse e o faça.

Quadro II			
Anos	Produção industrial	PIB	Inflação
	% a.a.	% a.a.	% a.a.
1967	3,2	4,8	41,4
1968	15,5	9,3	31,9
1969	10,8	9,0	18,0
1970	11,1	9,5	16,7
1971	12,0	11,3	15,0
1972	12,9	10,4	17,5
1973	16,2	11,4	19,0

Fonte: *Conjuntura Econômica*, v. 30, n. 3, março de 1976.

Post hoc, ergo propter hoc. O bom senso popular não podia ver inconvenientes num quadro tão brilhante, por muito que isso desagradasse ao formalismo dos professores. A correção monetária, em vez de realimentar a inflação, como pretendiam e ainda pretendem estes, aproximava de zero uma taxa de inflação que estivera próxima dos três dígitos. Entretanto, se quiséssemos estender a perspectiva, para abarcar um período maior, não seria difícil descobrir simetrias com outros períodos de nossa história recente, especialmente com o outro 'milagre' identificado com o Programa de Metas de JK.

É mais consolador, porém, batizar uma época de vacas gordas com o nome do homem de Estado que acaso esteja, nessa época, no timão da economia. Por isto, esta ganhou o nome de "Milagre do Delfim", do mesmo modo como o Programa de Metas, de um decênio antes, bem podia ser apelidado de "Milagre do JK". Não viria menos a propósito, porém, pesquisar raízes mais antigas, demonstrando terem sido Osvaldo Aranha—Eugênio Gudin os verdadeiros promotores do "milagre" dos anos 50 e Roberto Campos—Octávio Bulhões os pais do "milagre" dos anos 60. Isso independentemente da opinião que esses homens façam ou tenham feito do seu próprio trabalho. Com efeito, Aranha—Gudin não gostariam de ver seus nomes ligados aos notórios "cinquenta anos em cinco — eles que haviam agido em nome da não menos notória “pausa para respirar”. Não formo ideia do que possa pensar o professor Roberto Campos, mas é claro que Bulhões não gostaria de ver seu nome ligado à correção monetária, mesmo que fosse a propósito de um "milagre".

Quadro III				
Economia mundial (crescimento % a.a.)				
	Produto interno bruto		Produção industrial	
	1968-73	1973-80	1968-73	1973-80
Mundo	5,7	3,1	6,5	2,5
Mundo capitalista	6,5	2,8	6,2	2,0
Mundo cap. desenvolvido	4,7	1,7	5,5	1,7
Mundo socialista	6,4	6,4	8,5	6,4
América do Norte	3,5	1,9	5,5	1,9
Europa Ocidental	4,8	1,6	5,9	1,6

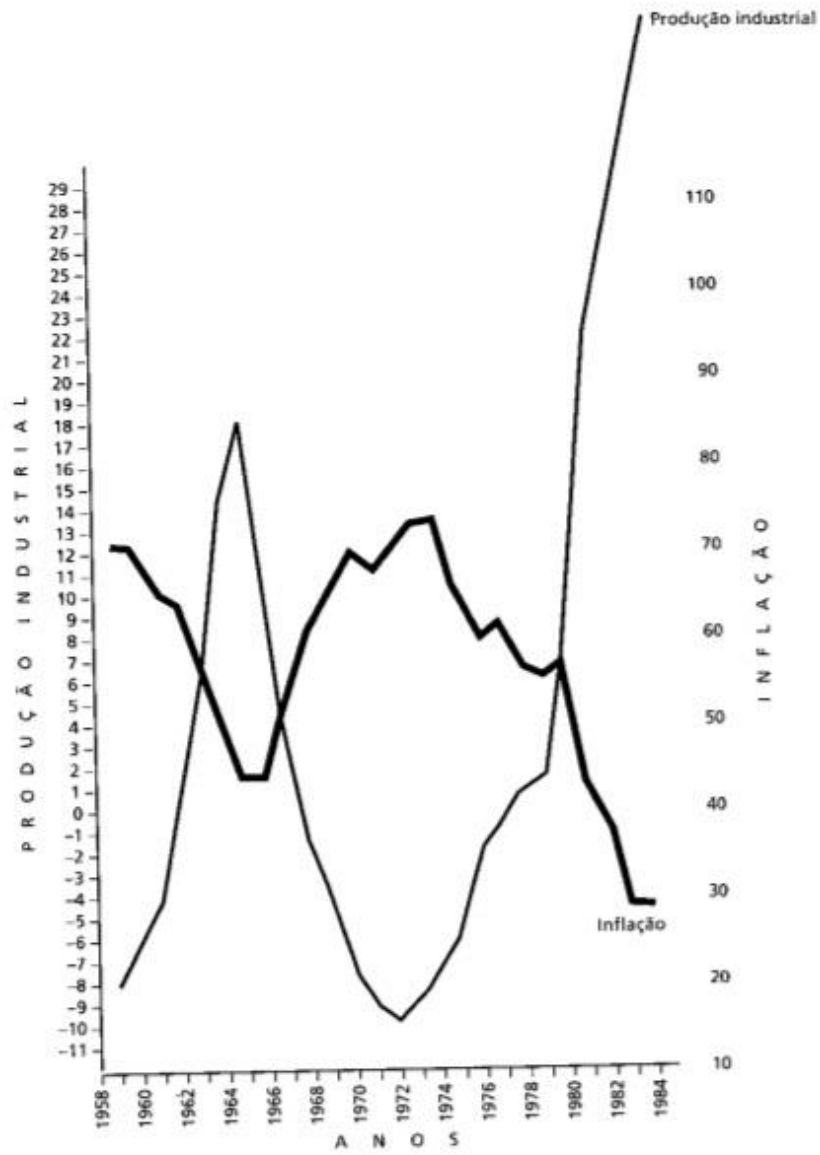
Fonte: *Statistical Yearbook*, ONU.

De fato, o que houve foi que, no período 1967-73, o Brasil viveu uma conjuntura extremamente favorável, resultante da coincidência da fase A do seu ciclo endógeno com a etapa final da mesma fase A do quarto ciclo longo. Onde a correção monetária entra é no fato de que — tal como a Instrução 70, do ciclo breve anterior — fora a peça-chave das inovações institucionais que precedem a abertura dos juglares brasileiros.

É flagrante a diferença de comportamento da economia mundial, nos dois períodos cobertos (1968-73 e 1973-80). É que, a partir de 1973, o mundo (especialmente o mundo capitalista do qual fazemos parte) entrou na fase recessiva do quarto ciclo de Kondratiev, o que se pode ver no Quadro III, acima, tanto na coluna do PIB, como na de produção industrial. Até 1973, a economia brasileira, com seu juglar em fase ascendente, viu-se acelerada, invertendo-se a conjuntura mundial a partir daquele ano. Entretanto, como o período 1973-80 correspondeu, em grande parte, à fase ascendente do nosso ciclo breve, apesar do efeito depressivo do ciclo longo, tivemos um desempenho muito satisfatório — o que nos valeu o apelido de "ilha de prosperidade". Entre 1975 e 1980, a produção industrial brasileira esteve crescendo à razão de 7,6% ao ano, contra 10,4% no período 1965-70 e 4,5% ao ano, no mesmo período 1975-80, no mundo capitalista.

A situação mudaria radicalmente a partir de 1980, quando coincidiu com a fase recessiva do nosso ciclo breve, a do ciclo longo mundial que, provavelmente, continuará em fase recessiva por muitos anos ainda. Foi essa borrasqueira crise que desmantelou o regime militar, do mesmo modo como a crise dos anos 60 desmantelou o regime constitucional.

Brasil: 1958-1983



Escala:

Inflação: $\frac{1}{4}$

Produção industrial: $\frac{1}{2}$

Médias trienais móveis:

$$\frac{1 + 2 + 1}{4}$$

Brasil: 1958-1983						
Médias móveis trienais (MMT): (1 + 2 + 1) / 4						
Anos	Produção industrial ^{1,2}			Variação dos preços (coluna 2) ^{3,4}		
	Índice	Var. anual	MMT	Índice	Var. anual	MMT
1957	100			100		
1958	116,2	16,2	12,5	114,2	14,2	20,0
1959	130,0	11,9	12,4	152,5	33,5	24,6
1960	142,5	9,6	10,4	178,9	17,3	27,9
1961	157,6	10,6	9,7	256,9	43,6	36,7
1962	169,9	7,8	6,6	365,2	42,2	54,1
1963	170,2	0,2	3,4	688,2	88,4	75,3
1964	179,1	5,2	1,4	1.254	82,2	80,6
1965	170,5	-5,0	1,7	2.128	69,7	64,5
1966	190,1	11,5	5,3	2.907	36,6	46,1
1967	196,2	3,2	8,4	4.110	41,4	37,8
1968	226,6	15,5	10,5	5.420	31,9	30,8
1969	251,1	10,8	12,0	6.394	18,0	21,1
1970	279,0	11,1	11,2	7.459	16,7	16,6
1971	312,5	12,0	12,0	8.581	15,0	16,0
1972	352,9	12,9	13,5	10.083	17,5	17,2
1973	410,2	16,2	13,6	11.996	19,0	21,2
1974	448,1	9,2	10,1	15.528	29,4	25,7
1975	474,6	5,9	8,3	19.425	25,1	30,6
1976	533,4	12,4	8,6	27.785	43,0	38,7
1977	554,4	3,9	6,9	39.958	43,8	42,1
1978	594,6	7,3	6,2	55.074	37,8	43,1
1979	632,5	6,4	7,0	84.304	53,1	62,3
1980	683,1	8,0	0,85	173.077	105,3	94,2
1981	647,6	-5,5	-0,61	368.881	113,1	106,4
1982	651,3	0,57	-4,3	715.617	94,0	116,5
1983	610,0	-6,8	-4,3	1.895.294	164,8	141,2

Fontes: 1. 1957-70: *Conjuntura Econômica*, v. 30, n. 3, março de 1976; 2. *Aspectos da Economia Paranaense*, taxas de crescimento, tabela IV, p. 29 (Badep); 3. 1957-76: *Conjuntura Econômica*, v. 30, n. 3, março de 1976; 4. Restante, *Conjuntura Econômica*.

SURGE O NOVO DEPARTAMENTO I

Como ficou dito antes, a industrialização do Brasil, havendo começado pelas atividades supridoras de bens de consumo (também estudadas sob os nomes de setor B e Departamento II), veio, de ciclo em ciclo, aproximando-se das atividades supridoras de bens de produção, também designadas como setor A ou Departamento I. Tudo isso desenvolvendo-se espontaneamente, sem qualquer intencionalidade — e até sem consciência social clara do que estava acontecendo —, mas muito consistentemente, revelando uma lógica objetiva impecável.

Essa lógica deve ser buscada no fato de que nossa industrialização surgiu espontaneamente, como uma variante dos esforços de substituição de importações a que somos periodicamente impelidos pela economia mundial, através dos ciclos longos ou ciclos de Kondratiev, que alternam fases expansivas,

quando somos atraídos para uma participação mais íntima na divisão internacional do trabalho, com as fases recessivas, quando somos compelidos a um esforço de substituição de importações.

Nas fases recessivas, a economia dos países cêntricos limita sua demanda dos nossos produtos de exportação, deprimindo ao mesmo tempo os preços desses produtos, relativamente aos preços dos produtos que os mesmos países nos exportam, agravando nossos termos de intercâmbio. Em definitivo, pois, temos um estrangulamento da capacidade para importar, o que, num país periférico, de economia complementar, corresponde a um grave desajustamento intersetorial. O esforço de substituição de importações sobrevém, pois, como uma reação orgânica.

A economia periférica pode ser estudada como um organismo primitivo, que tem parte do seu corpo dentro e outra parte fora do território nacional. Ora, como acontece aos organismos vivos inferiores, a amputação de uma parte do corpo leva a um trabalho de recomposição dos membros amputados. Na espécie, como o que importávamos precipuamente eram bens de consumo, o esforço de recomposição do organismo econômico devia voltar-se primeiramente para a produção nacional desses bens e assim teria acontecido, mesmo que o Estado cruzasse os braços, deixando que as coisas se desenrolassem espontaneamente — o que, aliás, não aconteceu. Muito precocemente, como resultado de intensa luta política, o Estado tomou as cartas nas mãos, como depois veremos.

Com efeito, na etapa inicial do processo definiram-se — como depois veríamos acontecer, a cada novo ciclo, quando este chega à sua fase recessiva — dois partidos, cada qual com sua ideologia própria. A luta travou-se, inicialmente, sob as palavras de ordem: "o Brasil é um país essencialmente agrícola" e "devemos industrializar o Brasil". Direita e esquerda, no Brasil dos anos 30, significavam, objetivamente, pretender limitar o país ao lugar que lhe fora historicamente marcado de produtor e exportador de produtos primários, especialmente agrícolas, ou ao contrário, desenvolver uma indústria transformadora nacional, roubando uma função antes privativa das potências dominantes.

O fato de a industrialização haver começado pelo Departamento II, com a indústria leve à frente e a indústria têxtil ocupando a posição chave, no seio dessa indústria leve, não quer, entretanto, dizer que o Brasil não dispusesse de um Departamento I próprio, mas, simplesmente, que este, sobrevivência do passado esforço de substituição de importações, tinha caráter pré-industrial ou artesanal. Como já foi dito, a industrialização não foi nosso primeiro esforço de substituição de importações. Ela foi precedida e preparada, nas condições da fase B do segundo Kondratiev e da Primeira Guerra Mundial, por um esforço de substituição de importações que não se havia limitado aos bens finais ou bens de consumo, mas que deixou uma preciosa herança de produção nacional de produtos intermédios e bens de produção. Vale dizer, herdamos um Departamento I.

Este constava de oficinas mecânicas independentes ou de oficinas anexas a estabelecimentos industriais ou dos serviços de utilidade pública a cargo de concessionários estrangeiros, ou ainda como serviços de apoio aos estabelecimentos militares de terra e mar. As primeiras indústrias leves criadas — fossem fábricas têxteis ou usinas de açúcar — tinham todas esses anexos pré-industriais, formalmente

destinados à prestação de serviços de manutenção. Ora, tais oficinas de manutenção extrapolavam, não raro, sua destinação original, contribuindo eficazmente para o crescimento do capital fixo do parque.

Em primeiro lugar, se uma oficina de manutenção duplica a vida útil “normal” de um equipamento, este fato tanto pode ser estudado como o exercício de um serviço de manutenção, como de suprimento de equipamento novo. Pelo menos, do ponto de vista econômico-contábil, visto que, tecnologicamente o equipamento em sobrevida tem a mesma idade do equipamento velho. O mesmo se poderia dizer do equipamento copiado pelas oficinas de manutenção, o qual, com maioria de razão, vem adicionar-se ao capital fixo da empresa e do parque, desbordando as funções das oficinas de manutenção. Muitas vezes encontrei, em fábricas visitadas a serviço do BNDES, ao lado de uma máquina importada, todo um pelotão de máquinas, fiel e habilmente copiadas dela. Seria interessante examinar como a empresa contabilizou esse investimento — porque é óbvio que é de um investimento em capital fixo que se trata.

Entretanto, se a empresa cometesse a imprudência de, em sua conta de resultados, escriturar o valor incremental do equipamento como investimento, isso a obrigaria, pelas leis de balanço, a demonstrar a origem dos recursos investidos e, visto que não se trata de recursos de terceiros, obviamente são recursos próprios, vale dizer, lucros, isto abriria a empresa a uma tributação de renda que poderia tornar-se esmagadora, suprimindo o subsídio implícito à isenção fiscal, sem a qual essa modalidade de formação de capital tornar-se-ia antieconômica. Assim, a contabilidade da empresa e, por essa via, a contabilidade social deixam de registrar esses investimentos, subestimando a parcela investida da renda, assim como a própria renda. Resta, porém, o duro fato de que empresas que quase não registram lucros crescem a olhos vistos.

Acrescentemos que uma peça importante do primitivo D I era a construção civil, pouco mecanizada, mas muito ativa, como o demonstram as cidades e obras que herdamos. Ora, não raro, o edifício é a metade do novo capital fixo que vai sendo criado.

Finalmente, tanto com a intermediação do comércio exterior como diretamente, atividades formalmente integrantes do Departamento IV podem reforçar o Departamento I, *ad hoc*. Seria fácil organizar uma longa lista dessas atividades. Citarei apenas a agricultura de exportação que, ganhando receitas em moeda externa, expande a oferta de bens de produção; a indústria de bens duráveis de consumo, muitos dos quais são, afinal, máquinas etc.

Sem esse Departamento I, anterior à industrialização ou coevo da indústria leve pela qual começou o processo de implantação do parque industrial brasileiro, a criação do capitalismo industrial seria ininteligível, na ausência de um Departamento I formalmente industrial.

O estudo desse Departamento I pré-industrial é importante, sob vários pontos de vista. Mas, no caso brasileiro, visto como a industrialização foi empreendida sem prévia reforma agrária, reveste-se de especial importância o fato de que, nesse D I, a função básica de produção é fortemente *labour intensive*. Com efeito, o D I pré-industrial é capaz de suprir bens de capital, mas sob certas condições, dentre as quais se destacam, em primeiro lugar, o congelamento da tecnologia e, em segundo lugar, a função de produção intensiva quanto ao trabalho. Se há um caso em que a definição marxista de capital como trabalho

cristalizado — é especialmente verdadeira, é no caso em que o Departamento I do sistema seja pré-industrial: em toda a primeira etapa de nossa industrialização, até o surgimento, recente, de um D 1 industrial, tínhamos o paradoxo da implantação de um parque poupador de mão-de-obra, pelo uso de instalações intensivas quanto à mesma mão-de-obra. Por esse motivo, a crise agrária somente assumia formas agudas nas fases recessivas do ciclo, isto é, quando declinava o esforço de formação de capital. Precisamente isso mudou, quando, depois de implantada a indústria leve, empreendemos a implantação da indústria pesada: depois do D IV industrial, um D I também industrial.

Nos 20 anos entre 1960 e 1980, a indústria brasileira esteve desenvolvendo-se nos seguintes ritmos:

Quadro IV

	1960-70		1970-80		1960-80	
	Vezes	% a.a.	Vezes	% a.a.	Vezes	% a.a.
Geral	1,9	6,8	2,3	8,8	4,5	7,8
Química	2,2	8,1	3,0	11,7	6,6	9,9
Metais básicos	2,0	7,2	2,7	10,3	5,3	8,7
Têxtil	1,1	0,7	1,6	4,0	1,7	2,8

Fonte: *Statistical Yearbook*, ONU.

Isto deve bastar para mostrar a tendência geral de mudança da estrutura da economia brasileira. Aumenta o peso dos setores integrantes do Departamento I. Nos anos 70 a expansão da indústria pesada acelerou-se. Alguns desses itens podem ser alinhados como se segue:

Quadro V

	1969	1970	Crescimento (1969 = 100)
Aço bruto (10 ⁶ tm)	4,9	13,9	284
Cimento (10 ⁶ tm)	7,1	23,7	334
Tratores agrícolas	12.562	56.418	449
Automóveis de passageiros	236.893	568.000	240
Caminhões e ônibus	23.893	95.113	398

Fonte: *Anuários Estatísticos*, IBGE.

O surgimento de um vigoroso Departamento I industrial, moderno, afeta o equilíbrio geral do sistema econômico, de várias maneiras. Começemos por estudar o impacto desse fato sobre a oferta e a demanda de mão-de-obra na economia de mercado do país.

Componente conspícua do novo D I é a produção de insumos agrícolas modernos, representados nos quadros supracitados pela indústria química e pela produção de tratores. Ora, a demanda de bens agrícolas goza de uma elasticidade-renda bem menor do que a de produtos manufaturados. Se a renda social cresce, antes que se torne sensível o aumento da procura de alimentos e outros bens agrícolas, é a de produtos manufaturados que cresce. Não é por acaso que, virtualmente em todo o mundo, as taxas de crescimento da agricultura são muito mais preguiçosas que as da indústria.

Na espécie, essa demanda tende a tornar-se mais preguiçosa ainda à vista do fato de que a indústria está suprimindo a economia, em quantidades crescentes, de variado equipamento de conservação de alimentos e outros bens agrícolas, destacando-se as instalações frigoríficas, tanto no nível doméstico, como no dos transportes, da armazenagem e do comércio. Segue-se que uma parcela maior da produção agrícola deixa de perder-se e chega ao consumidor final, isto é, ao nível em que se determina a demanda específica.

Consequentemente, se, em vista do novo equipamento fornecido à agricultura, a produtividade do trabalho agrícola se eleva, a mesma oferta bruta pode ser assegurada por um número menor de trabalhadores agrícolas e, mais ainda, por um número menor de horas trabalhadas na agricultura. Esta última circunstância introduz no quadro um importante complicador que adiante discutiremos, ao abordarmos o problema do boia-fria.

Ora, podemos estudar a redistribuição da população entre a área rural e a cidade, como função, em grande parte, da aplicação de técnicas modernas — químicas e mecânicas, sobretudo. Essa redistribuição, segundo os dados dos nossos censos, seguiu a seguinte linha:

Quadro VI					
Movimento de urbanização					
	1940	1950	1960	1970	1980
População urbana total (%)	31,2	36,2	44,7	55,9	67,6
Urbanizados no decênio (milhares por ano)	—	590	1.252	2.038	2.839

Fonte: Censos, IBGE.

Esses dados situam o Brasil entre os países mais urbanizados do mundo, com mais de dois terços de sua população residindo no quadro urbano. Se a tendência dos dois últimos decênios se manteve, estamos urbanizando, por ano, mais de 3 milhões de habitantes — mais do que a União Soviética, com uma população de mais do dobro da nossa, cabendo-nos indagar:

1º) se a cidade está podendo utilizar produtivamente o imenso exército de trabalhadores que lhe chega todos os anos;

2º) se estamos criando a infraestrutura urbana correspondente o que seria como criar de nova planta uma Grande Belo Horizonte ou duas Grandes Curitiba, a cada ano.

A resposta a ambos esses quadros é claramente negativa. Primeiramente, o desemprego típico das economias subdesenvolvidas está sendo substituído pelo desemprego propriamente dito, categoria econômica do capitalismo desenvolvido. Quanto ao segundo quesito, não deve haver dúvida de que distamos muito de haver criado as condições mínimas de habitação, de transporte, saúde e outros itens de infraestrutura, não somente para a população que está afluindo todos os anos, mas também para os cerca de 50 milhões de novos cidadãos, urbanizados nos últimos 20 anos. Assim como quatro Grandes São Paulo.

Dar-se-ia talvez o caso de que as atividades urbanas se tenham tornado mais trabalho-intensivas do que antes, qualificando-se para absorver esse imenso exército industrial de reserva, que o desenvolvimento do capitalismo no campo vai liberando inexoravelmente?

Muito ao contrário, a substituição do primitivo Departamento I pelo novo, especialmente ao longo dos anos 70, significa que a mesma formação de capital supõe agora o engajamento de muito menos mão-de-obra. Os próprios canteiros de obras da construção civil deixaram de operar à base dos formigueiros humanos de antigamente. O pré-moldado, as gruas de montagem, o transporte mecanizado de concreto deu a essa indústria uma função de produção muito diferente da de outrora. Tudo isto em vista do surgimento do novo Departamento I, industrial, moderno.

Não seria justo pretender que a ditadura militar tenha dificultado o desenvolvimento da economia nacional brasileira. Ao contrário, é bem possível que o tenha acelerado, levando às últimas consequências uma industrialização que, nas condições de uma estrutura agrária arcaica, começava a encontrar seus próprios limites. Levou-nos a um ponto em que o crescimento do "bolo" ficou na dependência de sua prévia redivisão.

Com efeito, a distribuição mais igualitária ou menos desigualitária — da renda, temporariamente promovida pela elevação da taxa de formação bruta de capital, em consequência das mudanças institucionais periódicas, instrumentalizadoras de novo pacote de substituição de importações, já não basta. A crise agrária e seu corolário, o desemprego urbano tende a persistir, mesmo que o ciclo ingresse em nova fase ascendente ou, como se convencionou dizer, em novo "milagre", sendo amenizado somente se o esforço implícito da formação de capital assumir níveis muito altos.

O ENDIVIDAMENTO EXTERNO

A fase B do quarto Kondratiev abriu-se (1973) com a chamada crise do petróleo que, ao mesmo tempo, traduzia-se por forte crise no balanço de pagamentos de numerosos países importadores desse produto especialmente no Terceiro Mundo — e na acumulação de saldos sem precedentes em muitos dos países exportadores do mesmo produto.

A economia mundial havia-se ajustado a tal ponto ao uso desse produto energético, que um peso relativamente pequeno do petróleo no balanço energético de um dado país era visto como prova de atraso. O petróleo era não somente a fonte nobre de energia, por excelência, como talvez a matéria-prima mais importante para uma indústria tão dinâmica e decisiva como a química. De uma hora para outra, o preço do barril de petróleo aumentara várias vezes.

A origem da crise do petróleo não está ainda muito clara. Acaso influência das previsões terroristas do Clube de Roma sobre os Limites do crescimento (Primeiro Relatório ao Clube de Roma)? O interesse de promover novos investimentos keynesianos (isto é, reativadores da economia) na organização de fontes alternativas de energia, para o que o encarecimento do petróleo seria criticamente necessário, principalmente

nos países mais desenvolvidos (energia nuclear, combustíveis sólidos pobres e renováveis, energia eólica, hídrica etc.)?

Sabe-se hoje que as fontes de hidrocarbonetos são muito menos pobres do que supúnhamos àquele tempo, sem falarmos nas fontes alternativas nucleares convencionais (fissão) e não convencionais (fusão). Refiro-me especialmente às reservas descomuns do chamado gelo combustível — um combinado instável de água e metano. Nada disso, porém, justificaria que continuasse o esbanjamento das fontes primárias mais nobres. Mesmo que os recursos em combustíveis fósseis fossem ilimitados, as disponibilidades de oxigênio livre na atmosfera, para queimar tanto combustível, não o seriam. E parece que antes de começarmos a encontrar os limites de oxigênio, os desfalques à crítica camada de ozônio fariam sentir os seus efeitos, pondo em perigo a própria vida no planeta. Mas seria pura utopia supor que uma crise econômica mundial possa ser motivada pelas nobres preocupações com o balanço ecológico futuro do planeta. A crise cíclica, pelo menos nas economias não planificadas, apresenta sempre — como a morte — um pretexto, mas, com ou sem pretexto, acaba sempre por chegar.

Assim, é fora de dúvida que a economia capitalista mundial, depois de um prodigioso período de crescimento, encontrou seus limites. Que estes tenham sido os indicados pelo Clube de Roma, pode ser posto em dúvida. Mas que certos limites foram encontrados, não há dúvida. O que importa é que o Japão, o mais próspero dos países capitalistas desenvolvidos, depois de haver expandido sua produção siderúrgica ao ritmo de 10,5 milhões de toneladas por ano (1968-73), não apenas parou de expandi-la, como nunca mais voltou ao nível alcançado em 1973. É altamente duvidoso que isso tenha tido alguma coisa que ver com a escassez de combustível, de minério, de calcário ou mão-de-obra. Menos ainda, que tenha faltado equipamento, porque a indústria japonesa, que havia equipado a siderurgia, fazendo-a crescer a tal ritmo, estava intacta.

Os limites, no caso, são de outra natureza. Com efeito, a economia capitalista mundial — ou pelo menos, a da parte mais desenvolvida do mundo capitalista — tinha-se reequipado a base da tecnologia amadurecida nas condições da fase recessiva do anterior ciclo longo e, embora estejamos vivendo um clima de revolução científico-técnica, não amadureceu ainda uma tecnologia tão superior à que acaba de ser implantada, que justifique o sucateamento das instalações não amortizadas ainda. O resultado econômico disso é a queda da eficácia marginal do capital, acarretando o desestímulo aos investimentos, e por isso mesmo, a recessão — a prolongada recessão do ciclo de Kondratiev.

Se há alguma coisa a notar nessa flutuação econômica de longo prazo é a virtual pontualidade com que se fez presente: 25 anos depois de 1948, tido convencionalmente como ponto de partida para a fase A do quarto ciclo longo; 52 anos depois de 1921, ponto de partida para a fase B do terceiro ciclo; precisamente um século a partir de 1873, data admitida como início da fase depressiva do segundo Kondratiev.

Seja como for, o certo é que, a partir de 1973, tudo passou a ser diferente na economia mundial. Não obstante os altos e baixos atribuíveis a ciclos mais breves ou a flutuações menos regulares, o clima de euforia anterior àquele ano cessou. As exportações, em índices de quantum, isto é, abstraída a variação dos

preços, comportaram-se como se segue (porcentagem ao ano): As coisas se agravaram principalmente a partir de 1979. Com efeito, entre este ano e 1982, as exportações do mundo capitalista deixaram de crescer, as do mundo capitalista desenvolvido apenas cresceram ao ritmo de 2,2% ao ano e as do mundo capitalista subdesenvolvido estiveram declinando, ao ritmo de 6,4% ao ano.

Mundo capitalista:	9,1% a.a. entre 1965 e 1973 3,0% a.a. entre 1973 e 1982
Mundo capitalista desenvolvido:	9,6% a.a. entre 1965 e 1973 4,0% a.a. entre 1973 e 1982
Mundo capitalista subdesenvolvido:	7,6% a.a. entre 1965 e 1973 0,4% a.a. entre 1973 e 1982

Mas a crise mundial não se reflete apenas no volume físico das exportações. Entre 1960 e 1965, os preços nas exportações mundiais estavam ainda muito estáveis (uma elevação de menos de 1% ao ano), mas, já no período 1965-73, esse índice, que pode ser interpretado como representativo da inflação internacional, elevava-se a 5,8% ao ano e, no período 1973-80, esteve crescendo a 14,7% ao ano. Parece que a inflação, antes fenômeno peculiar à economia de uns poucos países, emergiu como fenômeno de alcance mundial. E, nas relações internacionais, como nas internas, a inflação relacionasse com a recessão, isto é, com o desaquecimento, não com o aquecimento da economia. Com efeito, os preços internacionais entraram a crescer mais aceleradamente na fase recessiva, isto é, quando a taxa de crescimento das exportações declina, ou quando declinam as próprias exportações.

A taxa de juros, no mercado mundial de capitais, começou a elevar-se no quadro da longa recessão, isto é, da recessão do ciclo longo. A princípio, esse fenômeno parecia não ser mais do que a busca de uma taxa real positiva — embora discretamente positiva — para compensar a inflação. Posteriormente, porém, o comportamento da taxa de juros passou a refletir outros fatos, notadamente o índice de solvabilidade do Tesouro dos Estados Unidos. Os descomunais déficits do orçamento do governo federal norte-americano, exigindo o lançamento de papéis públicos, tanto no mercado interno como no mercado mundial, não podiam deixar de erodir a aceitabilidade daqueles papéis, com reflexos sobre a taxa de juros.

Fenômeno semelhante far-se-ia presente no interior da economia brasileira, como reflexo do abuso da capacidade de endividamento do Estado, para o fim imediato de socorrer as empresas públicas concessionárias de serviços públicos e para o fim mediato, mais macroeconômico, de sustentar o esforço de formação de capital do país. A diferença está em que, no nosso caso, temos uma ocorrência meramente nacional, ao passo que a taxa de juros aplicável ao dólar interessa à economia mundial como um todo — sem excluir os países socialistas — porque os Estados Unidos ocupam o centro do centro dinâmico da economia mundial.

Foi nessas condições que o Brasil foi confrontado com uma oferta de capitais sem precedentes. Os capitais nos eram oferecidos sem muito exame, até porque a economia mundial não oferecia muitas alternativas que se afigurassem comparáveis às nossas. Como vimos antes, não era de todo fora de propósito definir o Brasil, aí pelo segundo lustro do passado decênio, como uma "ilha de prosperidade". Por outro lado, a urgência na reciclagem dos petrodólares não deixava vagares para maiores cuidados.

Com efeito, com a possível exceção do Irã e do Iraque, os grandes exportadores de petróleo eram países de população reduzida, sem condições para um esforço industrial de substituição de importações como o nosso. Vai daí que esses países não eram capazes de engendrar uma demanda de importações que absorvesse seus vultosos saldos em moedas conversíveis, os quais foram encaminhados ao mercado mundial de capitais, deixando os banqueiros no comando de somas enormes para as quais era mister buscar aplicações, até porque uma inflação de 14,4% ao ano, ao penalizar a liquidez, aguilhoa o capital, obrigando-o a buscar aplicações que compensem a erosão inflacionária dos saldos em moeda forte as quais, afinal, não são tão fortes assim.

A princípio, o aumento do endividamento — no sentido de entradas líquidas de recursos, visto como depois a dívida continuaria a crescer em consequência da capitalização forçosa dos juros — pode ser explicado como resultado da busca de recursos para concluir a implantação do novo parque de indústria pesada do país e investimentos correlatos, mas há muito que estamos importando a crédito coisas que a indústria já criada poderia suprir, ou que poderíamos comprar em países dispostos a aceitar nossos próprios produtos, em pagamento. Mais ainda, nos endividamos, não para pagar as importações correntes, mas para pagar importações antigas, o que nos deixa sem opções.

Nessas condições, o endividamento assume o efeito deletério de **dumping** do mercado nacional, e foi por isso que o esforço em profundidade para produzir os saldos na balança de comércio de 1984 — o que implicava o aumento das exportações e redução das importações — longe de produzir o esperado efeito recessivo sobre a economia, soergueu-a, em medida ponderável, se considerarmos que a tendência anterior era de queda do produto absoluto e, a **fortiori**, per capita. É que, embora temporariamente, o efeito dumping viu-se suspenso ou, pelo menos, amenizado.

A experiência do ano de 1984, quando nos aproximamos de um saldo em conta corrente nulo — que significa que a dívida teria parado de crescer — é muito eloquente. O esforço para a produção dos saldos, como bem observou o ex-ministro Delfim Neto, não deprimiu a economia e não o fez pela razão apontada pelo ministro, isto é, porque esse esforço traduziu-se em utilização de capacidade produtiva preexistente e ociosa. O que foi observado foi um soerguimento da economia, que voltou a crescer a uma taxa considerável, nas circunstâncias e, concomitantemente com isso, declinou o índice de desemprego, comportando-se satisfatoriamente outros índices integradores da síndrome da recessão. A própria inflação, que parecia na iminência de tornar-se galopante, estacou bruscamente, se bem que em nível muito elevado, de mais de 200% ao ano.

Parece que, mais uma vez, o FMI equivocou-se com o Brasil, tendo-se espantado com nosso inesperado comportamento. E, também, mais uma vez, está tentando arrepiar carreira, obrigando-nos a dismantelar os mecanismos que instalamos, por suas ordens, no sentido de habilitar-nos ao pagamento da dívida. Ora, de longa data, é nesses momentos, quando o imperialismo tenta fazer-nos tornar ao status quo ante, que o Brasil dá um salto à frente. A preparação do país para o pagamento das dívidas é, também, um passo indispensável para a afirmação de nossa independência.

Isso não quer dizer, absolutamente, que nos curvemos passivamente perante os credores, aceitando uma dívida assumida em condições iníquas. Mas quer dizer que nos devemos preparar para provar aos credores que podemos arcar com nossos compromissos iníquos. Entretanto, uma vez feita essa prova, seria absurdo satisfazer os ditos compromissos. A dívida, tal como está formulada, não será paga. Com efeito, se não formos capazes de suscitar os recursos para o pagamento, ela não será paga, por força do antiquíssimo princípio de direito de que *ad impossibilia, nemo tenetur*, isto é, ninguém é obrigado a fazer coisas impossíveis. E se, ao contrário mobilizarmos tais recursos, levando a suas últimas consequências o esforço iniciado nos anos finais da ditadura e dos quais esta parece ter-se arrependido nos meses finais, sob a pressão do mesmo FMI em pânico, devemos usar nossa nova força para renegociar tudo.

Temos exemplos clássicos disso. Foi no ato de fazer o Brasil voltar atrás com a Abertura dos Portos — originariamente uma medida destinada a atender aos interesses reinóis, no momento angustioso da inclusão forçada de Portugal no bloqueio continental — que foram suscitadas aqui resistências que culminariam na Independência.

Foi no ato de tentar desfazer as instituições criadas a partir da Instrução 70 da Sumoc — originariamente sopradas ou ordenadas por esse mesmo FMI, com o objetivo declarado de bloquear o esforço de industrialização — que se desencadeou o movimento nacionalista dos "cinquenta anos em cinco", do Programa de Metas.

Uma situação semelhante se apresenta agora. Obedecendo às injunções do FMI, levamos um país que estava de joelhos a tomar consciência do seu poder. Ora, seria esdrúxulo que esse poder fosse utilizado, não para a afirmação dos nossos direitos, mas para justificar subserviências. Antes, a capacidade ociosa do país era motivo para elucubrações de alguns teóricos — inclusive deste que aqui vos fala. Mas agora é o motivo da tomada de consciência do seu poder, por toda a nação. Não apenas da nação popular, mas também das classes dirigentes do país e, em primeiro lugar, da burguesia industrial, a única classe amadurecida para o comando do Estado.

Toda a polêmica que apaixona agora o país, e o apaixonará cada vez mais, tem que girar em torno de um problema prático, como os que mais o possam ser: trata-se de saber se o esforço começado pode ser sustentado, até onde e com quanto êxito. Porque o que estava errado não era o fato de haveremos mobilizado recursos para produzir saldos à altura dos compromissos externos, mas o fato de que as fontes usadas são precárias e insuficientes. Trata-se de explorar novas fontes.

Tornaremos a este assunto.

Muitas vezes, empenhamo-nos em eruditas discussões sobre os procedimentos a adotar para levar os credores a uma revisão dos nossos compromissos.

Lembraríamos, por exemplo, que em todo contrato há uma cláusula implícita, que os romanos resumiam em apenas três palavras: ***Sic standibus rebus***. Assim, a validade do contrato ficaria limitada à persistência das circunstâncias — o que não é, obviamente, o nosso caso.

Lembraríamos que nenhum projeto pode ser elaborado com confiabilidade, se os preços dos fatores a serem empregados forem imprevisíveis. Ora, a taxa de juros é preço de um fator: o capital. Se esse preço se torna imprevisível, a determinação das funções de produção tornar-se-ia um quebra-cabeça sem solução possível, e o cálculo econômico se converteria em pura fraude.

É claro que, num país como o Brasil, que se esforça por fazer cálculo econômico nas condições de uma inflação de mais de 200%, a estabilidade do preço dos fatores e, em primeiro lugar, do capital, deve ser buscada em termos reais, isto é, deflacionados os preços futuros, não em termos nominais. Assim, o problema da estabilidade da taxa de juros pode ser visto como uma questão de ordem pública.

Tudo isso, porém, será irrelevante, enquanto não nos sobrepusermos à necessidade de buscar junto aos credores dinheiro novo para fazer face às necessidades correntes. A única posição que cabe a países que, não por exceção, mas como regra, são forçados a buscar sempre novos recursos de terceiros, é a dos mendigos, isto é, de joelhos. Ora, não há direito que se aplique aos mendigos. A mendicância é um estado fora da lei, por definição.

A posição típica do banqueiro é oferecer dinheiro a quem prove poder prescindir dele. Se os atos mais elementares de nossa vida soberana ficarem na dependência da próxima negociação com os credores ou seus auditores, que chance teríamos nós de fazer valer os nossos direitos, por mais elementares e mais bem fundados que fossem?

Conta-se que o jurista e ex-senador e ministro Milton Campos, ao ser interrogado, certa vez como, se ocupasse a posição de presidente do Supremo Tribunal Federal, despacharia uma petição de um presidente da República deposto, pedindo a devolução do cargo, respondeu que seu despacho seria, simplesmente:

— Indeferido, porque pede.

Assim, enquanto não nos sobrepusermos à condição de pedinte, nenhum procedimento, por muito hábil que seja, nos será de maior valia. E a criação de condições que nos habilitem a não termos de pedir que, por paradoxal que isso pareça, nos preparará para pedir com êxito.

Na prática, isso significará que nos devemos preparar para bem usar o potencial produtivo do país. Haverá casos em que essa utilização não poderá prescindir do uso dos canais do comércio exterior, mas o mundo é grande e, a cada dia que passa, desborda mais o limitado grupo de países que, como vimos antes, tendem a fechar-se sobre si mesmos, cada vez mais, levando a cabo uma substituição de importações a ***outrance***, com vistas a criar uma autarcia nacional ou de grupos limitados de países.

Ora, o Brasil é hoje um país que dispõe de vigorosa e diversificada indústria de transformação, o que quer dizer que, com a condição de que também procure importar, poderá penetrar com êxito no crescente

mercado do Terceiro Mundo, onde essa indústria de transformação é ainda pouco desenvolvida e pouco diversificada.

É claro que esses países também se industrializarão, mas isso é um processo demorado, durante o qual a demanda de importações, longe de declinar, se incrementará.

Por outro lado, há o complexo de países de economia planificada, que representa 40% da produção industrial do mundo — países que fizeram prova concludente de que o plano é um efficacíssimo instrumento de autarcisação. Esses países têm obtido taxas elevadíssimas de crescimento econômico, com coeficientes de abertura pequenos e, muitas vezes, declinantes. Ê que o comércio é uma via de mão dupla, isto é, para comerciar se fazem mister dois parceiros. Se a outra parte não deseja comerciar, a autarcia se impõe e o socialismo mostrou que sabe fazê-lo — não porque o deseje, mas porque assim se faz mister.

Com efeito, a partir de 1980 (até novembro de 84) importamos da União Soviética o total de pouco mais de meio bilhão de dólares, acumulando um saldo a nosso favor de quase quatro vezes mais. Levanta-se o problema de saber por que limitamos essas importações, e a resposta mais contraditória, isto é, de que o fazemos por motivos ideológicos, não convence. Seria mister explicar também porque limitamos nossas compras à nossa própria indústria nacional, endividando-nos para importar coisas que já podemos produzir— e não há ideologia que explique esse fato.

Concluindo, não é por falta de alternativas que deixamos de limitar nossas importações dos países credores, com vistas à produção de saldos compatíveis com nossas obrigações em juros e amortizações. Essas alternativas estão presentes, em primeiro lugar, dentro do país, que acaba de implantar um vigoroso parque de indústria pesada, complementando o parque que estivemos implantando paulatinamente, a começar pela indústria leve, prosseguindo pelas indústrias supridoras de bens duráveis de consumo. Em segundo lugar, o Terceiro Mundo pode emergir como amplo mercado para nossos produtos manufaturados, em troca de matérias-primas que ainda tenhamos que importar. Finalmente, o Segundo Mundo, ou mundo socialista, obviamente apenas aguarda a expansão de nossas importações para, por sua vez, expandir as suas. Afinal, o planejamento, depois de ter servido para limitar as necessidades do comércio exterior, está servindo agora para fomentar sua expansão.

Tanto para o fim indispensável de organizar a reserva de mercado para sua própria indústria, agricultura e serviços — reserva de que nenhum país, mesmo os mais poderosos economicamente, pode prescindir, a começar pelos Estados Unidos —, como para promover uma nova divisão internacional do trabalho, de acordo com nossos próprios interesses e não de acordo com os dos parceiros externos, os mecanismos tradicionais de defesa da economia devem ser refinados, de modo a permitirem certa medida, ainda que modesta, de planejamento.

As operações tais como, por intermédio da Petrobrás, estão sendo estruturadas com países produtores de petróleo, como a Nigéria e o Iraque, devem ser sistematizadas, especialmente no sentido de possibilitar comprometimentos a longo prazo. Ora, é bom que a Petrobrás que, afinal de contas, é governo, comece a fazê-lo, servindo-se do fato de que ela tem alguma capacidade ociosa (refino) e amplos campos para

investimento, mas as transações desse tipo são impróprias, mesmo para empresas públicas. O comprometimento de vinculações a longo prazo, como é mister, deve ser prerrogativa inalienável do Estado, livre das limitações implícitas à forma empresarial dos serviços.

Como veremos a seguir, a presente crise exige uma redistribuição das atividades entre o setor público e o setor privado, com a privatização de certos serviços muito importantes — isto é, com a conversão de serviços públicos concedidos a empresas públicas, em serviços públicos concedidos a empresas privadas. Mas, como sempre acontece, no próprio interesse da empresa privada, outras atividades devem ser tornadas públicas.

Ora, o mínimo indispensável de planejamento do comércio exterior exige considerável medida de estatização do dito comércio.

O NOVO CICLO BREVE

Entendo a superação da presente crise brasileira — iminente, ao meu ver — como a abertura de novo ciclo breve, cujo conteúdo será o último capítulo da industrialização substitutiva de importações. Como das outras vezes, ao entrar em recessão, a economia apresenta um setor que se desenvolve além das necessidades imediatas do sistema e, conseqüentemente, se constitui em área de ociosidade; mas, ao mesmo tempo, como efeito mesmo do crescimento econômico verificado na mais recente fase ascendente do ciclo (e também nas que a precederam), no corpo do sistema, define-se igualmente uma faixa de insuficiências, de estrangulamentos, ou área de antiociosidade. E a oposição entre esses dois polos que cria o motor primário do nosso crescimento, nas condições presentes. Uma oposição, ou união dialética que é outro modo de dizer a mesma coisa.

Nossas cidades cresceram enormemente o correspondente a quatro Grandes São Paulo atuais, somente nos últimos 20 anos. Essas gigantescas cidades terão que ser reconstruídas, principalmente por baixo — porque nossas cidades, vistas a voo de pássaro, são ciclópicas, mas falta quase tudo por baixo dessas construções ciclópicas, desde centenas de quilômetros de metropolitanos a simples serviços de água e esgotos. Nossa economia terá que mover agora massas enormes de bens, desde minérios a produtos acabados, prontos para o consumo, e isso não poderá ser feito sobre rodas de caminhões, mas de trem. Finalmente, a nova agricultura capitalista, que está substituindo o latifúndio feudal, deverá resolver graves problemas, a começar pelo destino a dar ao tempo de trabalho de cada família agricultora, na entressafra ou tempo morto (o que será objeto do próximo capítulo) etc.

Em suma, embora tudo isso não se possa classificar, ao pé da letra, como substituição de importações, ***são substituições de importações virtuais***, pois correspondem a necessidades criadas historicamente no processo de implantar a indústria substitutiva de importações. Trata-se do coroamento da obra.

Depois, será novo capítulo de nossa história nacional — uma nova dualidade (a quarta) — incompatível com as sobrevivências feudais de nossa estrutura agrária. Mas, cada coisa ao seu devido tempo.

O caráter que distingue as atividades a desenvolver prioritariamente, agora, é o fato de que se trata de serviços de utilidade pública, a forma mais avançada de capitalismo de Estado. Criados historicamente como serviços públicos concedidos a empresas privadas estrangeiras, foram, como caso geral, convertidos em serviços públicos de administração direta (as *régies directes* dos franceses). Entretanto, mais ou menos rapidamente, conforme as circunstâncias, essas *régies directes* foram convertidas em serviços públicos concedidos a empresas públicas.

Nada disso aconteceu por acaso, mas como desenrolar de um processo histórico que obedecia a leis internas. Não se tratava de uma questão de nossas preferências, mas de imperativo da própria vida. Acontece que os serviços públicos concedidos a empresas estrangeiras deixaram de resolver os problemas impostos pelo nosso próprio desenvolvimento. Uma indústria que, entre 1938 e 1980, cresceu 27 vezes — tanto quanto a indústria soviética e um país cuja população urbana passou de 31 a 67,6% do total, entre 1940 e 1980, o que implicava urbanizar 67,6 milhões de pessoas nesse mesmo período, não podia ficar na dependência das eventualidades da captação de recursos no mercado de capital dos países cênicos. Tanto mais quanto empenhados num esforço de industrialização substitutivo de importações — desencadeado por uma contração brutal da capacidade para importar, que reduzia inexoravelmente o coeficiente de abertura da economia — nossa capacidade de fazer frente a compromissos de remessas de lucros tendia a estreitar-se cada vez mais.

Assim, a captação de recursos, para a expansão indispensável dos serviços, tinha que se voltar para o interior, isto é, para o lugar em que se ia engendrando, à sombra da referida industrialização substitutiva de importações, uma oferta, cada vez mais abundante, dos insumos necessários, desde a mão-de-obra até os bens de equipamento.

Se há um lugar onde se fez presente precocemente o Departamento I pré-industrial referido, esse lugar foi o dos serviços públicos concedidos a empresas estrangeiras. Estas compreenderam cedo que os equipamentos estrangeiros — cuja importação se ia tornando cada vez mais difícil, à medida que a economia se voltava sobre si mesma, estrangulando seu coeficiente de abertura — podiam ganhar uma sobrevivência considerável, por efeito de uma conservação que acabava por criar capital fixo novo. Ora, essa conservação podia ser paga, cada vez mais, com dinheiro nacional, já que implicava comprar mão-de-obra e outros insumos nacionais. À nacionalização física dos serviços, insumo após insumo, deveria corresponder uma nacionalização do próprio capital.

As primeiras tentativas de institucionalizar esse processo de nacionalização dos serviços, pela via dos custos, tomaram a forma de uma transferência mecânica dos institutos estrangeiros representativos do capitalismo financeiro dos países cênicos, mas é claro que os êxitos dessas tentativas foram muito

escassos. Afinal, num país onde o capitalismo industrial mal nascia, os institutos do capitalismo financeiro desenvolvido não tinham chance de enraizar-se.

Restava, entretanto, o fato de que o processo de nacionalização física prosseguia, inexoravelmente, com a colaboração dos próprios concessionários estrangeiros. Era mister encontrar instituições condizentes com a nova origem do capital.

Por aproximações sucessivas, fomos chegando à solução do problema, que tomaria a forma do instituto dos serviços públicos concedidos a empresas públicas. Contrariamente aos serviços públicos de administração direta, que apenas dependiam do imposto para formar o próprio capital — imposto formal, cobrado pelos guichés do tesouro público, e tarifa além do custo do serviço, consentida pelo Estado, cobrada pelos guichés do próprio serviço as novas empresas públicas podiam recorrer a nova fonte, a saber a captação de recursos de terceiros, como antecipação dos impostos formais e informais.

Como o relator das leis que ficariam como protótipos desse instituto — a Eletrobrás confesso que não percebi, de início, o alcance dessa pequena diferença. Como confessei na introdução a este trabalho foram necessários o bom senso e a sabedoria de J. Soares Pereira, para eu começar a senti-la, ainda assim subestimando-a. Não obstante, no fundo, minha observação era válida — e Soares Pereira não pôs essa validade em causa. Chegamos agora ao momento em que uma severa crise que alcança todos os aspectos da economia, aí está, para pôr em causa o próprio instituto da concessão de serviço público a empresa pública. Ê, obrigatoriamente, por aqui que devemos desfazer o nó górdio de nossa crise presente.

A correção monetária, a mudança institucional básica do passado quartel de século, permitiu a reconstrução das cidades em novas bases e, também, a implantação da indústria pesada, a qual, afinal, é uma atividade supridora de bens duráveis que, nas condições da persistente inflação, não podem ser comercializados sem um instituto como este. As soluções alternativas apresentadas são falsas soluções, visto como em última instância, implicam supor inexistente o problema que queremos resolver. As novas propostas, tanto as que pretendem acabar com a indexação da economia, como as que pretendem implantar uma moeda monetariamente corrigida, são variantes da mesma utopia que pretende levar-nos a um maravilhoso mundo de faz-de-conta. Onde a inflação deixa simplesmente de existir, como se fosse, não um duro problema económico, mas simples fato psicológico que, psicologicamente por efeito de misteriosas reversões de expectativa, como um sonho que a luz do sol desfaz, volta ao nada, de onde partiu.

Ora, a inflação não é um sonho, nem se resolve com encantamentos. Ê um fato económico essencial, que só economicamente pode ser tratado. E não é certo que seja apenas deletério. Seria um interessante exercício indagar que percentagem dos investimentos implícitos à prodigiosa expansão da indústria que tivemos, nos últimos decénios, ou implícitos à urbanização de mais de 50 milhões de pessoas, nos dois últimos decénios — por muito baixos que sejam os padrões dessa urbanização — teria tido lugar nas condições de uma moeda bem-comportada. O que a realidade nos mostra é que as únicas moedas realmente estáveis do mundo moderno são as do mundo socialista — e não todas, mas somente as dos países que se mantêm fiéis aos esquemas leninistas de planeamento.

É interessante notar que a correção monetária teve origem, precisamente, nos serviços públicos concedidos a empresas privadas estrangeiras, na legislação que permitia o cômputo da diferença cambial para o cálculo do investimento remunerável e, portanto, da tarifa. Subsequentemente, o alcance do instituto não deixou de ampliar-se, mas encontrou seus limites naturais ao estender-se ao campo dos serviços de utilidade pública.

Com efeito, o imobilizado dos serviços de utilidade pública não pode ser alienado senão com a participação do Estado, já que, como investimento, pesa decisivamente no cálculo da tarifa e, mais ainda, como consequência técnica de sua destinação exclusiva. Que sentido haveria em levar a hasta pública um quilômetro de linha subterrânea do metropolitano? A que credor interessaria fazer-se senhor desse item do ativo imobilizado, mesmo que, por absurdo, a legislação não opusesse óbices?

É este fato elementar que limita o uso de recursos de terceiros na criação do capital fixo dos serviços públicos concedidos a empresa pública à mera antecipação de recursos fiscais e para fiscais futuros. E é essa a limitação que está bloqueando a retomada do desenvolvimento da economia. Com efeito, sendo os serviços públicos o último setor da economia carecido de investimentos para se situar ao nível da economia como um todo, esse problema nem pode ser ignorado, nem contornado.

O apelo a recursos de terceiros — nacionais ou estrangeiros — como antecipação de recursos fiscais e parafiscais, foi usado abusivamente. A brutal elevação da taxa real de juros, o que converte a fixação da tarifa como serviço pelo custo num problema sem solução plausível, é a resposta da vida real a esse abuso. Mais uma vez esse problema económico essencial, que exige solução económica e institucional, é tratado, como no caso da inflação, como num jogo de faz-de-conta. Supostamente, bastariam certos artifícios monetários — certa licença monetária — para resolvê-lo, mesmo ao custo da promoção de alguma inflação.

Ora, o problema consiste em recriar o essencial instituto da garantia real. Há 20 anos esse problema se apresentou para a comercialização dos bens duráveis como foi discutido antes. Como esses bens, notadamente os bens imóveis, podiam, legalmente e de fato, ser dados em pagamento, também podiam ser oferecidos em garantia. Assim, a correção monetária removia o único obstáculo realmente intransponível, pois deixava sem sentido a equação económico financeira dos mútuos. No caso, portanto, a correção monetária era a solução necessária e suficiente.

Mas não é este o caso dos serviços de utilidade pública. A correção monetária, enquanto persistir a inflação — e ela não desaparecerá pela mágica dos encantamentos velhos e novos — continuará a ser necessária, mas não será suficiente, porque a estrutura do mútuo continuará privada de uma peça essencial, que é objeto de todo o direito de garantia. Com efeito, a hipoteca — e é dela que se trata, visto tratarmos de bens, não somente duráveis, mas muito duráveis se usada nas presentes condições, é tecnicamente fraudulenta e, visto como não enganará mais a ninguém, será um expediente vazio.

Legalmente, e também por exigência técnica, a hipoteca somente poderá ser eficaz no caso de ser o Estado o seu tomador. Entretanto, como a empresa pública é, ela também, Estado, o oferecimento da

garantia hipotecária por ela fica privado de sentido, porque, em última instância, o Estado estará oferecendo a hipoteca a si mesmo. Aqui está o problema a resolver, em sua forma mais sintética.

As condições atuais do Brasil são muito diferentes das que vigiam ao tempo em que foi mister nacionalizar o capital dos serviços de utilidade pública, já que os insumos do investimento nos mesmos serviços por iniciativa dos próprios concessionários estrangeiros, haviam alcançado um nível elevado de nacionalização. Naquele tempo, como o capitalismo industrial apenas começava a desenvolver-se, as condições para o capitalismo financeiro inexistiam ainda. Entrementes, essas condições, no essencial, foram criadas, de modo que a conversão da concessão de serviços públicos a empresa pública em concessão de serviços públicos a empresa privada já não apresenta os óbices intransponíveis de há 30 ou 40 anos.

O Brasil ganhou, com efeito, no último quartel de século e, principalmente, no último decênio, um vigoroso Departamento I, com a indústria pesada como núcleo. Se for instrumentalizada uma demanda de bens de investimento a essa indústria, que dispõe de abundante capacidade ociosa, nas empresas do ramo, formar-se-ão excedentes de caixa à busca de aplicação. O problema central consiste em oferecer a essas empresas papéis válidos, bem garantidos e, como o setor a desenvolver são serviços de utilidade pública, os ditos papéis devem ser emitidos pelos concessionários desses serviços.

Os atuais concessionários as empresas públicas — não poderão fazê-lo, pelo motivo indicado. Entretanto, se a concessão passa a um titular privado, este poderá emitir títulos hipotecariamente garantidos, graças à interveniência do Estado, como tomador da hipoteca trocando-a pelo seu aval, usando o consagrado instituto da acceptance. Com o aval do Estado, os títulos serão lançados ao mercado.

À primeira vista, nada haverá mudado, visto que atualmente os serviços de utilidade pública já estão levantando recursos de terceiros com o aval do Tesouro, mas, como vimos, por detrás desse aval, o que existe, de fato, é o comprometimento de recursos fiscais e parafiscais futuros — expediente usado com muito êxito, no passado, mas abusado em nossos dias. Agora, o Estado, sem renunciar à sua posição de poder concedente, ao trocar o seu aval pela hipoteca oferecida pelo concessionário privado, terá sua posição enormemente fortalecida pela sua emergência como credor hipotecário.

Segue-se que, em caso de inadimplência, o Estado, como credor hipotecário, tomará os bens ao concessionário e, como poder concedente, tomar-lhe-á a concessão. Compreende-se que a excussão da garantia não será, para o Estado, a operação privada de sentido, que seria para o credor privado. Imitando-se na propriedade e na posse do bem dado em garantia, o Estado não tenciona dar-lhe uma destinação diferente da que tem na origem, mas, diretamente, ou através de novo concessionário, dar-lhe a mesma destinação primitiva. Não se apresenta o obstáculo técnico antes referido.

Uma importante questão colateral é a de saber que repercussão terão essas medidas sobre o processo inflacionário. São medidas destinadas a suprir recursos aos grandes serviços de utilidade pública — ora estatizados, mas que devem deixar de sê-lo —, imprimindo vigoroso impulso ao capitalismo financeiro brasileiro, como coroamento necessário do processo de industrialização, uma vez vencida a etapa da criação do Departamento I industrial, do sistema.

Já há quase 20 anos, em seguida à institucionalização da correção monetária, muitos pretenderam que a inflação seria realimentada e exacerbada. Em vez disso, vimos como, no processo de reativação da economia, a taxa de inflação, antes próxima dos três dígitos, declinou a níveis inferiores a 20%. E vimos também como, com surpreendente pontualidade, a taxa de inflação sobe ou baixa como função inversa da conjuntura, elevando-se, quando esta cai, e caindo quando esta se eleva. Não há por que temer que isso não se repita agora, isto é, que a taxa de inflação não decline quando, em consequência dos investimentos em perspectiva, a conjuntura voltar a elevar-se, abrindo nova fase A do ciclo endógeno.

E muito cedo ainda para prognosticar o futuro distante do fenómeno da inflação, no Brasil. É possível que um dia a presente correlação entre a conjuntura e a inflação se modifique, voltando a ser o que antes foi, e que deixou de ser, mas não há nenhuma razão para esperar que isso esteja na iminência de acontecer. Em especial, a estrutura oligopólica da economia, se alguma mudança promete, é no sentido de reforçar-se.

A suposição de que o capitalismo brasileiro esteja a caminho de recompor a competição perfeita — caso em que a presente correlação entre a conjuntura e a inflação dificilmente se poderia manter não tem coisa alguma que a corrobore. Se me pedissem para arriscar um prognóstico nessa matéria, eu diria que nossa inflação somente será dominada pelo planejamento, que é um estado de coisas **pós-oligopólico** e não **pré-oligopólico**. Um planejamento sem monopólio é uma contradição em termos. Mas, como nada há, no horizonte próximo, que justifique as expectativas de algo mais do que um mero planejamento indicativo — que não seria remédio para esse mal —, recomendo, como pura questão de bom senso, que aprendamos a conviver melhor com a inflação, do que no passado, porque ela se exacerbará todas as vezes que a economia entrar em fase recessiva.

Nesta matéria, os formalismos vazios estariam fora de propósito. Toda vez que a economia entra em fase recessiva, antes mesmo, às vezes, da produção declinar, a taxa de inflação se eleva e, ao fazê-lo, sustenta o esforço de formação de capital, o qual declina suavemente e não abruptamente. E este é um relevante serviço, de importância difícil de exagerar.

O PACTO FUNDAMENTAL DE PODER

O Brasil vive os momentos finais da terceira dualidade: uma aliança sob a hegemonia da primeira, entre a classe dos latifundiários feudais, surgida como dissidência progressista da classe dos senhores de escravos, com a Abolição-República, e a novel classe dos capitalistas industriais, surgida para o poder, em 1930. Esta última classe, agora em plena maturidade, não pode não aspirar à hegemonia e, para isso, prepara-se para uma aliança com o jovem latifúndio capitalista, dissidência progressista da classe dos latifundiários feudais. Esse novo pacto de poder caracterizará a quarta dualidade.

O latifúndio feudal, no seu meio século de hegemonia, suscitou uma liderança de alta qualidade e promoveu energicamente a industrialização do país. Claro, uma industrialização que não pusesse em causa

suas próprias prerrogativas, estruturadas a base do monopólio da terra. Energicamente sufocou no nascedouro todas as pretensões à reforma agrária, mas, contrariamente ao que julgávamos nós, os revolucionários dos anos 30, essa reforma não era uma condição essencial para a industrialização.

Como busquei expor, nas páginas deste pequeno livro, o que conciliava o latifúndio feudal com a industrialização eram os fatos gêmeos de que, primeiramente, a industrialização tinha caráter de substituição de importações — processando-se escalonadamente, setor após setor o que quer dizer que o esforço de formação de capital do sistema podia desencadear-se, mesmo na hipótese de insuficiência da demanda global, desde que houvesse insuficiência da oferta específica de um grupo historicamente determinado de produtos e, em segundo lugar, o fato de que, procedendo-se a industrialização de cima para baixo, isto é, a começar pela indústria leve, o multiplicador de emprego do esforço de formação de capital era muito elevado.

Essas duas condições começam a não se fazer mais presentes. Primeiramente, porque a industrialização com a exceção ainda dos grandes serviços de utilidade pública, nos quais ainda se verificam graves insuficiências, capazes de instrumentalizar vultosos investimentos — já está alcançando todo o sistema, quebrando-se o esquema da industrialização substitutiva de importações. Em segundo lugar, porque a economia dispõe agora de um vigoroso Departamento I, isto é, de uma potente indústria produtora de bens de produção, o que quer dizer que o multiplicador de emprego do aumento dos investimentos tende a ser muito pequeno.

Eu estava pensando nessas coisas quando fui chamado por um dos dois inquéritos policiais militares (IPMs) que me distinguiram com seus cuidados, em 1964. Refiro-me ao IPM do BNDE (atual BNDES). Queria o coronel saber da minha opinião sobre a "revolução" que eles, os militares haviam feito, ao que respondi que as revoluções mudam os pactos fundamentais de poder das sociedades, ao passo que aquele movimento tinha por objetivo sustentar um pacto que começava a apresentar sinais de senectude. Entretanto, meu parecer era de que o pacto então vigente ainda não havia esgotado suas virtualidades, o que, mesmo sem justificar, explicava o movimento de 31 de março. E acrescentei que, ou muito me enganava, ou os mesmos militares, depois de sustentarem com êxito o regime baseado no referido pacto de poder, virariam a mesa, preparando o advento de novo pacto. Isso já nos havia acontecido e, provavelmente, voltaria ainda a acontecer no futuro.

Expliquei que, de todas as políticas, a economia é a que mais me interessa, e que, visto o problema sob este ângulo, o regime anterior a 31 de março não me satisfazia. Não que os próceres desse regime fossem culpados pela crise que sacudia o país. Esta resultava de movimentos profundos do sistema — movimentos que, alternadamente, nos projetam nas delícias das fases ascendentes dos ciclos, ou nas agruras da recessão. Se alguma culpa havia era o fato de não se situarem corretamente frente à conjuntura. Havíamos criado uma potente produção de bens duráveis e não cogitávamos dos problemas implícitos na comercialização desses bens, etc.

Quanto às perspectivas para futuro próximo, achava que poderia ser otimista. A economia dispunha de um estoque considerável de capacidade ociosa e, para pô-lo em evidência, faziam falta medidas suficientemente conservadoras para que pudéssemos esperar por elas, partindo de homens como Roberto Campos e Octávio de Bulhões, os ministros da área econômica da época. Afinal, a indústria brasileira deixara, havia muito, de ser um sonho de revolucionários, passando a ser uma dura e conservadora realidade. Na espécie, os interesses fundamentais da sociedade e os das indústrias de automóveis, de bens duráveis e de imóveis, coincidiam plenamente.

Nos arraiais da esquerda — inclusive nos cepalinos — predominava, na época, o parecer de que, sem investimentos, que não se vinham fazendo, o incremento do produto, se viesse, seria muito modesto. Eu achava, porém, que os investimentos eram necessários, por certo, para criar nova capacidade produtiva, mas, em primeiro lugar, para engendrar demanda para a capacidade produtiva já criada. Em suma, o "milagre" estava em minhas cogitações.

Das duas realizações fundamentais do Brasil sob a ditadura militar, de uma, já falamos o mínimo necessário para dar conta do recado que esta editora me encomendou: falar da economia brasileira nos dois decênios da ditadura. Refiro-me à criação do novo Departamento I industrial que ficará ligado ao nome de Geisel. A outra, consiste na criação do novo latifúndio: o latifúndio capitalista. Como de costume, o regime criou seu coveiro.

O capitalismo agrícola brasileiro nasceu e cresceu como uma simples variante do latifúndio feudal tradicional. Apenas, as condições eram outras, e o monopólio da terra estava jurídica e economicamente erodido. Já não se cogitava mais da imposição do princípio *nulle terre sans seigneur* — sem o qual não há feudalismo — mas da especulação fundiária. A terra se convertera em ativo mobiliário, sendo retida com o mesmo espírito com o qual especulamos com os títulos mobiliários da bolsa. Isto era resultado inevitável do fato de que o latifúndio feudal não apenas coexistia, como promovia o desenvolvimento do capitalismo industrial.

A princípio, as influências do sócio feudal (e hegemônico) sobre o sócio capitalista (sócio menor) foram dominantes. A indústria teve que desenvolver-se nas condições de um direito corporativo, que dava um caráter impróprio, mas muito eficaz, a um parâmetro tão decisivo como o mercado de mão-de-obra. Além disso, tinha que operar nas condições de um aparelho de intermediação financeira francamente usurário, isto é, medieval. Noutros termos, o capitalismo desenvolvia-se em condições que não lhe eram próprias.

Agora, isto é, no período da ditadura, as condições se invertiam. A nova tecnologia agrícola, à qual a nova indústria nos ia dando acesso, subvertia inteiramente as condições em que tinha que operar o latifúndio feudal:

(a) em primeiro lugar porque, em consequência de novos equipamentos e técnicas, a produtividade do trabalho agrícola elevava-se radicalmente, suscitando o aparecimento de uma mais-valia relativa, que subvertia as relações de trabalho;

(b) em segundo lugar, porque a acessibilidade e habitabilidade das terras subvertia as condições de operação do mercado fundiário;

(c) em terceiro, porque a nova tecnologia tornava agricultáveis glebas que não o eram antes, subvertendo o balanço entre a oferta e a demanda de terras e, inclusive, reduzindo as áreas de atrito entre o patronato agrícola e as massas rurais.

Com efeito, o velho latifúndio raramente intervinha diretamente no processo produtivo. A técnica agrícola era a mesma nas terras do latifúndio entregues ao agricultor individual, ou em terras próprias, que este tivesse. As duas classes sociais se antepunham, uma à outra, irreconciliavelmente, porque as duas classes se interessavam pelas mesmas terras, as únicas que se prestavam à agricultura, com a tecnologia disponível para ambas. Ora, visto sob este ponto de vista, o Brasil, apesar de sua enormidade territorial, era um pequeno país. Toda a hileia, todo o cerrado, não contavam para o Brasil agrícola de então. Mesmo o pampa e a caatinga apenas contavam precariamente, para uma agricultura miserável ou para uma pecuária extensiva.

Isto mudou radicalmente, ao longo dos dois decênios da ditadura militar. Quando, pela intermediação de Magalhães Pinto, então governador de Minas Gerais, eu obtive do governo federal a criação de uma entidade incumbida do estudo do cerrado, nem mesmo eu me atrevia a esperar os brilhantes resultados que seriam alcançados depois. Mas eu estava pensando em fazer intervir nas batalhas de classe em torno da terra uma variável tão importante quanto esta, isto é, tornar superabundante o pomo da discórdia. Com efeito, que interesse pode ter o camponês pela terra do cerrado, que não pode ser explorada com a técnica ao seu dispor? Por certo haverá outros conflitos, mas estes serão conflitos de outra natureza, que não podem ser dirimidos agora e que encherão outro estágio do desenvolvimento do país.

O empresariado agrícola tende a confrontar-se, nas inevitáveis batalhas de classe com o campesinato, do mesmo modo como o empresariado industrial se confronta, nos seus choques com o proletariado urbano, até porque, do seu ponto de vista, os trabalhadores agrícolas são assalariados.

Não obstante, uma considerável diferença se faz presente, aqui. Os trabalhadores agrícolas, com poucas exceções, são semiproletários. Isso, porque, ao contrário da fábrica, que utiliza a mão-de-obra estavelmente, ao longo de todo o ano, a fazenda capitalista somente utiliza parte da mão-de-obra total da família camponesa e, sobretudo, por parte do ano. Fica em suspenso, portanto, o problema de saber que fará a família da parte de sua mão-de-obra que não é utilizada e do tempo morto da mão-de-obra que a fazenda capitalista utiliza.

Não se trata de um problema que interesse apenas à família camponesa, mas a toda a sociedade, inclusive ao próprio empresariado capitalista agrícola. De fato, se a família utiliza apenas parte de suas disponibilidades de mão-de-obra, é mister que, pelos dias trabalhados, pela parte empregada da família, esta receba um salário que baste para sustentar toda a família, por todo o ano. Se isso não ocorre, a família se desagrega, lançando a um mercado de trabalho já congestionado pelo excesso de mão-de-obra uma força de trabalho que, entre outras coisas, representará uma ameaça à ordem pública.

O Brasil não é o primeiro país a defrontar-se com esse problema. Onde quer que a agricultura se apresente como uma atividade de acentuada sazonalidade, esse problema surge, colocando como questão vital o problema do que fazer com as sobras de força de trabalho e tempo de trabalho.

Esse não era, entretanto, problema que se apresentasse à agricultura tradicional, nos quadros do latifúndio feudal, surgido da desagregação da fazenda de escravos. É que a família camponesa tinha aí o uso estável de uma parcela de terra pertencente ao senhor, para o duplo fim de produzir o que interessasse a este e produzir o que interessasse ao autoconsumo da própria família. Esta dividia seu tempo entre a produção de excedentes, que eram destinados ao pagamento das obrigações ligadas ao uso da terra alheia e ao mercado, além da produção de bens e serviços para autoconsumo. Era a economia do complexo rural.

Esse pacto, entre o barão e o servo de gleba, entrou há muito em crise, no Brasil, de modo que a família camponesa, privada da ocupação estável de uma parcela na qual implantasse a casa e organizasse a produção de autoconsumo — não necessariamente agrícola — fica na dependência do salário. A renda monetária da família geralmente cresce, no processo, mas insuficientemente para compensar a perda correspondente à produção para autoconsumo que, por falta de suporte territorial adequado, desaparece.

O primeiro e, por vezes, o mais importante item dessa produção para autoconsumo é a própria casa. Agora, o salário deve cobrir o aluguel de casa alheia, o que corresponde a uma importante dedução da renda familiar. Mas há ainda outros itens: agrícolas, como a produção de frutos e hortaliças; e não-agrícolas, como a confecção de roupas, geralmente dependente da ocupação estável da casa.

Essa produção, tanto agrícola como não-agrícola, geralmente escapa à contabilidade social, a qual, de preferência, cuida da produção que passa pelo mercado. Podemos, assim, assistir ao paradoxo de uma produção crescente, combinada com uma indigência também crescente. Mas, de algum modo, será mister; ou assegurar o pleno uso das disponibilidades de mão-de-obra, ou criar condições para que a própria família assegure o pleno emprego da força de trabalho.

Este é um problema de tal modo fundamental que se apresenta tanto em países capitalistas, como nos países socialistas. A coletivização da agricultura, nestes últimos, fez-se acompanhar do oferecimento ao agricultor coletivizado de um pequeno lote de terra em que pudesse organizar essa produção complementar e, aquilo que se pensou ser um expediente temporário, persistiu, depois de meio século de coletivização. Parece que o próprio proletariado urbano e suburbano está tomando interesse pela participação nesse esquema. A experiência mexicana está a merecer cuidadoso estudo, de nossa parte.

Pode-se perguntar por que um problema de solução tão óbvia permanece sem solução. De resto, no processo de transição da agricultura tradicional para a moderna agricultura capitalista foram aventadas soluções. Por exemplo, a lavoura canavieira nordestina costumava dividir a terra entre a produção para autoconsumo do camponês e a produção para o "engenho". Mesmo o estatuto da lavoura canavieira prevê um lote de terra para uso do "agregado", mas essas soluções são incompatíveis com a moderna agricultura capitalista, porque estabelecem relações pessoais entre o fazendeiro e o trabalhador, dificilmente conciliáveis com as relações do salariato. Com efeito, como fazia sentir o senador Milton Campos,

presidente do grupo de trabalho, criado por memorando presidencial de 18 de abril de 1961 (Jânio Quadros), é próprio das relações salariais a instabilidade, para que ambas as partes guardem o máximo de independência, uma em relação à outra, ao passo que a ocupação de um lote, para ser eficaz, deve ser muito estável. Por falta do atendimento dessas condições, os lotes oferecidos pela lavoura canavieira geralmente são deixados ao abandono.

O anteprojeto de lei submetido a 17 de janeiro de 1962 pelo grupo de trabalho do qual eu participava — ao então presidente do Conselho de Ministros, dr. Tancredo de Almeida Neves, em seu Capítulo XI, "Dos trabalhadores rurais", propunha:

Art. 38. Aos trabalhadores do campo, atendidas as peculiaridades do meio rural, será aplicada a legislação trabalhista ordinária, até que seja promulgada legislação especial a respeito.

Art. 39. Em casos excepcionais e nas regiões de predominância da monocultura, em que ocorrer ocupação estacional de mão-de-obra, a Superintendência para a Reforma Agrária (Supra) poderá criar, organizar, controlar e distribuir, entre os trabalhadores rurais, pequenas unidades de subsistência, próximas das plantações e independentes da propriedade.

Essa independência da propriedade era considerada essencial, pela razão indicada pelo grande jurista presidente daquele grupo de trabalho. Tratava-se de evitar o estabelecimento de laços estáveis de dependência pessoal entre o patronato rural e o semiproletariado rural. Esses laços pessoais de dependência são uma sobrevivência do direito feudal, incompatíveis com o direito capitalista que, com o aparecimento do empresariado capitalista rural, começa a ter vigência, pelo menos em parte.

Isso não quer dizer que o direito feudal fique inteiramente banido, visto como o Art. 38 prevê a vigência da legislação trabalhista ordinária que, àquele tempo, mais do que hoje, tinha fortes sobrevivências corporativas. Essas sobrevivências são menores hoje do que àquele tempo. Com a legislação ditatorial substituindo a estabilidade por tempo de serviço pela indenização por tempo de serviço, os laços de dependência pessoal entre o patronato e o proletariado ficaram muito reduzidos.

Esse problema de destinação do tempo de trabalho da família semiproletária agrícola, se alguma coisa mudou, de 1962 para cá, foi seu agravamento.

Chegou aos nossos dias sob a forma dramática da questão do trabalhador volante ou "boia-fria". Espontaneamente estão sendo criadas aldeias de bóias-frias, às quais se deve aplicar o direito *ejidal* mexicano. A solução desses problemas se reveste hoje de capital importância, porque interessa ao desenvolvimento e fortalecimento do capitalismo agrícola e, por isso mesmo, da classe dos fazendeiros capitalistas, que deverá emergir como uma das classes dirigentes do país, na nova dualidade, em substituição ao latifúndio feudal, que esgotou obviamente sua missão. Assim como, há meio século, sem o direito corporativo codificado na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), o capitalismo industrial brasileiro não se teria podido desenvolver, sem uma solução racional para o problema do boia-fria, possibilitando à família volante um emprego produtivo para o tempo deixado livre pela fazenda capitalista, a economia desta continuará precária.

Dia virá em que esse modo de produção estruturado na fazenda capitalista terá que ceder o passo a algo de mais progressista ainda, mas esse novo esquema será ou a fazenda coletiva, ou a fazenda do Estado, nunca o retorno à pequena produção familiar de mercadorias, como teria resultado se nós, os revolucionários da década de 1930, nos quadros da Aliança Nacional Libertadora, tivéssemos podido impor nosso ponto de vista de então.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MODULO I -

Sociedade e Espaço: A Formação social como teoria e método

- Aguiar, A. (1973) – Dialética de la Economía Mexicana. México, Editorial Nuestro Tiempo.
- _____ (1971) – El Capitalismo del Subdesarrollo. Problemas del Desarrollo, 8.
- _____ (1972) – Imperialismo y Subdesarrollo. Problemas del Desarrollo, 14:101-120.
- Althusser, L. (1965) – Esquisse du Concept d'Histoire. La Pensée 121.
- Bagaturua, G. A. (1968) – La Formación y el Desarrollo de la Concepción Marxista de la Historia. In: Colección Marx, historiógrafo, Moscou, Nuka.
- Bagu, S. (1949) – Economía de la Sociedad Colonial: Ensayo de Historia Comparada de América Latina, Buenos Aires, Editorial El Ateneo.
- Barrios, S. (1976) – Prediagnóstico Espacial: El Marco Teórico. Caracas, Cendes, Universidad Central de Venezuela (mimeog.).
- _____ (1977) – Political Practice and Space. Antipode. 9(1).
- _____ (1975) – La Evolución Reciente de Venezuela a la luz de las Teorías de Perroux. Caracas, Cendes, Universidad Central de Venezuela.
- Bertrand, H. (1975) – Le Congo, Formation Societe et mode de Developpement Economique. Paris, Maspéro.
- Brunhes, J. (1913) – Du Caractère Propre et du Caractère Complexe des Faits de Géographie Humanie. Annales de Géographie, 22(121): 1-40.
- Bukharin, N. 1965 – Historical Materialism: A System of Sociology. New York, Russel and Russel.
- _____ (1972) – Teoria del Materialismo Histórico: Ensayo Popular de Sociología Marxista. Cuadernos de Pasado y Presente 31 Córdoba, Siglo XXI Editores. Caillois, R. 1964 – Instinct et Societé, Paris, Gonthier.
- Calabi, D. e Indovina, F. (1973) – Sull'uso Capitalistico del territorio. Archivio di Studi Urbani e Regionali 2, Franco Angeli Editore.
- Caracas, Cendes (1971) – Desarrollo Urbano y Desarrollo Nacional. Caracas, Universidad Central de Venezuela, Tom. I e II
- _____ (1973) – Esquema para el Estudio Global de la Sociedad Venezolana(nueva versión).
- Castells, M. (1971) – Problemas de Investigación en Sociología urbana. Buenos Aires, siglo XXI, Editores, p. 195-205.
- Chayanov, A. V. (1925) – The Theory of Peasant Economy. Homewood, Illinois, Robert Irwin. Página 12 de 16
- Coreggio, J. L. (1974) – Consideraciones Teórico-metodológicas sobre las Formas Sociates de Organización del Espacio y sus Tendências en América Latina. Revista Interamericana de Planificación 32(8): 79-101.
- Córdova, A. (1974) - Fundamentación Histórica de los Conceptos de Heterogeneidad Estructural. Economía y Ciencias Sociales 13(14). Caracas.
- Crosta, P. L. (1973) – I Processi di urbanizzazione: Problemi dell'Analisi in Funzione dell'Intervento sull Territorio. In: I.U.A.V., ed. Note sulla Impostazione e gli Argomenti del Corso. Veneza. Corso di Introduzione all'Urbanistica.
- Dato, B. (1975) – Peasant Agricultural Production in East Africa: The Nature and Consequences os Dependence. Department of Geography. University of Dar-es-Salaam.
- De La Plaza, S. (1970) – Dependencias del Exterior y Clases Sociales en Venezuela. Problemas del Desarrollo 1(3):31-64.
- De Palma, A. (1966) – L'Organizzazione Capitalistica del Lavoro nel Capitale de Marx. Quardeni de Sociologia 11, Turim.
- _____ (1973) – La División Capitalistica del Trabajo. Cuadernos del Pasado y Presente 32, Córdoba, Siglo XXI Editores, p. 1-40.
- De Val, S. A. (1974) – L'Uomo, la Storia, l'Ambiente. Critica Marxista 12(3) e (4): 131-147.
- Doherty, M (1974) – The Role of Urban Places in Socialist Transformation. Department of Geography, University of Dar-es-Salaam, fev. Dowindar, M. – Les Concepts: Du Mode de Production à la Région. Espaces et Sociétés 10-11: 37-44.
- Dzuosov, N. S. (1960) – La Formación Socio-Económica como Categoría del Materialismo Histórico. Voprosy Filosofii 10: 110-117 (citado por E. Sereni, 1974, p.24).
- Engels, F. (1969) – Anti-Dühring. Moscou, Progress Publishers.
- _____ (1964) – Anti-Dühring. México, Editorial Grijalbo.
- _____ (1973) – On Social Realtions in Russia. In: Marx-Engels Selected Works, Moscou, Progress Publishers, vol. II, p. 387-410.
- Fèbvre, L. (1932) – Geographical Introduction to History. London, Kegan Paul.
- Fernandes, F. (1975) – A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Ferrari, G. (1974) – Territorio e Sviluppo: un Comprensorio nella Regione Veneta. Critica Marxista 12: 79-93, maio-agosto. Página 13 de 16
- Garavaglia, J. C. (1974) – Modos de Producción en América Latina (Introducción).Cuadernos de Pasado y Presente 40, Córdoba, Siglo XXI, Editores, p. 45-79.
- Glucksmann, C. (1971) – Mode de Production, Formation Économique et Sociale, Théorie de la Transition. A propos de Lénine. La Pensée 159: 50-58.
- _____ (1973) – Modo de Producción, Formación Económico-social, Teoria de Transición. In: El Concepto de Formación Económico-social. Siglo XXI, Editores,Argentina, p. 129-138.
- _____ (1974) – Idem. Economía y Ciencias Sociales 13: 54-63. Caracas

- Globot, J. J. (1967) – Pour une Approche Théorique des <Faits de Civilization>. La Pensée 113, 134, 136, junho, agosto e dezembro
- Godelier, M. (1971) – Qu'est-ce que Définir une < Formation Economique et Sociale>? L'Exemple des Incas. La Pensée 159: 99-106.
- _____ (1972) – Idem. Critica Marxista 10 (1): 81-89. Roma.
- _____ (1974) – Idem. Economía y Ciencias Sociales 13: 107-115. Caracas.
- Harvey, D. (1973) – Social Justice and the City. London, Edward Arnold (Publishers) Ltda.
- _____ (1975) – The Political Economy of Urbanization in Advanced Societies: The Case of the United States. The Social Economy of Cities, Urban Affairs. Annual Reviews, Beverly Hills, Sage Publications, vol. 9
- Herzog, P. (1971) – I Concetti di Modo di Produzione e Formazione Economico-sociale per l'Analisi dell'Imperialismo. Critica Marxista 9(4): 96-101. Roma.
- _____ (1973) – Idem. In: El Concepto de Formación Económico-social. Siglo XXI, Editores, Argentina, p. 196-200.
- _____ (1974) – Idem. Economía y Ciencias Sociales, p. 85-89. Caracas.
- Hobsbawm, E. J. (1964) – Pre-Capitalist Economic Formations (Introduction). London, Lawrence and Wishart, p. 9-65.
- Hugon, P. (1974) – A Propos de l'Ouvrage de Samir Amin. Revue Tiers Monde 15(58): 421-434.
- Jakubowsky, F. (1971) – Les Superstructures Ideologiques dans la Conception Matérialiste de l'Histoire. Paris, Etudes et Documentation Internationales.
- Kautsky (1900) – La Question Agraire. Paris, Giard et Brière (reedición in fac-simile, 1979, Paris, Maspéro).
- Kelle, V. E Kovalson, J. (1973) – Historical Materialism, an Outline of Marxist Theory of Society. Moscou, Progress Publishers. Página 14 de 16
- Kusmin, V. (1974) – Systemic Quality. Social Sciences 4.
- Labica, G. (1971) – Quatre Observations sur les Concepts de Mode de Production et de Formation Economique de la Société. La Pensée 159: 88-98.
- _____ (1971) – Idem. Critica Marxista 9: 116-128. Roma.
- _____ (1973) – Idem. In: El Concepto de Formación Económico-social. Cuadernos de Pasado y Presente 39: 206-216. Siglo XXI, Editores, Argentina.
- Labriola, A. (1902) – Essais sur le Matérialisme Historique. Paris, Girard et Brière.
- _____ (1964) – Saggi sul Materialismo Storico. Roma, Editori Rutini.
- La Grassa, G. (1972) – Modo di Produzione, Rapporti di Produzione e Formazione Economicosociale. Critica Marxista 10(4): 54-83.
- Lênin, V. I. (1974) – The Development of Capitalism in Russia. Moscou, Progress Publishers.
- _____ (1975) – The Tax in Kind (The Significance of the New Policy and its Conditions). In: Selected Works, Moscou, Progress Publishers, p. 526-556.
- _____ (1946) – Ce qui sont les Amis du Peuple et comment Luttent les Social-Democrates (Réponse aux articles parus dans Rousskoie Bogatst-voy, 1894). Edições em lingual estrangeira. Moscou, Gospolitizdat.
- Lozada Aldana, R. (1967) – Dialéctica del Subdesarrollo. Caracas, Universidad Central de Caracas (Ph. D. Thesis, Université de Paris, 1964. Pref. de Maza Zavala).
- Lukács, G. (1960) – Histoire et Conscience de Classe. Paris, Lês Éditions de Minuit.
- _____ (1968) – History and Class Consciousness. London, Merlin Press.
- Luporini, C. (1966) – Realità e Storicità: Economia e Dialética nel Marxismo. Critica Marxista 4(1). Roma.
- Malavé Mata, H. (1972) – Reflexiones sobre el Modo de Producción Colonial Latino-americano. Problemas del Desarrollo 3(10): 73-108.
- _____ (1974) – Formación Histórica del Antidesarrollo de Venezuela. Caracas, Ediciones Rocinante.
- Marx, K. (1963) – Theories of Surplus-Value. Moscou, Progress Editors, Part I (Part II – 1968) (Part II – 1971).
- _____ (1973) – The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte. In: Marx, Engels, ed. Selected Works, Moscou, Progress Publishers, p. 394-487.
- Maza Zavala, (1964) – Venezuela, una Economía Dependiente. Universidad Central de Caracas. Página 15 de 16
- Michelena, H. (1973) – Estructura y Funcionamiento de una Economía Subdesarrollada Madura: Una Introducción. Problemas del Desarrollo 4(15): 81-102.
- _____ (1975) – Modo de Producción y Formación Social. Uno y Múltiple 1: 16-25. Pahl, R. E. (1965) – Trends in Social Geography. In: Chorley e Haggett, ed. Frontiers in Geographical Teaching, London, Methuen.
- Paix, C. (1972) – Approche Théorique de l'Urbanisation dans les Pays du Tiers Monde. Revue Tiers Monde 50, Presses Universitaires de France.
- Parisi, L. (1971) – Modo de Producción y Metropolización en Chile y América Latina, D.E.P.U.R., Universidad de Chile.
- Plekhanov, G. (1956) – Nasi Raznogl'sija, Aur Differences, Nos Desaccords. (1884). In: ed. Oeuvres Philosophiques Choiesies, vol. Moscou, p. 115-370.
- Poche, B. (1975) – Mode de Production et Structures Urbaines. Espaces et Sociétés, 16: 15-30.
- Poulantzas, N. (1968) – Pouvoir Politique et Classes Sociales de l'Èta Capitaliste. Paris, Editions, Maspéro.
- Prestipino, G. (1972) – Conceito Lógico e Conceito Storico di Formazion Econômico-sociale. Critica Marxista 10 (4): 54-83. Roma.
- _____ (1974) – Domande al filosofi (o Agli Economist) Marxist. Critica Marxista 12 (6): 137-175. Roma.
- Rey, P. P. (1973) – Lês Alliances de Classes. Paris, Editions Maspéro.

- _____ (1971) – Colonialisme, Neo-colonialisme et Transition au Socialisme, l'Exemple de la <Comilog> au Congo-Brazzaville. Paris, Editions Maspéro.
- Rofman, A. e Romero, L. A. (1974) – Sistema Sócio-económico y Estructura Regional em la Argentina. Buenos Aires.
- _____ (1974) – Dependencia, Estructura de Poder y Formación Regional en América Latina. Buenos Aires, Siglo Veintiuno.
- Roles, A. (1974) – Lectura de Marx por Althusser. Barcelona, Editoria Estela.
- Rudner, R. S. (1973) – Filosofia de la Ciencia Social, Madrid, Alianza Editorial (Philosophy of Social Science, 1966, Prentice Hall).
- Salama, P. (1972) – Le Procès de Sous-Developpement. Paris, Maspéro.
- Santos, M. (1972) – Dimension Temporelle et Systèmes Spatiaux dans le Pays du Tiers Monde. Revue Tiers Monde 13 (50): 247-268. Página 16 de 16
- _____ (1974) – Time-Space Relations in the Underdeveloped World. Department of Geography, University of Dar-es-Salaam (ed. mim.)
- _____ (1975) – The Periphery at the Pole: Lima, Peru. In: Gappert, G. e Rose, H. A., ed. The Social Economy of Cities, Urban Affairs Annual Reviews, Beverly Hills, Sage Publications.
- _____ (1975) – L'Espace Partagé, Paris, M. Th. Genin, Librairies Techniques.
- Sartre, J. P. (1960) – Critique de la Raison Dialectique (Précédé de Questions de Méthode). Tome I: Théorie des Ensembles Pratiques. Paris, Gallimard.
- _____ (1963) – The Problem of Method. London, Methuen & Co. Sereni, E. (1970) – De Marx a Lenin: la Categoría de <Formazione Economico-sociale>. Quaderni Critica Marxista 4: 29-79. Roma.
- _____ (1971) – Idem. La Pensée 159, p. 3-49.
- _____ (1973) – Idem. In: El Concepto de Formación Económico-social. Siglo XXI, Editores, Argentina p 55-96.
- _____ (1974) – Idem. In: Economía y Ciencias Sociales 13: 6-53. Caracas.
- Sha, S. (1973) – Development, Social Formations and Modes of Production. ONU, Dakar (ed. mimeog.)
- Silva, J. ^a e Michelena, H. (1974) – Notas sobre la Metodología para el Diagnóstico integral de Venezuela. Caracas, CENDES, Universidad central de Venezuela.
- Slater, D. (1975) – Underdevelopment and Spatial Inequality, Progress in Planning. Vol. 4 n° 2, London, Pergamon Press.
- Sunkel, O. (1967) – Política Nacional de Desarrollo-Dependencia Externa. Estudios Internacionales 1(1). Santiago.
- Surte, J. (1969) – La République de Guinée, Contribution à la Géographie du Sous-développement. Paris (ed. mimeog. 502 p.).
- Texler, J. (1971) – Modo di Produzione, Formazione Economica, Formazione Sociale. Critica Marxista 9(4): 89-94. Roma.
- _____ (1973) – Idem. In: EL Concepto de Formación Económico-social. Cuadernos de Pasado y Presente 39: 190-195. Siglo XXI, Editores, Argentina.
- _____ (1974) – Idem. In: Economía y Ciencias Sociales 13: 78-84. Caracas. Vieille, P. (1974) – L'Espace Global du Capitalisme d'Organisation. Espaces et Sociétés 12: 3-32.

MODULO III –

Tecnologia e desenvolvimento desigual no centro do sistema capitalista

- R. BENAKOUCHE (1982): Que Tecnologia, para qual sociedade? In Economia e Desenvolvimento n° 2.
- E. DOURILLE (1981): La Sidérurgie dans le monde depuis 1952, Notes & Etudes Documentaires n° 4623-4.
- C. FURTADO (1974): Mito do desenvolvimento econômico, Paz e Terra.
- A. GORZ (1976): Técnica, técnicos e luta de classes, in Divisão Social do Trabalho e modo de produção capitalista. Escorpião.
- J. HABERMAS (1975): Técnicas e Ciência como ideologia, in coleção Os Pensadores vol. XLVIII, Abril.
- S. HYMER (1978): A empresa multinacional e a lei do desenvolvimento desigual, in Empresas multinacionais: a internacionalização do capital, Graal.
- S. HYMER (1978 a): As empresas multinacionais norte-americanas e a concorrência japonesa no Pacífico, in Empresas...
- M. KALECKI (1976): Teoria da dinâmica econômica, in coleção Os Pensadores vol. XLVII, Abril.
- B. MADEUF (1981): L'ordre technologique international – production et transferts, Notes & Etudes Docum. N° 4641-2.
- E. MANDEL (1972): A resposta socialista ao desafio americano, Cor.
- S. MARGLIN (1976): Origens e Funções do parcelamento das tarefas, in Gorz: Divisão Social... Escorpião.
- K. MARX (1975): O Capital, crítica da economia política, Civ. Brasileira.
- F. PINHEIRO (1975): Tecnologia: o que o Japão tem a ensinar, Exame n° 11.
- H. RATTNER (1980): Tecnologia e Sociedade, Brasiliense.
- J. STEINDL (1980): Progresso técnico, distribuição e crescimento, in Garegnani: Progresso técnico e teoria econômica, Hucitec-Unicamp.
- P. SWEEZY (1977): K. Marx e a revolução industrial, in Capitalismo Moderno, Graal.
- P. SWEEZY (1977 a): Acerca da teoria do capitalismo monopolista, in Capitalismo ..., Graal.
- P. D. VELOSO (1968): Crise no mercado mundial de aço, Eng. Min. Met. n°s 2 e 3.

Kondratieff, Ciclos médios e organização do espaço

- A. Aftation et alli: Fluctuations économiques. 2 vol. Ed. Domat Montchrestien, 1954.

P. Baíroch: Commerce extérieur et développement économique de L'Europe au XIX siècle, Mouton, 1976.
P. Boccara et alli: Cycles longs, mutations et crise, Issues - Economie et Politique, nº 16, 1983.
J. Ellul: Mudar de revolução, 1985 (1982).
J. A. Estey: Ciclos econômicos, Ed. Mestre Jou, 1965 (1941).
M. Flamant et J. S. Kerel: As crises econômicas, Europa - América, 1983.
J. S. Goldstein: Long cycles, prosperity and War in Modern Age, Yale Univ. Press. 1988.
N. Kondratieff: Ondas longas da conjuntura, Rev. de Occidente, Madrid, 1946 (1926)
W. A. Lewis: Crecimiento y Fluctuaciones 1870-1913, FCE, 1983.
J. H. Lorenzi et alli: La Crise du XX Siéde, Economica, 1980.
N. V. Luz: A luta pela industrialização do Brasil, Alfa-Ômega, 1978.
A. Mamigonian: introdução ao pensamento de I. Rangel, Geosul nº 3, 1985.
E. Mandel: Las ondas largas del desarrollo capitalista, Madrid, siglo XXI, 1986.
K. Marx: Lei da queda da taxa de lucro, in O Capital vol. III Livro 3 secção III, 1984.
F. Mauro: História Econômica Mundial 1790-1970, Ed. Zahar, 1973.
W. C. Mitchell: Os ciclos econômicos e suas causas, Abril, 1984 (1927)
M. Niveau: História dos fatos econômicos contemporâneos, Dif. Eur. Livro, 1969.
I. Rangel: O Brasil na fase "b" do 4º Kondratieff, in Ciclo, Tecnologia e Crescimento, Civ. Bras. 1982.
I. Rangel: História da dualidade brasileira, Rev. Ec. Pol. nº 4, 1981.
B. Rosier et P. Dockès: Rythmes écnomiques, crises et changement social, La decouvert, 1983.
J. A. Schumpeter: Busines cycles: a theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process. Mc Graw Hill, 1939, 2 vols.

Padrões Tecnológicos mundiais: o caso brasileiro

TROTSKY, L. Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia. Cap.1. História da Revolução Russa. Paz e Terra.
RANGEL, I. Ciclo, Tecnologia e Desenvolvimento. Civilização Brasileira, 1982.
MAMIGONIAN, A. Tecnologia e Desenvolvimento desigual no centro do sistema capitalista. Revista Ciencias Humanas, v.1, n.2, 1981.
BEHRMAN, J. Política industrial: a reestruturação internacional e as multinacionais. Ed. Record. 1984.

MODULO IV –

O Mundo no final do século XX e início do século XXI

AGLIETTA, M. Régulation et crises du capitalisme. Paris: Calmann-Lévy, 1976.
BARAN, P.; SWEEZY, P. Capitalismo Monopolista. Rio de Janeiro: Zahar, 2ª ed., 1974.
BARBOSA, R. A volta da China como grande potência. In: O Estado de São Paulo, 11/07/2017.
BEAUJEU-GARNIER, J. et GAMBLIN, A. Images économiques du monde 1963, in Revue Population, 20e année, n. 1, 1965. p. 142.
BEAUJEU-GARNIER, J. et GAMBLIN, A. In: Images économiques du monde 1981, 26e année. Paris: Société d'Édition d'Enseignement Supérieur (SEDES), 1981.
BOST, F. et all. Images économiques du monde, – Crise des subprimes: la fin de l'hégémonie américaine?. Paris: Armand Colin, 2009.
BRAVERMAN, H. Trabalho e capital monopolista, Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1987.
COUTINHO, L. A terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudança. In: Revista Economia e Sociedade. V.1, n.1, agosto. Campinas: Unicamp, pp. 69-87, 1992[1].
DOURILLE, E. (La siderurgie dans le monde depuis 1952. Paris: Notes & Etudes Documentaires, La Documentation Française,. Nos 4623-4624, 1981.
DUMÉNIL, G. e LÉVY, D. A crise do neoliberalismo, São Paulo: Editora Boitempo, 2014)
EICHENGREEN, B. Privilégio exorbitante, Rio de Janeiro: Elsevier, 2011
FAZIO, H. Mapa actual de la extrema riqueza en Chile, Santiago: ARCIS Universidad, 1997.
FORTUNE, maio e agosto de 1972.
GALBRAITH, J.K. A era da incerteza, Brasília: Universidade de Brasília, 1979
GAMBLIN, A. Images économiques du monde, Paris: Société d'Édition d'Enseignement Supérieur (SEDES), 2003.
GATES, B. A estrada do futuro, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
HARVEY, D. A condição pós-moderna, São Paulo: Edições Loyola, 1989
HYMER, H. Empresas multinacionais: a internacionalização do capital, São Paulo: Graal, 1978
Images économiques du monde – Crise des subprimes: la fin de l'hégémonie américaine?. Paris: Armand Colin, 2009.
Images économiques du monde - France : la grande fracture. Paris: Armand Colin, 2018.
Images économiques du monde – Grand dossier: Les pays développés à l'épreuve de la désindustrialisation. Paris: Armand Colin, 2014.
JABBOUR, E. Projeto Nacional, Desenvolvimento e Socialismo de Mercado na China de Hoje. Tese de Doutorado em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, USP, Ano de obtenção: 2010.

KAGARLITSKY, B. A desintegração do monolito, São Paulo: Editora UNESP, 1992

KANT, I. À paz perpétua, Porto Alegre: L&PM, 1989.

LEONARD, M. O que a China pensa?, São Paulo: Larousse, 2005.

LEVITT, T., The Globalization of Markets, in: Harvard Business Review, 61 (3), pp. 92-102. 1983.

LEWIN, M. O século soviético, Rio de Janeiro: Record, 2007.

LEWIS, M. A jogada do século, Rio de Janeiro: Best Business, 2011.

LIMA, M. Petróleo, Energia Elétrica e Siderurgia, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MADEUF, B. L'ordre technologique international: production et transferts, Paris: Documentation Française, 1981.

MARTI, M. A China de Deng Xiaoping. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

MAZZUCATO, M. O estado empreendedor. Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MELMAN, S. Depois do Capitalismo, São Paulo: Editora Futura, 2002.

MOULIAN, L. e GUERRA, G. Eduardo Frei – 1911-1982, Santiago de Chile: Editorial Sudamericana, 2000.

NYE JR, J. S. O futuro do poder, São Paulo: Benvirá, 2012.

O'NEILL, J. O mapa do crescimento, São Paulo: Editora Globo, 2012.

PERKINS, J. Confissões de um assassino econômico. São Paulo: Cultrix, 2005

PINHEIRO, F. Tecnologia: o que o Japão tem a ensinar, in Revista Exame, 1975.

PWC Consultora. Visão de longo prazo: como a ordem econômica global mudará até 2050. In: O Estado de São Paulo, 7/2/2017, Caderno Economia e Negócios.

RANGEL, I. A inflação brasileira, Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1963.

RANGEL, I. A recuperação americana, Folha de São Paulo, 21 de abril e 6 de julho. 1983.

RANGEL, I. Apostasias. In: Folha de S. Paulo, 2 de janeiro. 1991.

RANGEL, I. Brasil: milagre e anti-milagre, Rio de Janeiro : J. Zahar Editor, 1985.

SCHUMPETER, J. Business Cycles. A Theoretical, Historical, and Statistical Analysis of the Capitalist Process. New York London : McGraw-Hill Book Company, inc., 1937.

Seminário Globalização: o fato e o mito. Programa Universitário de Estudos Estratégicos – Rio de Janeiro: UERJ/UFRJ, (mimeo) 1998.

SLATER, R. Os 29 segredos de Jack Welch, São Paulo, Editora Campus, 2001.

SOROS, G. The Capitalist Threat; In: The Atlantic Monthly; Volume 279, No. 2; p. 45-58, February 1997.

STEINDL, J. Maturidade e estagnação no capitalismo americano. São Paulo: Nova Cultural (Os Economistas), 1976.

UEHARA, A. R. Perspectivas para o papel internacional do Japão, site Política Externa, 20 de março de 2004 <http://politicaexterna.com.br/2134/perspectivas-para-o-papel-internacional-japao/>

VIEIRA, J.L., A história do automóvel: a evolução da mobilidade, 3, Alaúde editorial: São Paulo, 424, pp. 176-334, 2010.

VOGEL, E. O Japão como primeira potência, Brasília: Universidade de Brasília, 1979.

WELCH, J. Jack definitivo. São Paulo: Editora Campus, 2001.

WHEEN, F. Como a picaretagem conquistou o mundo – equívocos da modernidade. São Paulo: Record, 2007.

WILLIAMSON, E. História da América Latina, Lisboa: Edições 70, 2012.